UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

ADEMAR BOGO

A SUPERAÇÃO DO PODER POLÍTICO EM MARX:

Do poder da riqueza burguesa à transição para a emancipação humana.

SALVADOR

2016

ADEMAR BOGO

A SUPERAÇÃO DO PODER POLÍTICO EM MARX:

Do poder da riqueza burguesa à transição para a emancipação humana.

Tese apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Filosofia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia como um dos requisitos para obtenção do título de Doutor.

Orientador: Profº Drº Mauro Castelo Branco de Moura

SALVADOR

2016

Bogo, Ademar
B675A superação do poder político em Marx: do poder da riqueza burguesa à transição para a emancipação humana / Ademar Bogo. – 2016.
187 f. :il.

Orientador: Profº Drº Mauro Castelo Branco de Moura.
Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2016.

1. Poder (Filosofia). 2. Socialismo. 3. Capitalismo. 4. Marx, Karl, 1818-1883. 5. Politica.I. Moura, Mauro Castelo Branco de. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDD: **320.95**

ADEMAR BOGO

A SUPERAÇÃO DO PODER POLÍTICO EM MARX:

Do poder da riqueza burguesa à transição para a emancipação humana.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia como um dos requisitos para obtenção do título de Doutor.

DATA 30 DE AGOSTO de 2016

BANCA EXAMINADORA

_____

Mauro Castelo Branco de Moura – Orientador
Doutor em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil.
Universidade Federal da Bahia

_____

João Carlos Sales Pires Silva
Doutor em Filosofia pela Universidade Estadual de Campinas, Brasil.
Universidade Federal da Bahia

_____

José Crisóstomo de Souza
Doutor em Filosofia pela Universidade Estadual de Campinas, Brasil.
Universidade Federal da Bahia

_____

Carlos Zacarias Figueirôa de Sena Júnior
Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco, Brasil.
Universidade Federal da Bahia

_____

Marildo Menegat
Doutor em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil.
Universidade Federal do Rio de Janeiro

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA
Estrada de São Lázaro, 197 – Federação – Salvador – Ba – CEP 40210-730
Tel.: (71) 32836439 //Fax: 32836449 – site: www.ppgf.ufba.br/ e-mail: ppgf@ufba.br

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA TESE DE ADEMAR BOGO, REALIZADA NO DIA 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

Aos trinta dias do mês de agosto, às quatorze horas, na sala de aulas do Programa de Pós Graduação em Filosofia da UFBA, foi instalada a sessão pública para julgamento da Tese Final elaborada pelo doutorando **Ademar Bogo**, intitulada: **"A Superação do Poder Político em Marx: Do Poder da Riqueza Burguesa à Transição para a Emancipação Humana".** Em seguida, o Prof. Mauro Moura, deu continuidade aos trabalhos. A Banca julgadora foi constituída pelos seguintes professores: Prof. Dr. Mauro Castelo Branco de Moura (Orientador/UFBA), Prof. Dr. João Carlos Salles Pires da Silva (UFBA), José Crisóstomo de Souza (UFBA), Carlos Zacarias Figueirôa de Sena Júnior (UFBA) e Prof. Dr. Marildo Menegat (UFRJ). Passou-se à exposição do doutorando Ademar Bogo, seguida da argüição dos professores integrantes da banca. A Banca reuniu-se, então, em separado, tendo resolvido, por unanimidade, pela aprovação, com a nota dez (10). Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e lavrada a presente ata. Salvador, 30 de agosto de 2016.

À transição socialista para que ela não tarde a chegar.

AGRADECIMENTOS

Quando nascemos pouco sabemos da vida que teremos. Já na maturidade, olhamos para trás e percebemos que tivemos um destino feito com dupla tessitura: uma costurada com os agravos da inexperiência, deixa à mostra as linhas tortuosas da inabilidade em aperfeiçoamento e os defeitos estéticos dos fios soltos deixados vida afora. A outra é feita por mãos alheias que manuseiam a agulha amiga e solidária, expõem os pontos apertados na ordem necessária. Essas são as mãos que se prontificam a nos ajudar a vestir o monumento da consciência que deve ficar em pé com as próprias forças e as próprias vestes.

Ninguém faz um caminho sozinho e por inteiro individualmente. Há passos, ideias e pulsações que se misturam e se confundem no mesmo caminhar. Neste caminho de fazer e fazer-se, nem sempre sabemos quando somos nós ou os outros agindo em nós. As mãos amigas deixam as impressões digitais quando nos tocam, nos seguram ou nos empurram para frente para ajudar-nos chegar. Mas, chegar por que, se logo temos que seguir? E, seguir por que, se temos que chegar sempre e a cada vez?

Chegar, para festejar e dizer que valeu à pena ter seguido! Chegar para orgulhar os bárbaros que, com um ou com milhões, sempre vencem as alturas das muralhas para fazer a História! Chegar para acreditar que existe um lado bom da humanidade, plantador de sementes do futuro e por isso não deixa cair jamais no esquecimento, que vencer é preciso.

Chegar para dizer que a vida é a melhor forma de viver arte da vida. Chegar para dizer aos campos e às universidades que vale à pena cuidar do conhecimento, da ética e da generosidade. Chegar para sentir a utilidade social da arte social, que deve sempre ir bem, mesmo quando a humanidade vai mal. Chegar, para elevar a confiança e respirar o cheiro doce da verdade; para dizer aos vivos que manteremos as lembranças e, aos que morreram que guardaremos as saudades.

Chegar para sempre seguir e com alguém; afinal, no fundo, todo mundo tem seu quem; os jardins as suas flores; os produtos os produtores; as teses os orientadores; as bibliografias os escritores; cada qual, com sua função social, encantando admiradores e vencedores.

Vale ao que chega e também aos familiares, à classe, ao curso, à Banca avaliadora, e à Instituição. Vale ao presente, pela tarefa feita, vale ao futuro que sempre vem como colheita, e traz nos olhos a eterna transição.

Por fim, chegar por causa dos abraços, dados ou enviados nas mensagens escritas e remetidas; eles curam as feridas e cumprem as suas formalidades. Mas o abraço que se sente de verdade é aquele que se aperta a mão; olhos nos olhos, emoção com emoção; desejo com desejo encarnados. Não é só um jeito diferente, mas a forma de dizer a todos e coletivamente: um fraterno e caloroso: muito obrigado!

“As grandes multidões vão se desenvolvendo, as novas ideias vão ganhando ímpeto no seio da sociedade, as possibilidades materiais de desenvolvimento integral de absolutamente todos os seus membros tornam muito mais frutífero o trabalho. O presente é de luta; o futuro é nosso.”

Ernesto Che Guevara, 1965

RESUMO

Diante dos dilemas atuais da humanidade, torna-se urgente e necessário discutir a transição socialista. Neste sentido, este trabalho tem por objetivo, aprofundar a superação do poder político em Marx, tendo em vista compreender as formas sociais de poder presentes no capitalismo e a construção do processo para superá-las. O ponto de partida que tomamos como referência, é como Karl Marx, ao interpretar o modo de produção capitalista, descobriu as principais leis da formação da riqueza burguesa e as transformou em pilares de sustentação de sua teoria social, tendo, na evolução das forças produtivas e nas relações sociais de produção, os fatores mais importantes que preparam e impulsionam, juntamente com as demais formas sociais, as transformações estruturais desta sociedade, em favor da transição socialista. O trajeto feito nos mostra a construção do processo da transição socialista, em três movimentos entrelaçados e assegurados um no outro: o primeiro situa-se no movimento histórico antecedente à insurreição; esse, ao mesmo tempo em que se desenvolve, forma as condições para que as forças produtivas, as relações de produção e as demais relações, permeadas pelas contradições, preparam a superação do modo de produção vigente. O segundo movimento, diz respeito aos choques permanentes entre as forças sociais antagônicas em luta, com os quais os trabalhadores chegam à insurreição e fazem triunfar a revolução; e, o terceiro movimento, encarado desde o início pela participação das forças sociais, é o momento após o poder ser transferido das velhas para as novas mãos, constituído pela forma transitória de comando, compreendida por Marx, como, “ditadura do proletariado”, que garante a continuidade da revolução para chegar à emancipação social e humana. O trabalho aponta como conclusão que, é certo que sem a perspectiva socialista colocada pelo sujeito coletivo da revolução, não haverá transição socialista. A revolução não foi e não será um evento com data marcada no calendário da história que chegará por ordem do tempo, mas um processo que se constrói conscientemente, observadas as condições e as circunstâncias de cada momento da luta. Da mesma forma, o socialismo terá seu lado científico, sustentado pelas leis do desenvolvimento social, mas também um permanente formular de medidas e decisões, que somente os novos problemas, a criatividade e a rebeldia revolucionária podem indicar quais serão.

Palavras chaves: Formas, poder, transição, socialismo.

ABSTRACT

In front of nowadays humanity dilemmas, it makes urgent and necessary, discuss the socialist transition. With that in mind, this works seeks to deepen the overcoming of political power in Marx, understanding the social forms of power present in capitalism and building of the process to surpass them. The Starting point which we take as reference, is how Karl Marx, interpreting the capitalist production mode, discover the main laws of formation of bourgeois wealth and transform them into supporting pillars of his social theory, having, in the evolution of production forces and social relations of production, the most important factors that prepare and drive, together with the other social forms, the structural transformations of this society in favor of the socialist transition. The path made show us the building of the process of socialist transition, in three movements intertwined and assured one in another.: the first takes places in the historic movement prior to the insurrection; this, at the same time that it develops, form conditions to the productive forces, the production relations and the other relations, permeated by contradictions, prepare the overcoming of the present way of production. The second movement, refers to the permanent shock between the opposing social forces fighting, in which the workers insurrect and make the revolution triumph; and, the third movement, faced since the beginning by the participation of social forces, it's the moment after the power being transferred from the old hands to the new, constituting by transient form of command, comprehended by Marx, as, "dictatorship of proletariat", that assures the continuity of the revolution to arrive at social and human emancipation. This work points to the conclusion that, it's certain that without the socialist perspective put by the collective subject of revolution, there will be no socialist transition. The revolution was not and will not be an event scheduled in history's calendar that will arrive some time, but a process that is built consciously, given the conditions and circumstances of each moment of the struggle. Similarly, socialism will have its scientific side, sustained by laws of social development, but as well an ongoing process of making measures and decisions, which only the new problems, creativity and revolutionary defiance can show what would they be.

Keywords: Forms, power, transition, socialism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....10

I - O PODER SOCIAL DA RIQUEZA BURGUESA.....18

1.1 - O PODER SOCIAL E POLÍTICO NA FORMA MERCADORIA.....20

1.1.1- A gênese do poder da forma mercadoria.....22
1.1.2- O fetiche como expressão do poder.....25

1.2- O PODER SOCIAL E POLÍTICO NA FORMA DINHEIRO.....28

1.3 - O PODER SOCIAL E POLÍTICO NA FORMA CAPITAL.....32

1.4 - A PERSONIFICAÇÃO DAS FORMAS SOCIAIS DE PODER.....35

II – O CAPITALISMO E A FORMA POLÍTICA ESTATAL CENTRALIZADA.....39

2.1 – AS FORMAS E AS RELAÇÕES DE PODER INTERPENETRADAS.....42

2.2 - A FORMA POLÍTICA ESTATAL E A IGUALDADE JURÍDICA.....48

2.3 - A FORMA POLÍTICA ESTATAL E O ANTAGONISMO ENTRE AS CLASSES.....55

2.4 - A FORMA POLÍTICA ESTATAL E A SERVIDÃO VOLUNTÁRIA.....62

III - A TRANSIÇÃO COMO MOVIMENTO ASCENDENTE.....67

3.1 - A TRANSIÇÃO NO MOVIMENTO DAS CONTRADIÇÕES.....67

3.2 - A TRANSIÇÃO NO MOVIMENTO DAS SUPERAÇÕES.....71

3.2.1 - A transição e as circunstâncias históricas.....71
3.2.2 - As condições históricas para a transição.....78
3.2.3 - Perspectivas do movimento de transição.....82

3.3 - ATRANSIÇÃO COMO REVOLUÇÃO PERMANENTE.....87

3.3.1 - As rupturas das relações estruturais e das ideias.....87
3.3.2 - A simultaneidade das revoluções.....91
3.3.3 - A revolução permanente.....96

IV – O PODER DO ESTADO COMO FINALIDADE TRANSITÓRIA.....102

4.1- A SUPERAÇÃO DA FORMA POLÍTICA ESTATAL.....104

4.2 - AS NOVAS FORÇAS EM NOVAS MÃOS.....111

4.2.1 - A universalização do conhecimento.....111
4.2.2 - A organização partidária e autônoma.....113
4.2.3 - A educação política do homem novo.....115

4.3 - A LUTA PELO PODER.....119

4.3.1 - Processo longo e indefinido.....120
4.3.2 - A diversidade das formas de luta.....122
4.3.3 - As alianças e o caráter de classe.....124

4.4 - A INSURREIÇÃO COMO MOMENTO DECISIVO DA TRANSIÇÃO.....127

4.4.1 - As condições para a insurreição.....128
4.4.2 - O acaso e os motivos da revolta.....131

V - A TRANSIÇÃO E AS NOVAS FORMAS DE PODER SOCIAL.....135

5.1 - A TRANSIÇÃO COMO SOCIALISMO CIENTÍFICO.....135

5.2 - LEIS E MEDIDAS POLÍTICAS DA TRANSIÇÃO.....138

5.3 - A DEMOCRACIA SOCIALISTA.....142

5.4 - A SUPERAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE PODER CAPITALISTA.....148

5.5 - A TRANSIÇÃO DO DIREITO PARA A EMANCIPAÇÃO.....153

5.5.1 - A eliminação da mais-valia.....154
5.5.2 - A superação do estranhamento e valor.....158
5.5.3 - A elevação da consciência.....160

CONCLUSÃO.....165

REFERÊNCIAS.....180

INTRODUÇÃO

Karl Marx, ao interpretar o modo de produção capitalista, desvendou as principais leis da formação da riqueza e as transformou em pilares de sustentação de sua teoria social, tendo, na evolução das forças produtivas e nas relações sociais de produção, os fatores mais importantes que preparam e impulsionam, juntamente com as demais formas sociais, as transformações estruturais desta sociedade em favor da transição socialista.

No entanto, pesam sobre os ombros de Marx, diversas críticas, vindas, por um lado, de leitores que consideram a sua teoria social portadora de um limite denominado de "determinismo econômico" e, de outro lado, as posições de que Marx deixou de pensar a nova forma estatal de poder político para o socialismo. Ou seja, além do equívoco determinista de ter delegado ao progresso econômico a responsabilidade pela superação do capitalismo, iniciando pelos países mais avançados, segundo a crítica, furtou-se Marx ao esforço de oferecer uma alternativa de estrutura política e jurídica adequada à transição socialista.

Nesse sentido, as questões que orientam o percurso desse trabalho, voltam-se primordialmente, na direção de saber se há na teoria social de Marx, formulações suficientes que explicitam a superação do poder político do modo de produção capitalista para a transição socialista? E, consequentemente, em vista da emancipação social e humana, se Marx, além da crítica à economia política, também produziu os fundamentos teóricos que apontam para a superação do Estado capitalista?[1] Por outro lado, mesmo com limites, devido a incapacidade humana de antecipar o futuro, buscaremos apontar algumas ideias que caracterizam a necessidade da transição socialista em nosso tempo.

Pelas evidências empíricas, podemos adiantar que, por ser a transição socialista um projeto de futuro, depende ele para ser realizado das circunstâncias e condições históricas encontradas pelas forças sociais e políticas, que se relacionam diretamente com o desenvolvimento das forças produtivas e suas decorrentes relações sociais de produção em cada tempo presente.[2] São as contradições sociais e as crises diversas associadas,

---

[1] Ao compreenderem que a transição para o socialismo seria um processo longo de mudanças particulares e universais, segundo Rodolski, os fundadores do marxismo "rechaçavam qualquer especulação sobre como seria um futuro socialista, pois isso implicaria em inventar um sistema acabado, tendo por base "princípios eternos de justiça" e "leis imutáveis da natureza humana", porém, segundo o autor, "ao contrário do que discípulos oportunistas afirmaram muitas vezes, Marx e Engels formularam ideias sobre a ordem econômica e social socialista" (2002, p. 345).Portanto, este autor defende que não há um sistema, mas ideias formuladas sobre a transição.

[2] Antônio Gramsci ao explicar a relação entre passado e presente, expressa o dilema de encontrar uma referência para a passagem do ponto crítico da transição. Diz ele: "O aspecto da crise moderna que se lamenta como "onda de materialismo" está ligado ao que se chama de "crise de autoridade". Se a classe dominante perde o consenso, ou seja, não é mais "dirigente", mas unicamente "dominante", detentora da pura força coercitiva, isto significa exatamente que as grandes massas se destacaram das ideologias tradicionais, não acreditam mais no que antes

acompanhadas de fatores que criam as possibilidades para avançar e passar de um modo de produção para outro. Por isso, a transição, não era para Marx, nem poderá ser para nós, uma mudança instantânea, previsível e universal de igual padrão.

Considerando que um modo de produção é um todo constituído de formas diversas articuladas, para compreendermos a teoria da transição para o socialismo em Marx, suspeitamos que devemos partir da investigação das formas de poder social da riqueza capitalista.[3] Nossa hipótese é que, para entendermos a forma política do Estado capitalista e o processo de superação do poder político em Marx, em vista da emancipação social e humana, somente será possível se a argumentação filosófica embasar-se primeiramente nos fundamentos econômicos. Tais fundamentos encontram-se expressos nos textos da crítica da economia política, como parte fundamental da teoria social do autor, nos quais apresenta, "digressões constantes",[4] para demonstrar o que seriam as formas econômica, política e jurídica da transição socialista, como também, as diversas medidas políticas a serem tomadas de acordo com as situações históricas. Portanto, uma tríade de leis, formas e medidas, nos colocam na esteira da compreensão teórica do processo da transição para o socialismo na visão de Marx, o qual tem "as revoluções como locomotivas da história" (MARX, 2008, p. 165).

Uma primeira tentativa de aproximação da hipótese colocada tornar-se-á possível, pelo enunciado exposto em *O capital,* o qual revela o espetaculoso poder das mercadorias sobre os seus proprietários quando estabelecem as relações de troca; daí diz Marx que: "no mercado de mercadorias apenas se confrontam os possuidores de mercadorias, e o poder que exercem uns sobre os outros é somente o que deriva de suas mercadorias" (1996, p. 180). Diante disso, não estaria nos dizendo Marx, que seria esta e não qualquer outra, a primeira forma de poder a ser controlada na transição socialista para que as mercadorias sejam, não apenas destituídas da autoridade sobre os seus possuidores, mas também, para que as relações de produção e sociais se libertem das forças produtivas e da dependência das relações entre as coisas?

Por outro lado, já com o domínio das principais leis de funcionamento da economia capitalista, o próprio Marx evidenciará que as transformações somente ocorrerão se houver

---

acreditavam, etc. A crise consiste justamente no fato de que o velho morre e o novo não pode nascer: neste interregno, verificam-se os fenômenos patológicos mais variados" (2002, Vol. 3, p. 184). Esses fenômenos patológicos nos aspectos políticos, ditos por Gramsci, podemos identificá-los na atualidade, como a apatia do movimento sindical, popular e a descrença partidária; o terrorismo efetuado pelo "Estado Islâmico", em todos os sentidos, pois perdeu-se ou não está em evidência a transição para o socialismo.

[3] Daniel Bensaïd destaca que encontramos na obra de Marx, "uma crítica da razão de Estado que caminha de mãos dadas com a crítica da economia política" (2013, p. 71).

[4] Rodolski nos diz que, "em *O capital* e em trabalhos anteriores, encontramos aqui e ali digressões e observações que se ocupam dos problemas da ordem social socialista e que permitem reconhecer com clareza o que aproxima e o que afasta as doutrinas de Marx e as dos socialistas utópicos" (2002, p. 346).

"um sujeito", no caso o proletariado, que agarre as condições e assuma a responsabilidade histórica de levar em frente o processo da revolução, é com essa mensagem que abrirá a cerimônia do *Primeiro Congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores*,[5] realizado em Bruxelas em 1866, ao dizer que: "A transformação é obra dos trabalhadores ou não haverá transformação". Refere-se à obra da transformação realizada pelas ações a virem a ser organizadas, pois é para isso que estão reunidos; querem dar forma associativa ao instrumento político internacional, cuja responsabilidade é unir os trabalhadores em torno do objetivo de acelerar o processo da transição socialista, principalmente nos países mais desenvolvidos economicamente.

Para defenderem e assumirem o processo de transição, tiveram, Marx e Engels, que enfrentar as tendências teóricas internas do movimento operário. Criticam de diversas maneiras as posições políticas existentes no movimento operário da Europa, primeiramente, de forma mais organizada, no *Manifesto do Partido Comunista* de 1848, quando resumem as ideias vigentes em três linhas de entendimento. Em primeiro lugar, havia o socialismo reacionário[6] expresso de três formas: o socialismo reacionário, o socialismo pequeno-burguês e o socialismo alemão. Em segundo lugar, o socialismo conservador burguês[7] e, por fim, o socialismo e o comunismo crítico-utópico.[8] De outra forma, as posições, blanquistas, proudhonistas, anarquistas etc., foram criticadas e enfrentadas com maior vigor, na fundação e posterior organização, da *Associação Internacional dos Trabalhadores* a partir de 1864.

---

[5] A Associação Internacional dos Trabalhadores foi fundada em 28 de setembro de 1864 em ato público realizado em St. Martin´s, Long Acre, Londres. Para a fundação, fizeram-se presentes 55 delegados de diferentes organizações de 6 países (27 ingleses; 9 franceses; 9 alemães; 6 italianos; 2 suíços; 2 alemães, e mais exilados alemães e poloneses). Marx participou como exilado e recebeu a incumbência de elaborar os Estatutos Provisórios. Em 1871, na conferência de Londres, foram adotados os Estatutos Gerais, tendo como base os Estatutos Provisórios de 1864. A Associação Internacional dos Trabalhadores deixou de existir em 1876.

[6] O socialismo feudal, compreendido como a posição defendida pela aristocracia francesa e inglesa tementes aos rumos das revoluções de 1830. Derrotadas politicamente, passaram a disputar no campo literário, propondo, com a ajuda da hierarquia da Igreja Católica a restauração do feudalismo. O socialismo pequeno-burguês, enquanto posição teórica aparece nos países onde a burguesia se consolidara tendo entre ela e o proletariado, a classe pequeno-burguesa, cuja formação se dava pela junção dos intelectuais e os camponeses. Apesar das críticas à burguesia, essa visão defendia a restauração do modo de produção anterior com o antigo sistema de propriedade. Já, o socialismo alemão ou o "verdadeiro socialismo", ironicamente assim denominado, era defendido pela burguesia dominante e os intelectuais que importavam da França as ideias socialistas, desconsiderando as condições da Alemanha na qual faltava desenvolver a sociedade burguesa moderna.

[7] A posição socialista conservadora era defendida por parte da burguesia juntamente com economistas, humanistas defensores de melhores condições de vida da classe operária; citam como referência teórica o sistema exposto no livro, *A filosofia da Miséria* de Proudhon, que fortalecia a ideia da permanência da sociedade atual sem conflitos. Por isso, o socialismo burguês não passava de figura de retórica.

[8] Situa-se na origem do socialismo e do comunismo crítico-utópico de Saint-Simon, Fourier e Owen que, apesar de apontarem para as disputas entre a burguesia e o proletariado, não reconhecem neste último, a capacidade de organizar um movimento político próprio, tornando assim, as suas proposições, a fantasia de uma sociedade pré-fabricada.

A crítica sobre as várias concepções socialistas da época tinha em vista demonstrar os limites teóricos para a transição e produzir uma teoria inovadora para esse fim.[9] As formulações presentes no *Manifesto* de 1848, já vinham sendo amadurecidas desde 1845, quando os mesmos autores expressaram em, *A ideologia alemã*, que:

> O comunismo distingue-se de todos os movimentos anteriores porque revoluciona os fundamentos de todas as relações de produção e de intercâmbio precedentes e porque pela primeira vez aborda conscientemente todos os pressupostos naturais como criação dos homens que existiram anteriormente, despojando-os de seu caráter natural e submetendo-os ao poder dos indivíduos associados (2009, p. 67).

Até então, os processos de transformação, na visão de Marx, estavam presos à centralidade dos conflitos entre as classes, como sendo a força motriz da história. Como sabemos, a formulação mais contundente sobre as contradições entre as forças produtivas e as relações de produção, aparecem expostas como elementos de análise, no Prefácio de 1859 do texto *Para a crítica da economia política*, o que não significa afirmar que, metodologicamente, não estivessem subentendidas nas elaborações anteriores,[10] assim como estavam, a organização partidária e a importância da formação da consciência revolucionária do proletariado.

É entre o limite da visão ideal e científica que situamos a formulação da teoria da transição socialista na teoria social de Marx, no sentido que, se por um lado ela é vista como uma fase transitória, forjada nas leis econômicas e sociais que regem o desenvolvimento da humanidade, portanto, comprovadamente científica, na medida em que as condições históricas não se apresentam ao mesmo tempo em todos os lugares, é evidente que as formulações teóricas conjunturais, apresentam probabilidades de um vir a ser social improvável, passível da não realização, devido ao velamento das próprias contradições. É isso que nos diz Marx nos manuscritos que antecedem a sua obra, *O capital*, conhecidos por *Grundrisse*, que, no âmbito da sociedade burguesa, baseada no valor de troca, geram-se tanto relações de

---

[9] Eric Hobsbawm destaca que o socialismo marxiano se distingue de seus predecessores em três aspectos: primeiro, ele substituiu a crítica parcial da sociedade capitalista pela crítica mais ampla baseada na economia. Segundo, inseriu o socialismo na estrutura de uma análise histórica evolutiva, capaz de explicar, seja porque motivo o socialismo surgira como teoria e como movimento naquele dado período histórico, seja porque motivo o desenvolvimento histórico do capitalismo devia produzir, no final das contas, uma sociedade socialista. Terceiro, o socialismo marxiano esclareceu as modalidades da transição da velha para a nova sociedade: "o proletariado seria o seu portador, através de um movimento empenhado numa luta de classe que teria alcançado o seu objetivo tão-somente por meio da revolução da "expropriação dos expropriadores". O socialismo deixava de ser utópico e tornava-se científico". (1980, p. 64)

[10] Em *Miséria da filosofia* de 1847, ao criticar a visão economicista de Proudhon destaca que ele havia compreendido que os homens produzem a seda em determinadas relações de produção, "o que ele não compreendeu, é que essas relações sociais determinadas, são também produzidas pelos homens, do mesmo modo que a fazenda, o linho etc. As relações sociais estão intimamente ligadas às forças produtivas. Adquirindo novas forças produtivas, os homens mudam o seu modo de produção e, mudando o modo de produção, a maneira de ganhar a vida, mudam todas as relações sociais" (MARX, 1990, p. 121 e 122).

intercâmbio como de produção, que são minas para fazê-la explodir. E complementa: "... se não encontrássemos veladas na sociedade, tal como ela é, as condições materiais de produção e as correspondentes relações de intercâmbio para uma sociedade sem classes, todas as tentativas para explodi-la seriam quixotadas" (2011, p. 107). As condições materiais e as relações de intercâmbio apontam o momento propício para a transição, mas não dizem como será em todo o seu percurso.[11]

De outra forma, no *Manifesto de lançamento da Associação Internacional dos Trabalhadores,* em 1864, Marx destaca a necessidade de aprofundar a reação contra a classe dominante, mesmo quando as coisas parecem ir bem. Ao referir-se à conquista dos operários ingleses após 30 anos de luta pela redução da jornada de trabalho para dez horas, acentua os benefícios físicos, morais e intelectuais alcançados pelos trabalhadores e o benefício da conquista para todo o Continente, significando, não apenas um êxito prático, mas, acima de tudo, a vitória de um princípio político sobre a economia burguesa.

Diante das diversas evidências da valorização histórica das lutas e posições teóricas expostas e analisadas, bem como a visão de totalidade que permeia os fundamentos da teoria social de Marx, recomendamos prudência com as afirmações que delegam ao "determinismo econômico" a responsabilidade de fazer surgir a transição socialista, ou atribuir a Marx todos os desvios cometidos pelos marxistas existidos e existentes até os nossos dias. Ao contrário, a transição, trata-se de um processo organizado e sustentado pela relação das formas sociais diversas de cada sociedade, tendo em frente os objetivos revolucionários a serem efetivados.

Nesse sentido, a posição de Marx é clara, quando defende que, somente uma revolução que aproveite as características e as contradições locais, pode mudar as relações de poder social sem ainda impedir que elas se reabilitem com o mesmo conteúdo devido às diversas formas de poder não totalmente superadas. O que implica perguntar, é como podem os trabalhadores, após a revolução, impedirem que o poder novamente se elitize e se institucionalize com o revigoramento do Estado, voltando a ser um instrumento de dominação da minoria sobre a maioria?

Marx, ao analisar os resultados da Comuna de Paris de 1871, alerta para esse perigo quando diz que, "a classe operária não pode apossar-se simplesmente da máquina do Estado já pronta e fazê-la funcionar para os seus próprios objetivos" (MARX, 2008, p. 399) e, aponta a "ditadura do proletariado" como indicativo de solução desse problema.

Com isso temos o segundo fundamento de aproximação de nosso objeto de estudo, que nos faz compreender a formulação da teoria social e a transição socialista em Marx, como um

[11] "A ação política nunca é restrita à mera ilustração de uma lógica histórica nem à consumação de um destino escrito de antemão" (BENSAÏD, 2013, p. 71).

processo histórico, e não como algo que ocorre tudo de uma vez, nem em um só tempo. Os vestígios iniciais do pensamento que apontam para a superação do Estado e do poder político, encontramos já expressos na *Miséria da filosofia* de 1847, quando, em meio ainda a influências hegelianas, surgem perspectivas de substituições como formas de superações da sociedade civil e do poder político, no processo histórico a ser realizado pelos trabalhadores. Assim destaca Marx:

> A classe trabalhadora substituirá, no decurso do seu desenvolvimento, a antiga sociedade civil por uma associação que excluirá as classes e o seu antagonismo, e não mais haverá poder político propriamente dito, já que o poder político é precisamente o resumo oficial do antagonismo na sociedade civil (1978, p.192).

Sendo a sociedade um todo constituído, os poderes se entrelaçam e transmutam-se uns nos outros, seja na sociedade civil produtiva ou na forma política estatal centralizada, cuja superação deverá ocorrer, simultaneamente e, na medida em que se extingue o poder econômico, extingue-se também a forma do poder político Estatal. Para chegar a esse ponto, Marx percorreu um longo caminho que passou por duas expressivas inserções revolucionárias, descritas nos textos, *As lutas de classe na França de 1848 a 1850*, quando vislumbrou que, uma revolução precisa de um pretexto para acontecer (2008, p. 177) e, na Comuna de Paris, de 1871, ao escrever *A guerra civil na França*, compreendeu que a ditadura do proletariado é antes de tudo a tomada de decisões coletivas. “As suas medidas especiais não podiam senão denotar a tendência de um governo do povo pelo povo” (2008, p.413).

O trajeto seguido neste trabalho tem início, portanto, na compreensão do poder da riqueza burguesa, que nos mostra a transição socialista em três movimentos entrelaçados e assegurados um no outro: o primeiro situa-se no movimento histórico antecedente à insurreição; esse, ao mesmo tempo em que se desenvolve, forma as condições para que as forças produtivas, as relações de produção e as demais relações, permeadas pelas contradições, não realizam, mas preparam a superação do modo de produção vigente. O segundo movimento, diz respeito aos choques decisivos entre as forças sociais em luta, as quais buscam, pela insurreição, a transferência do poder para o comando político das “novas mãos”, alcançado pelo triunfo da revolução; e, o terceiro movimento, encarado desde o início pela participação das forças sociais, quando a organização se eleva para o exercício do poder estabelecido, o poder das novas sobre as velhas forças, afirmadas pela forma transitória de poder, compreendida por Marx, como sendo o período da “ditadura do proletariado”, exercida e continuada pela revolução, levada adiante como revolução permanente em vistas da emancipação.

Veremos que as indicações dadas por Marx em sua teoria social, na medida em que o

proletariado passa a ter o controle do poder e a fazer intervenções sobre os diferentes setores produtivos, aproveita o processo já existente da socialização do trabalho na produção, através da expropriação dos exploradores, para transformar os meios de produção em propriedade social. Modificam-se de imediato a compreensão e a ação sobre a produção do valor, a interrupção da mais-valia, as relações de produção, o conceito de jornada de trabalho, salário, concorrência entre trabalhadores empregados e "exército de reserva" que passa a ser desfeito. O proletariado, ao assumir o controle da base econômica, extingue o poder e com ele a própria classe antagônica e se apresenta como a força de comando das novas relações que conduzem à nova sociedade, por isso, consciente de seu papel na história, pode garantir as decisões que toma. Deixando de existir os antagonismos entre as classes, o Estado, segundo também Engels, converte-se em representante de toda a sociedade e, por esta razão, torna-se supérfluo, isto porque, não há mais nenhuma classe que precisa ser submetida por outra.

O Estado então, onde reside o poder político, não é abolido por um decreto, mas extingue-se por sua própria inutilidade. Como alternativa Marx aponta o surgimento da organização da forma associativa dos produtores, não como uma "estrutura" predeterminada, mas, como indicação de que as diferentes formas econômicas, políticas e jurídicas não constituirão mais o poder de uma classe sobre a outra, dando início à passagem do reino da necessidade para o reino da liberdade.

Nesse sentido, este estudo, embora não responda à maioria dos problemas estruturais contemporâneos, nos instiga a verificar alguns aspectos contraditórios que, diante dos dilemas criados pelo progresso regressivo do capitalismo,[12] transformam os defensores da governabilidade da ordem capitalista, em "feiticeiros" que perdem o controle sobre os seus próprios poderes e, apesar das tecnologias e dos avanços científicos, geram cada vez mais catástrofes sociais e rumam, se nada for feito, para a inserção definitiva na barbárie.

É neste jogo de ofensivas e conciliações que as organizações sindicais e políticas dos trabalhadores, da atualidade, que lutam para chegar aos governos de seus países, se não se dispuserem a extinguir a mais-valia, juntamente com a valorização do valor, nem tampouco a desfazerem-se do Estado capitalista, para organizarem em seu lugar associações de produtores

[12] Chamamos de "progresso regressivo" o estágio atual do desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo que, pelo modelo adotado exaure as reservas naturais e degrada a dignidade humana. Ao mesmo tempo em que faz evoluir as descobertas tecnológicas e científicas, avança contra o planeta colocando em dúvida a própria continuidade da reprodução social e da vida das espécies no futuro próximo, incluindo a espécie humana que se desagrega pela intensidade da barbárie que avança cotidianamente, seja pela violência provocada contra a natureza em que o Estado não limita os distúrbios gerados pelo capital, seja pela violência contra os humanos, provocada pelo abandono das populações à própria sorte. Diante disso, o dilema colocado para as forças conscientes é se ainda se pode confiar no progresso capitalista, como um dos pilares sustentadores da teoria da transição para o socialismo, ou se, para evitar o agravamento do estado de barbárie precisamos agir rápido, conduzindo a transição sobre as contradições existentes, em vistas de salvar o planeta?

livres, que contribuição podem dar à humanidade? Deveriam, ao invés de fortalecerem, questionarem, se o sistema institucional representativo da forma política capitalista já não estaria superado? Ao invés de induzirem as massas a sustentarem as velhas formas, não seria conveniente para o processo revolucionário, investirem na busca de novas formas participativas que, acima de tudo, tenham a dimensão ética e a capacidade de superarem também o caráter cínico do "homem da mercadoria"[13], convertendo o comportamento humano em um novo referencial social?[14] Devemos pensar nisso, porque a revolução da eletrônica, da robótica e da informática já possibilita à informação chegar, em tempo real, a qualquer parte do mundo, e, enquanto parte das forças produtivas e da superestrutura do capitalismo, devem servir, nas mãos dos trabalhadores, para, no processo de transição socialista, intensificar cada vez mais a participação nas decisões políticas.

Por fim, embora tenhamos um longo caminho pela frente e muitas respostas serão formuladas no momento em que a humanidade se colocar as perguntas que estiver preparada para resolvê-los, queremos assegurar que há esperança,[15] isto porque, o capitalismo, em sua fase de progresso regressivo, já não consegue controlar as suas próprias leis nem esconder os estragos ecológicos e sociais que financia, obrigando as pessoas a terem que tomar posição em favor de uma nova cultura e da transição. Dizemos isso porque, é perceptível que os recursos da natureza do planeta já não suportam, em nome da acumulação da riqueza, sustentar o crescimento econômico anual de todas as nações a qualquer custo. Já há riqueza demais produzida, o que cabe agora, é dividi-la.

---

[13] "O homem da mercadoria, o comerciante, torna-se mestre da linguagem, mestre em linguagens. Servir-se-á delas magistralmente: para se introduzir e fazer-se aceitar, para apresentar o que oferece, para ceder pelo melhor preço, para comprar nas melhores condições. Mentirá, inventará, contará histórias... (LEFEBVRE, 1966, p. 317).

[14]Hannah Arendt defende que "a sociedade competitiva de consumo criada pela burguesia gerou apatia, e até mesmo hostilidade, em relação à vida pública, não apenas entre as camadas sociais exploradas e excluídas da participação ativa no governo, mas acima de tudo entre a sua própria classe" (2012, p. 441). Não seria então o direito ao consumo o critério mensurador das liberdades democráticas a ser invertido para que haja incentivo à participação nas decisões políticas da vida pública?

[15] Carlos Nelson Coutinho "O próprio desenvolvimento do capitalismo, ao criar um mercado de força de trabalho intelectual, alterou a situação dos produtores de cultura: a possibilidade de que eles exerçam sua função já não depende do favor pessoal, já não resulta da cooptação" (2005, p. 36).

Capítulo I

O PODER SOCIAL DA RIQUEZA BURGUESA

Karl Marx, em seus estudos de 1859, ao buscar compreender a riqueza das sociedades onde rege a produção capitalista, abre o texto, "*Para a crítica da economia política*" com um parágrafo emblemático, ao dizer que, "à primeira vista, a riqueza burguesa aparece como uma enorme acumulação de mercadorias, e a mercadoria isolada como seu modo de ser elementar. Mas toda mercadoria se apresenta sob o duplo ponto de vista de valor de uso e valor de troca" (1982, p.31)[16]. O mesmo parágrafo é quase que literalmente transportado para o primeiro capítulo do livro 1, da obra, *O capital* de 1867. Dizemos quase, porque um detalhe importante não pode passar despercebido, que é a substituição da expressão, "seu modo de ser elementar" (*sein elementarisches Dasein*)[17], para a expressão "é a forma elementar" (*als seine elementarform*) da riqueza.(1996, p. 41).

Consideramos que esta breve diferenciação inicial faz muito sentido, pois, da primeira vez, pela tradução referida, Marx interpreta que a mercadoria aparece como "modo de ser" da riqueza burguesa, enquanto que, na segunda exposição, a mesma mercadoria é vista como "forma", ou mais precisamente, como uma das formas, já que ela é "elementar"; está na origem ou é a base, mas ela não representa a totalidade da riqueza burguesa da qual fazem parte também, pelo menos, a forma dinheiro e a forma capital.[18]

A forma mercadoria antes de chegar a ser riqueza e passar a exercer poder sobre os homens, passa pela encarnação da forma valor; este, como a alma no corpo, estará presente na formação da forma dinheiro e na forma capital; por essa razão é que Marx se detém sobre a "forma elementar", logo no início de sua obra *O capital,* para compreender as demais formas

---

[16] A tradução da obra "*Para a crítica da economia política*" que aqui utilizamos foi publicada pela Editora Abril Cultural em 1982, tendo como tradutores: Edgard Malagodi, Leandro Konder, José Artur Gianotti e Walter Rehfeld; com a introdução feita por Jacob Gorender. A tradução da obra "O capital" que utilizamos neste trabalho é a de Reginaldo Sant´Anna; 15ª edição, publicada em 1996 pela editora Bertrand Brasil.

[17]No original em alemão, a passagem do texto, *Para a crítica da economia política* encontramos: "*Auf den ersten Blik erscheint der bürgerliche Reichtum als eine ungeheure Warensammlung, die einzelne Ware als sein elementarisches Dasein*(WERKE, 1961, t. 13, p. 15) Já na obra, *O capital* podemos ler:"*Der Reichtum der Gesellschaften, in Welchen Kapitalistische Produktionsweise herrscht, erscheint als eine "ungeheure Warensammlung" die einzelme Ware als seine Elementarform".*(WERKE, t. 23.1962).

[18] A variação para o termo "forma" ao invés de "modo", apresentada no início do livro *O capital*, nos remete à compreensão de que Marx considera a *forma*, tal qual o faz em outros aspectos sociais, um referencial estruturante de toda a sua obra, pois, para além da identificação da mercadoria enquanto forma, estende o mesmo conceito numa tríplice relação com o dinheiro e com o capital.

decorrentes do trabalho humano. Para que as relações entre as diversas formas ocorram e sejam garantidas, haverá de ter, no capitalismo, um vínculo muito estreito entre o valor e outras formas sociais, que se articulam no âmbito econômico, político e jurídico.

O entendimento de que Marx toma a riqueza como ponto de partida para desvendar as formas, mercadoria, dinheiro e capital é defendida por Moura (2004, p. 114) quando diz que "Passa inadvertido a grande número de comentaristas o fato de a arquitetura argumentativa de *O capital* iniciar-se pela noção de "*riqueza*" (*Reichutum)* e não pela de "*mercadoria*" (*Ware*), como aos mais afoitos pudera parecer". Para o autor, a noção de riqueza não foi eleita arbitrariamente, coincide com as duas artes de Aristóteles, a *economia* e a *crematística;* a principal obra de Adam Smith, "A riqueza das nações" e, com a visão de Ricardo, para quem a riqueza depende sempre da quantidade de mercadorias. Marx teve que se perguntar primeiro em que consistia a riqueza capitalista, e, "como o capital e o dinheiro, de que ela se compõe, podem ser representados, grosso modo, por mercadorias..." (2004, p. 120).

A tríade, mercadoria, dinheiro, capital[19], funciona na teoria de Marx, sem se distanciar das outras formas sociais específicas que garantem a reprodução da socialidade capitalista, entendida como relações sociais, políticas e jurídicas; forças articuladoras de fetiches e mistérios que os próprios indivíduos que se julgam proprietários e senhores das coisas, são, no fundo, servidores intermediários das transações que o poder dessas formas sociais detém. Sendo que a mercadoria representa a base elementar da riqueza, pelo atributo do valor de uso, ela se relaciona após ser levada ao mercado, diretamente com o dinheiro. Sendo ela o alvo inicial da análise de Marx, é por meio dela que se pode perceber o surgimento das relações reificadas nos produtos do trabalho humano, quando eles são levados ao mercado.

Na sociedade capitalista, com a elevação cada vez maior da quantidade de mercadorias, surge também, a perspectiva da reprodução do capital que não aparece por conta própria nem é o resultado de uma ação individual humana, senão, o contrário, ele é o resultado de esforços sociais conjugados. É assim que vêem Marx e Engels ainda em 1848, quando interpretam o capitalismo em razão de formularem o programa político da Liga dos Comunistas que, "deve-se tomar o capital como uma força social e não pessoal" (1986, p. 30).

---

[19] Mauro Castelo Branco de Moura (2004, p. 123) denomina a diversidade de formas interligadas entre mercadoria, dinheiro e capital, de "Tríade fetichóide". Segundo o autor, "A forma dinheiro supõe lógica e historicamente a forma mercadoria, e o capital, por sua vez a ambas pressupõe. Não é mera coincidência portanto, que a argumentação de Marx siga precisamente a mesma ordem temática: mercadoria, dinheiro e, finalmente, capital". Em nota ainda assevera o mesmo autor: "Por isso, os segredos da forma mercadoria só podem ser completamente desvendados após a emergência histórica da forma capital, que, por sua vez, só pode ser explicitada a partir da mercadoria" (2004, p.125).

Por isso é que ele só pode existir por meio das relações de produção, circulação troca e consumo de mercadorias desenvolvidas pelos homens que vivem em sociedade.

O que nos interessa aqui, é desvendar na teoria social de Marx, como aparece o poder da riqueza expresso na tríade que inter-relaciona a mercadoria, o dinheiro e o capital, com a participação das demais formas de interações humanas e da sociedade capitalista. Para ser de mais fácil entendimento, tomamos cada forma em particular para vermos como se manifesta o poder social presente em cada uma delas, como participam, de que maneira se sustentam na sociedade burguesa e, em que sentido podem ser transformadas no processo de transição; incluindo a forma política estatal e o poder político das instituições.

1.1 – O PODER SOCIAL E POLÍTICO DA FORMA MERCADORIA

Marx, em seus *Manuscritos Econômicos* de 1857-1858,[20] nos apresenta que, nas sociedades pré-capitalistas, a riqueza aparece concretamente como valor-de-uso e, por isso, a sua investigação se volta para saber qual é o modo de propriedade que cria os melhores cidadãos, sendo que, naquela forma, a riqueza só aparece como um fim em si mesmo. O contrário ocorre na sociedade capitalista quando a finalidade passa a ser a de produzir valor, provocando uma inversão fundamental nos objetivos da produção e na relação entre as coisas produzidas. Então diz Marx:

> Agora, a riqueza é, por um lado, coisa, realizada em coisas, em produtos materiais, com os quais o ser humano se defronta como sujeito; por outro lado, como valor, é simples comando sobre o trabalho alheio, não para fins de dominação, mas da fruição privada etc. Em todas as formas, a riqueza aparece em sua figura objetiva, seja como coisa, seja como relação mediada pela coisa, que se situa fora e casualmente ao lado do indivíduo. Desse modo, a antiga visão, em que o ser humano aparece sempre como a finalidade da produção, por estreita que seja sua determinação nacional, religiosa ou política, mostra ser bem superior ao mundo moderno, em que a produção aparece como finalidade do ser humano e a riqueza, como finalidade da produção (2011, p. 399).

Se na visão antiga, o ser humano produz e aparece ele mesmo como finalidade, a produção não tem outra função que não seja a de garantir que a utilidade dos produtos esteja em primeiro plano. No entanto, se traçarmos um paralelo entre aquelas sociedades pré-capitalistas, com a sociedade propriamente capitalista, veremos que, nas primeiras, a finalidade da produção é servir para criar melhores cidadãos, ao passo que, na segunda, é a

[20] Os Manuscritos Econômicos de 1857-1858 consistem em três textos com reflexões de Karl Marx e que ficaram conhecidos pela denominação em alemão de *Grundrisse*, traduzidos e publicados pela primeira vez em 1939, pelo Instituto Marx-Engels-Lenin, órgão do Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética. No Brasil, essa obra foi traduzida pela Editora Boitempo em 2011.

riqueza na forma mercadoria (embora seja também portadora de valor-de-uso), o alvo da finalidade de todo o processo de produção. Temos então, nesse particular, um duplo sentido de finalidades do trabalho: no primeiro, o valor de uso afirma o indivíduo que produz como sujeito da produção; no segundo, o valor, faz crescer a riqueza apresentando-se ele mesmo como o comando sobre o trabalho alheio

Sendo assim, a riqueza capitalista não se revela apenas como "coisa", mas também como relação mediada pela coisa (mercadoria) com a qual o ser humano se defronta, mas por ser uma coisa externa a ele, lhes impõe a obrigação de produzir sempre mais valor, fazendo-o exteriorizar forçadamente no processo de produção, as suas energias e habilidades de trabalho. Mais ainda, na economia burguesa, na época da produção que lhe corresponde, diz Marx (2011, p. 400), "essa exteriorização total do conteúdo humano aparece como completo esvaziamento; essa objetivação universal, como estranhamento total e a desintegração de todas as finalidades unilaterais determinadas, como sacrifício do fim em si mesmo a um fim totalmente exterior". É nesse sentido que, por mais estreita que seja a visão antiga, na qual o ser humano aparecia sempre como finalidade é imensamente superior ao mundo moderno no qual o valor comanda e põe em primeiro plano a produção da riqueza.

Temos aqui, uma primeira indicação da inversão obrigatória que deverá ser feita no processo de transição para o socialismo, que Marx levará em conta para fazer com que o valor de uso se sobreponha ao valor e inverta as relações entre as coisas e os homens, fazendo que estes últimos tenham a supremacia sobre elas.

A finalidade da riqueza mediada pela coisa, situada fora do sujeito, é comandada no capitalismo, pelo valor que, ao invés de emancipar, desumaniza o produtor. Desde o processo de produção, o valor se impõe sobre o trabalhador, obrigando-o a exteriorizar pelo trabalho, os dons, as capacidades, as energias do cérebro e dos nervos, características que são arrancadas dele e transformadas em mercadorias, que passam como criaturas alheias a dominá-lo; isto porque, ao redor das relações que levam socialmente a constituir a forma valor, desenvolvem-se outras formas correlatas políticas e jurídicas que asseguram a contínua reprodução da exploração e da dominação social que na transição para o socialismo deverão ser superadas.

É evidente que as relações de produção não abrangem nem representam a totalidade das relações de uma sociedade[21] a serem transformadas, mas não se pode relativizá-las nem

[21] A título de esclarecimento, Engels em 1890 em carta a J. Bloch reafirma que o econômico não é o único fator que determina a formação social e histórica da sociedade. "[...] De acordo com a concepção materialista da história, o fator que em última instância determina a história é a produção e a reprodução social da vida. Nem Marx nem eu jamais afirmamos mais que isto. Se alguém o tergiversa, fazendo do econômico o único determinante, converte esta tese numa frase vazia, abstrata, absurda. A situação econômica é a base, mas os

desconsiderar o papel que a produção desempenha na sociedade capitalista. Não há como não levar em conta que os vínculos entre as pessoas são estabelecidos, principalmente, através da presença ou pela influência das coisas, seja na produção, circulação, troca ou consumo. Nesse sentido, é necessário desvendar a gênese do poder da mercadoria como forma elementar da riqueza capitalista.

1.1.1 - A gênese do poder da mercadoria

Na introdução ao texto *Para a crítica da economia política* de 1857/58 com o título de, "produção, consumo, distribuição, troca (circulação), Marx identifica que os economistas percebem um encadeamento dessas especificidades, no entanto, vêem de forma superficial. Tal visão distorcida não se limita aos economistas clássicos, mas se estende e de maneira ainda mais alienada, entre os cidadãos na sociedade capitalista que não percebem a produção, o consumo, a distribuição e a troca como um processo compartilhado, nem que há uma reciprocidade entre os diferentes momentos, como vemos no próprio título em que o consumo está ligado à produção antes mesmo que a distribuição e a troca. Então diz Marx: "O resultado a que chegamos não é que a produção, a distribuição, o intercâmbio, o consumo, são idênticos, mas que todos eles são elementos de uma totalidade, diferenças dentro de uma unidade". (1982, p. 13).

Se o produtor desconhece que a produção é imediatamente também consumo de faculdades humanas e forças vitais, meios de produção que se desgastam e se convertem novamente em elementos universais; matéria prima utilizada e que se exaure e que consumo é também imediatamente produção, por sua vez o comprador ao se apropriar do produto através da troca, desconhece todo o processo anterior, não vê as trocas necessárias anteriores efetuadas para que o produto chegue ao ponto de ser trocado por ele. A preocupação puramente com a troca, induz o comprador e o vendedor a imaginarem que a mercadoria pronta para ser consumida, tem existência própria e por isso não interessa conhecer todo o processo anterior, nem os diversos trabalhos nela incorporados para produzi-la. Esse despercebimento ocorre porque, no processo de produção há a apartação direta entre o produtor e a finalidade da produção e, nas próprias relações de troca há a transformação dos

---

diversos fatores da superestrutura que se erguem sobre ela – as formas políticas da luta de classes e seus resultados, as Constituições que, depois de ganha uma batalha, a classe triunfante redige etc., as formas jurídicas e inclusive os reflexos de todas essas lutas reais na cabeça dos participantes, as teorias políticas, jurídicas, filosóficas, as ideias religiosas e o seu desenvolvimento ulterior até a sua conversão em dogmas – exercem também sua influência sobre o curso das lutas históricas e determinam, em muitos casos predominantemente, sua forma. (MARX e ENGELS, 2010, p.103 e 104)

diferentes trabalhos concretos em um só tipo de trabalho abstrato, que se converte em valor. O valor é, portanto, o reinado do trabalho abstrato. Sem ele não há domínio do valor. É nesse contexto que se forma o poder da mercadoria[22] que passa a subordinar os seres humanos, colocando-os como suporte para auxiliá-las na efetivação das relações que elas precisam estabelecer entre si.

Nesse sentido nos esclarece Marx que:

> O que distingue particularmente a mercadoria do seu possuidor é a circunstância de ela ver em qualquer outra apenas a forma de manifestar-se o próprio valor. Igualitária e cínica de nascença, está sempre pronta a trocar corpo e alma com qualquer outra mercadoria, mesmo que seja mais repulsiva que Maritornes (1996, p. 95).

Duas coisas são importantes destacar neste enunciado de Marx. A primeira trata das circunstâncias encontradas pela mercadoria para distinguir-se de seu possuidor, demonstrando que ela tem o poder de "ver" em outra mercadoria e não em outro produtor, a forma de revelar o seu valor. Coopera ela para o funcionamento do mercado, onde a coisa com o atributo do valor goza de superioridade sobre os produtores que a movimentam. A segunda, diz respeito ao cinismo de nascença do qual a mercadoria é portadora. Ou seja, está na própria gênese da mercadoria e não na vontade dos homens que, pelo trabalho, produzem um ser de corpo e alma capaz de sair das mãos do proprietário e pôr de volta para ocupar o seu lugar, outro corpo com a mesma alma, às vezes feio e repulsivo, mas útil, eficiente, capaz de causar satisfação nos consumidores como o fazia Maritornes[23] que, apesar de sua pouca beleza, atraia os fregueses para o ambiente comercial, para gastarem as suas reservas em bebidas.

O produtor de qualquer mercadoria no capitalismo, pela garantia da forma jurídica, tem a liberdade de produzi-la e comercializá-la, mesmo que tenha mau cheiro, ou seja, um escremento[24] repulsivo. Mas, a liberdade que o produtor de mercadorias, em particular, tem

---

[22] Guy Debord (1997) destaca que o desenvolvimento das forças produtivas foi a história real inconsciente e modificou as condições de existência dos grupos humanos; se antes produzia para a subsistência, mas na sociedade mercantil "com a revolução industrial, a divisão fabril do trabalho e a produção em massa para o mercado mundial, a mercadoria aparece como uma força que vem ocupar a vida social. É então que se constitui a economia política, como ciência dominante e como ciência de dominação" (1997, p. 30). Ou seja, a mercadoria não influenciou apenas o ambiente das relações sociais e de produção, como também o campo do conhecimento, na sua intervenção constante e cada vez mais arrojada sobre o poder político.

[23] Marx se refere à obra de Miguel Cervantes, Dom Quixote de La Mancha, na passagem em que ele chega ferido a uma venda e é atendido pela bela filha do proprietário e pela funcionária Maritornes, assim descrita nas suas características: "Servia também na venda uma moça asturiana, larga de cara, cabeça chata por detrás, nariz rombo, torta de um olho, e do outro pouco sã. Verdade é que a galhardia do corpo lhe descontava as outras faltas; não tinha sete palmos dos pés à cabeça; os ombros que algum tanto lhe cegavam, faziam-lhe olhar para o chão mais do que ela quisera". (2005, 244). Deduze-se que Maritornes seja um apelido carinhoso configurado pela junção do nome próprio Marie, com o ato de ir e retornar (retourner) atendendo os pedidos de forma cortês.

[24] Marx se refere em *O Capital*, que qualquer mercadoria, ao assumir a forma dinheiro, é igualzinha a qualquer outra. Por isso "Dinheiro pode ser escremento, mas escremento não é dinheiro" (1996, p. 122).

para produzi-las, não se reproduz no mercado no momento de definir as proporções que cada um deve receber em troca pelo seu produto.

Todo produtor está vinculado através de uma espessa rede de relações de produção indiretas com inúmeras outras pessoas. A relação com todos os compradores do mesmo produto, com todas as pessoas de quem esse produtor compra meios de produção etc., e, em última instância, com todos os membros da sociedade. A atividade produtiva de um produtor depende da atividade produtiva de todos os membros da sociedade. Daí a conclusão que chega Rubin é que, "a atividade produtiva de um membro da sociedade só pode influenciar a atividade produtiva de outro membro através de coisas" (1987, p. 24). Logo, sem a presença "das coisas", não há poder de influência produtiva de uns sobre os outros membros da sociedade. Configura-se, portanto, a nosso ver, em todo o processo de produção, circulação e a troca, a presença e a gênese da formação do poder da mercadoria que está intimamente vinculado ao poder do dinheiro e do capital.

Em síntese, o poder da mercadoria é formado em um processo que inicia na produção, se desenvolve e tem sua manifestação mais acentuada, na circulação e troca. Nesse estágio, o valor de troca não se mede pelo grau de parentesco, amizade ou relações de vizinhança que possa existir entre comprador e vendedor, mas sim pela quantidade de trabalho encarnado em cada mercadoria. Valor, portanto, é trabalho humano. Na medida em que o trabalho encarnado em cada produto não pode mais ser retirado, passa a ser um atributo social que será conhecido se for convertido na forma valor e, a única maneira do proprietário usufruir dele é trocando a mercadoria por outra de igual valor. Surge então, pelas relações de troca, o espetáculo[25] do poder social das mercadorias na forma de uma fantasiosa democracia social que, não é outra coisa senão a ditadura da lei do valor. Na medida em que as mercadorias se encontram no mercado, submetem aqueles que são possuidores de mercadorias a cumprirem essa lei. Os não possuidores de mercadorias, por não serem portadores de condições para efetuarem as trocas, são invisíveis para as mesmas

Se anteriormente vimos que no mercado as relações de troca se dão entre as coisas e não entre os homens, agora vemos que não são todos os homens que interagem no mercado, apenas os que são possuidores de mercadorias e se enfrentam com o poder que advém das próprias mercadorias. Esta tese sustenta e esclarece suficientemente o que significa o poder

[25]Sobre este aspecto é importante observar o que diz Debord (1997). "O espetáculo é o momento em que a mercadoria ocupou totalmente a vida social. Não apenas a relação com a mercadoria é visível, mas não se consegue ver nada além dela: o mundo que se vê é o seu mundo. A produção econômica moderna espalha, extensa e intensivamente, sua ditadura" (1997, p. 30).

das mercadorias presente nas relações econômicas, jurídicas, políticas, culturais etc., dos homens que são os seus possuidores.

1.1.2 – O fetiche como expressão do poder das mercadorias

Na medida em que Marx considera que o caráter misterioso do produto do trabalho provém da própria forma mercadoria, afasta de imediato qualquer possibilidade de interpretação de que haja em tais relações, um fenômeno metafísico em vigor, cujo poder de dominação sobre os homens, derive de forças extraterrenas. Todavia, reconhece ele, que há um caráter misterioso nos produtos destinados à troca no mercado, mas este mistério se forma no próprio corpo da mercadoria desde a produção, circulação, troca e consumo revelando-se através de diferentes aspectos.

Um primeiro aspecto do qual deriva o mistério e o poder da forma mercadoria, encontramos em sua própria constituição expresso em dois atributos sociais, compreendidos como, valo-de-uso e valor[26] que induzem e convertem as relações entre os homens em relações entre as coisas. A evidência do núcleo dessa definição na teoria social de Marx encontra-se nesta passagem da obra *O capital* (1996, p. 81): "Uma relação social definida, e estabelecida entre os homens, assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas". Curiosamente Marx, segue expondo no mesmo parágrafo, que algo semelhante somente pode ser encontrado na região nebulosa da crença, pela qual os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, figuras autônomas que mantém relações entre si e com os seres humanos. "É o que acontece com os produtos da mão humana, no mundo das mercadorias" (1996, p.81).

Por outro lado, é possível perceber que Marx constrói o conceito de *fetichismo* ao longo de sua obra[27], tornando-o referência fundamental de sua teoria o qual catalisa todas as demais definições; demonstrando assim que a mercadoria não é um simples objeto, mas está dotada de um poder que cria a riqueza burguesa e articula as relações entre compradores e vendedores. Isso se deve a que, na sociedade capitalista, diferentemente das sociedades anteriores, a produção está predominantemente voltada para o valor de troca. Não estaria aqui

---

[26]Conforme Moura (2005, p. 60). "À utilidade (valor-de-uso) – subjetivamente fundada em qualidades diferenciadas e sensorialmente perceptíveis (enquanto se destina à satisfação de apetências) – contrapõe-se o valor – propriedade social objetiva e homogênea (enquanto puramente quantitativa e extra-sensorial) – que se origina do confronto no mercado, sob as formas relativas e equivalencial, dos produtos do trabalho privado. Ao primeiro atributo, que transcende à socialidade burguesa e não oferece maiores obstáculos à intelecção, acopla-se o outro, cujo caráter peculiar obnubila-lhe o sentido, converte-o em um verdadeiro hieróglifo social a ser devidamente decifrado: trata-se do fenômeno descrito por Marx como fetichismo mercantil."

[27]Rosdolski (2002, p. 117) nos diz que não significa que a compreensão de Marx sobre o "fetichismo da mercadoria" somente tenha se originado em meados na década de 1860.

então a chave para entendermos a necessidade premente de controlar o poder das mercadorias para anular o poder das coisas transmutando-o como poder dos homens, na transição socialista?

Um segundo aspecto demonstrativo da existência de um mistério no corpo da mercadoria, Marx define o define juntamente com a identificação da forma mercadoria dizendo que ela é "a forma elementar da riqueza", mas como um objeto externo ao produtor, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, seja qual for, a origem delas, "provenha do estômago ou da fantasia" (1996, p. 41). Ora, na vida social, objetos que com suas propriedades podem satisfazer as necessidades da fantasia, estão mais distantes da realidade concreta e mais próximos do mundo das crenças religiosas[28], não é o que ocorre nas relações mercantis. No mercado onde são trocadas as mercadorias, um objeto pode ser útil de diferentes modos, em se tratando da mercadoria, embora ela tenha diferentes propriedades e funções, tal qual ocorre com a carranca ou o totem no mundo das crenças populares que podem livrar dos perigos ou conduzir o destino para encontrar as mediações de saciar as necessidades, a mercadoria pode contribuir para saciar o estômago, satisfazer as necessidades da fantasia, valorizar o valor etc.[29]

Bastaria então os homens separarem o valor de uso do valor, para debelarem o poder social das mercadorias? Marx compreende que, se deixarmos de lado o valor de uso da mercadoria, só lhe resta uma propriedade, a de ser produto do trabalho. "Mas então, o produto do trabalho, já terá passado por uma transmutação" (1996, p.44). Como ocorre tal transmutação no produto do trabalho? De maneira direta, segue dizendo o autor que, ao deixar de lado o valor de uso abstrai-se também as formas materiais e os elementos que fazem dele um valor de uso. O produto já não é mais mesa, casa, fio ou qualquer coisa útil, e também não é mais produto do trabalho específico, seja ele marceneiro, pedreiro, fiandeiro, etc. "Desvanecem-se, portanto, as diferentes formas de trabalho concreto, elas não mais se distinguem umas das outras, mas reduzem-se todas, a uma única espécie de trabalho abstrato" (1996, p.44 e 45). Nesse sentido, encontramos um terceiro aspecto do mistério existente na mercadoria.

---

[28]Reinaldo Carcanholo (2011, p. 87) ao explicitar o fetichismo por meio das carrancas utilizadas na antiguidade em barco assírios, fenícios e que também passaram a ser usadas a partir de 1870, por pescadores do Rio São Francisco, no Nordeste brasileiro, diz que: "A carranca é um fetiche, e o fenômeno da mente humana de atribuir poderes à escultura, ao pedaço de madeira, e de tornar o ser humano submisso ou dependente dela é o que caracteriza o fetichismo".

[29]Moura (2004, p. 220) "A mercadoria é um objeto prático, que já nasce como demiurgo, apoderando-se da subjetividade de seu produtor e deixando-lhe, como legado, sua própria objetualidade."

Ao desvanecerem-se as formas de trabalho concreto em cada produto, transmutando-se para uma única espécie de trabalho (o trabalho abstrato), a mercadoria passa a ser envolvida pelo mistério do valor. O produtor, embora veja e toque o produto do seu trabalho, já não tem poder de decisão sobre ele, porque o valor se impõe como uma força independente sobre a vontade do proprietário que, se quiser ver a troca realizada é obrigado considerar no produto, apenas o tempo de trabalho social médio para produzi-lo, que passa a ser representado pelo valor. O fetichismo da mercadoria consiste então, na ocultação das relações entre os homens e no aparecimento das relações entre as coisas.

As mercadorias são de difícil controle porque levam consigo dupla potencialidade, identificadas por Marx como objetos úteis e, ao mesmo tempo, veículos de valor, por isso, se afirmam enquanto mercadorias com poder de troca. No entanto, enquanto as mercadorias vêm ao mundo sob a forma de valores de uso, com materialidade palpável, o valor em si não possui nenhum átomo de matéria. Daí que Marx confirma a presença do mistério: "vire-se e revire-se, à vontade, uma mercadoria: a coisa-valor se mantém imperceptível aos sentidos" (1996 p. 55). É a capacidade de tornar imperceptível o valor aos sentidos, que as mercadorias demonstram o poder social que possuem. É essa imperceptividade do valor que a transição socialista, na teoria social de Marx, não tolerará.

Um quarto aspecto misterioso do poder da mercadoria está presente no valor corporificado em duas mercadorias a serem trocadas, como sendo a capacidade do reconhecimento que existe nelas. Destaca Marx (1996, p. 59), "O linho reconhece no casaco, mesmo abotoado, a alma igual à sua através do valor". Neste caso, o linho está na posição ativa, por representar a forma relativa do valor, e o casaco, aberto ou abotoado, por estar representando a forma equivalente, espera passivamente que o linho identifique e reconheça nele a mesma alma, ou seja, o valor, trabalho humano abstrato. Neste sentido, quem tem o poder de reconhecer no casaco mesmo abotoado a alma igual a sua, é o linho e não o comprador ou o vendedor que abotoam e desabotoam o casaco.

O linho ou a mercadoria que representa a forma relativa do valor que cumpre, portanto, o papel ativo na relação, não somente reconhece, como também transmite seu pensamento em linguagem peculiar, que o casaco, forma equivalente, diferencia-se fisicamente dele, mas iguala-se pelo valor.

Podemos concluir que é esse poder existente na forma equivalente, dentre outras formas, que deve ser controlado para que a transição possa fazer surgir novas relações sociais e de produção, superando as relações fetichizadas que há entre os homens e as coisas na sociedade capitalista.

Intervir sobre o processo que põe a forma equivalente do valor, como senhora determinadora e reguladora das trocas, permite, na transição socialista, com as mudanças de relações no processo de produção, a coisa deixa de circular na forma mercadoria e o mistério em si se desvanece.

1.2 - O PODER SOCIAL E POLÍTICO NA FORMA DINHEIRO

Marx considera que existe uma fase transitória entre a forma geral para a forma dinheiro do valor, no sentido que, enquanto a primeira pode ocorrer com qualquer mercadoria escolhida para desempenhar o papel da forma equivalente, na media em que a forma natural se identifica socialmente com a forma equivalente, torna-se mercadoria dinheiro e passa a funcionar como dinheiro. Para ele, o ouro[30], historicamente passou a ter essa posição social privilegiada, substituindo outra mercadoria como equivalente geral.

Antes do ouro, o equivalente geral passou por diversos outros produtos, como afirma Marx nos *Grundrisse*, quando se empenha em decifrar as curiosidades sobre o dinheiro então destaca ele:

> Quando a sociedade se eleva acima do nível das meras transações do escambo, qualquer substância que é igualmente valorizada pelo comprador e pelo vendedor, pode transformar-se em dinheiro [...] Uma das primeiras foi o gado, mas esta obviamente é uma moeda inaplicável a pequenos compradores, porque causaria problemas para o vendedor dar troco de um boi. Conchas são usadas em grande medida como dinheiro, na Índia, nas ilhas hindus e na África; as conchas de caracol da Índia valem de 32 para um quarto de *pence* inglês. Semente de cacau, amêndoas, milho, todos já tiveram de servir como dinheiro. Em países de caçadores, peles... sal... Peixe seco muitas vezes [é] dinheiro na Islândia e em Newfoundaland; ocasionalmente, o açúcar foi dinheiro na índia Ocidental (2011, p. 758).

O que chama a atenção na descrição histórica de Marx é, por um lado, a diversidade de produtos que cumprem o papel de equivalente geral em certos tempos históricos; por outro lado, um detalhe parece ser também importante, quando trata que a sociedade, para chegar ao ponto de estabelecer o equivalente geral, precisa elevar-se acima das meras transações do escambo. Sendo assim, o dinheiro tornou-se uma mercadoria especial, na qual todas as outras expressam o seu valor. No entanto, como nunca se viu na história, o dinheiro, na sociedade

[30] No capítulo III do livro I (1996, p. 105) Marx declara que, "a fim de simplificar, pressuporemos sempre que o ouro é a mercadoria dinheiro." Deduzimos que, apenas como pressuposição, o ouro é a mercadoria dinheiro, pois, na sequência evidenciará que o dinheiro é a forma necessária de manifestar-se na medida encarnada do valor das mercadorias, portanto, tempo de trabalho. No entanto, conforme exposto claramente no primeiro capitulo do livro O capital, o dinheiro é uma das formas de valor, outras formas e outros produtos antes do ouro serviram como referências de forma equivalente do valor.

burguesa, passou a exercer diversas funções, podendo ser: equivalente geral; meio de troca; medida de valor; meio de acumulação ou entesouramento, e meio de pagamento universal.[31]

Seria então o dinheiro nas suas mais diversas formas de apresentação, um dos fatores mensuradores do desenvolvimento da civilização? Se assim o é, qual é a razão de sua afirmação e como se pode controlá-lo no período de transição para a superação da sociedade capitalista? De outro jeito, como se compreende o sistema de troca das mercadorias, comandado pela forma do equivalente geral, na transição socialista?

Conforme vimos, o dinheiro, onde rege a produção capitalista é uma das formas de expressão da riqueza burguesa e seu poder reside no valor. O fetiche do dinheiro ocorre porque as mercadorias vêem nele a figura do seu próprio valor. Segundo Marx (1996, p. 122), "Torna-se dinheiro real, porque as mercadorias, por meio de sua alienação geral, fazem dele a encarnação real do seu valor, a figura em que se transforma seu corpo útil". Por meio dessa alienação revela-se a capacidade do dinheiro de medir e expressar o valor das mais diversas mercadorias independe de sua materialidade.

O dinheiro em contato com a mercadoria dá a seu portador o poder de comprá-la, podendo assim apropriar-se dela através da troca. Por isto, diferentemente dos economistas, Marx conclui que o dinheiro não é um símbolo; ele, como qualquer mercadoria é portador de valor de uso e valor, no entanto, sua função social é a de representar a forma geral do valor para facilitar as relações de troca com as demais mercadorias.

O dinheiro, na medida em que participa das trocas, cumpre a função de retirar continuamente valores de uso de circulação, fazendo com que as mercadorias possam ser apropriadas e utilizadas abrindo espaço para a produção de novas mercadorias. O poder do dinheiro em relação às demais mercadorias é que ele detém a função de medir o valor de todas elas, por isso, independentemente do que seja qualquer mercadoria, deve aceitar que seu valor seja convertido em dinheiro. Dessa forma, do poder do dinheiro advém o poder do capitalista de se encontrar com os proprietários de outras mercadorias, como um sujeito capaz de tudo comprar, inclusive, a força de trabalho que produz todas as mercadorias. Nesse sentido, não se pode eliminar o capitalista na transição para o socialismo e manter a mesma função do dinheiro. Se assim for, mantém-se o mesmo sistema de trocas e o poder das mercadorias não desaparecerá.

---

[31] Hobbes (2012, p. 2030) já havia percebido as funções e os meios pelos quais o dinheiro circula para o uso público, mas em apenas duas modalidades ou vias: "uma das vias o conduz aos cofres públicos, e a outra o faz sair dos cofres para o pagamento de dívidas públicas. À primeira espécie pertencem os coletores e tesoureiros e, à segunda, também os tesoureiros, assim como os funcionários responsáveis pelo pagamento dos vários ministros públicos ou privados".

Marx, para demonstrar o poder do dinheiro, compara os possuidores de mercadorias a Fausto, que agem antes de pensar e invertem a primeira frase do evangelho de João, onde diz: "no princípio era o verbo", para: "no princípio era a ação".[32] Então diz ele, em sua perplexidade, nossos possuidores de mercadorias pensam como Fausto: "no princípio era a ação". Agem antes de pensar. "As leis oriundas da natureza das mercadorias revelam-se através do instinto natural dos seus possuidores" (1996, p. 96).

O interesse do capitalista é produzir cada vez mais em vistas de colocar valores de uso no mercado. Por sua vez, o mundo das mercadorias regulado por suas próprias leis, se encarrega de pensar por aqueles que prioritariamente gastam as suas energias na ação. Então as mercadorias se valem do instinto natural dos homens para impor a lei de somente haver troca se houver uma mercadoria que se apresente como o equivalente geral, por isso já é uma relação definida a priori, antes do capitalista se propor a produzir; ou seja, esse equivalente geral só pôde aparecer porque houve socialmente uma combinação entre homens e mercadorias para elegerem uma dentre elas que expressasse os seus valores. Diante disso, Marx, para demonstrar o poder que o dinheiro tem nas relações de troca, recorre ao Apocalipse e o compara com a besta: "Todos eles têm um mesmo desígnio, e entregarão sua força e seu poder à besta. E que só possa comprar ou vender quem tiver o sinal, a saber, o nome da besta ou o número do seu nome" (1996, p. 97). O dinheiro funciona então, na sociedade capitalista, como o livre arbítrio de cada indivíduo que deve cumprir o destino comum de todos aqueles que vão ao mercado para serem comandados pela "besta" cujo nome é formado por números.

Por outro lado, a besta exterminadora do Apocalipse no capitalismo é também o dinheiro. Na atualidade, ele, como capital fictício torna-se incontrolável por aqueles que possuem o sinal ou sabem o número de seu nome. Segundo Marx, a constituição de capital fictício chama-se capitalizar, no entanto, "mesmo quando a obrigação, o título, não seja como as apólices que representam capital imaginário, ainda assim o valor-capital desse título é puramente ilusório" (MARX, l. 3 1991b, p.537).

---

[32] Franz Hinkelammert (1983) faz uma exegese bastante apurada sobre as referências ao Apocalipse e ao trecho do Evangelho de São João destacadas por Marx. Sobre a frase invertida por Goethe: "No princípio era a ação", o autor supõe que Marx entende exatamente o que ocorre com o produtor de mercadorias: age antes de pensar e o mundo das mercadorias pensa por ele; enquanto ele executa os ditames das mercadorias renuncia à liberdade. Na segunda, referente à besta do Apocalipse, o mesmo autor a vincula com a passagem de *O capital* que diz: "O valor não traz escrito na fronte o que ele é. Longe disso, o valor transforma cada produto num hieróglifo social" (MARX, 1996, p. 83). O "sinal na fronte", segundo Hinkelammert, aparece em todas as etapas da análise da mercadoria: valor, dinheiro e capital, mas na análise do dinheiro é que Marx vincula tal ilusão à besta do apocalipse e ao anticristo.

É o dinheiro na sociedade burguesa, que se eleva e põe sob a sua dominação tanto os que o buscam para comprar bens de uso, como também aqueles que querem ver o patrimônio multiplicar-se na forma de meios de produção. Com seu poder e capacidade reprodutiva, o dinheiro penetra em todos e é o agente dinamizador de todos os espaços da economia, da política, cultura, educação, religião etc., determinando o que pode ou não tornar-se mercadoria.

Hobbes, antes de Marx já havia destacado no *Leviatã* (2012, p. 202), a importância do dinheiro, como meio para a passagem dos bens de homem para homem dentro do Estado. "E isso a tal ponto que esse acondicionamento é como se fosse a corrente sanguínea de um Estado..." Por este entendimento, torna-se compreensível a linguagem de certos economistas, na atualidade, quando analisam que os Estados perderam quantidades significativas de suas reservas, ao dizerem que houve uma "sangria" financeira.

Marx, nos *Grundrisse* nos dá o indicativo de que o poder do dinheiro poderá ser controlado no processo de transição pela superação do valor. Segundo o autor, o valor de troca do produto, engendra o dinheiro ao lado do produto. Como é impossível suprimir as contradições derivadas da existência do dinheiro ao lado das mercadorias por meio da modificação da forma dinheiro, "é igualmente impossível suprimir o próprio dinheiro enquanto o valor de troca permanecer a forma social dos produtos" (2011, p. 95). Sendo assim, se o valor aparece e se realiza na troca através do dinheiro, não são apenas as relações de troca que precisam ser modificadas para que a forma dinheiro do valor perca o sentido de sua presença social, mas o processo todo que se inicia na produção.

De acordo com Marx, a mudança de valor do dinheiro que pretende se transformar em capital, não pode ocorrer no próprio dinheiro. Como meio de compra, o dinheiro realiza o preço da mercadoria. Por outro lado, a mudança do valor do dinheiro decorre da revenda porque o ato apenas reconverte a mercadoria na forma dinheiro. Para extrair valor do consumo e fazer com que o dinheiro se converta em capital, o proprietário do dinheiro deve descobrir na esfera da circulação, uma mercadoria que seja a fonte do valor, de tal modo que, ao consumi-la ela crie valor; essa mercadoria se chama força de trabalho.

O início da perda da importância do dinheiro na transição para o socialismo se dá pela impossibilidade do capitalista continuar a transformá-lo em capital, em três sentidos: primeiro por não existir mais um mercado de trabalhadores livres; segundo, pela força de trabalho deixar de ser mercadoria e, terceiro, porque os trabalhadores despojados de todas as coisas necessárias para produzir passam a ser possuidores dos meios de produção.

Por outro lado, Marx pondera em *O capital* que o sistema de crédito é uma poderosa alavanca para impulsionar a transição do modo capitalista de produção para o modo de

produção do trabalho associado, isto porque, o crédito tem o poder de imprimir um caráter social ao capital. O sistema de crédito tem então, uma natureza dúplice de, por um lado, desenvolver a força motriz da produção capitalista, o enriquecimento pela exploração do trabalho alheio, fazendo com que poucos explorem a riqueza social, mas, de outro modo, constitui o benefício de efetivar os investimentos entre os associados apontando para as relações vindouras do novo modo de produção. Todavia, alerta o autor que, esse é apenas um dos elementos que deve estar relacionado com outras grandes mudanças orgânicas. Como equaciona então Marx, a questão do poder do dinheiro e do crédito na transição para o socialismo?

Acredita, ele, que ao perdurar o modo capitalista de produção, uma de suas formas será o capital, produtor de juros, continuar sendo o agente formador da base do sistema de crédito. No entanto, "quando os meios de produção tiverem cessado de se converter em capital (o que inclui a abolição da propriedade fundiária privada), o crédito como tal não terá mais sentido algum..." (1991b p. 696).

Não terá mais sentido porque a produção não dependerá do financiamento dos créditos a juro, nem as mercadorias mobilizarão e organizarão as pessoas no processo produtivo. Se não há mais um sistema de produção da forma mercadoria, a forma dinheiro também perderá o sentido de existir. De maneira irônica diz Marx: "Só Proudhon, esse escritor sensacionalista, que pretendia combinar a produção de mercadorias com a abolição do dinheiro, era capaz de imaginar essa monstruosidade" (1991b, p. 696).

1.3 - O PODER SOCIAL E POLÍTICO NA FORMA CAPITAL

Marx reconhece nos *Grundrisse* que, para desenvolver o conceito de capital, é necessário partir, não do trabalho, mas do valor já desenvolvido no movimento da circulação. "É tão impossível passar diretamente do trabalho ao capital quanto passar diretamente das diversas raças humanas ao banqueiro, ou da natureza à máquina a vapor" (2011, p. 200).

A produção e a circulação das mercadorias se constituem nas condições históricas que dão origem ao capital; isto porque, segundo Marx, retirado o conteúdo material da circulação e consideradas apenas as formas econômicas que engendram o processo de circulação, encontraremos o dinheiro como produto final, e é esse produto final da circulação das mercadorias, a primeira forma de aparecimento do capital. Neste sentido, não basta ser dinheiro para ser capital. Destaca Marx (1996, p. 166) que, "o dinheiro que é apenas dinheiro se distingue do dinheiro que é capital, através da diferença na forma de circulação".

O raciocínio de Marx é inicialmente de fácil compreensão, pois tem como ponto de partida a forma simples da circulação, quando uma mercadoria é convertida em dinheiro, mas logo em seguida é reconvertida em mercadoria (M – D – M) para, com o mesmo dinheiro da venda, comprar outra mercadoria; essa transação não reúne condições para a formação do capital. O inverso dessa forma é quando se dão as condições para que surja o capital, tendo em vista que nela, o dinheiro é convertido em mercadoria e esta reconvertida em dinheiro novamente (D – M – D). Nesta segunda relação, entre dinheiro e mercadoria, o processo se amplia, porque o objetivo agora é comprar para vender, levando o dinheiro, por meio dessa transação, a transmutar-se em uma forma de capital.

O que distingue os dois circuitos é a sucessão inversa das fases. A diferença é que o dinheiro quando compra mercadoria para ser vendida, pretende voltar a ser dinheiro nas mãos do capitalista, demonstrando que o ponto de partida que origina o capital é a compra e não a venda como ocorre na operação simples, quando, primeiro tem que se vender a mercadoria para obter dinheiro.

No caso de ser a mercadoria a intermediadora, o objetivo do comprador da mesma, é fazer render o dinheiro. Para que isto aconteça, há que haver intimidade e certa confiabilidade do comprador para com o dinheiro, isto porque, expõe Marx (1996, p. 167 e 168); "Com a compra lança dinheiro em circulação, para retirá-lo dela depois com a venda da mesma mercadoria. Solta o dinheiro com segunda intenção de apoderar-se dele de novo". Por isto, apenas adianta dinheiro no intuito de recuperá-lo posteriormente.

Ao "soltar o dinheiro", o comprador capitalista, que pensa em revender a mercadoria adquirida, momentaneamente se desfaz dele, deixando-o mesmo à solta para que faça outras transações para, posteriormente "apoderar-se" novamente do dinheiro, em quantidade aumentada; o que às vezes pode não ocorrer, isto porque, o regresso do dinheiro ao ponto de partida pode ser atrapalhado pela dificuldade da venda ou, para desfazer-se do produto ter de trocá-lo por um valor menor do que o aplicado. No entanto, o objetivo final do comprador é retirar mais dinheiro daquela quantidade lançada em circulação. Esse acréscimo é denominado por Marx de valor excedente, gerado pelo movimento da circulação, alterando a magnitude do dinheiro e consequêntemente do capital.[33] O capital primeiro, investido, permanece na mercadoria a espera da venda para ser acrescido com o lucro e ser reinvestido, tornando-se também capital.

---

[33] Em nota, no livro *O capital,* expõe Marx (1996, p. 171) citando Engels, "Umrisse zu einer Kritiki der Nationalökonomie" em "Deutsch-Französische Jahrbücher," ed por Arnold Ruge e Karl Marx, Paris, 1844, p. 99 que "O capital divide-se... em capital primitivo e lucro, o acréscimo ao capital...embora na prática esse lucro se torne imediatamente capital e seja posto em movimento com o capital primitivo."

Na medida em que a circulação do dinheiro se dá na forma de capital, passa a ter finalidade em si mesmo que é a de expandir o valor. Segundo Marx (1996, p. 171), "por isso, o movimento do capital não tem limites". Como representante desse movimento, o capitalista representa ser, no mundo dos homens, um indivíduo sem limites. Sua pessoa, diz Marx (1996, p. 172), ou melhor, seu bolso é donde sai e para onde vai o dinheiro. E acrescenta: "enquanto a apropriação crescente da riqueza abstrata for o único motivo que determina suas operações, funcionará ele como capitalista, ou como personificação, dotado de vontade e consciência". A personificação do capital, no funcionamento do sistema, faz com que ele assuma o comando e o controle dos indivíduos que o manuseiam.[34]

Marx nos mostra, porque o capital é mais do que dinheiro autônomo investido em busca de valorizar o valor, quando diz que, "o valor passa de uma forma para outra, sem perder-se nesse movimento, transformando-se numa entidade que opera automaticamente" (1996, p. 173). Como entidade, ele tem formas alternadas de manifestação que, examinando-as chega-se às proposições, diz Marx que, "capital é dinheiro, capital é mercadoria." [35]

Nessa relação entre capital, dinheiro e mercadoria, por se tratar da circulação de mercadorias, o valor passa a ser uma entidade, invisível e impalpável que cumpre o papel de fazer o sistema funcionar por sua própria dinâmica; ou melhor, o valor é o agente de um processo que age continuamente revezando as formas dinheiro e mercadoria, para modificar a sua própria magnitude e expandir-se em si mesmo de forma automática. Então destaca Marx:

> O valor se torna valor em progressão, dinheiro em progressão e, como tal, capital. Sai de circulação, entra novamente nela, mantém-se e multiplica-se nela, retorna dela acrescido e recomeça incessantemente o mesmo circuito. D - D´, dinheiro que se dilata, dinheiro que gera dinheiro, conforme a definição de capital que sai da boca dos seus primeiros intérpretes, os mercantilistas (1996, p 174 e 175).

---

[34] Segundo Mészáros: "O sistema do capital se baseia na alienação do controle dos produtores. Neste processo de alienação, o capital degrada o trabalho, sujeito real da reprodução social, à condição de objetividade reificada – mero "fator material de produção" e com isso derruba, não somente na teoria, mas na prática social palpável, o verdadeiro relacionamento entre sujeito e objeto. Para o capital, entretanto, o problema é que o "fator material de produção" não pode deixar de ser o sujeito real da produção" (2002, p. 126).

[35] Carcanholo e Sabadini exemplificam que: "o capital é um verdadeiro fantasma obcecado pela metamorfose; possui a obsessão pela busca de uma forma e sempre de uma forma diferente da que possui. E essa forma diferente não pode ser qualquer forma, precisa ser aquela rigidamente determinada pela sua forma de circulação, apresentada" (2011, p. 130). Destacam ainda os autores que o valor depois de transformado em valor-capital, prossegue até alcançar uma etapa, nos dias atuais, em que, sendo desprovido de materialidade própria, consegue existir sem nenhum tipo de materialidade. Transforma-se em um fantasma sem necessidade de nenhuma materialidade. É o que ocorre com o capital fictício ou capital especulativo parasitário, incorretamente denominado de "capital financeiro".

Marx concebe que o capital é a expansão consumada do valor, que, como vimos se desenvolve através de um movimento incontrolável. Tal movimento ilimitado visa acumular dinheiro para, posteriormente, inseri-lo novamente no processo de circulação e retirar dele mais dinheiro, expandindo com isto o valor. Então afirma Marx (1996, p. 172), "Nunca se deve considerar o valor-de-uso objetivo imediato do capitalista. Tampouco o lucro isolado, mas o interminável processo de obter lucro".

Temos então, que a mercadoria é o pressuposto de todo esse processo, embora o dinheiro e o capital pareçam ser forças esplendorosas que tudo determinam em termos de relações mercantis e na acumulação de riqueza.[36] Compreendemos que, se é sobre a forma mercadoria que podemos perceber e analisar a forma dinheiro, e se o capital nada mais é do que dinheiro investido e colocado em circulação, com o intuito de vê-lo multiplicado, a mercadoria enquanto produto é o ponto de partida, e o processo torna-se incontrolável, quando as transações visam a valorização do valor.[37] Daí é que a transição para o socialismo não poderá ocorrer sem que esse círculo contínuo seja interrompido e controlado.

1.4 – A PERSONIFICAÇÃO DAS FORMAS SOCIAIS DE PODER

Na medida em que se desenvolvem as relações de produção e as relações sociais de produção, as formas sociais: econômica, jurídica e política aumentam as expressões de seus poderes no interior do modo de produção capitalista. A reprodução desse sistema passa pela interação destas diferentes formas históricas criadoras de contradições.

Compreendemos que a interação entre as diferentes formas sociais de poder, ocorre no processo de produção e fora dele, isto porque, aquilo que o trabalhador vende é sua força de trabalho, para isso tem de submeter-se enquanto indivíduo às ordens do capitalista que, por sua vez, é comandado pelas referidas formas sociais, políticas e jurídicas. O domínio indireto do capitalista sobre o trabalhador dar-se-á na medida em que, fora do ambiente de trabalho, o

---

[36] Mauro Castelo Branco de Moura (2004) concorda que a mercadoria é a forma elementar e que sobre essa base Marx pôde analisar a forma dinheiro que se desenvolve a partir da forma mercadoria, no entanto, alerta que nem todos os comentaristas compreendem dessa forma a relação entre o "lógico" e o "histórico". A nós não interessa esta polêmica sendo que o objetivo é demonstrar que no mercado, o poder que os homens exercem uns sobre os outros é o poder que advém das mercadorias e, por isso buscamos desvendar se esse poder de fato obriga ou não os proprietários das mercadorias a colocarem-se inteiramente à disposição delas submetendo-se aos ditames da lei do valor.

[37] Istvan Mészáros (2002, p. 96) é um ferrenho defensor da tese da incontrolabilidade do capital. Diz ele, "Antes de mais nada, é necessário insistir que o capital não é simplesmente uma "entidade material" – também não é ... um "mecanismo" racionalmente controlável, como querem fazer os apologistas do supostamente neutro "mecanismo de mercado" (a ser alegremente abraçado pelo "socialismo de mercado") mas é, *em última análise, uma força incontrolável de controle sociometabólico*".

seu tempo livre seja utilizado para convertê-lo em tempo de consumo da forma mercadoria.[38] Neste caso, os indivíduos não decidem sobre si mesmos, a própria funcionalidade do mercado se encarrega de envolver e dinamizar a ocupação deles fora do ambiente de trabalho.

A interação entre as diferentes formas de poder social, não somente põem os homens a serviço das trocas como os controla por meio da personificação das coisas. Conforme nos diz Marx (1996, p. 688), "O capitalista só possui um valor perante a história e o direito histórico à existência enquanto funciona personificando o capital".[39] Sem isso ele é um ser qualquer.

Ao personificar o capital, o capitalista passa a se dedicar à valorização do valor e, como um fanático da expansão do capital acredita que, quanto maior for a quantidade de mercadorias produzidas e postas em circulação, mais ele representa o capital, tornando-se assim, mais poderoso e respeitado, embora, como diz Marx (1996, p. 688), "O capitalista é apenas uma das rodas motoras desse mecanismo".

No processo de interação das formas sociais, por um lado, o capitalista é impelido continuamente a ter de empregar capital na produção industrial com o objetivo de aumentá-lo. Por outro lado, pelas leis externas da concorrência, obriga-se a ter de expandir-se acumulando progressivamente para conservar o capital e manter o poder pessoal que do capital devém. Daí então, diz Marx (1996, p. 689) que: "Juntamente com a quantidade de material humano explorado, a acumulação amplia o domínio direto e indireto do capitalista".[40]

Marx compreende que no modo capitalista de produção, o processo de trabalho é apenas um meio de criar valor, da mesma forma, a reprodução é apenas um meio de reproduzir o valor antecipado como capital ou como valor que se expande. "Uma pessoa só assume a feição econômica de capitalista quando seu dinheiro funciona continuamente como capital"[41] (1996, p. 660). Daí se explica porque algumas pessoas não escapam ao "desígnio divino" de terem que comer o pão com o suor do próprio rosto. Ou seja, na medida em que não alcançam as condições para fazer com que o dinheiro funcione como capital, mesmo sendo dele

---

[38] Para Adorno (2002, p.109), a questão do tempo livre não é algo abstrato. Ele é acorrentado ao seu oposto. "O fetichismo que medra o tempo livre está sujeito a controles sociais suplementares".

[39] Hobbes, quando trata das pessoas, dos autores e das coisas personificadas, no *Leviatã*, destaca que a palavra "pessoa", para os gregos *prósopon*, significava *face*, na língua do Latim, a palavra *persona* significa *disfarce* ou aparência exterior de um homem imitado no palco; depois a palavra se transferiu para a linguagem corrente, nos tribunais e na vida social. Daí que segundo Hobbes, "Personificar é, pois, atuar ou representar a si mesmo ou a outro. Quem atua por outro, responde por sua pessoa ou age em seu nome".

[40] No intuito de tornar mais evidente a dominação capitalista, Marx recorre à tese de Lutero o qual defende que a ambição de dominar é um dos fatos do impulso para enriquecer-se e isto o faz, ao invés da repulsão de um usurário homicida, a ser adorado pelos cristãos (1996, p. 689).

[41] Para que o dinheiro do capitalista funcione continuamente como produção e reprodução do capital, o investimento feito terá que produzir mais-valia em períodos subsequêntes. Marx exemplifica com a aplicação de 100 libras esterlinas aplicadas, rendendo no primeiro ano 20 libras de mais-valia, terá que, nos anos subsequêntes repetir a mesma operação.

portadores, a feição é de trabalhador; condição que o obriga a vender diariamente a própria força de trabalho.

Marx relaciona as diversas formas sociais de interação e personificação das coisas, como partes constitutivas do mesmo sistema econômico, jurídico e político ao dizer que:

> No capital e na pessoa do capitalista – na realidade o capital personificado – os produtos se tornam força autônoma ante os produtores. A terra, por sua vez personificada no proprietário, resiste e se torna força autônoma que exige a participação no produto obtido com sua ajuda. Desse modo, o que à terra cabe receber para se renovar e acrescer a produtividade, o proprietário embolsa por meio da renda com que transaciona e que dissipa. É claro que o capital requer previamente que o trabalho seja assalariado. Mas, é claro também que, e o ponto de partida é o trabalho assalariado, parecerá natural identificar o trabalho em geral com o trabalho assalariado, e o capital e a terra monopolizada parecerão ser necessariamente a forma lógica das condições de trabalho, em face do trabalho geral (1991a, p. 946 e 947).

O capitalista embolsa o que pertence ao trabalhador e à terra e transforma o resultado extraído de ambos, em capital. O trabalho assalariado, a terra e o capital tornam-se, na lógica dessas relações, condições especiais de ser do modo de produção capitalista. Tudo isso é assegurado pelas formas jurídicas e políticas estatais que também se personificam[42] no capitalista que passa a ter o poder para subjugar o trabalhador. Tendo em vista o objeto de nosso estudo, se os trabalhadores eliminarem o capitalista, despersonificam o capital que os explora e conquistam com isso a liberdade econômica e política?

Apressadamente poderíamos dizer que sim, mas na prática configuraríamos um grande equívoco, isto porque, conforme nos afirma o próprio Marx, no livro 2 de *O capital* (1991a, p. 940), "o processo capitalista de produção é forma historicamente determinada do processo social de produção"; logo, não é apenas o individuo como tal que deve ser controlado, mas a forma social em sua totalidade, isto porque, dependendo das circunstâncias históricas o capitalista pode não ser um individuo em particular.[43] Daí que a tática política de eliminar ou sequestrar autoridades isoladamente, analisa Lenin em 1887, torna-se sem fundamento na luta política e impróprio para levar à frente a transição socialista. É a superação das diversas

---

[42] Hobbes (1999, p.136) Após dizer que poucas são as coisas incapazes de serem representadas pela ficção. "As coisas inanimadas, como uma Igreja, um hospital, uma ponte, podem ser personificadas por um reitor, um diretor ou um supervisor".

[43] István Mészáros (2002, p. 720) "O capital em seu ser-para-si é a personificação necessária do capital que, dependendo das circunstâncias históricas específicas, pode ou não ser o proprietário capitalista privado dos meios de produção. O que decide a questão é a relação-capital na qual o controlador do trabalhador – que deve ser, sob a forma capitalista do domínio do capital o capitalista e não um capitalista particular ou individual, este sendo subsidiário ao conceito de capital em si – enfrenta e domina o trabalhador".

formas sociais, políticas e jurídicas [44]que a transição socialista quer objetivar enquanto perspectiva de um processo contínuo de novas superações.

O capitalista enquanto personificação do capital, pela forma mercadoria, empenha-se em buscar maneiras para valorizar o valor e reproduzir o capital indefinidamente. O capital, por sua vez, pela ajuda recebida, oferece em troca a estrutura e a organização das relações sociais entre os homens, na falsa ilusão de que todos são queridos por ele e, pelo fetiche do consumo, induz a pensar que, quanto mais consumirem, mais livres serão. Então diz Marx: "Sua própria necessidade transitória, nessas condições, está ligada à necessidade transitória do modo capitalista de produção. Mas, ao personificar o capital, o que o impele não são os valores de uso de sua fruição e sim o valor de troca e sua ampliação (1996, p.688).

Sem a intermediação do valor de troca, o capitalista perde toda a importância para o capital e, sem ambos, o capital perde a possibilidade de continuar sendo uma forma social. Na medida em que, na presença das coisas, fica impedida a possibilidade de valorizar o valor, não somente a forma mercadoria deixa de ser uma forma social, como também as relações sociais passam a ser geridas com outros objetivos[45] eliminando qualquer "virtude social" atribuída à coisa pela forma social capitalista.

Marx nos diz que, "o processo que produz o assalariado e o capitalista tem suas raízes na sujeição do trabalhador. O progresso consistiu numa metamorfose dessa sujeição, na transformação da exploração feudal em exploração capitalista" (1996, p. 831).[46] É a sujeição oriunda da forma social constituída pela exploração, que não pode mais ser tolerada na transição socialista. A metamorfose das formas sociais continua existindo e servem de alavancas para as transformações provocadas pelas formas sociais organizativas das classes, que Marx denomina de "proletariado", responsável por fazer a sua própria revolução.

---

[44] "A forma não é um construto eterno e atemporal. Pelo contrário, representa uma objetivação de determinadas operações, mensurações, talhes e valores dentro das estruturas históricas do todo social... A forma social não é uma fôrma inflexível e imutável, na medida em que se faz e é refeita numa rede de relações sociais" (MASCARO, 2013, p. 22).

[45] Rubin (1987, p. 34 e 35) explica detalhadamente esse processo no âmbito das relações capitalistas, dizendo que, se uma determinada coisa dá a seu proprietário a possibilidade de manter relações de troca com qualquer outro proprietário de mercadorias, então a coisa possui virtude especial de intercambialidade, ela tem "valor". Se a mesma coisa vincula dois proprietários de mercadorias, um dos quais é o capitalista e o outro um trabalhador assalariado, então a coisa não é apenas "valor", mas também capital. Se o capitalista mantém relação de produção com o proprietário de terra, então o valor, o dinheiro que ele transfere ao outro representa "renda". Se o capitalista industrial paga ao capitalista financeiro, pelo capital emprestado, a quantia paga denomina-se "juro". Sendo assim "Todo tipo de relação de produção entre pessoas confere uma "virtude social", uma "forma social", específica, às coisas através das quais as pessoas mantêm relações diretas de produção".

[46] Marx conclui a explicação dizendo que, embora os prenúncios da produção capitalista já apareçam, nos séculos XIV e XV, em algumas cidades mediterrâneas, a era capitalista data do século XVI. Onde ela surge, a servidão já está abolida há muito tempo, e já estão em plena decadência as cidades mediterrâneas, a era capitalista data do século XVI.

CAPITULO II

O CAPITALISMO E A FORMA POLÍTICA ESTATAL CENTRALIZADA

Considerando os aspectos históricos das formas de produção, a apropriação de seus resultados e os antagonismos entre as classes, tendo em vista o objetivo de nosso estudo, em desvendar se há uma teoria da transição socialista nas formas econômicas, sociais, políticas, jurídicas e ideológicas em Marx?; queremos demonstrar que as relações de produção capitalistas, desde o início, provocaram mudanças na forma de dominação e, a necessidade de afirmação da classe dominante levou, ao mesmo tempo, a ter de criar o Estado capitalista como forma de poder apropriado para esse fim. Precisamos saber agora, qual é o vinculo, a dependência ou o grau de autonomia existente entre as formas econômicas, sociais e políticas e como os trabalhadores e os capitalistas se situam diante dessas formas.[47]

Encontramos no prefácio do texto, *Para a crítica da economia política*, de janeiro de 1859, esclarecimentos dando conta que Marx, como redator da *Gazeta Renana* (1842/43), "viu-se em apuros" para tomar parte da discussão sobre os "interesses materiais" que tratavam das polêmicas das deliberações do Parlamento renano, sobre o roubo de madeira e, o parcelamento da propriedade fundiária; dentre outras questões colocadas pelo governador da província. Marx se interessa pelas questões econômicas e obriga-se a fazer, inicialmente, uma revisão crítica da *Filosofia do Direito de Hegel*, no ano de 1844. Diz então Marx.

> Minha investigação desembocou no seguinte resultado: relações jurídicas, tais como formas de Estado, não podem ser compreendidas nem a partir de si mesmas, nem a partir do assim chamado desenvolvimento geral do espírito humano, mas do contrário, elas se enraízam nas relações materiais da vida, cuja totalidade foi resumida por Hegel sob o nome de "sociedade civil" (*bürgerliche Gesellschaft*) seguindo os ingleses e franceses do século XVIII; mas que a anatomia da sociedade burguesa (*bügerliche Gesellschaft*) deve ser procurada na Economia Política (1982, p. 25).

[47] Joachin Hirsch, diz que, a análise histórica defensora de que a economia capitalista engendrou o Estado, é equívoca. "Ele surgiu com ela, na medida em que o desenvolvimento das correspondentes relações econômicas e políticas deu-se em uma correlação muito complexa. As estruturas sociais características das relações capitalistas de produção – da propriedade privada dos meios de produção e da força de trabalho livre até a sua forma política específica – surgiram por meio da ação social, em que a violência desempenhou um papel central. Isso vale tanto para a chamada acumulação primitiva como para o aparecimento de um aparelho estatal autônomo e centralizado"(2010, p. 61 e 62).

Ao considerar a sociedade burguesa como o local onde se enraízam as relações materiais da vida, pelas quais se explica a anatomia da mesma, por isso, somente interpretadas pela Economia Política, não indica, a nosso ver, que Marx priorize nem estabeleça a supremacia de umas relações sobre as outras. Apenas diz que as relações jurídicas e as formas de Estado devem ser compreendidas não pela metafísica, mas pela materialidade das relações, com a ajuda da Economia Política. No entanto, é importante perguntar o que entende Marx por "sociedade burguesa" (*bügerliche Gesellschaft*) e "Estado"? Responder a esta indagação é de fundamental importância para chegarmos ao entendimento de como pôde ele perceber as mudanças operadas pelo modo de produção capitalista, em relação aos modos de produção anteriores, principalmente na Europa, e conceber o processo de transição socialista.

É na continuação dos estudos em Bruxelas, após ser expulso de Paris em fevereiro de 1845, lá permanecendo até 1848, que Marx firma de maneira mais consistente o seu modo de ver o processo de como se formam e se relacionam a estrutura econômica e as demais relações jurídicas e políticas, dizendo que:

> Na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência (1982, p.25).[48]

Anteriormente, Marx havia separado as relações jurídicas e as formas de Estado, tomando-as como que enraizadas nas relações materiais da vida; agora, a totalidade das relações de produção, forma a estrutura econômica da sociedade, a base real que possibilita "levantar-se" sobre ela uma superestrutura jurídica e política, às quais corresponde também determinadas formas sociais de consciência. Por essa razão dirá que, "o modo de produção da vida material, condiciona o processo em geral da vida social, político e espiritual" (1982, p. 25).

---

[48] Em nota os tradutores esclarecem que: "Em breves palavras pode-se dizer que *bügerliche Gesellschaft* (sociedade civil), para Hegel, se apresenta como antítese da família, e o Estado surge como a síntese de ambos, como união dos respectivos princípios. A sociedade civil é o campo onde os indivíduos, como pessoas privadas, buscam a satisfação de seus interesses. Marx, ao contrário, distingue a concepção hegeliana de sua própria: a "sociedade civil" corresponde ao nível onde se dá o relacionamento dos produtores de mercadorias", as relações materiais da vida" ou "metabolismo social. Mas a sociedade burguesa, o termo alemão é, também, *bügerliche Gesellschaft*, reúne para Marx, não somente o modo burguês de produção como também as relações jurídicas, o Estado burguês etc., que implica. Em sua realidade histórica, a *bügerliche Gesellschaft* é a sociedade capitalista com todas as formações sociais que lhe são próprias"(1982, p. 25).

Nas passagens acima, o autor está empenhado em desvendar as relações existentes entre a produção econômica e as demais formas jurídicas e políticas, centralizadas pela presença da forma estatal capitalista que já havia sido denominada pelos clássicos do iluminismo, de Estado Moderno. Marx se dera conta que, diferentemente das sociedades pré-capitalistas, embora possuíssem instituições políticas, nelas, o poder econômico se confundia com o poder político, ou seja, não havia a forma política estatal complexa e centralizada como ocorria no capitalismo em que os poderes jurídicos e políticos, como parte da mesma totalidade, se "levantavam" sobre a estrutura econômica. O soberano e o príncipe foram substituídos por uma classe permeada de interesses concorrentes, levando a forma política a tornar-se mais do que um simples reflexo da forma econômica, mas partícipe da formação inter-relacionada. Podemos comprovar a ascendência e a interação das diversas formas sociais desde Maquiavel que, embora não tenha elaborado uma teoria do Estado Moderno, deu indicativos de como os Estados deveriam ser formados enquanto forma política de poder centralizado.[49]

O que Marx percebeu de inovador no modo de produção capitalista, foi que a força de trabalho livre tornara-se mercadoria e, para produzir socialmente a própria vida, os seus possuidores precisavam contrair relações de produção baseadas na troca, intermediada pela lei do valor e assegurada pela extração da mais-valia. No entanto, os vendedores e os compradores da mercadoria força de trabalho deveriam respeitar normas comuns e universais, não mais de um feudo, mas formuladas pelas instituições jurídicas e políticas estruturadas na forma de Estado.

Se compreendermos que a sociedade burguesa em Marx é puramente "a totalidade das relações de produção", e que estas formam e determinam todas as demais relações, estaremos depreendendo que Marx compreende a sociedade burguesa com a forma política estatal sem autonomia e por isso não teria se interessado em formular uma teoria sobre um Estado de poder dependente do capital,[50] certamente porque teria compreendido que a superestrutura seria mero reflexo da base econômica, no capitalismo e também na transição.[51] Não é isso que

---

[49] Diz Maquiavel, em O príncipe: "Não se deve, pois, deixar passar esta ocasião, a fim de que a Itália conheça, depois de tanto tempo, um seu redentor" (1986, p.146).

[50] Karl Marx trata, embora que, de forma fragmentada, sobre o Estado e a política, nos escritos de juventude, *Para a questão judaica* (1843); nos *Manuscritos econômicos e filosóficos* (1844); juntamente com Engels: *A sagrada família* (1844) *na Ideologia Alemã* (1845-1846); *O manifesto do partido comunista* (1848); e ele próprio escreve *A luta de classes na França* (1848-1850), *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* (1852); para rebater as ideias de Proudhon, *Miséria da filosofia*. Os textos da idade "mais madura", podemos considerar o prefácio *Para a critica da economia política* (1858), quando trata da relação entre infraestrutura e superestrutura, *O Capital* (1867) e *A guerra civil na França (1871);* nos diversos discursos feitos em suas intervenções dos Congressos da Associação Internacional dos trabalhadores e na *Crítica ao programa de Gotha de 1875*.

[51] O filósofo Joachim Hirsch destaca que, das diferentes análises feitas sobre o Estado pela teoria marxista, duas delas ganham importância: a teoria do Estado do marxismo soviético (muito criticada após a derrocada do

podemos ver nos textos de Marx que, mesmo de forma digressiva[52] ele se ocupa em apresentar argumentos sobre as relações estruturais que apontam para a transição socialista, como veremos no que segue.

2.1- AS FORMAS E AS RELAÇÕES DE PODER INTERPENETRADAS

Louis Althusser considera que Marx concebe a estrutura de qualquer sociedade, constituída por "níveis" ou "instâncias", articuladas por uma determinação da infra-estrutura ou base econômica, onde se localizam as forças produtivas e as relações de produção (elementos determinantes), e a superestrutura, que comporta em si também dois níveis: o jurídico e o político que, juntamente com o Direito e o Estado, articulam as diferentes ideologias, religiosas, moral, jurídica, política etc. (elementos determinados). Para tornar didática a explicação, o autor (embora aponte seus limites), toma como metáfora para medir o "nível de eficácia" da estrutura, um edifício, cuja base é a infraestrutura da sociedade, e os andares, a superestrutura. "Podemos dizer que os andares da superestrutura não são determinantes em última instância, mas que são determinados pela base..." (1980, p. 27).

Compreendemos que o indicativo apresentado na formulação de Marx é que, as relações de produção não estão em oposição, nem tampouco estruturadas em separado da totalidade das relações da vida em geral no capitalismo. A não ser que, por "totalidade das relações de produção", compreendamos apenas aquilo que ocorre no aspecto da produção das mercadorias. Faríamos assim, uma separação estanque e temporal com o surgimento da superestrutura jurídica e política, considerando que ela se levanta posteriormente,[53] do acaso e não como um processo em construção histórica. Não parece ser essa a ideia de Marx, nem

---

socialismo de estado) e as análises feitas pelo marxismo Ocidental que, por sua vez, não há uma posição unânime, pois, se de um lado destaca-se Antônio Gramsci com a teoria da hegemonia, de outro lado, surge Louis Althusser com o marxismo estruturalista e outras análises como as de Nicos Poulantzas (HIRSCH, 2010, p. 21).

[52] Rodolski nos diz que: "tais digressões são necessárias por causa do método materialista dialético de Marx, que aspira compreender todo fenômeno social no fluxo de seu devir, existência e fim. Por isso, o método assinala que houve "modos historicamente anteriores de produção" e chama a atenção para "aspectos que, prefigurando o movimento nascente do futuro, insinuam a abolição da forma atual de produção. Se, de um lado, as fases pré-burguesas se apresentam como pressupostos puramente históricos – ou seja, abolidos -, de outro as condições atuais de produção se apresentam como uma via de abolir a si mesmas e, portanto, como em via de criar os pressupostos históricos para um novo ordenamento da sociedade". (2002, p. 346).

[53] O processo de estruturação integrada da base econômica com a superestrutura jurídica e política capitalista, é descrita também por Mascaro (2013), quando diz que o momento central e decisivo para a consolidação do poder político estatal capitalista é a Idade Moderna. "Se a Idade Média é desconhecedora da forma política estatal e a Idade Contemporânea é plenamente assentada no Estado, a Idade Moderna é a fase de transição. Pode-se enxergar nela o germe da forma política atual, embora nem todas as estruturas da reprodução econômica capitalista estejam presentes. Já há uma classe burguesa, há um circuito intenso de troca de mercadorias, mas há uma política absolutista, que respalda privilégios estamentais e está ainda jungida pela Igreja..." (2013, p. 56).

quando considera o início da produção social da própria vida, nem quando trata das formas mais avançadas de produção, como é o caso da mais-valia que, apesar desta surgir da exploração da força de trabalho na produção, não está desvinculada das normas jurídicas que regem os contratos trabalhistas, como também das relações políticas que submetem o trabalhador à ordem do processo produtivo. Trata-se de relações da sociedade burguesa, que envolvem aspectos econômicos, jurídicos e políticos na organização de formas próprias e, por isso, ao mesmo tempo em que interdependem, também se autonomizam. Para que haja produto e exploração do trabalho, deve antes existir uma organização da produção, a previsão da troca, circulação e consumo que funcione através de formas de poder econômico, jurídico e político, colocadas em vigor desde o início até o fim do processo. Por isso, a construção de um edifício nem mesmo na forma de metáfora, pode representar as complexas relações da sociedade capitalista.[54]

Como não podemos afirmar que a base econômica não é algo concreto e que, para produzir devemos investir força física e intelectual, também não há como deduzir que nenhum tipo de organização e normatização não esteja presente em qualquer ato produtivo, bem como, o aspecto da consciência que compreende, interpreta e conduz cada movimento em direção à objetivação do produto.

A metáfora do edifício utilizada por Althusser, que caracteriza a reprodução como essencial para pensar a existência da natureza da superestrutura, mostra, a nosso ver, justamente o contrário do que é a exposição de Marx, isto porque, que função teria a base de um edifício se, de antemão, não estivesse prevista a construção dos pavimentos superiores? Ou seja, que sentido teria a construção de uma base se não houvesse antecipadamente nenhuma finalidade para ela? Poderia ser denominada de “base”, alguma coisa que não previsse a colocação de algo sobre si? E mais, imaginando que tal base seja construída com trabalhadores assalariados, não haveria nenhuma forma de organização que estabelecesse uma ordem ou que sustentasse algumas relações de poder, não somente administrativo, mas também político, jurídico e moral, mesmo na formação da base econômica?

Para Thompson (1981), essa maneira de ver é uma descoberta equivocada de Althusser de conceituar a história como “um processo sem sujeito”. Consequentemente o movimento somente pode ocorrer dentro do campo fechado e determinado pela estrutura. Nesse sentido, nenhuma analogia com estruturas orgânicas ou mecânicas, como também, nenhuma reconstituição estrutural estática, pode dar conta da lógica do processo histórico

[54] A nosso ver, a visão estruturalista althusseriana, impede de compreender que a totalidade não é só um todo composto, mas também a unidade de todos os elementos existentes na esfera da totalidade. Neste caso, infraestrutura e superestrutura, são unidades da mesma totalidade que se formam ancorando-se mutuamente.

indeterminado. Daí que, "a estrutura, como uma baleia, abre as suas mandíbulas e engole o processo: a partir de então, o processo sobrevive de maneira infeliz na barriga da estrutura" (1981, p. 105).

Vai ainda mais longe Thompson, quando detecta que Althusser, em sua visão estruturalista, empregou categorias estáticas deixando-as vazias de qualquer conteúdo histórico ao tomar prioritariamente o conceito da "autonomia relativa" vinculando-a "a níveis e instâncias" ignorando que estas são atividades, instituições e ideias humanas, articuladas por homens e mulheres em suas vidas, experiências de relações e autoconsciência dessa mesma experiência. São relações estruturadas em termos de classes dentro de formações sociais particulares. Thompson explicita tais relações fazendo referência ao Direito, o qual, segundo ele, está imbricado no modo de produção, nas relações de produção, no direito de propriedade e em outras regulamentações que funcionam como uma extensão da política ao mesmo tempo que, o Direito se utiliza da política como um de seus braços e contribui para a definição da identidade dos governantes e dos governados. No entanto, não são relações totalmente determinadas, porque, acima de tudo, estão presentes os homens e as mulheres que constroem as relações na própria experiência de todas essas relações. Nesse sentido, o Direito não se mantém em "um nível", mas está presente em todos os níveis do modo de produção e em todas as relações.

Há diversas passagens nas obras de Marx e Engels onde podemos comprovar a defesa da interação entre as relações de produção, jurídicas, políticas e a formação da consciência humana, sem jamais se reportarem a um edifício.[55] Na *ideologia Alemã* de 1845, por exemplo, obra que marca a passagem da formação das ideias de Marx para a concepção materialista da história,[56] embora sejam artigos, anotações e notas redigidas às pressas, constituem reflexões demonstrando que: "desde o início, portanto, a consciência já é um produto social e continuará sendo enquanto existirem homens" (2009, p. 35). Ora, se ela é desde o início um produto social, o produto advém de onde senão da história de convivências e práticas de relações sociais, que compreendem, não apenas o trabalho produtivo, mas também as

[55] Quem utiliza acertadamente na tradição marxista a metáfora de um edifício e do andaime, é Lenin em 1902, quando escreve o texto, Que Fazer? para a preparação do II Congresso do Partido Operário Socialdemocrata da Rússia – POSDR – mas nada tem a ver com a base produtiva e a superestrutura, senão com o papel do jornal e a comunicação entre os diferentes círculos e instâncias do partido. Assim destaca ele: "o jornal não é apenas um propagandista coletivo e um agitador coletivo; é também um organizador coletivo. A esse respeito, pode-se compará-lo aos andaimes que se levantam ao redor de um edifício em construção; constitui o esboço dos contornos do edifício, facilita as comunicações entre os diferentes construtores, permitindo-lhes que repartam a tarefa e atinjam o conjunto dos resultados obtidos pelo trabalho organizado" (1986, p. 127).

[56] A Ideologia alemã constitui uma iniciativa coletiva liderada por Marx e Engels de publicarem um trabalho filosófico para fazer frente às posições filosóficas alemães lideradas, principalmente, pelos filósofos, Feuerbach, Bauer e Stiner. Alguns autores foram convidados a escrever artigos, como Moses e Hess, mas os desentendimentos das ideias ruíram as possibilidades para tal junção, levando Marx e Engels a terem que dar por conta própria continuidade ao projeto

experiências jungidas pelas relações políticas, artísticas, religiosas etc.? Essa posição esclarecedora amplia-se no próprio texto e vai sendo reforçada, inclusive quando se reportam os autores, ao legado histórico oferecido pela visão restrita de Maquiavel e Hobbes, que defendiam a centralidade das relações jurídicas e políticas presa à figura da autoridade do príncipe e do soberano; pelo menos é o que acentuam eles após esclarecerem que a sociedade civil tem por pressuposto e fundamento, a família e a tribo, assim: "aqui já se mostra que essa sociedade civil é o verdadeiro foco e cenário de toda a história, e quão absurda é a concepção histórica anterior que descuidava das relações reais, limitando-se às pomposas ações dos príncipes e dos Estados" (MARX/ENGELS, 2009, p. 39).[57]

Os demonstrativos mais contundentes de que as relações de poder na sociedade capitalista encontram-se interpenetradas pelas diferentes formas, econômicas, jurídicas, políticas e ideológicas, ocorrem em dois momentos, o primeiro, na própria *Ideologia alemã*, quando os autores estão em busca da fundamentação teórica da origem do Estado e a relação do mesmo com a sociedade civil. Destacam ali que, "as circunstâncias fazem os homens, assim como os homens fazem as circunstâncias" (2009, p. 43). Contestam eles com essa afirmação, a concepção de história vista apenas como as ações políticas dos príncipes, dos Estados, das lutas religiosas ou teoréticas, ou seja, a concepção de história de uma época confundida com a ilusão de outra época. Esse pensamento será reafirmado e aplicado, em situação específica, em 1852, no *18 Brumário*, quando Marx trata do golpe de Estado liderado por Louis Bonaparte em 2 de Dezembro de 1951, tendo como consequência, o início de uma brutal ditadura na França.[58] Assim destaca Marx: "os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente , legadas e transmitidas pelo passado" (1978, p.17). Fazer e fazer-se, então, parece ser a constante dinâmica do vir a ser histórico, onde tudo o que foi legado de útil pelo passado é aproveitado em forma de resultado das contradições. Por isso é que, desse legado não pode constar apenas a formação da base econômica.

É importante considerar que a apresentação encadeada de diferentes categorias, estabelece um sentido bastante amplo da visão de Marx sobre o desenvolvimento da sociedade burguesa e da forma política estatal capitalista que, em hipótese alguma, se afasta

---

[57]Aqui já nos aparece um indicativo de que no período de transição do capitalismo para o socialismo, não basta destituir o "Príncipe" de sua autoridade, as relações concretas em todos os sentidos precisam ser modificadas e não apenas as que dizem respeito ao poder do governo político da superestrutura.

[58] Engels destaca em 1885 no prefácio para a 3a edição em Hamburgo, do livro o *18 Brumário* de Luís Bonaparte, após dizer que a obra a ser reeditada 33 anos depois provava que ela nada tinha perdido de seu valor, diz: "Marx produziu uma exposição concisa e epigramática que punha a nu, em sua concatenação interna, todo o curso da história da França desde as jornadas de fevereiro reduzia o milagre de 2 de Dezembro a um resultado natural e necessário dessa concatenação e, o processo, não necessitou sequer tratar o herói do golpe de Estado senão com um desprezo bem merecido" (MARX/ENGELS, s/s, p. 201).

do sujeito político humano, organizado e consciente, o proletariado. Isso nos é confirmado por mais vez, no prefácio do texto *Para a crítica da economia política* de 1858/1859, quando aparece de forma clara e objetiva que: "O modo de produção da vida material, condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual" (1982, p. 25). Entendemos que o condicionamento ocorre no tempo presente, mas as condições interrelacionadas se formam no processo histórico anterior.

Aquilo que apressadamente poderia nos levar a concluir que a produção determina as demais relações, como se Marx estabelecesse uma duplicidade de momentos para, em um deles, produzir e em outro momento desenvolver as relações sociais políticas e espirituais, não é verdadeiro. Vemos que a questão se resolve na medida em que considerarmos o "processo em geral", condicionado pelo modo de produção da vida material, nisso incluem-se as formas de produção, as formas políticas e as formas de consciência, conforme já dão o indicativo os autores de *A Ideologia Alemã* de 1845/46, quando analisam em um artigo denominado: *Crítica da caracterização de Ludwig Feuerbach, de Bruno Bauer,* que o homem precisa estar em condições de viver para poder fazer história, por isso, o primeiro ato histórico é a produção dos meios de vida para a satisfação das necessidades. Os mesmos instrumentos que satisfazem uma necessidade fazem surgir outras que levam os homens, diariamente, a renovarem a própria vida e a criarem outros homens que articulam os modos de cooperação. Destacam então que: "somente agora, depois de já termos examinado quatro momentos, quatro aspectos das relações históricas originárias, descobrimos que o homem tem também "consciência" (2009, p. 34). Embora ainda não seja consciência "pura", mas ela existe desde o início e é "descoberta" não porque está esquecida, mas porque os autores percebem que há interação entre as formas sociais interpenetradas.

Uma explicação dada por Engels, aos opositores defensores do determinismo econômico em Marx, após a sua morte, os quais atribuíam a eles os mais diversos desvios, se dá em forma de carta a J. Bloch de 21-22 de setembro de 1890, após dizer que as pessoas jovens sublinhavam, às vezes mais que o necessário o aspecto econômico, assume a culpa afirmando que, em parte cabia a Marx e a ele a responsabilidade por tal desvio, e justifica o porque, dizendo que: "em face de nossos adversários, tínhamos que enfatizar este princípio cardinal que eles negavam e nem sempre dispúnhamos de tempo, espaço e oportunidade para conferir a devida importância aos demais fatores que intervêm no jogo das ações e reações" (2010, p. 106). Porém, a explicação mais contundente podemos encontrá-la em outra carta de Engels, de 25 de janeiro de 1894, enviada a H. Starkenburg quando afirma:

> O desenvolvimento político, jurídico, filosófico, religioso, literário, artístico etc. se funda no desenvolvimento econômico. Mas estes elementos interagem entre si e reatuam também sobre a base econômica. Não é que a situação econômica seja a causa, e a única atuante, enquanto todo o resto efeito passivo. Ao contrário, há todo um jogo de ações e reações à base da necessidade econômica, que, em última instância sempre se impõe. O Estado, por exemplo, exerce influência mediante barreiras protecionistas, a liberdade de comércio, um sistema financeiro bom ou mau – e até mesmo a inércia e a impotência mortais do pequeno-burguês alemão, provenientes da miserável situação econômica da Alemanha de 1648 a 1830, primeiro expressas no pietismo, depois no sentimentalismo e no objeto servilismo em face dos príncipes e da nobreza, não deixaram de se refletir na economia (2010, p. 104).

Se os elementos da superestrutura reatuam sobre a base econômica dividem com ela o jogo das ações e reações que ocorrem no mesmo processo que, ao ser constituído, sofre a influência de qualquer um dos elementos, seja da base econômica, seja da superestrutura, isto porque, não pode haver produção isolada de todas e quaisquer outras relações e, mais ainda, porque Marx ao denominar de *bügerliche Gesellschaf* (sociedade burguesa) estabelece um referencial de classe que relaciona, não apenas as forças opostas, como também a interdependência entre capital e trabalho.

A sociedade burguesa é sim uma sociedade de produção econômica diferenciada, com uma inovadora e acelerada divisão social do trabalho. Sobre essa mesma sociedade não apenas se desenvolvem novas relações de produção, como também se estruturam novas formas de poder; isso não significa dizer que anteriormente, as relações econômicas, jurídicas, políticas e morais não estivessem interpenetradas e obrigatoriamente relacionadas.

A *bügerliche Gesellschaft*, ou "sociedade civil", denominada por Hegel e entendida por Marx como a sociedade burguesa, que reúne as respectivas relações econômicas, jurídicas e políticas, demonstra que não se pode conceber que haja produção sem que se estabeleça algum tipo de relação jurídica e política, interpenetradas.[59]

Se tomarmos algumas categorias teóricas como, a ausência de relações humanas, o fatalismo e a pré-determinação, como referências para refutar a compreensão determinista atribuída a Marx, veremos que, facilmente estes aspectos são permanentemente refutados, isto porque, na teoria social de Marx as relações estão presentes no processo de produção, circulação, troca e consumo, e nas demais atividades, sejam elas sociais, políticas, jurídicas ou

[59] Norberto Bobbio considera que o conceito de sociedade civil oitocentista, nasceu da contraposição entre a esfera política e não política. A primeira mais ligada à doutrina jusnaturalista de que antes do Estado já existiam várias formas de associações sobre as quais o Estado se sobrepõe para regulá-las sem jamais vetar-lhes a contínua renovação. Na segunda visão, a sociedade civil adquire uma valoração positiva vista como lugar onde se manifestam todas as instâncias das relações de dominação, formam-se os grupos que lutam pela emancipação do poder político e adquirem força os contra-poderes. Numa terceira visão de origem gramsciana a sociedade civil tem um significado cronológico e ao mesmo tempo axiológico que representa uma sociedade sem Estado destinada a surgir da dissolução do poder político, quando haveria a reabsorção da sociedade política pela sociedade civil. (1987, p. 34 e 35).

culturais. Assim como a valorização do proletariado como sujeito da revolução, impede a presença de qualquer indício de fatalismo ou pré-determinação que impede de se entregar o destino da transição à evolução pura e simples das forças produtivas.

2.2 – A FORMA POLÍTICA ESTATAL E A IGUALDADE JURÍDICA

Para tratarmos da forma política estatal, precisamos rapidamente observar alguns aspectos do declínio do feudalismo que marcam e estabelecem as principais características da transição para o capitalismo.

Dentre os vários olhares sobre as causas principais que levam o declínio do feudalismo, tomamos aqui um que foi explorado por Paul Sweezy (1981). Segundo esse autor, a partir do crescimento do comércio por volta do século X, aumentou a divisão social do trabalho e os produtos da manufatura podiam ser encontrados com maior facilidade e comprados em condições mais favoráveis; isso fez surgir o conflito entre a produção para o uso e a produção para o mercado. Na medida em que as relações mercantis se estabelecem a nível local, servem como esteios de sustentação também da ordem feudal, pela satisfação das necessidades básicas sem ainda afetar profundamente a estrutura econômica daquele modo de produção. Mas quando o comércio expandiu-se a partir do século X ou ainda antes em pontos específicos da Europa, e as vendas deixaram de ser “ambulantes”, começaram a surgir, sem o controle dos senhores feudais, centros comerciais abastecidos pela produção local e regional que impulsionaram a produção de variedades de mercadorias, levando à diversificação de mercadorias, que a economia senhorial jamais havia experimentado. Foi, portanto, a expansão do comércio de longa distância, somada à ineficiência da organização da produção pelos senhores feudais que começou a fazer ruir o modo de produção.

Para além dessas características, Sweey apresenta também o surgimento do valor que permitiu aos produtores a mudarem as suas atitudes; encontraram com a valorização do valor, uma maneira mais simples de acumularem riqueza sem se apropriarem em grande escala de bens perecíveis, tendo em vista que a riqueza passou a ser transportada com maior facilidade na forma de dinheiro ou de ordem de pagamento.

O comércio que fez surgir entre os mercadores e homens de negócios novas necessidades satisfeitas também por ele, criou neles o desejo pelo consumo de novos artigos até então inacessíveis. A busca pelo maior conforto, luxo, alimentação diferenciada, vestuário, mobílias e armamentos, fez com que as relações mercantis ganhassem adeptos entre aqueles que deveriam combatê-las, que também o faziam através da cobrança dos tributos e restrições para a livre circulação entre os feudos.

Por outro lado, o desenvolvimento das cidades estabeleceu a referência para o fortalecimento das relações de troca, além de abrir para a população do campo a perspectiva de outro modo de viver. Portanto, "a maior eficiência de uma produção mais altamente especializada, os lucros maiores derivados da produção para o mercado ao invés do uso imediato, a maior atração da vida urbana para o trabalhador... fizeram com que fosse apenas uma questão de tempo a vitória do novo sistema..." (SWEEZY, 1978, p. 43).

Se os fundamentos da forma econômica são importantes para compreendermos a transição do feudalismo para o capitalismo, também o são os fundamentos da forma política, em vista de entendermos os elementos para a transição socialista na teoria social de Marx, isto porque, não há como desvincular o processo transitório da história; ele nos indica que as diferentes formas a serem superadas, são criadas e desenvolvidas no modo de produção capitalista. Nesse sentido, as formas políticas dos modos de produção pré-capitalistas, vinculavam-se aos reinados, principados, ducados e outras formas particularizadas de poder. Com a estruturação da forma política Estatal capitalista concentra-se nele, o poder das decisões políticas e abre-se a possibilidade de organizar os "Estados nacionais" ou os Estados com nacionalidades hegemônicas, que se estabelecem no mesmo processo de transformação estrutural da sociedade. Há formas políticas, portanto, antes do capitalismo, estruturadas com suas instituições,[60] mas não há ainda a forma política estatal centralizada que, ao se constituir, interferirá para que a dominação econômica e a dominação política se apresentem com formas distintas e, até certo ponto, separadas.[61]

Se por um lado, em países da Europa, muito antes da Revolução Francesa de 1789, a mercadoria força de trabalho, passou a fazer parte da forma econômica de reprodução social capitalista, por outro lado, a burguesia sentia a necessidade de transformar também a política em forma estatal, levando em conta que ela deveria expressar os interesses da classe economicamente dominante[62] e evoluir para vir a ser o Estado Moderno.[63] De modo que, o

---

[60] Luciano Gruppi destaca que: "O estado medieval é propriedade do senhor, é um Estado patrimonial: é patrimônio do monarca, do marquês, do conde, do barão, etc. O senhor é dono do território, bem como de tudo o que nele se encontra (homens e bens); pode vendê-lo, dá-lo de presente, cedê-lo em qualquer momento, como se fosse uma área de caça reservada" (2001, p, 10).

[61] Para Joachim Hirsch, a partir do surgimento do capitalismo as relações se transformaram de maneira decisiva. "O aparelho de domínio político é formalmente separado das classes economicamente dominantes; dominação política e dominação econômica não são mais idênticas. O "Estado" e a "sociedade", o "público" e o "privado" separam-se em esferas particulares. Somente então se pode falar de "Estado" como algo diferente das outras formas de dominação política" (HIRSCH, 2010, p. 23).

[62] O momento decisivo para a afirmação do poder econômico sobre o poder político se deu com revolução industrial que, a certa altura da década de 1780, e pela primeira vez na história da humanidade, segundo Hobsbawm (1997, p. 44), "foram retirados os grilhões do poder produtivo das sociedades humanas, que daí em diante se tornaram capazes da multiplicação rápida, constante e até o presente ilimitada, de homens mercadorias e serviços". Para este autor, a revolução industrial foi, desde a invenção da agricultura e das cidades, o maior acontecimento da história, ocasionado pelos avanços tecnológicos e científicos da Inglaterra.

Estado nacional que passa a ser também formulador de uma ideologia nacional, surge e se desenvolve com a sociedade capitalista. Sua fundação se dá sobre a individualização e a valorização dos proprietários competidores em produzir e comercializar mercadorias. Nesse sentido podemos antecipar que, a possibilidade das revoluções socialistas se realizarem em territórios nacionais, mesmo não tendo uma concepção nacionalista, é porque, a forma política estatal centralizada já é nacionalizada, e é sobre essa base real que se estruturará a transição.

A argumentação da centralização e nacionalização do Estado, podemos encontrá-las nos diferentes períodos da produção teórica de Marx e Engels, iniciando pela critica que fazem a Bruno Bauer e a Ludwig Feuerbach quando tratam da relação histórica existente entre a relação do Estado e do direito com a propriedade, cada qual com suas responsabilidades, mas que, no fundo, atuam em uma mesma direção em favorecimento da classe dos proprietários. Assim destacam os autores:

> A burguesia, por ser uma classe, não mais um estamento, é forçada a organizar-se nacionalmente, e não mais localmente, e a dar a seu interesse médio uma forma geral. Por meio da emancipação da propriedade privada em relação à comunidade, o Estado se tornou uma existência particular ao lado e fora da sociedade civil; mas esse Estado não é nada mais do que a forma de organização que os burgueses se dão necessariamente, tanto no exterior como no interior, para a garantia recíproca de sua propriedade e de seus interesses (2009, p. 75).

A burguesia não poderia desenvolver as suas potencialidades intelectuais e produtivas se não suplantasse o poder das forças retrogradas dominantes, para isso precisou estruturar a forma política de poder estatal própria para si. Marx vê ainda, com muita clareza em 1852, como se edificou essa forma política capitalista. “A centralização do Estado, de que necessita a sociedade moderna, só surge das ruínas da máquina governamental burocrático-militar forjada em oposição ao feudalismo” (1978, p. 122). Por isso, a emancipação da propriedade alcançada pela conquista da liberdade capitalista consistiu na metamorfose da dominação feudal para a exploração das forças do capital.

Com a centralização do poder estatal, marcantes mudanças atingiram a burguesia e também os trabalhadores que, segundo Engels e Kautski (1991, p. 30), “uma vez que a forma fundamental das relações entre livres produtores de mercadorias, isto é, a concorrência, é niveladora ao extremo, a igualdade jurídica tornou-se o principal brado da burguesia”. Para os

---

[63] O Estado Moderno, segundo Gruppi (2001), começa a nascer na segunda metade do século XV na França, Inglaterra e Espanha e posteriormente se alastra por outros países europeus.

trabalhadores, a "igualdade jurídica" permitiu a criação de condições para que eles se tornassem vendedores de força de trabalho.[64]

A burguesia organizada enquanto classe necessitava da forma política estatal para garantir que, como proprietária dos meios de produção, pudesse assegurar a emancipação da propriedade privada e exercer o poder de criar mais valor, a partir do direito de exploração da força de trabalho. Sendo assim, as relações sociais entre os indivíduos, não se estabeleceu puramente pela consciência e livre escolha de cada um, mas pelas mediações produtivas, políticas e jurídicas instituídas. É para esse fim que nasceu a forma política estatal moderna. A burguesia enquanto força formadora da sociedade civil (*bügerliche Gesellschaft)* reuniu as relações mercantis, políticas e jurídicas no mesmo processo de exploração e dominação de classe. Mas isto somente pôde ser garantido porque a propriedade passou a ser assegurada pelo Estado enquanto direito inalienável.

Nesse processo, a propriedade remeteu a afirmação de dois direitos fundamentais: o primeiro voltado para a relação de posse dos indivíduos sobre as coisas em quantidade infinita, com garantias jurídicas e, o segundo, a possibilidade de se estabelecer relações entre os proprietários que, pelo direito estabelecido, passam a contrair e a desfazer contratos. Logo, a superestrutura que se levanta sobre a base econômica volta-se para reconhecer e garantir a posse.[65] Conforme Marx, na *Introdução para à critica da economia política* de 1857, dirá que: " pode-se imaginar um selvagem isolado possuindo coisas. Mas nesse caso a posse não é uma relação jurídica" (1982, p. 15). Dessa maneira, os indivíduos ao se relacionarem livremente, estarão sempre envolvidos em relações jurídicas. No entanto, Marx dirá em *O capital* que, "não interessa ao possuidor do dinheiro saber por que o trabalhador livre se defronta com ele no mercado de trabalho, não passando o mercado de trabalho, para ele, de uma divisão especial do mercado de mercadorias" (1996, p. 189).

A propriedade da mercadoria dinheiro, ávida para reproduzir-se como capital, precisa e depende do proprietário da força de trabalho que, por direito, poderá tê-la e livremente trocá-la, se não houver o impedimento dele ser dono de meios de produção. É pela relação do indivíduo com o direito que se pode considerar que o Estado capitalista passa a ser um órgão

---

[64] Dentre as diversas evidências da formação das condições para a transição do modo de produção feudal para o capitalismo, destacamos o surgimento da economia mercantil de longa distância, favorecendo o acesso produtos antes desconhecidos em certos pontos onde residia a nobreza na Europa, a forma política estatal centralizada foi de suma importância, mas não se pode descuidar de observar que a forma social jurídica surge ao mesmo tempo em que começa a circulação de mercadorias como necessidade fundamental da sustentação e ampliação das relações sociais. Para que a mercadoria cumpra com a sua função integradora, é necessário que se estabeleça de alguma forma algum grau de igualdade entre os indivíduos portadores de vontades e interesses satisfeitos nas relações de troca.

[65] "É realmente estrita essa conexão entre propriedade e liberdade: a liberdade está em função da propriedade e esta é o alicerce da liberdade burguesa, que nessa época era progressista." (GRUPPI, 2001, p. 17).

de exploração e dominação de classe. [66] É para isso que, sobre a base econômica, elevam-se ao mesmo tempo, na forma de superestrutura, as formas política e jurídica,[67] para garantir que o dinheiro se transforme em capital; que a força de trabalho se transforme em mercadoria e que as mercadorias, pela lei do valor possam diretamente estabelecer relações de troca, pondo os produtores e os compradores à sua disposição.

A forma política estatal de poder centralizado surge no capitalismo, para salvaguardar a propriedade privada, sua função e também garantir o direito à produção da forma mercadoria, tendo o trabalho, a mais-valia, a troca e os impostos, como fatores responsáveis pela produção e reprodução da valorização do valor. No entanto, as posições políticas dos indivíduos proprietários, nem sempre coadunam em favor do sucesso das relações entre a forma econômica e a forma política, isto porque, devemos admitir que nem todos os patrões, assim como, nem todos os trabalhadores estão unificados em torno de uma mesma posição política e, por isso, muitas relações podem ser rompidas na sociedade capitalista, menos o direito à propriedade privada dos meios de produção e da propriedade em geral.

É nesse sentido que, aparentemente, a esfera política funciona separada dos proprietários das mercadorias, do dinheiro e do capital. As instituições estatais se distinguem dos indivíduos que estão submetidos ao mesmo ordenamento jurídico; elas cumprem a função de garantirem o funcionamento do capitalismo enquanto modo de produção. Sendo assim, o Estado serve à burguesia, mas não é propriamente burguês, porque, juridicamente pode coagir qualquer indivíduo, basta que ele se indisponha contra a lógica da ordem estabelecida pelo capital. O Estado é acima de tudo, capitalista, porque as formas econômicas, política e jurídica, apesar de funcionarem com autonomia, não podem atentar contra os pilares de sustentação do modo de produção capitalista.[68] Por essa razão, podemos compreender porque o revezamento de representantes das classes antagônicas nos governos,[69] não abalam o

---

[66] E. P. Pasukanis defende que a dominação de fato ganha um caráter pronunciado de direito assim que nascem a seu lado, e independentes de si, relações vinculadas ao ato de troca, que são relações privadas por excelência. "Na medida em que a autoridade se mostra como garante destas relações, ela transforma-se numa autoridade social, em poder público, que representa o interesse impessoal da ordem" (1989, p. 112).

[67] Rousseau faz a revelação mais emblemática da relação entre poder econômico, jurídico e político quando trata da propriedade criadora da sociedade civil. "O verdadeiro fundador da sociedade civil foi o primeiro que, tendo cercado um terreno, lembrou-se de dizer isto é meu e encontrou pessoas suficientemente simples para acreditar nele" (1997, p.190).

[68] Sobre esse aspecto, destaca Mascaro que, diferentemente das visões tradicionais que acusam o Estado de ter um caráter burguês porque o domínio de suas instituições está supostamente sendo feito por agentes que representam os interesses burgueses, "o Estado é capitalista porque a sua forma estrutura as relações de reprodução do capital. Por isso, deve-se entender a ligação entre Estado e capitalismo como intrínseca não por razão de um domínio imediato do aparelho estatal pela classe burguesa, mas sim por razões estruturais. Em vez de se apresentar como um instrumento político neutro, então ocasionalmente dominado pelas classes burguesas, o Estado é um elemento necessário nas estruturas da reprodução capitalista" (2013, p. 59).

[69]Antonio Gramsci destaca que, o Estado sempre foi o protagonista da história, pois, nele se concentra a potência da classe proprietária e é no Estado que ela se disciplina e se constrói como unidade, acima dos dissídios e dos conflitos gerados pela concorrência...."as instituições do Estado capitalista são organizadas em função da livre

funcionamento do modo de produção capitalista. E, o porque, quando as intenções não se chocam com o direito de propriedade, a extração da mais-valia e a reprodução do capital, as alternâncias cumprem a função de dar ainda mais profundidade à visão ideologizada da democracia.

Destacam Marx e Engels, que se deve "tomar o capital como uma força social e não pessoal" (1986, p. 30), o mesmo devemos entender em relação ao Estado. No entanto, assim como o capital não é burguês, o Estado também não o pode ser. O capitalista é que personifica o capital como destaca Marx:

> Como capitalista apenas personifica o capital. Sua alma é a alma do capital. Mas o capital tem seu próprio impulso vital, o impulso de valorizar-se, de criar mais valia, de absorver com sua parte constante com os meios de produção, a maior quantidade de trabalho excedente (1996, p. 262 e 263).

Da mesma forma, com maior dificuldade, por se tratar de um poder público, os capitalistas enquanto classe, personificam o Estado. Sendo que o capital possui seu próprio impulso e obedece às próprias leis, o Estado cumpre a função de, através das ações políticas e jurídicas, assegurarem a sua expansão, tendo o capitalista individualizado ou associado, como agente da movimentação econômica. Por sua vez, com relação ao Estado, o acesso ao poder depende exclusivamente da intervenção coletiva enquanto classe.

Por outro lado, no capitalismo, o Estado nem sempre se confunde com a classe que ascende ao governo. O Estado é o produto da sociedade que chega a um certo grau de desenvolvimento e se enreda em irremediáveis contradições e interesses antagônicos irreconciliáveis e, para que a sociedade não se destrua, precisa de uma força capaz de amortecer os choques entre as classes. Mas, a condição para a existência do Estado é a continuação da existência das classes que podem se revezar no governo. Por isso, as possíveis alterações, pelo aumento ou diminuição de representantes de cada classe no parlamento, se não ameaçar a natureza da propriedade privada, não alterar a forma política de ser do Estado, nem eliminar a sua função de assegurar a reprodução do modo de produção capitalista, não afetará a ordem que prima pela valorização do valor.

Visto desse modo, é importante considerar o aspecto organizativo, tendo em vista que, embora a burguesia tenha as suas entidades de classe, a forma principal de organização e articulação dos membros da classe capitalista está no Estado, principalmente nos ministérios, que cumprem a função de maturarem as decisões e satisfazerem os interesses dos investidores

---

concorrência: não basta mudar o pessoal para que sua atividade seja orientada em outra direção." (2004, p. 258 e 261).

na valorização do valor e, o fazem apoiados pela euforia da geração de empregos. O contrário deve ocorrer com os trabalhadores que, mesmo alcançando o topo da hierarquia governamental, no modo de produção capitalista, como não são proprietários dos meios de produção, os ministérios assumidos jamais poderão substituir as entidades de classe, pois, sendo que a exploração não se desfaz, a luta deve continuar.

É evidente que o capitalista além de ter que se submeter às leis econômicas para que os seus negócios progridam, encontra-se submisso ao poder, colocado acima da própria classe, para impedir que ela destrua a classe contrária e, portanto, cumpra com suas responsabilidades legais. Por outro lado, o Estado também garante aos trabalhadores os seus direitos para assegurar as condições da sua própria reprodução. A diferença entre o capitalista e o trabalhador é que, o primeiro sendo dono dos meios de produção, goza do Estado as garantias jurídicas para a preservação dos mesmos. O capitalista, mesmo estando sujeito ao rigor da lei, leva vantagem porque, embora pague pelos serviços, recebe em troca todas as garantias para a reprodução dos seus negócios. Entende-se aqui, porque, mesmo que representantes dos trabalhadores tenham acesso à forma política estatal capitalista e passem a ter a função de governantes, não conseguem efetivar as mínimas reformas estruturais, pois, não conseguem desfazer a ordem do capital, nem o sistema de produção da mais-valia apropriada pelos donos dos meios de produção; ao contrário, obrigam-se a empenharem-se em preservá-los e socorrê-los nas crises, porque, sob as relações capitalistas de produção, a sociedade não pode ser gerida de outra forma.

Poderiam os trabalhadores a exemplo da classe burguesa, assumirem o governo, e através dos ministérios estatais, organizarem e articularem a própria classe? Podemos extrair de Marx uma resposta expressa na primeira mensagem do *Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores*, sobre a guerra *franco-prussiana* de 1870, o qual diz: “tal é a lição de toda a história. É assim com as nações como com os indivíduos. Para lhes retirar o poder de ataque há que lhes retirar os meios de defesa” (2008, p. 369). Quais seriam os meios de defesa a serem retirados dos capitalistas? Seriam os cargos governamentais apenas, ou toda estrutura de poder econômico que permite chantagear, boicotar e até reorganizar o poder político paralelo, como ocorreu com a burguesia francesa instalada em Versalhes após o início da Comuna de Paris? Daí a necessidade de que as rupturas ocorram com a totalidade das relações de exploração e dominação de classe e não apenas com determinadas forças de oposição política. A emancipação política dos trabalhadores não pode vir pela tomada e manutenção ilesa das mediações que serviram para explorá-los e dominá-los.

2.3 – A FORMA POLÍTICA ESTATAL E O ANTAGONISMO ENTRE AS CLASSES

Uma passagem elucidativa do *Manifesto do Partido Comunista* de 1848 nos faz perceber que, da mesma forma que o capital e o Estado, a burguesia também tem a sua formação histórica, por isso a sua evolução se dá estreitamente vinculada à criação de mediações que lhe permite enfrentar os entraves das formas de poder reinantes em cada época e revelam as diferentes interações para o processo transitório. Então destacam Marx e Engels:

> Cada etapa na formação histórica da burguesia vinha acompanhada de um processo político correspondente: a classe oprimida pelo feudalismo despótico se organiza em associação armada e autônoma na Comuna; aqui, república urbana independente (como na Itália e na Alemanha), ali, terceiro estado, tributário da monarquia (como na França). Mais tarde, já no período manufatureiro, como contrapeso à nobreza, sustentando a monarquia semi-feudal ou absoluta, pedra angular das grandes monarquias, a burguesia, como estabelecimento da indústria moderna e do mercado mundial, conquistou finalmente a soberania política no Estado representativo moderno. Neste regime o governo do Estado não é senão um comitê para gerir os interesses comuns de toda a burguesia (1986, p. 21).

Para além do processo histórico da formação e afirmação da burguesia por diferentes meios, até alcançar a soberania política com o Estado Moderno, há um aspecto importante na citação que apresenta o Estado como "terceiro" elemento, ou uma estrutura necessária interposta entre as classes que representam o capital e o trabalho, tendo ela a função de garantir a reprodução capitalista pela presença de um poder que, aos poucos, mostrará qual será a fronteira entre o público e o privado, já que as diferentes formas de poder nas sociedades escravista e feudal, não conseguiam diferenciar o limite entre um e outro.

Na medida em que o proletariado se forma[70] em ritmo paralelo ao desenvolvimento da burguesia, tendo apenas a força de trabalho para trocá-la no mercado, esses trabalhadores somente podem sobreviver se encontrarem os capitalistas dispostos a comprá-la; para tanto, é necessário que a burguesia acumule mais capital e isso será possível, se o mercado tiver sucesso em fazer circular as mercadorias produzidas.

Supostamente, a dominação de classe então, ocorre pela relação entre o capital e o trabalho. Estando os meios de produção concentrados nas mãos da burguesia, enquanto proprietária controla o poder de tomar as decisões. Mas seriam restritas a essas relações as manifestações da dominação de classe da burguesia sobre o proletariado?

Engels, quando trata do Estado, em 1875 se refere aos antagonismos de classes e, para evitar que elas se devorem e destruam também a sociedade, há a necessidade da organização

---

[70] Segundo E.P.Thompson (1987, p. 10), "A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus".

de um poder que se coloque, aparentemente acima, com a função de amortecer os choques entre as classes. Assim descreve o autor:

> Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da "ordem". Este poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais, é o Estado (2000, p. 191)

Antes de tudo é importante compreender a ideia de Engels, que o Estado não foi um poder que se impôs à sociedade de fora para dentro, mas também não pode ser entendido como se ele tivesse sido criado por consenso, para, com sua "neutralidade" dirimir os conflitos e fazer com que a sociedade progredisse de forma civilizada. Porém, a parte descrita como, "aparentemente por cima da sociedade", expõe o aspecto do fetiche do poder estatal, que pode levar os trabalhadores ao entendimento de que nele os direitos sociais, como por exemplo, a aposentadoria, saúde, educação, etc., também estarão assegurados e, com isso, a classe dominante estaria obrigada a fazer o Estado funcionar para todos. Na verdade, os direitos sociais e políticos garantidos pelo Estado, estão submetidos à ordem que permite a reprodução do capital pela própria necessidade de ter à sua disposição a mercadoria força de trabalho, mantendo-a com mais ou menos recursos, segundo a variação da taxa de lucro.

Visto dessa maneira, o Estado não pertence, em particular, a nenhuma classe; está colocado acima da sociedade. Para que a sociedade não seja destruída necessita de uma força maior para a contenção das exaltações. Assim sendo, as forças sociais em conflito, aprovam as normas jurídicas, definem os direitos e os deveres, e o Estado, a princípio, os aplica com a mesma rigorosidade para todos os cidadãos. No entanto, os trabalhadores, bem como toda a população carente, não encontram no Estado as garantias que assegurem o acesso às políticas públicas, por exemplo, no volume que necessitam. Por outro lado, as pessoas que compõem o governo, não estão de fora das classes e, as decisões que tomam, não são totalmente despidas de interesses particulares e de classe; por isso, os capitalistas, através do Estado, ao assegurarem a ordem, asseguram as suas vantagens nas condições em que elas se encontram e, assim legitimam as diferenças com os trabalhadores.

Sendo que os capitalistas não têm interesse em destituir os indivíduos do direito de propriedade, nem superar o sistema que impõe as relações de produção, a ameaça de desestabilização da sociedade só pode ser empreendida pela classe não proprietária dos meios de produção, logo, o Estado que aparentemente está colocado acima, concretamente está também ao lado da classe dominante para salvaguardar a ordem. Em caso de golpe de Estado,

uma parcela da classe dominante, apela para as forças armadas e se levanta sobre setores da própria classe burguesa discordante e da sociedade em geral, sem perder a condição de continuar sendo a classe dominante. Não há, portanto, Estado sem que haja o sujeito social de sua afirmação.

Marx ao tratar da acumulação primitiva no capitulo XXIV do livro *O capital*, destaca que "o processo que produz o assalariado e o capitalista tem suas raízes na sujeição do trabalhador" (1996, p. 831). Significa dizer que, desde o início, as relações capitalistas de produção se sustentam através da articulação de diferentes mecanismos de dominação de uma classe sobre outra classe; por esta razão, as relações entre economia e política, no capitalismo, nem sempre ocorrem como derivadas da mesma lógica; por isso, as crises estruturais geram contradições que, devido à concorrência entre indivíduos da mesma classe, as competições e disputas são incontroláveis, porque não dependem apenas das leis econômicas. A organização do processo de produção capitalista quebra toda resistência e mantém a lei da oferta e da procura de trabalho pela expansão do capital e, a coação, pelas relações econômicas, assim se consolida o domínio do capitalista sobre o trabalhador. Então destaca Marx:

> Ainda se empregará a violência direta, à margem das leis econômicas, mas doravante apenas em caráter excepcional. Para a marcha ordinária das coisas basta deixar o trabalhador entregue às "leis naturais de produção", isto é, à sua dependência do capital, a qual decorre das próprias condições de produção, e é assegurada e perpetuada por essas condições(1996, p. 854).

A dinâmica que move a sociedade capitalista é a reprodução e acumulação do capital, para tanto, há que organizar o trabalho e estabelecer o controle da produção e dos próprios trabalhadores que se obrigam a aceitar as formas de controle estabelecidas pelos controladores do sistema de produção.[71] Mas a dinâmica econômica não detém a supremacia da regulação da sociedade; outras formas sociais, políticas e morais concorrem para instalar certos controles e determinações comportamentais que se configuram em hábitos, práticas de valores, respeito à disciplina, aos prazos e cumprimento das obrigações tidas como deveres.

Essa regulação é descrita pelo italiano Antônio Gramsci como a presença de dois planos superestruturais interligados: o que pode ser chamado de "sociedade civil" (isto é, o

[71] Marx explica que a legislação no século XV era altamente sanguinária na Inglaterra, isso porque, aqueles que haviam sido expulsos de suas terras com a dissolução das vassalagens feudais e com a expropriação passaram a ser reprimidos por ficarem desocupados, pois não podiam ser absorvidos de imediato pela manufatura nascente. "Muitos se transformavam em mendigos, ladrões, vagabundos, em parte por inclinação, mas na maioria dos casos por força das circunstâncias. Daí ter surgido em toda a Europa ocidental no final do século XV e no decurso de século XVI uma legislação sanguinária contra a vadiagem. Os ancestrais da classe trabalhadora atual foram punidos inicialmente por se transformarem em vagabundos e indigentes, transformação que lhes era imposta. A legislação os tratava como pessoas que escolhem propositalmente o caminho do crime, como se dependesse da vontade deles prosseguirem trabalhando nas velhas condições que não mais existiam" (1996, p. 851).

conjunto de organismos designados como "privados"), e o da "sociedade política ou Estado". "Planos que correspondem à função de "hegemonia" que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de "domínio direto ou de comando, que se expressa no Estado e no governo "jurídico" (2004 a, p. 20 e 21).

Sob esta configuração é que Gramsci apresenta o conceito de "bloco histórico" como mediação para que a classe dominante estabeleça a direção hegemônica na sociedade. O "bloco histórico" não é então uma simples aliança entre forças políticas para gerirem o Estado; trata-se de uma junção entre, o que Marx denominou de base econômica e superestrutura, que passam a funcionar em estreita reciprocidade. Neste sentido diz Gramsci, "o conjunto complexo e contraditório das superestruturas é o reflexo do conjunto das relações sociais de produção" (2002, p. 250).

Gramsci une os dois planos de poder constituídos na sociedade civil[72] pelos organismos privados e os aparelhos de Estado, que o grupo economicamente dominante utiliza para se sobrepor ao conjunto da população. Se, por um lado, o papel do Estado e do governo jurídico é exercer o comando e estabelecer o domínio direto através do uso do aparelho de regulação estatal, assegurando, segundo o autor, "legalmente", a disciplina dos grupos que não "consentem" ou não obedecem, nos momentos de crise, o mesmo grupo dominante, busca um consenso "espontâneo" com as grandes massas, pelo prestígio e confiança que obtém pela função que desempenha no mundo da produção. Sendo assim, a regulação e a coerção sobre os trabalhadores, não se dá somente pelo lado público da superestrutura que institucionaliza as formas política e jurídica, a partir dos aparelhos existentes, como também, lança mão dos aparelhos privados representados pelas entidades como, sindicatos, escolas, igrejas, meios de comunicação e, hoje, podemos incluir redes sociais, câmaras filmadoras etc., que atuam na mesma ordem de regulação dos comportamentos pela pressão coletiva que exercem sobre cada indivíduo.

Na produção, a dominação que sofre o trabalhador assalariado está relacionada à dependência que ele tem do capitalista em receber o pagamento por sua força de trabalho e, ao mesmo tempo, subordina-se juridicamente ao Estado na forma de uma dominação jurídica e

---

[72] O filósofo alemão Jörgen Habermas explica que o atual significado da expressão "sociedade civil" não coincide com o da "sociedade burguesa" da tradição liberal, que Hegel considerou como "sistema das necessidades", isto é, como sistema do trabalho social e do comércio de mercadorias numa economia de mercado. Para o autor, na atualidade, o termo "sociedade civil" não inclui mais a economia constituída através do direito privado e dirigida através do trabalho, do capital e dos mercados de bens, como ainda acontecia na época de Marx. O seu núcleo institucional é formado por associações e organizações livres, não estatais e não econômicas, as quais ancoram as estruturas de comunicação da esfera pública nos componentes sociais do mundo da vida. (HABERMAS, 2011, p. 100).

ideológica, imposta por uma força invisível que está colocada acima do capitalista enquanto proprietário dos meios de produção. Se o contrato da compra e venda da força de trabalho é feito livremente na presença das duas partes proprietárias, dali em diante, enquanto a exploração se dá formalmente sob o comando do poder econômico, encarnado no capitalista, a dominação jurídica e ideológica se faz valer pelo poder invisível do Estado que, pode punir criminalmente qualquer ato de desobediência dos sujeitos portadores da força de trabalho.

Temos então que, a classe economicamente dominante estabelece o controle sobre os trabalhadores pelas relações de produção e, na ausência das crises, atua utilizando-se das próprias habilidades administrativas para controlá-los. Nos períodos de crise ou nos momentos em que se torna necessário o envolvimento da coerção jurídica ou policial, em se tratando da defesa da ordem, a classe dominante entrega a responsabilidade aos aparelhos do Estado. Por sua vez, a classe dominante não se abstém da coerção, ao contrário, implementa-a através das relações de produção e, quando lhe é conveniente, utiliza a ação para-militar. Ademais, destaca Gramsci: "o Estado burguês vive grandemente do trabalho e da abnegação de milhares de funcionários civis e militares que cumprem frequentemente com verdadeira paixão o seu dever..." (2004b, p. 101).

A abnegação dos funcionários que seguem a ideologia do Estado "neutro",[73] não é maior do que aquela empenhada pelos trabalhadores que incorporam os próprios valores burgueses e moralmente passam a defender a ordem, os contratos, o direito à propriedade, o lucro, a resignação, a tolerância e as políticas estabelecidas pelos governos que, mesmo sendo prejudiciais aos que produzem a riqueza, passam por ser assimiladas como uma colaboração, um esforço a mais para o país sair das crises. Daí que se entende porque não pode existir a economia capitalista sem a forma política estatal. Uma depende da outra e, embora permeadas por relações contraditórias e exigências mútuas, os conflitos e rupturas que normalmente ocorrem entre os setores da própria classe dominante, as estruturas de exploração e de dominação, sempre são preservadas.

O que vem em primeiro plano na interação entre reprodução econômica e a forma política estatal é a forma mercadoria, que articula o conjunto das relações econômicas, sociais

[73] Nicos Pulantzas classifica os funcionários públicos como "pessoal do Estado" e destaca que: "a ideologia dominante, que o Estado reproduz e inculca, tem igualmente por função constituir o cimento interno dos aparelhos de Estado e da unidade de seu pessoal. Esta ideologia é precisamente a do Estado neutro, representante da vontade e do interesse geral, árbitro entre as classes em luta: a administração ou a justiça acima das classes, o exército pilar da nação, a polícia garantia da ordem republicana e das liberdades dos cidadãos, a administração motor da eficiência e do bem-estar geral" (1980, p. 179). Mas esta ideologia, segundo o autor, não domina inteiramente, pois os sub-conjuntos ideológicos das classes dominadas estão também cristalizados, sob a dominância desta ideologia, nos aparelhos de Estado. A influência das lutas populares leva "ao pessoal do estado", por sua origem de classe a perceber as próprias divisões internas e muitas reinvindicações combinam com as suas próprias reinvindicações.

e políticas. A incapacidade de interpretar tais relações entre as coisas, devido à invisibilidade da magnitude do valor que cada uma traz em si encarnada pelo trabalho, leva a pensar que de fato a forma mercadoria é mais importante do que o próprio trabalho humano. Neste sistema, os indivíduos, sejam eles trabalhadores ou funcionários do Estado, são vistos pelos capitalistas, no interior das estruturas produtivas e instituições políticas, como executores de funções de reprodução do sistema de dominação. Desse modo, o esforço para manter a ordem dominante no capitalismo, não se dá mais pela responsabilidade individual de uma ou outra autoridade, mas pelo conjunto das estruturas que apontam para o mesmo objetivo de controle dos grupos e classes sociais.

Mas o Estado seria este aparato coercitivo e vingador nas mãos da classe dominante contra os trabalhadores?[74] Na evolução do sistema de produção, o Estado coloca-se como um órgão de função integradora. Em certos momentos deixa de ser somente superestrutura para inserir-se na base econômica, seja através do financiamento de pesquisas e no investimento em obras de infra-estrutura, ou em setores produtivos que a iniciativa privada, temendo prejuízos, não se arrisca a fazer. Ademais, cumpre ao Estado também o dever de integrar as classes exploradas pelo sistema educativo,[75] fazendo com que, parte dos trabalhadores ascendam a postos de trabalho mais qualificados. No aspecto das melhorias, facilita o acesso à habitação, transporte, saúde e outros direitos como, o voto, a herança, à defesa gratuita pela defensoria pública; em épocas propícias, o acesso a certas políticas públicas, ao seguro desemprego etc. Mas, de qualquer modo, não deixa de servir como instrumento jurídico e ideológico da ordem dominante, que faz bem ao capital por trazer em si uma autonomia relativa.

A reprodução social antagônica capitalista se dá, portanto, pela soma de esforços empregados supostamente em benefício de cada indivíduo que, ao ser contemplado, afirma cada vez mais a ordem e os valores da sociedade burguesa. As relações conflituosas geradas pelas contradições surgidas no âmbito das relações sociais de produção, em que as disputas se

---

[74] Mandel destaca que a função repressiva de impor a vontade da classe dominante por meio da coerção (Exército, polícia, lei, sistema penal), foi a dimensão do Estado mais intimamente examinada pelo marxismo clássico. Mais tarde Lukács e Gramsci colocaram ênfase maior em sua função integradora. "É óbvio, naturalmente, que a dominação de classe baseada apenas na repressão seria equivalente a uma condição insustentável de guerra civil permanente" (MANDEL, 1982, p. 334).

[75] Sobre o aspecto da educação, Marx chama a atenção no Programa de Gotha de 1875 quando o Partido Operário Alemão defendia "a educação geral para o povo, igual para todos a cargo do Estado". Diz Marx: "Educação do povo, igual para todos? Que quer dizer com estas palavras? Acreditar-se-á que, na sociedade atual (e é dela que se trata), a educação possa ser a mesma para todas as classes? Ou querer-se-á então obrigar pela força as classes superiores a receberem apenas o ensino restrito na escola primária, o único compatível com a situação econômica, não só dos operários assalariados, mas também dos camponeses?" (2004, p. 150). Comprovamos isso pela proliferação na última década dos Institutos Federais cujo objetivo é realizar a formação técnica oferecendo no conjunto cerca de 500 mil vagas por ano.

desenvolvem em torno do espectro dos direitos ou as disputas econômicas forçadas pela concorrência, bem como, as crises de superprodução, convocam a todos a resignarem-se ou a empenharem-se, não para desestruturar as formas econômicas e políticas, mas para salvá-las e melhorá-las em seus desempenhos. Nesse caso, há equivocadamente por parte dos trabalhadores e suas organizações, um aspecto diferenciado na coação, que se denomina consentimento, construído pedagogicamente por admoestações sobre os riscos da "situação ficar ainda pior".

Em resumo, podemos dizer que, o formato do Estado depende das mudanças nas relações produtivas e da capacidade impositiva da classe em ascensão ou dominante, para assegurar os seus interesses. Sendo que, em períodos de baixa intensidade dos conflitos e de poucas possibilidades de rupturas, sua natureza autoritária é amenizada pela forma disfarçada com que age, demonstrando ser o instrumento da ordem e da justiça. Oferece, mesmo que limitados, serviços, concursos públicos, eleições livres, numa clara demonstração de que tudo está sob controle. Mas é nos períodos de crise que o Estado revela a sua verdadeira natureza. Nesses momentos, a classe dominante, mesmo sendo minoritária, se utiliza desse instrumento para proteger seus interesses de forma violenta. Sabe ela que o avanço das mobilizações pode levar a um processo de ruptura e pôr abaixo tudo o que até então parecia sólido, e tudo o que era visto como sagrado, pode vir a ser profano e até desaparecer.[76]

2.4 – A FORMA POLÍTICA ESTATAL E A SERVIDÃO VOLUNTÁRIA

Seguindo o entendimento de Marx, a questão de fundo a ser compreendida em função da transição socialista, é se o poder social (fetichismo) está nas coisas, os homens que compõem as classes na sociedade burguesa, não tenderiam a ser meros funcionários das necessidades destas formas sociais de poder que produzem e se reproduzem a despeito das verdadeiras necessidades humanas? Se isto faz sentido, qual é a natureza do discurso da

[76] Marx e Engels no Manifesto do Partido Comunista de 1848 aprofundam a visão dinâmica do movimento inevitável do desenvolvimento dos meios de produção, ao qual a burguesia não pode se descuidar, pois com ele ocorrem também mudanças nas relações sociais. Antes da existência da burguesia ocorria o contrário, a própria regularidade produtiva era a dinâmica favorável aos senhores feudais. No entanto, a subversão contínua da produção, o abalo de todo o sistema social, a permanente agitação e insegurança distinguirão a época burguesa de todas as precedentes. Distinguirão pela presença ativa da burguesia que, ao se tornar classe dominante, sentirá uma pressão ainda maior do que aquela patrocinada por ela aos senhores feudais. Terá que fazer o contrário se quiser manter-se atualizada e revolucionar constantemente os meios de produção. Por isso, como ocorreu antes, virá a situação em que, "Suprimem-se todas as relações estáveis, cristalizadas, com seu cortejo de preconceitos, de ideias secularmente veneradas; todas as novas relações tornam- se superadas antes mesmo de se estabelecerem. O que parecia sólido, desaparece; o que era sagrado é profano, e finalmente, os homens são obrigados a encarar, com serenidade, suas condições de vida e suas relações recíprocas"(1986, p. 22).

vontade e da liberdade que regem as aparências das escolhas políticas do nosso tempo? Em outros termos, não estaria Marx nos mostrando que a política institucional não passa de um mero espetáculo de uma forma consensual e voluntária de servidão ao capital e ao Estado?

Marx e Engels reconhecem no *Manifesto do Partido Comunista* de 1848, preparado para que o proletariado do mundo todo tivesse um programa para unir-se e lutar pela superação do capitalismo; que a burguesia historicamente desempenhou um papel proeminentemente revolucionário, isto porque, onde quer que ela tenha conquistado o poder, dissolveu as relações feudais e despedaçou os vários laços que prendiam o homem feudal, substituindo-os pelo laço frio dos interesses do pagamento das estreitas relações de homem para homem, fazendo a probidade pessoal tornar-se um simples valor de troca e, em nome de todas as liberdades conquistadas, estabeleceu a implacável liberdade do comércio, a quem deve obediência às suas leis. Sendo assim, a burguesia eliminou, de forma crescente, as diversidades entre as populações, impondo-lhes não somente os meios de produção, como também a centralização do poder político, submetendo as nações do mundo a um só governo, com um mesmo código jurídico. As consequências, no entanto, segundo os autores, é que "o sistema burguês de produção, de troca e de propriedade da sociedade moderna, lembra um feiticeiro que já não consegue controlar os seus poderes infernais por suas palavras mágicas" (1986, p. 23).

A referência comparativa entre as relações de produção feudais e capitalistas mostra que, dentre todas as transformações, a liberdade de comércio é a mais expressiva. No comércio, as palavras mágicas do feiticeiro tornam-se ineficientes na medida em que as forças produtivas e demais relações em desenvolvimento geram crises cada vez mais constantes. Daí que a liberdade ganha contornos ideológicos de servidão, na medida em que ela passa a representar o seu contrário, servindo para obscurecer o verdadeiro sentido da servidão que as relações de produção impõem.

Marx aponta de forma muito prática, que a liberdade no capitalismo é apenas uma sensação que esconde a real submissão do indivíduo ao capital quando diz que:

> Para transformar dinheiro em capital tem o possuidor do dinheiro de encontrar o trabalhador livre do mercado de mercadorias, livre nos dois sentidos, o de dispor como pessoa livre de sua força de trabalho como sua mercadoria, e o de estar livre, inteiramente despojado de todas as coisas necessárias à materialização de sua força de trabalho, não tendo além desta outra mercadoria para vender (1996, p. 189).

Mas não basta que o possuidor do dinheiro queira transformá-lo em capital, nem tampouco que encontre alguém livre que queira vender a ele a sua força de trabalho; precisa também, como sujeito de direito, manter-se ligado à mercadoria comprada para que de fato

ela reproduza o capital. Isto é o suficiente para considerarmos que há uma dupla relação de servidão ao capital, situada em lados opostos, e que caracterizam a liberdade como ideologia da servidão. Do lado do trabalhador que, ao vender a sua força de trabalho e voluntariamente a entrega pelo valor combinado na forma de tempo de trabalho concreto. Do lado do possuidor do dinheiro, que se empenha em vigiar a mercadoria comprada para que ela produza e reproduza o valor.

Nesse sentido, podemos concordar que a burguesia desempenhou um papel revolucionário na história, mas criou para si e para os trabalhadores, formas ainda mais requintadas de servidão, porque deu ao valor de troca a supremacia sobre as demais relações. Ou seja, que liberdade pode ter os donos de estabelecimentos comerciais, que se obrigam a deixá-los com as portas abertas durante o máximo de horas em todos os dias da semana, a espera de compradores, tendo de explorar com isso ao máximo a força dos trabalhadores?

Diante disso, a servidão voluntária no capitalismo e a submissão por parte dos trabalhadores às formas econômicas, políticas e jurídicas, não se trata de nenhuma covardia,[77] ao contrário, a ilusão de que as relações se dão entre indivíduos livres, inaugura um período em que as formas sociais contribuem para o fortalecimento dos mesmos desejos para satisfazer as diferentes necessidades. O desejo de um trabalhador ao procurar um comprador para a sua força de trabalho seja para servir à propriedade privada ou empregá-la no serviço público, onde o Estado é o agente contratador,[78] é o mesmo desejo do capitalista de encontrar o vendedor da força de trabalho livre no mercado. Em ambas as partes assinam o contrato, está o interesse de suprir a necessidade de cada um, mas, em comum, possuem o desejo de enriquecimento, conforme destaca Marx ainda nos *Manuscritos econômicos e filosóficos*, redigidos entre os meses de abril e agosto de 1844*;* embora sendo uma obra da juventude, o

---

[77] Etiene La Boétie (1530-1563) descreve o sintoma da aceitação da servidão voluntária quando busca entender como tantos homens, burgos, cidades e nações suportavam às vezes a opressão de um só tirano. Coisa comum e admirável, diz o autor: "... porém tão comum, que deve causar mais lástima que espanto, ver um milhão de homens servir miseravelmente e dobrar a cabeça sob o jugo, não que sejam obrigados a isso por uma força que se imponha, mas porque ficam fascinados e por assim dizer enfeitiçados somente pelo nome de um, que não deveriam temer, pois ele é, um só, nem amar, pois é desumano e cruel com todos (2010, p.30). A questão, retorna mais adiante o autor a dizer, é que sem o desejo de liberdade não há inspiração para a superação da servidão, por isso são os próprios povos que se deixam maltratar, acreditando que são livres para servirem aceitando o jugo. "É o próprio povo que se escraviza e suicida quando, podendo escolher entre ser submisso ou ser livre, renuncia à liberdade e aceita o jugo; quando consente com seu sofrimento, ou melhor, o procura (2010, p. 34).

[78]Rousseau no século XVIII, apresenta um indicativo de como dar consistência ao Estado quando diz: "Quereis dar consistência ao Estado? – aproximai tanto quanto possível os graus extremos, não suportai nem os opulentos nem os mendigos. Esses dois estados, naturalmente inseparáveis, são igualmente funestos ao bem comum – de um saem os fautores da tirania e do outro os tiranos. É sempre entre eles que se faz o tráfico da liberdade pública; um a compra e o outro a vende (1997, p. 127). Por isso, a responsabilidade pela origem e implementação da servidão é daqueles que produzem os próprios tiranos. A forma encontrada pelo autor para garantir a liberdade é, enquanto indivíduo, submeter-se à natureza e, como cidadão, à lei do Estado.

seu objetivo é explicitar as relações entre a propriedade privada e a economia política, e demonstrar que a emancipação humana somente poderia ocorrer se fosse liquidado de vez o sistema de produção capitalista. Nesse texto, Marx expõe pela primeira vez a categoria da alienação, que é provocada pela existência da propriedade privada dos meios de produção, cuja função é explorar o trabalhador para transformar a sua força em capital, mas, ao mesmo tempo em que o explora desperta nele o sentimento de enriquecimento, principalmente pelos reajustes dos salários:

> A subida de salários desperta no trabalhador o mesmo desejo de enriquecimento que no capitalista, mas só o pode satisfazer pelo sacrifício de seu corpo e espírito. O aumento de salários pressupõe e provoca a acumulação do capital; assim ele aliena progressivamente o produto do trabalho do trabalhador" (1964, p. 106).

Dessa forma, se a riqueza está em crescimento em uma sociedade, os trabalhadores sentem-se favorecidos porque há competição entre os capitalistas, pois eles procuram os trabalhadores, que se submetem aos sacrifícios em troca de salários. No entanto, "quanto mais querem ganhar mais têm de sacrificar o tempo e realizar um trabalho de escravo em que a sua liberdade se encontra totalmente alienada a serviço da avareza" (MARX, 1964, p. 104).

Na medida em que o trabalhador alimenta em si, o desejo de tornar-se empregado ou servidor público sujeita-se às imposições econômicas e jurídicas e, por isso, poderá vir a ser punido no dia em que contestar o consentimento dado, através de uma greve, por exemplo. Para o capitalista a revolta representa uma contradição entre o desejo de vender a força de trabalho e a decisão de não entregá-la segundo o combinado, por isso, a intervenção jurídica surge e declara a ilegalidade do ato de desobediência à ordem.

Da mesma forma ocorre com a liberdade no âmbito da política que, pela representatividade institucional, torna-se servidão. A ambição do representante parlamentar, no período eleitoral, é a mesma do representado de sair vitorioso do pleito pelo voto dado. No entanto, a partir da eleição, o primeiro, tornar-se agente servidor do Estado e terá um programa ideológico a cumprir. Tal qual ocorre com o trabalhador que estranha o objeto produzido, o eleitor, quanto mais vota, mais legitima a forma política estatal que, assim como o feiticeiro, nas relações de produção, não consegue controlar os seus poderes infernais e as suas palavras mágicas já não explicam as crises, por isso recorre à intervenção jurídica e à repressão.[79]

---

[79] No texto *O socialismo jurídico* escrito em 1885, por Engels em companhia de Kautski, acentuam que a concepção de mundo na Idade Média era essencialmente teológica, e que, enquanto estrutura de poder se encarregou de articular a unidade europeia. "Essa unidade do mundo europeu ocidental, formado por um amálgama de povos em desenvolvimento, foi coordenada pelo catolicismo." (1991, p. 27). Segundo os autores, com suas propriedades feudais, a Igreja se constituía no verdadeiro vinculo entre os vários países. No entanto, no

Na medida em que a subjetividade coletiva anterior ao capitalismo foi desconstruída e a subjetividade moderna passou a ser monitorada pela ideologia burguesa, a sociedade capitalista passou a viver um paradoxo, fazendo com que, ao mesmo tempo em que acentua o individualismo pela livre produção e a livre concorrência, simbolicamente, refunda a ligação coletiva pela ideologia do sentimento de nação que ultrapassa a determinação mercantil e passa a cumprir a função aglutinadora através da presença do Estado.[80] Os fatos passam a receber as narrativas intencionais expressas pelos interesses da classe dominante que relaciona a estruturação do poder com o espírito nacional, em que o sucesso da classe dominante é exaltado como o orgulho da classe dominada. O fortalecimento do mercado interno no capitalismo passou a ser sinônimo de valorização do povo e da nação. O progresso econômico alcançado pela acumulação capitalista é visto atualmente como desenvolvimento nacional; a edificação de obras faraônicas de infra-estrutura, com a finalidade puramente mercantilista, passa a ser vista como uma conquista nacional dos eleitores, sobre os quais os governantes se apóiam.

A ideologia desenvolvida pelos governantes através do Estado capitalista, centrada sobre as características e virtudes da nação, comovem e convencem a suportar a servidão produtiva.[81] Mesmo que o capital não respeite fronteiras, o orgulho nacional acalenta o sentimento de pertença e supera as posições de classe que vão, desde a vitória do atleta portador de deficiências físicas em competições internacionais, até os destaques aos exportadores de mercadorias alimentícias, minérios, petróleo etc. Com o orgulho da nacionalidade produtiva, esportiva, religiosa etc., constrói-se a identidade entre os indivíduos que formam o Estado nacional, embora que, em determinadas circunstâncias, por necessidade, nas disputas políticas internas ou externas, a classe dominante para beneficiar-se, quebra a unidade, podendo chegar a um ponto que as suas palavras mágicas já não controlam os poderes das mercadorias e as reações descambam para o fortalecimento de revoltas, divisões e para os atos de barbárie.

---

seio de tal realidade surgirá o poder da burguesia que, enquanto classe, se opõe aos grandes proprietários de terra, tradição que vem desde os primórdios. No capitalismo o dogma e o direito divino foram substituídos pelo direito humano e a Igreja pelo Estado. Na medida em que a forma fundamental das relações entre livres produtores de mercadorias ou pela livre concorrência tornou-se o meio nivelador, a igualdade jurídica tornou-se o principal brado da burguesia.

[80] Segundo Joachim Hirsch, "povo" e "nação" na linguagem do sentido atual não existiam antes. "Eles são produtos do modo de produção capitalista e de sua forma de socialização. Isso vale também para a configuração existente das relações de gênero. A separação entre Estado e sociedade, presente na forma política capitalista, significa que o Estado não se apóia apenas nas relações de classe, mas também nas relações de gênero caracterizadas pela exploração e a opressão, expressas em suas instituições políticas" (2010, p. 82).

[81] Habermas defende que o sistema do capitalismo tardio está a tal ponto determinado por uma política de compensações que assegura a lealdade das massas dependentes do trabalho a evitarem o conflito (1987, p. 76).

Diante disso, defendemos que os limites da visão contemporânea para engendramos o processo de transição em vistas da transformação da sociedade, está na submissão voluntária à forma econômica e nos aparelhos coercitivos e ideológicos de Estado[82] que impõem à classe trabalhadora, pela exploração, leis, informação, preceitos morais, educação familiar e programas políticos partidários confusos, a obediência à ordem. Dessa forma, a classe que domina, sustenta-se nos postos de comando porque há mútua aceitação da exploração.[83]

Por outro lado, as tentativas das forças que lutam pela transformação social, quando chegam ao governo ou ao estágio da transição, perdem-se ao apoderarem-se apenas da estrutura da forma política estatal, e, ao invés de evoluírem no processo de superação do capitalismo, retrocedem à Idade Moderna quando a burguesia visava fazer o mesmo para superar o poder dos senhores feudais e destravar os freios do desenvolvimento do capitalismo; com uma desvantagem, que lá, a criação de um Estado era uma ação revolucionária. Nesse sentido, tomar o mesmo Estado para mantê-lo intacto, bem como as demais relações, o máximo que se pode conseguir é levar uns poucos cidadãos ao acesso aos direitos, demonstrando claramente que a teoria de Marx não foi ainda compreendida.

O que de fato nos coloca Marx é a tarefa dos trabalhadores alcançarem, não o grau de cidadãos, no patamar burguês da reprodução do indivíduo egoísta que se realiza com a emancipação política, mas a formação do sujeito coletivo que coopera e se emancipa, ultrapassando as mediações em vigor na sociedade burguesa. No entanto, isso tudo não será possível apenas com a conquista da velha estrutura do Estado capitalista. Por isso, as respostas aos dilemas colocados, não são simples, nem imunes aos equívocos.

---

[82] Tomamos aqui como referência os conceitos de Louis Althusser quando classifica que: “o aparelho repressivo de Estado “funciona pela violência”, enquanto os Aparelhos Ideológicos de Estado funcionam “pela ideologia”. (1980, p. 46).

[83] La Boétie (1530-1563) já havia alertado para o limite da autoridade não percebido pelas vítimas da servidão, dizendo que o opressor é um sujeito fisicamente semelhante ao oprimido. O que ele tem a mais é o poder recebido para ser opressor. Assim destaca ele (2009, p. 36), “Entretanto aquele que vos oprime tem só dois olhos, duas mãos, um corpo, nem mais nem menos que o mais simples dos habitantes do número infinito de vossas cidades. O que ele tem a mais são os meios que lhe destes para destruir-vos.”

CAPÍTULO III

A TRANSIÇÃO COMO MOVIMENTO ASCENDENTE

A transição vista por Marx pela superação das formas sociais, delineia uma série de fatores que nem sempre estão articulados no mesmo sentido. Há momentos em que o conteúdo do conceito retrocede na história e se refere à passagem de um modo de produção para outro, antes do capitalismo; como também, de outro modo, avança para o processo revolucionário, considerando a luta dirigida para a tomada do poder; e, em um sentido mais aplicado, adentra para o período da construção do socialismo, quando a "ditadura do proletariado" é apresentada como a forma real e transitória de poder. A nosso ver, a transição dos modos de produção e mais propriamente do capitalismo, se dá por meio das formas sociais, seja na produção da mercadoria, do valor, do capital, como também nos aspectos jurídicos e políticos. Neste sentido, a preocupação central aqui é compreender como essas formas se vinculam nas mesmas interações e superações a serem construídas no movimento ascendente da transição socialista.

3.1 – A TRANSIÇÃO NO MOVIMENTO DAS CONTRADIÇÕES

O aspecto que primeiramente desejamos dar conta, diz respeito ao conceito de transição defendido por Marx, em função de saber se se trata de um método ou do próprio movimento dialético das superações constates das leis e formas sociais de poder ou de ambos entrelaçados.

Iniciamos pelo *Manifesto do Partido Comunista* de 1848,[84] no qual os autores mostram, pela evidência da luta de classes, que a transitoriedade de um modo de produção para outro passa pelos conflitos que se transformam na história da própria sociedade, forjada, em cada época, pelas disputas entre, homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor e servo, digladiando-se em luta aberta ou camuflada e que, "historicamente sempre terminou ou numa

[84] Michael Löwy (2012, p. 26) considera que o manifesto do partido Comunista de 1848 é a conclusão prática/estratégica da reflexão filosófica e política do jovem Marx, sobre as condições de possibilidade da revolução como auto-emancipação proletária. A tarefa da elaboração do Manifesto assumida por Marx e Engels, se deve ao envolvimento de ambos nas lutas operárias que na época sacudiam os principais países da Europa e, a perspectiva organizativa apontada pela Liga dos Justos, despertou o interesse pela organização partidária do proletariado.

reestruturação revolucionária da Sociedade inteira ou no aniquilamento das classes em choque" (1986, p. 19).

Compreendemos que o movimento histórico, dinamizador das mudanças revolucionárias da sociedade, é o processo de transição levado a cabo pelos conflitos e confrontos, abertos ou camuflados; mas, o "aniquilamento" representa o reverso de um movimento que não chega a alcançar o objetivo de levar a transição à frente; mesmo que ele contenha heróicas atitudes, sofre pelo retardamento das mudanças, porque as forças responsáveis por implementá-las, não logram, naquele momento, superar as circunstâncias adversas e a presença ostensiva das forças contra-revolucionárias. Por sua vez, por ser um movimento que, embora atinja, provisoriamente, níveis de satisfação, nunca teremos uma "transição" concluída, senão uma contínua busca de superações de formas sociais ascendentes ou, um movimento contrário, que regride, pela negatividade da qualidade das contradições para a barbárie.

Marx e Engels, apesar de se reportarem muitas vezes aos momentos de aniquilamento das forças ascendentes,[85] como defensores do movimento para frente, buscam identificar nos períodos de transição anteriores, lições práticas dos conflitos, tendo em vista a superação das limitações organizativas para levar a classe trabalhadora à vitória. Um exemplo disso encontramos no *Manifesto do Partido Comunista* quando os autores reafirmam que, "a sociedade burguesa de nossos dias, que emergiu dos escombros[86] do feudalismo, não eliminou os conflitos de classes. O que fez foi apenas substituir as antigas formas de luta por outras novas, com novas classes sociais e novos meios de opressão" (1986, p. 20).

Neste sentido, a transição capitalista enquanto movimento das contradições, aponta para as perspectivas futuras e dinamiza a formação do modo de produção nascente, sem romper repentinamente com todas as características do modo de produção anterior, substituindo as antigas formas sociais de produção, políticas e jurídicas, por outras novas formas que combinaram diferentes fatores, como destacam ainda os autores do *Manifesto do Partido Comunista:* "à medida que assim se desenvolviam a indústria, o comércio, a

---

[85] Em resposta às perguntas formuladas por suas filhas, a título de descontração doméstica, próprio de adolescentes, Marx expõe seus traços, características, gostos etc. e revela suas predileções. Podemos observar na pergunta que indaga sobre "Seu herói predileto?" Ele responde: "Espártaco...", (*Spartacus*) demonstrando profunda admiração pelo movimento dos escravos romanos, rebelados, entre os anos 71-73 a. C. O movimento foi esmagado pelo Império Romano.

[86] Deve-se evitar a interpretação do termo "escombro" como sendo restos de um fim repentino do feudalismo e um nascimento instantâneo do capitalismo. Não é assim que compreendem os autores do Manifesto, o que aliás indicam no mesmo parágrafo e seguintes, quando dizem que, dos servos da Idade Média provieram os burgueses e que o feudalismo com sua produção industrial circunscrita a grupos já não podia atender à crescente demanda dos novos mercados. "O próprio processo manufatureiro já estava obsoleto. Foi então que surgiram o vapor e a máquina revolucionando todo o sistema de produção" (MARX/ENGELS, 1986, p. 20).

navegação e as ferrovias, crescia a burguesia, multiplicando-se o capital e relegando ao plano inferior, as classes provindas da Idade Média" (1986, p. 21). Daí, constatam eles, que a formação da burguesia é o resultado de um longo processo de desenvolvimento e de uma série de revoluções nos sistemas de produção e de troca e, essa formação histórica em cada época, veio acompanhada de um processo político correspondente articulado com o desenvolvimento das forças produtivas.

Um paralelo a esse pensamento, Marx o desenvolve no prefácio do texto, *Para* a *crítica da economia política* de 1859, quando diz que:

> Uma formação social nunca perece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas para as quais ela é suficientemente desenvolvida, e novas relações de produção mais adiantadas jamais tomarão o lugar, antes que suas condições materiais de existência tenham sido geradas no seio mesmo da velha sociedade (1982, p.26).

Segundo esse argumento, o processo transitório forma-se pelo desenvolvimento das forças produtivas e demais relações que, como forças vivas, por serem mais adiantadas, tomam o lugar daquelas que vão ficando cada vez mais atrasadas. Na medida em que tais forças avançam, formam, com esse movimento, as condições que podem provocar mudanças para uma nova ordem social, na qual, os novos predicados surgem juntos com o novo sujeito sem ser ditado por um método *a priori*. Estariam então os homens, condenados, a terem que aguardar o desenvolvimento das forças produtivas e demais relações para empreenderem esforços que efetivem a transição socialista?

A visão de que a transição é um movimento ascendente e não um método idealizado preestabelecido por uma teoria, podemos encontrá-la, no *posfácio* da 2ª edição do livro, *O capital* de 1873, quando Marx toma o conteúdo de uma crítica feita a ele em 1872, pelo periódico,*"Mensageiro Europeu",* de São Petersburgo, e cita textualmente uma passagem da suposta crítica, tomando-a como um elogio:

> Para Marx só uma coisa importa: descobrir a lei dos fenômenos que ele pesquisa. Importa-lhe não apenas a lei que os rege, enquanto têm forma definida e os liga relação observada em dado período histórico. O mais importante, de tudo, para ele, é a lei de sua transformação, de seu desenvolvimento, isto é, a transição de uma forma para outra, de uma ordem de relações para outra. Descoberta esta lei, investiga ele, em pormenor, os feitos pelos quais se manifesta na vida social...(1996, p. 14 e 15).

Marx concorda com o autor, dizendo que ele retrata fielmente o emprego do método dialético, mas alerta que se deve distinguir formalmente, "o método de exposição do método de pesquisa", isto porque, a investigação deve apoderar-se da matéria, em seus pormenores e

depois descrever o movimento real. Então diz ele, "meu método dialético, por seu fundamento, difere do método hegeliano, sendo ele inteiramente oposto" (1996, p.16). Se para Hegel a ideia cria o real, para Marx, o ideal não é senão o material transposto para a cabeça do ser humano e por ela interpretado. Dessa forma, enquanto Hegel tratou de idealizar o mundo presente, Marx empenhou-se em realizar esse ideal.[87]

Compreendemos que há dois elementos interpenetrados, que dão sustentação à argumentação acima. O primeiro, diz respeito à apreensão da lei dos fenômenos que se dá pelo método de análise e, o segundo, refere-se à compreensão da transição como sendo um movimento em si. Depreendemos então, que a lei contida em cada fenômeno, presente no movimento da transição, é apreendida e explicada pelo método que revela como ela se manifesta na totalidade do movimento da vida social.[88]

A relação intrínseca, entre movimento e método apresentada no próprio texto do "*Mensageiro Europeu",* encarnados no mesmo fenômeno portador de movimento e conhecimento, apresenta o fundamento da lei da transformação como sendo a transição ou a passagem de uma forma de relação para outra forma. Marx empenha-se em demonstrar, através da investigação científica e filosófica, não somente o que é a lei da transformação, como também os efeitos causados por ela na vida social. Assim, defende ele no mesmo *posfácio*, caracterizando a transição como um movimento ascendente. "Para atingir o seu

---

[87] José Crisóstomo de Souza descreve em seu livro, *Ascendência e queda do sujeito do movimento jovem-hegeliano* (1992), as relações intelectuais e o processo de formação das ideias de Marx. "Para Hegel, na conclusão de sua História da Filosofia, "o objetivo e tarefa da filosofia é reconciliar o pensamento com a realidade". Para a esquerda hegeliana poder-se-ia aplicar o inverso. Hegel *idealizou* o mundo existente, Marx e seus aliados feuerbachianos tratariam de *realizar* o ideal". (1992, p. 38).

[88] Apontamos aqui, a partir da concordância com o conceito de "vida social", uma primeira resposta ao argumento que atribui erroneamente a Marx, a tese do "determinismo tecnológico" como requisito obrigatório para a transição. Conforme a estudiosa Norte americana, Ellen Wood, "A ênfase na unicidade do capitalismo e na sua motivação evolucionária – e a consequênte negativa da unilinearidade - não é, portanto, uma aberração ou um deslize momentâneo, ainda que fatal, no marxismo. Desde a origem, ela está profundamente embutida na própria análise de Marx, à qual é intrínseca". (2011, p. 113). Por outro lado, pela concordância que julgamos existir entre o entendimento do que representa a "vida social" em Marx e o conceito de "mundo da vida" de Habermas, embora este último sobreponha ao trabalho, o "agir comunicativo" como categoria formadora da ontologia do ser social. Vemos que a lei que rege a vida social em Marx é tão abrangente, e não o contrário, quanto à própria argumentação de Jürgen Habermas, quando defende o mundo da vida, dizendo que "os componentes do mundo da vida – a cultura, a sociedade e as estruturas da personalidade – formam conjuntos de sentido complexos e comunicantes, embora estejam incorporados em substratos diferentes. O saber cultural está encarnado nas formas simbólicas – em objetos de uso e tecnologias, em palavras e teorias, em livros e documentos, bem como ações. A sociedade encarna ordens institucionais, nas normas do direito ou nas entrançaduras de práticas e costumes regulados normativamente. As estruturas da personalidade, finalmente, estão encarnadas literalmente no substrato dos organismos humanos. Os elementos encarnados desta maneira passam a ser conteúdos semânticos, que também podem ser dissolvidos e postos em circulação como moeda corrente da linguagem normal. No mercado da prática comunicativa cotidiana, todo o sentido conflui para o mesmo ponto. Não obstante, os diferentes componentes do mundo da vida formam grandezas distintas; isso se depreende ontologicamente dos aspectos espaciais e temporais de suas encarnações" (2002, p. 98). Tudo isso dito por Habermas, a nosso ver, nada mais é do que o conjunto de efeitos compreendidos por Marx, oriundos da lei que manifesta os feitos da vida social mas que não tira da produção a importância devida.

objetivo, basta provar a necessidade da ordem atual e, ao mesmo tempo, a necessidade de outra ordem, na qual se transformará, inevitavelmente, a primeira, acreditem ou não os seres humanos, tenham ou não consciência da transformação" (1996, p. 15). Ou seja, o movimento existe, a compreensão do mesmo é que depende do empenho humano e, para tanto se fazem necessários os métodos, que não são permanentes nem universais, mas constituídos de acordo com as condições propostas pela realidade social.

3.2 - A TRANSIÇÃO NO MOVIMENTO DAS SUPERAÇÕES

Dentre os vários aspectos que caracterizam o movimento de transição na teoria social de Marx, ainda nos limites do modo de produção capitalista, como pré-requisitos que preparam e impulsionam a transição socialista, podemos apontar como essenciais, três interações que se articulam no mesmo movimento ascendente de transformação das formas sociais, às quais chamamos de: circunstâncias históricas; condições estruturantes e perspectivas de superação do modo de produção capitalista.

3.2.1 – A transição e as circunstâncias históricas

Marx, já na acomodação do movimento das revoluções liberais na Europa, afirma que os próprios modos de produção são transições em processos constituídos por diferentes fatores, que as circunstâncias antecedentes, como heranças do passado, tornam-se condições do presente para afirmar as perspectivas futuras. Ou seja, as circunstâncias são históricas e não inventadas pelas fantasias humanas.[89] E, isso tudo, segundo Marx, não se dá sem cobranças porque, "a tradição das gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos" (1978, p.17).

A tradição em destaque, no *18 Brumário,* já era um assunto recorrente nas reflexões de Marx e Engels, ainda nos escritos de juventude, como por exemplo em *A ideologia Alemã*, quando tratam da origem e da relação do Estado com a sociedade civil, entre novembro de 1845 e abril de 1846, quando querem explicitar a origem do Estado e a relação deste com a sociedade civil, defendem que a história nada mais é do que o suceder-se de gerações distintas, em que cada uma delas explora os materiais, os capitais e as forças de produção a

[89] Marx, já com a militância política experimentada, em seu *18 Brumário* de 1852, afirma que: "Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado" (1978, p. 17).

ela transmitidas pelas gerações anteriores. Sendo assim, por um lado, cada geração continua a atividade anterior e, pelo seu esforço, modifica as antigas condições transformando-as em novas condições para a transição, então concluem eles:

> Essa concepção de história não termina por dissolver-se, como "espírito do espírito", na "autoconsciência", mas que, em cada um dos seus estágios encontra-se um resultado material, uma soma de forças de produção, uma relação historicamente estabelecida com a natureza e que os indivíduos estabelecem uns com os outros; relação que cada geração recebe da geração passada, uma massa de forças produtivas, capitais e circunstâncias que, embora seja, por um lado, modificada pela nova geração, por outro lado prescreve a esta última suas próprias condições de vida e lhe confere um desenvolvimento determinado, um caráter especial que, portanto, as circunstâncias fazem os homens, assim como os homens fazem as circunstâncias (2009, p.43).

Há, por esta visão, por meio das circunstâncias criadas, uma dupla relação no fazer histórico que, se por um lado, as condições legadas pelo passado estão estabelecidas pelo percurso feito e já não há como apresentá-las de outra forma; elas não se formaram por mera força do acaso ou da natureza. Nelas houve a participação das gerações passadas que intensamente atuaram formando os resultados sociais. Por outro lado, o fazer das gerações presentes, sem se desligarem do passado, embora essas mesmas gerações tenham recebido uma massa de forças produtivas, não são teleguiadas por elas, mas intervém historicamente formando outras circunstâncias. Há, portanto, o sujeito que age socialmente, produz e reproduz formas econômicas, políticas e jurídicas que, por meio delas, pode fazer escolhas.

Marx não faz revelações esquemáticas sobre a formação das circunstâncias necessárias para a transição. Em certas passagens, pela franqueza com que afirma certas posições, apressadamente poderíamos confundir argumentos com conceitos como ocorre no *Manifesto do Partido Comunista* de 1848, quando destacam os autores que, "a burguesia só pode existir se constantemente revolucionar os meios de produção e, portanto, as relações de produção e, com elas todas as relações sociais" (1986, p. 21). Logo, poderíamos concluir que, as circunstâncias que possibilitam a continuidade da existência da burguesia, dependem unicamente de sua capacidade de revolucionar os meios de produção, sejam com inovações tecnológicas ou métodos administrativos em todos os setores, industrial, agrário, comercial, bancário etc.

Essa afirmação poderia levar (como de fato leva, a muitos, na atualidade), a extrair duas conclusões: a primeira, que a burguesia, não provocando tal revolução constante dos meios de produção, pereceria por conta própria, sem que houvesse o emprego de qualquer esforço por parte dos trabalhadores para derrotá-la. Bastaria esperar, que o tempo se encarregaria de efetuar a transição pela inanição do sujeito dominante. A segunda, vista pelo

argumento oposto, nos levaria a crer que, a burguesia revolucionando os aspectos colocados, se eternizaria juntamente com o modo de produção capitalista em uma evolução sem fim, pondo abaixo qualquer possibilidade para a vitória da transição socialista.[90]

No entanto, uma olhada mais atenta nos indicará que tais ceticismos não encerram a argumentação exposta pelo próprio Marx na continuidade de sua formulação; isso porque, como primeiro paradoxo, por mais que a burguesia tivesse a capacidade de revolucionar constantemente os meios de produção, em algum momento, ela seria surpreendida por duas fragilidades: a primeira, com a queda gradual da taxa geral de lucro que colocaria em contradição os próprios burgueses entre si. Forçados pela concorrência, os capitalistas precisariam investir mais capital e, com isso, haveria a variação na taxa de lucro conforme diz Marx: "a taxa de lucro cai não por explorar-se menos o trabalhador e sim por empregar-se menos trabalho em relação ao capital aplicado" (1991b, p. 283). Esse fenômeno demonstra que o capitalista enfrenta barreiras e obstáculos significativos para expandir os seus negócios e obriga-se a implementar medidas contrárias, dentre elas, a redução dos salários que "é um dos fatores mais importantes que detêm a tendência à queda da taxa de lucro" (MARX, 1991b, p. 270). Essa e outras medidas criam instabilidades perigosas nas relações sociais de produção. A segunda fragilidade encontra-se no surgimento de crises periódicas que revelam os contrastes, tendo, de um lado, a superprodução de mercadorias e, de outro, uma quantidade enorme de desempregados e trabalhadores famintos sem condições de consumirem tais produtos.

Engels, ao revisar as crises ocorridas no capitalismo desde 1825, constata que elas são cíclicas e ocorrem entre curtos períodos de crescimento de expansão industrial e comercial, que proporcionam a circulação e as trocas entre os povos civilizados. Mas o excesso de produção levará, desde 1825 até 1877, a cinco crises. Disso concluí Engels que:

> Nas crises estoura em explosões violentas a contradição entre a produção social e a apropriação capitalista. A circulação da mercadoria fica, por um momento

[90] Uma leitura condicionada do livro 2 de *O capital*, quando Marx trata sobre *As metamorfoses do capital e o ciclo delas*, poderá induzir a visualizar um movimento crescente e sem fim do mesmo. Diz Marx: "as mesmas circunstâncias que produzem a condição fundamental da produção capitalista, a existência de uma classe assalariada, exigem a transição de toda a produção de mercadorias para a produção capitalista de mercadorias. Esta, na medida em que se desenvolve, decompõe e dissolve as velhas formas de produção, voltadas de preferência para a subsistência imediata e que só transformam em mercadoria o excedente da produção. Ela faz com que a venda do produto se torne o interesse principal, aparentemente sem atacar, de início, o modo de produção existente, conforme procedeu o comércio mundial capitalista com os chineses, hindus, árabes, etc. Mas, depois, quando cria raízes, destrói todas as formas de produção de mercadorias que se baseiam no trabalho próprio dos produtores ou apenas na venda do excedente da produção como mercadoria. Começa generalizando a produção de mercadorias e em seguida transforma progressivamente em capitalista toda a produção de mercadorias" (MARX, 1991a, p. 39).

> paralisada. O meio de circulação, o dinheiro, converte-se num obstáculo para a circulação; todas as leis da produção e da circulação das mercadorias se viram ao contrário. O conflito econômico atinge o seu ponto culminante; o modo de produção rebela-se contra o modo de distribuição (1985, p. 66).

Por sua vez, mesmo que a burguesia revolucione constantemente os meios de produção, eles representam, na visão de Marx, a criação de circunstâncias favoráveis para fazer avançar o processo de transição socialista e os momentos de crise são os mais propícios para que o proletariado intervenha, pois, "a força é o parteiro de toda a sociedade velha que traz uma nova em suas entranhas" (MARX, 1996, p.869). A nosso ver, isso equivale a dizer que, a crise forma as circunstâncias favoráveis para a transição pela interação de dois lados: um deles é o lado da estagnação produtiva e, o outro, é o lado da organização da classe trabalhadora juntamente com a elevação da consciência de seu papel na história. Sem isso, as crises vêm e vão e a burguesia sempre encontrará formas de assegurar o poder de produção e reprodução do capital.

É evidente que na sociedade constituída por classes sociais, nem o sujeito coletivo dominante, nem o sujeito coletivo dominado estão estáticos em relação às contradições estruturais. Não é a força produtiva isolada que influencia a maneira de pensar e agir, mas o conjunto das relações que os indivíduos estabelecem em cada época histórica. A ideologia dominante forma-se, em cada época a partir das condições e dos interesses da classe dominante. Por sua vez, a consciência de classe do sujeito da revolução, forma-se na apreensão das contradições, tendo como mediação a ação coletiva para a transformação. Ignorar isso, ou atribuir a Marx a ideia de que basta que as forças produtivas contradigam as relações sociais de produção para se ter todo o combustível necessário para a revolução, é impróprio e no mínimo falta de criatividade intelectual.

Sem muito esforço, podemos encontrar nos textos de Marx em diferentes momentos, desde os escritos da juventude como também a partir do texto de *A ideologia alemã,* na XI Tese sobre Feuerbach, quando ele destaca que, "os filósofos apenas interpretaram o mundo de diferentes maneiras; porém, o que importa é transformá-lo" (2009, p. 539); ou seja, é preciso que haja, além da interpretação do mundo, a ação organizada do sujeito da transformação. Em outubro de 1866, em carta a Kugelmann, comentando trechos do programa escrito por ele e entregue aos delegados londrinos, para o primeiro congresso da Associação Internacional, após dizer que se limitou intencionalmente, aos itens que tornam possível uma compreensão imediata e a ação conjunta dos operários; destaca que "pode satisfazer, diretamente, às necessidades da luta de classes, ao mesmo tempo que servir de estímulo à organização dos operários, como classe" (MARX/ENGELS, t.3. s/d, p. 260). E mais ainda, em novembro de 1871 em outra carta ao próprio Kugelmann, Marx afirma: "a internacional foi fundada com o

objetivo de substituir as seitas socialistas ou semi-socialistas pela verdadeira organização de luta da classe operária" (MARX/ENGELS, s/d. p. 264). Portanto, não poderia haver na teoria social de Marx, ideias céticas ou comodistas a espera que a história da tecnologia tomasse o lugar da subjetividade humana para realizar a transição para o socialismo.

Um segundo paradoxo, posto pelas circunstâncias, relacionado com o avanço ou a estagnação das forças produtivas, baseia-se na suposição de que, sem o desenvolvimento das mesmas, não haveria crise de superprodução ou de subconsumo e, com isso, não se criariam as condições para a transição revolucionária, principalmente nos países menos desenvolvidos econômica e socialmente. Uma explicação que desmonta esta impressão é dada pelo próprio Marx, já no final da vida, no prefácio da segunda edição russa, do *Manifesto do Partido Comunista* de 1882, preenchendo uma lacuna deixada pela argumentação primeira. Nesse breve texto, Marx explica que, em dezembro de 1847, quando o documento fora redigido, a Rússia e os Estados Unidos não foram mencionados como países com potencial revolucionário, porque os dois países proviam a Europa de matérias-primas e eram mercados onde se vendia a produção industrial, por isso, ambos representavam esteios da ordem vigente da Europa. Naquele momento, a emigração europeia havia provocado duas mudanças nos Estados Unidos: a primeira, no desenvolvimento da agricultura e, a segunda, no empreendimento da exploração dos recursos industriais, com tal vigor que, em pouco tempo, deveria suplantar o monopólio europeu. Mas a Rússia, tida como um país subdesenvolvido, na visão de Marx:

> Ao eclodir a revolução de 1848-49, não só os monarcas da Europa como também a burguesia europeia viam na intervenção russa o único meio de salvação contra o proletariado que começava a despertar. O czar foi aclamado como chefe da reação europeia. Pois agora ele é, em Gátchina, prisioneiro de guerra da revolução, e a Rússia está na vanguarda do movimento revolucionário da Europa (MARX/ENGELS, s/d p.16).

Na sequência do texto, como a corrigir o próprio o Manifesto, por terem ali posto a tarefa do proletariado de proclamar a desaparição da propriedade burguesa, mas não no caso da Rússia que, ao lado do florescimento capitalista e da propriedade territorial burguesa, em vias de formação, mais da metade da terra era de propriedade comum camponesa; pergunta Marx (p.16): "poderia a comunidade rural Russa ... passar diretamente à forma superior da propriedade coletiva, à forma comunista ou, pelo contrário, deverá primeiramente passar pelo mesmo processo de dissolução que constitui o desenvolvimento histórico do Ocidente?".

A resposta possível de ser dada, segundo Marx, em caso de haver avanços na revolução russa, somando-se com a revolução proletária no Ocidente, que ambas se

completariam, e a propriedade comum da terra, passaria a servir de ponto de partida para uma evolução comunista.[91]

De outra forma, Marx empenha-se em explicar a disparidade entre a Europa Ocidental e a Rússia, no primeiro esboço de resposta à carta de Vera Zasulitch, enviada a ele em 16 de fevereiro de 1881. Marx procura explicar, com trechos de sua obra, *O capital*, a gênese do capitalismo que se formou a partir da separação radical entre o produtor e seus meios de produção cuja base daquela evolução, seria a expropriação dos agricultores, e que somente havia sido realizada na Inglaterra, mas que se estenderia para toda a Europa e com isso todo tipo arcaico de propriedade desapareceria com o progresso social. E pergunta incisivamente Marx: "Por que escaparia a esse mesmo destino tão somente na Rússia? (MARX, 2015, p. 89).

A resposta vem em seguida, ao afirmar que, graças a uma combinação de circunstâncias únicas, a comuna rural estabelecida em escala nacional, poderia livrar-se das características primitivas e se desenvolver diretamente como elemento da produção coletiva em escala nacional. Nesse sentido, a Rússia era o único país europeu em que a "comuna agrícola" mantivera-se em escala nacional; tendo ela, na forma comum do solo, a base da apropriação coletiva, poderia incorporar as conquistas positivas produzidas pelo sistema capitalista e substituir gradualmente a agricultura parceleira, pela agricultura extensiva com o auxílio de máquinas. Ela poderia segundo Marx, "tornar-se o ponto de partida direto do sistema econômico para o qual tende a sociedade moderna e trocar de pele sem ter de cometer suicídio". (MARX 2015, p. 94).

Essa exposição, não defende *a priori* que as forças produtivas atrasadas, em geral, permitiriam a formação de circunstâncias favoráveis para a revolução. Apenas indica que, no caso especial da Rússia, sendo os camponeses possuidores da propriedade comum da terra, seria possível passar para a forma comunista de organização. No entanto, dependeria de associarem-se à revolução proletária do Ocidente. A questão que hoje devemos aprofundar, diz respeito aos avanços das lutas dos países atrasados sem o apoio da revolução proletária Ocidental; ou seja, quais foram os empecilhos históricos que dificultaram a evolução revolucionária dos países desenvolvidos e se teria sido esta a principal causa do retrocesso

[91] Lenin, nas teses preparadas para o II Congresso da Internacional Comunista, de julho de 1920, dá ênfase ao aspecto dos "países atrasados" destacando que: "La necesidad de apoyar especialmente en los países atrasados el movimiento campesino contra los terratenientes, contra la gran propriedad agraria, contra toda manifestación o reminiscencia del feudalismo, y esforzarse por dar al movimiento campesino el carácter más revolucionario, estableciendo la alianza más estrecha posible entre el proletariado comunista de Europa Ocidental y el movimiento revolucionario de los campesinos em Oriente, en las colonias y en los países atrasados en general..." (1986, t. 41 p. 173).

socialista, ou da transição puxada para trás a partir do ano de 1989? De outra forma, poderia a Rússia, em primeiro lugar, mesmo sendo um país atrasado, sem o apoio do proletariado dos países capitalistas desenvolvidos, negar-se a realizar a tarefa histórica da revolução, se as circunstâncias cobravam a empenhar-se na implementação da transição socialista? No entanto, ao ter que fazer tal opção, em circunstâncias adversas, não teria sido esta a causa da manutenção da forma política estatal que veio a se tornar um poder totalitário de setores do próprio proletariado para subsistir em paralelo com o modo de produção capitalista?

Engels ao tratar da passagem, *Do socialismo utópico ao socialismo científico* (1880),[92] expõe novas circunstâncias, quando diz que a concepção materialista da história, parte do princípio de que a produção, juntamente com a troca dos produtos é o fundamento de qualquer regime social. Por sua vez, a divisão da sociedade em classes é determinada, segundo o autor, pelo que a sociedade produz e pelo modo de troca das coisas produzidas. Sendo assim, as causas profundas de todas as transformações sociais e perturbações políticas, não devem ser procuradas na cabeça dos homens, nem na sua compreensão da verdade eterna ou da justiça absoluta, mas, nas modificações operadas no modo de produção e de troca. Assim compreende Engels:

> Quando nasce nos homens a consciência que as instituições sociais vigentes são irracionais e injustas, de que a razão se converteu em insensatez e a bênção em praga, isso não é mais que um indício de que nos métodos de produção e nas formas de distribuição produziram-se silenciosamente transformações com as quais já não concorda a ordem social, talhada segundo o padrão de condições econômicas anteriores. E assim já está dito que nas novas relações de produção têm forçosamente que conter-se – mais ou menos desenvolvidos – os meios necessários para pôr termo aos males descobertos (MARX/ENGELS s/d p. t. 2, p. 320).

Aparece, portanto, um novo elemento na formação das circunstâncias que é a compreensão de que as instituições são injustas e, por suposto, a consciência daqueles que, até então, em silêncio, acompanhavam a evolução das formas de produção e distribuição. Sendo que as mudanças ocorrem em silêncio, cabe aos sujeitos da reação descobri-las de acordo como a realidade as oferece e transformá-las em conteúdo da agitação política.

---

[92]A obra de Friedrich Engels, *Do socialismo utópico ao socialismo científico*, publicada em 1880, foi baseada em parte de outra obra, *O Anti-Dühring*, buscando tornar mais simples as explicações sobre o socialismo; para tanto, empenhou-se em fazer um recorrido histórico expondo sobre o desenvolvimento da sociedade humana, da dialética e o sentido do socialismo se fazia necessário.

3.2.2 – As condições históricas para a transição

Ao aprofundar a relação entre as forças produtivas e as relações sociais de produção, Marx, no prefácio do texto, *Para a crítica da economia política* de 1858/59, após destacar a importância do trabalho e das relações determinadas que os homens constroem ao produzirem a própria vida, aponta as condições principais para a revolução. Diz ele:

> Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que nada mais é do que a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais até então se tinham movido. De formas de desenvolvimento das forças produtivas essas relações se transformam em seus grilhões. Sobrevém então uma época de revolução social. (1982, p. 25).

De maneira direta, podemos ligar o entendimento da formação das condições históricas para a revolução, ao desenvolvimento das forças produtivas em contradição com as relações sociais de produção que, por sua vez, estão relacionadas, material e juridicamente à propriedade privada dos meios de produção. Se as relações de produção representam as formas de desenvolvimento que, no mesmo movimento se convertem em grilhões, as contradições entre as forças criam as condições favoráveis e inauguram uma época de revolução social.[93] Poderíamos dizer ainda, uma época de transição que coadune as contradições estruturais com as lutas sociais. Sem a relação contraditória entre essas duas forças, subentendidas no pensamento de Marx, a tendência seria compreender que as forças produtivas e as relações sociais, levadas pelo grau de desenvolvimento que adquirem, enfrentar-se-iam mecanicamente entre si, descartando a participação dos sujeitos humanos, as suas vontades e os seus interesses. Não é isso que apregoam os críticos de Marx que o consideram essencialmente determinista?[94]

---

[93] Em texto escrito no início de 1875, com o nome de *Extrato dos comentários ao livro de Bakúnine*, segundo, tradução da editora Avante, Lisboa, 1982, Marx afirma: "Uma revolução social radical está ligada a certas condições históricas do desenvolvimento econômico; estas últimas são o pressuposto dela. Portanto, ela só é possível onde, com a produção capitalista, o proletariado industrial ocupa pelo menos uma posição significativa na massa do povo. E, para ter alguma probabilidade de vitória, tem, pelo menos, de ser capaz de fazer imediatamente tanto pelos camponeses, *mutatis mutandis*, quanto a burguesia francesa fez, na sua revolução pelos camponeses franceses de então." (Obras escolhidas, 1982 s/p).

[94] A estudiosa Norte americana, Ellen M. Wood, ao tratar da "contradição" e o desenvolvimento das forças produtivas, tece uma robusta critica à tese da relação entre as forças produtivas e as relações de produção, dizendo que: "A proposição de que a história seja apenas o progresso inexorável das forças produtivas é vazia e inconsistente de acordo com a análise de Marx do capitalismo. Ela acomoda toda uma gama de possibilidades, desde a revolução das forças produtivas sob o capitalismo, até a tendência das forças produtivas se "petrificarem" nas sociedades pré-capitalistas. O sentido de que isso é verdadeiro tem valor explicativo muito limitado e passa ao largo da questão crítica do desenvolvimento capitalista"(2011, p. 115).

Visto dessa forma, seria uma maneira reduzida e incompleta de tratar o argumento posto e incorreríamos no erro de imaginar que tudo sobre o assunto esteja dito neste prefácio do texto *Para a crítica da economia política* de 1858/59 e, reconheceríamos como verdadeira, a tese de que Marx teria incorrido no desvio do "determinismo tecnológico", quando na verdade são apenas digressões explicativas, entranhadas na extensa elaboração teórica. Visto daquela maneira, excluiríamos do processo de transformação a participação consciente dos sujeitos humanos, bem como, a relação de outros fatores formadores das condições para a ascensão do movimento de transição, que se formam e sustentam as contradições pelo avanço, quanto pela estagnação.

A resposta à preocupação levantada pelos críticos como "equívoco determinista", podemos encontrá-la na elaboração madura da obra de Marx, quando, através da explicação dos processos sobrepostos, trata da acumulação primitiva, no livro *O capital*, no tópico da *Tendência histórica da acumulação capitalista.* Toma ali por referência inicial, a propriedade privada como antítese da propriedade coletiva, que só existe quando o instrumental e as outras condições externas pertencem a particulares e são tomadas pelo processo da acumulação primitiva, convertendo em expropriação e dissolução da propriedade privada, baseada no trabalho pessoal. O contrário ocorre com o modo de produção que supõe o parcelamento da terra e a dispersão dos demais meios de produção. Então destaca Marx: "chegado a certo grau de desenvolvimento, esse modo de produção gera os meios materiais de seu próprio aniquilamento. A partir desse momento agitam-se no seio da sociedade forças e paixões que se sentem acorrentadas por ele. Tem de ser destruído e é destruído" (1996, p.880).

Em se tratando das condições para o movimento de transição ir adiante, essa construção teórica afirma a sua consistência em dois sólidos argumentos: o primeiro, já observado, diz respeito ao desenvolvimento das forças produtivas que entram em contradição com as relações sociais de produção e são, em parte, as mediações do próprio aniquilamento do modo de produção, porque, as próprias forças que antes impulsionavam tornam-se grilhões do desenvolvimento. Embora Marx não se atenha nem especifique o grau máximo de desenvolvimento do modo de produção para que irrompa tal confronto, é nítida a defesa de que são necessárias e fundamentais, para que o movimento das contradições torne irreconciliável a sintonia entre ambas as forças, e os choques favoreçam à transição.

O segundo argumento vai além e aponta para o desfecho da transição em si. Ao considerar que há uma agitação no seio da sociedade, onde as forças e as paixões estão acorrentadas, Marx coloca a presença humana para conduzir o processo que leva à superação do modo de produção que controla os sujeitos portadores das forças e das paixões. Ou seja, não basta que as forças produtivas e as relações sociais de produção estejam em desacordo, é

necessário que se forme uma efervescência humana em forma de agitação das forças acorrentadas pela dominação capitalista. Logo, não são apenas as formas de propriedade que conflitam, mas, fundamentalmente, os proprietários e os não proprietários que manuseiam as forças produtivas e se articulam através das relações sociais de produção e demais relações. Quando e como ocorrem tais agitações no seio da sociedade, depende de múltiplos fatores.[95]

Há no entendimento de Marx, a presença concreta de leis que estão encarnadas no próprio processo de produção e, portanto, regem o movimento das forças produtivas, fazendo com que se eleve o nível das contradições entre as relações, não somente entre proprietários e não proprietários dos meios de produção, mas entre os próprios capitalistas que concorrem e, pela centralização do capital, eliminam-se entre si. Posteriormente, em uma fase de transição mais avançada, o próprio desenvolvimento produzido sobre a expropriação alheia, oferecerá, com suas leis, condições para que o próprio expropriador seja expropriado. Mas o que são essas leis e como isso ocorre enquanto condições para transição?

Podemos tomar como uma lei fundamental para a transição, essa identificada por Engels que, "a contradição entre a produção social e a apropriação capitalista manifesta-se agora como antagonismo entre a organização da produção dentro de cada fábrica e a anarquia da produção no seio da sociedade" (MARX/ENGELS s/d p. t. 2, p. 326).

Por outro lado, na medida em que os capitalistas usurpam os direitos dos trabalhadores e monopolizam todas as vantagens do processo de produção, aumenta a miséria, a opressão, a degradação, a exploração etc., mas, por outro lado, cresce também a revolta da classe trabalhadora, cada vez mais numerosa, disciplinada, unida e organizada pelo próprio funcionamento do processo capitalista de produção. Então afirma Marx:

> O monopólio do capital passa a entravar o modo de produção que floresceu com ele e sob ele. A centralização dos meios de produção e a socialização do trabalho alcançam um ponto em que se tornam incompatíveis com o envoltório capitalista. O invólucro rompe-se. Soa a hora final da propriedade particular capitalista. Os expropriadores são expropriados (1996, p. 881).

O movimento de transformação, portanto, não é mecânico que possa ser provocado pelo simples desenvolvimento das forças produtivas, senão que, juntamente com o entrave causado pelo monopólio do capital, a centralização dos meios de produção, a cooperação no trabalho, bem como, a crescente revolta da classe trabalhadora, cada vez mais unida e

---

[95] Lenin, em janeiro de 1905, ao escrever o texto *El comienzo de la revolución em Rusia*, explica como evoluíra a capacidade organizativa e agitadora do proletariado. "La clase obrera há recibido una gran lección de guerra civil; la educación revolucionaria del proletariado há avanzado en un dia como no hubiera podido hacerlo em meses y años de vida monótona, cotidiana, de opressión" (LENIN, 1982, t. 9, p. 205).

organizada, faz soar, pelas condições criadas, a hora da expropriação dos expropriadores. A "hora" não soa apenas porque as forças produtivas, tecnicamente desenvolvidas se chocam com as relações sociais de produção, mas porque a centralização dos meios de produção nas mãos de poucos capitalistas qualificou as relações de socialização do trabalho, tornando-as incompatíveis com o próprio processo de produção no qual se desenvolveram. Mas ainda falta considerar a presença da ação humana pela forma da organização para expropriar os expropriadores; sem isto, a incompatibilidade entre as diversas relações não faz mudança alguma. Logo, compreendemos que, na teoria social de Marx não há nenhum "determinismo tecnológico",[96] mas diversos fatores que se combinam; principalmente, a ação organizada dos trabalhadores[97] que socializam o trabalho e tomam as leis do desenvolvimento do capitalismo a seu favor.

Para compreendermos a defesa dessa polaridade em Marx, em primeiro lugar, precisamos considerar que ele parte não de um princípio "determinista tecnológico", mas da evolução dialética da qualidade do movimento interno das contradições. Considerando todas as partes envolvidas, fortalece o sujeito da mudança ao mesmo tempo que o ameaça com a própria sufocação, se não houverem as condições suficientes para a transformação. No entanto, as "carências" ajudam a fortalecer a luta revolucionária, pois elas colocam como ponto de partida a necessidade material. Conforme Engels (2008, p. 166), "todos sabem, hoje

---

[96] Ellen. W. Wood, após perguntar: "O que dizer então da proposição de que a história é impelida para a frente pelas condições inevitáveis entre as forças e relações de produção?" Faz a sua exegese sobre a polêmica tese de Marx, transformando-o em um princípio. "O princípio em questão é expresso mais ou menos assim: as forças de produção tendem a se desenvolver. Em algum ponto, elas são obrigadas a enfrentar os limites impostos pelas relações de produção que tornam impossível a continuação do desenvolvimento. Essa contradição leva as forças produtivas a romper o tegumento restritivo, obrigando à mudança das relações de produção e criando espaço para o avanço das forças. A principal fonte canônica desse princípio é o prefácio da Marx, de 1859, para *The Critique of Political Economy*, e não tenho a menor intenção de negar essa afirmação textual; nem pretendo criar polêmicas acerca da evidência textual ou de importância, mas dizer que tanto os marxistas quanto seus críticos impuseram uma carga excessiva sobre os aforismos de Marx – principalmente os que tratam das contradições entre forças produtivas e relações de produção, e os que tratam da "base" e "superestrutura" -, sem levar em conta suas raridade, alegoria poética e economia da expressão, e sem colocar na balança o peso de toda a sua obra e o que ela nos diz acerca dos princípios teóricos. Mas, com ou sem o *imprimatur* de Marx, o princípio da contradição entre forças e relações de produção exige exploração."(2011, p. 116).

[97] As provas contundentes da concepção não determinista da história em Marx em linhas gerais, podemos encontrá-las nos aspectos políticos de sua biografia, que se inicia em 1842, com a publicação de artigos na *Gazeta Renana* fechada meses depois e, em 1843, com a edição da revista intitulada: *Os anais franco-alemães* que, por dificuldade de circulação clandestina foi interrompida no primeiro número. A partir de 1844, já em companhia de Engels, participa da organização dos grupos revolucionários de Paris; a criação dos *Grupos de Correspondência*; a filiação à *Liga dos comunistas em 1847* com a consequente elaboração do *Manifesto do Partido Comunista* e a presença ativa nas revoluções liberais desde 1848 quando, expulso da Bélgica, retorna a Paris e de lá segue para a Alemanha onde funda *A Nova Gazeta Renana*, que por ser o redator chefe, em maio de 1849, lhe rendera a expulsão do país, indo para Paris e em seguida, em 13 de junho do mesmo ano, expulso novamente e enviado para Londres. Nessa cidade, em 28 de setembro de 1864, coordenou a fundação da *Primeira Associação Internacional dos Trabalhadores*, participou de diversos congressos e empenhou-se em articular apoio à Comuna de Paris de 1971. Ou seja, esforço e sacrifício demasiados para quem acreditasse que o mero impulso do choque entre as forças produtivas com as relações sociais de produção pudesse levar espontaneamente ao socialismo.

em dia que onde quer que haja convulsão revolucionária, tem de haver por trás alguma carência, que é impedida de se satisfazer por instituições gastas"; por isso, segundo o autor, mesmo que tal carência não seja sentida por toda a parte, toda tentativa de repressão fará com que ela se reproduza cada vez com mais força.[98] Por sua vez, há um argumento conclusivo destacado pelo próprio Engels, que serve para as múltiplas situações: "onde não há interesses comuns, não pode haver unidade de objetivos e, muito menos de ação" (2008, p. 175).

Compreendemos que, na teoria social de Marx, as forças produtivas não estão dissociadas das relações sociais de produção, como também, não estão dissociadas a economia, a política, a organização, a consciência e o sujeito que se rebela para suplantar os antagonismos irreconciliáveis entre as classes. Por isso, não estão dissociadas as tarefas que organizam a luta por melhorias das condições de trabalho e demais problemas vitais dos trabalhadores, das tarefas que enfrentam as forças políticas e militares do Estado, para levar a transição socialista à frente como uma necessidade e como mais um direito dos trabalhadores de tornarem-se livres da exploração capitalista.

3.2.3 – Perspectivas e tarefas do movimento de transição

Se por um lado, Marx insiste em afirmar que o desenvolvimento das forças produtivas cumpre um papel fundamental no movimento de transição de um modo de produção para outro, por outro lado, considera que os processos não são gratuitos, eles dependem das circunstâncias históricas, do grau de organização, do desenvolvimento da consciência dos sujeitos da revolução e, no prefácio do texto *Para a crítica da economia política* de 1859, apresenta mais o requisito das tarefas exigidas para o avanço da transformação, ao dizer que: "é por isso que a humanidade só se propõe as tarefas que pode resolver, pois, se se considera mais atentamente, se chegará à conclusão de que a própria tarefa só aparece onde as condições materiais de sua solução já existem, ou, pelo menos, são captadas no processo de seu devir" (1982 p. 26).

Compreendemos que as tarefas constituem-se do fazer concreto sobre as condições apresentadas, cujas soluções estejam evidentes. Esse fazer orientado por aquilo que as condições materiais apontam, poderia levar à compreensão de que antes que as tarefas se tornem evidentes, pouco ou nada se pode fazer para levar a transição adiante. No entanto, ao

---

[98] Essa mesma ideia já havia sido defendida por Marx na terceira mensagem sobre *As lutas de classe na França de 1848-1850*. "Cada revolução precisa de uma questão de banquete [pretexto]. O sufrágio universal é a questão de banquete da nova revolta" (MARX, 2008, p.177). Ou seja, a luta e conquista do sufrágio universal era para a época um pretexto revolucionário de mobilização.

defender o "processo no seu devir", vemos que as tarefas podem ser antecipadas, pois o próprio movimento das contradições exigirá que elas sejam executadas com antecedência pela formação das circunstâncias,[99] pelo desenvolvimento das capacidades criativas e da ascendência da vontade[100] dos sujeitos que agem.

A perspectiva da transição, adotada por Marx é socialista. Nesse sentido é a perspectiva da ação do proletariado que a mantém ativa. É a perspectiva que apresenta quais são as tarefas a cumprir, nos mais distintos espaços. Como a classe não nasce pronta, mas se forma, vem a ser[101] no processo de organização, lutas e elevação da consciência, as tarefas também mudam de natureza conforme muda a natureza do movimento das contradições.[102] Desde esse ponto de vista, a perspectiva embora se confunda com o objetivo estratégico, também é construída a partir dos propósitos da classe em luta, consubstanciados em um programa que transforma em direito real aquilo que, de outra forma, seria apenas utopia.

Engels, na introdução ao texto de Marx, As *lutas de classes na França* de 1848 a 1850, aponta que a perspectiva da revolução é vir a se constituir como um direito fundamental. "O direito à revolução é sem dúvida o único "direito" realmente histórico, o único em que assenta todos os Estados modernos sem exceção..."(ENGELS, 2008, p. 58). É o direito histórico reconhecido pela consciência universal que se formou em cada época a partir do envolvimento tático em processos crescentes de conquistas de outros direitos.[103] É um

---

[99] Ernesto Che Guevara ao tratar da guerra de guerrilhas, faz uma profunda defesa da natureza das tarefas a serem cumpridas levando em conta as circunstâncias. "Quais são essas circunstâncias? Dependem, subjetivamente, de dois fatores que se complementam e se aprofundam no decorrer da luta: a consciência da necessidade da mudança e a certeza da possibilidade desta mudança revolucionária; tais fatores, unidos às condições objetivas – enormemente favoráveis em quase toda a América para o desenvolvimento da luta -, à firmeza na vontade de alcançá-lo e às novas correlações de forças no mundo, condicionam um modo de atuar" (GUEVARA, 1986. p. 102).

[100] Antônio Gramsci ao tratar da "previsão e perspectivas", destaca que, prever significa ver bem o presente e o passado como movimento. Significa identificar com exatidão os elementos fundamentais e permanentes do processo. Mas é absurdo, segundo ele, pensar em uma previsão puramente objetiva. É certo que quem prevê deve ter um programa que quer ver triunfar; por isso a previsão é um elemento do triunfo. Nesse caso, na medida em que o aspecto objetivo da previsão se liga ao programa, ela adquire objetividade em dois sentidos: "1) Porque só a paixão aguça o intelecto e colabora para a intuição mais clara; 2) porque sendo a realidade o resultado de uma aplicação da vontade humana à sociedade das coisas (do maquinista à máquina), prescindir de todo elemento voluntário, ou calcular apenas a intervenção de vontades outras como elemento objetivo do jogo geral mutila a própria realidade. Só quem deseja fortemente identifica os elementos necessários à realização da sua vontade" (1991, p.41).

[101] Conforme E.P. Thompson, a classe é uma relação. "A classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história e, ao final, esta é sua única definição" (1987, p. 12).

[102] Mao Tse-tung compreendia que: "Quando a situação revolucionária muda, as táticas para a revolução e os métodos de direção da revolução devem mudar correspondentemente" (1975, p. 264).

[103] A ideia da possibilidade inevitável da revolução, já havia sido defendida por Engels em março de 1845, quando concluiu o estudo sobre *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, quando disse: "Se no seio da classe proprietária reina tal grau de loucura, se ela está tão cega por seus interesses imediatos que não tem olhos para ver os claros sinais dos tempos, então é preciso renunciar à esperança de uma solução pacífica para a questão social na Inglaterra. A única alternativa que resta é uma revolução violenta, que certamente não tardará" (ENGELS, 2010, p. 272). Essa ideia já se encontra no último parágrafo do *Manifesto do Partido Comunista* de 1848, onde dizem os autores: "os comunistas não dissimulam suas opiniões e seus objetivos e disso se orgulham.

direito que se alimenta da absorção dos outros direitos reinvindicados; portanto, deve ser buscado e exercido mediante a perspectiva da transição. Não tendo clara a perspectiva desse direito estratégico, os demais direitos conquistados não afirmam o processo de emancipação e se reduzem ao fortalecimento da ordem vigente, isto porque, em momentos de acentuação das crises do capitalismo, não tendo claro o "direito à revolução" as lutas se voltam para a defensiva, buscando assegurar os direitos já conquistados, sem imaginar que a sustentação daquelas conquistas, depende das mudanças estruturais e não apenas de avanços conjunturais.[104] Logo, o direito à revolução é inegociável com a classe dominante; ele se fortalece pela conquista dos direitos em geral, que culminam na vitória definitiva. Qualquer tentativa de enfraquecimento do direito à revolução pela conciliação dos direitos imediatos é o fortalecimento da perda da perspectiva que pode alcançar as diversas gerações futuras, que já nascerão condenadas a viverem sob o desmoronamento da estratégia política, sem vislumbrarem um caminho possível para a transição.

É, a nosso ver, a incapacidade de diferenciar as transformações estruturais orgânicas com as mudanças conjunturais que leva a determinadas forças na luta de classes, a não discernirem as tarefas e a adotarem posições controvertidas, muitas vezes justificadas com citações parciais de autoridades históricas, separadas dos contextos em que foram formuladas.[105] Cada processo, em particular, apresenta os indicativos para as formulações táticas e sugere as tarefas a serem realizadas.

Engels, aparentemente, oscila em suas posições em relação à utilização das diferentes formas de luta, priorizando algumas em detrimento de outras, dando a entender aos leitores desatentos que ele próprio confundia em suas análises, as mudanças estruturais estratégicas com as mudanças conjunturais. No entanto, como um sujeito atento às mudanças de sua época, percebeu que, na luta de classes deve-se usar todos os recursos, adequando-os a cada momento histórico às situações especiais, sem perder de vista o objetivo fundamental.

Pregam abertamente que seus objetivos só serão alcançados com a destruição violenta de toda ordem social existente" (MARX/ENGELS, 1986, p. 45). Há em outros momentos em que Engels, diante das circunstâncias, aponta para as formas combinadas de ações, que não puramente a via da violência.

[104] Antonio Gramsci, ao discutir as relações entre estrutura e superestrutura alerta para que se observe a relação entre as forças que atuam na história e reconfigura dois princípios: o de que, nenhuma sociedade assume encargos para os quais não existam condições para o desenvolvimento e, o de que, nenhuma sociedade se dissolve e pode ser substituída antes de desenvolver e completar todas as formas de vida implícitas nas suas relações. No entanto, em termos de metodologia, defende o autor, que "se deve distinguir no estudo de uma estrutura os movimentos orgânicos (relativamente permanentes) dos elementos que podem ser denominados "de conjuntura" (que se apresentam como ocasionais, imediatos, quase acidentais)" (1991, p. 45). O autor defende que os movimentos conjunturais também são orgânicos, mas não possuem um amplo alcance histórico.

[105] Diz Gramsci: "O erro em que se incorre frequentemente nas análises histórico-políticas consiste em não saber encontrar a justa relação entre o que é orgânico e o que é ocasional: chega-se assim ou a expor como imediatamente atuantes causas que, ao contrário, atuam mediatamente, ou a afirmar que as causas imediatas são as únicas causas eficientes" (2002 a, p. 37).

A título de exemplo, vejamos que na Alemanha da época, no início da década de 1890, abrira-se uma perspectiva diferenciada dos demais países, quando a socialdemocracia alcançou um lugar de destaque na política através das disputas eleitorais. Por outro lado, percebeu Engels, que existia o enorme desafio de encontrar uma função política para os jovens e as mulheres que não haviam sido contemplados com os mesmos direitos e que representavam uma força de massas numerosa de não eleitores, denominada de "força de choque". Ou seja, se o direito dos eleitores fora adquirido por uma parcela masculina da população, isso não suplantava nem retirava o direito das massas de agirem junto à classe, como uma "força de choque" constituída.

A tese defendida por Engels era que: "o tempo dos ataques de surpresa, das revoluções levadas a cabo por pequenas minorias conscientes à frente das massas inconscientes, já passou" (2008, p. 57). O que mantinha em sua mente, era a perspectiva interrompida na derrota da Comuna de 1871, em Paris, que era a de envolver em diferentes tarefas, a maioria da população para a decisão final. "Manter ininterruptamente esse crescimento até que, de si mesmo se torne mais forte que o sistema de governo atual, não desgastar em lutas de vanguarda essa força de choque que dia a dia se reforça, mas sim mantê-la intacta até o dia da decisão é a nossa tarefa principal" (2008, p. 59).[106] Compreendemos que "o dia da decisão" não seria aquele em que os eleitores iriam às urnas escolherem os seus representantes, porque a maioria da população ainda não votava, mas o dia da tomada do poder pela força da mobilização da maioria da população.

Na Alemanha, as perspectivas de mudanças para Engels, apresentavam-se como uma grande ironia da história e colocavam tudo de cabeça para baixo; isto porque, os revolucionários avançavam mais com os meios legais do que com os ilegais e a subversão. Mas aquilo que inicialmente pode encantar os defensores atuais das disputas puramente eleitorais, como a alternativa apropriada de chegar ao poder, logo é dissuadida no mesmo parágrafo quando diz: "e se nós não formos loucos a ponto de lhes fazermos o favor de nos deixarmos arrastar para a luta de rua, não lhes restará outra saída senão serem eles próprios a romper essa legalidade tão fatal para eles" (2008, p. 60). O que vemos aqui? Um entendimento de que a classe dominante é intolerante e, na medida em que se sentir ameaçada por qualquer forma de pressão, ela própria rompe com a legalidade para conter o movimento

[106] Como exemplo da necessidade da combinação das atividades subversivas nas bases da oficialidade do Estado, Engels, na Introdução ao texto de Marx *As lutas de classes na França* de 1848 a 1850, retrocede na História e recorda o tempo do Império Romano de 1,6 mil anos atrás, no qual, dentre as diversas forças, figurava um partido subversivo, sem pátria, que durante muitos anos minou às escondidas a ordem estabelecida, inclusive utilizando-se da tática da inserção nas fileiras do exército oficial, cujos soldados em sinal de protesto portavam cruzes nos capacetes. Esse partido atendia pelo nome de cristãos. Nem mesmo as leis, as proibições de reuniões, a demolição de símbolos e cruzes, nada impediu de que o cristianismo pelas mãos do Imperador Constantino viesse a ser declarada, na década de 320, a religião oficial do Estado (2008, p. 61).

operário. Por isso, Engels não está defendendo, que sem as lutas e as mobilizações de rua estavam marchando para a revolução, ao contrário, permaneceriam na legalidade até o dia em que a própria classe dominante viesse a rompê-la.

O critério a ser avaliado nos surpreende em dois sentidos: o primeiro, diz respeito, ao tamanho desprezo histórico dado à "força de choque" pelos defensores do proletariado, como força absoluta da revolução e, o segundo, advém dos adoradores dos processos eleitorais que esquecem os aspectos organizativos e convertem os sujeitos da possível revolução em simples eleitores.

A perspectiva da transição reúne, portanto, diversas relações, acentuando, ora uma possibilidade, ora outras, mas, acima de tudo, há que se fazer escolha; aguardar ou precipitar os momentos de confronto, de acordo com as circunstâncias de cada época.[107] Por isso, não basta a simples vontade, nem o grau de organização para que se abra um cenário de ruptura, é necessário, em primeiro plano, que as características de superação da velha ordem estejam em formação e, principalmente, que a classe dominante seja incapaz de controlar duas crises: a de não poder ser mais, ao mesmo tempo, nem dirigente e nem dominante.[108]

Vemos que a formação das perspectivas favoráveis para a transição, ainda não é a revolução em si, mas um período em que vão se apresentando as contradições no movimento do desenvolvimento das forças produtivas, com as relações sociais de produção, e que, as consequências vão se transformando em grilhões que impedem o próprio avanço do capitalismo; daí, pela formação de tais circunstâncias, advém uma época de revolução social que desemboca na "ditadura do proletariado" que, segundo Lenin, deverá aplicar três medidas: em primeiro lugar, tratar de destruir de alto a baixo o velho aparelho do poder e criar um novo Estado, adaptado à ditadura do proletariado; em segundo lugar, conquistar pela satisfação das necessidades econômicas, as massas que seguiam a burguesia e, em terceiro lugar, acabar com a influência das posições conciliadoras defendidas pela pequena-burguesia.

---

[107] Sobre este aspecto da revolução, Lenin analisa em janeiro de 1905 sobre, *Que ocurre em Rússia?*. "En la história de las revoluciones surgen a la luz contradicciones que han madurado a lo largo de décadas y hasta de siglos. La vida adquire una riqueza sin precedentes. Aparecen en la escena política, como combatiente activo, las masas que siempre se mantuvieron en la sombra, y que por ello pasan com frecuencia inadvertidas para los observadores superficiales, e inclusive, em ocasiones, resultan despreciadas por ellos. Estas masas aprenden en la práctica, ensayan sus primeros pasos a la vista de todos, tatean el camino, se fijan objetivos, ponen a prueba sus propias fuerzas y las teorias de todos sus ideólogos"(LENIN 1982, t. 9, p.212 e 213).

[108]Antônio Gramsci, ao tecer comentários nos Cadernos do Cárcere, referindo-se à crise moderna como crise de autoridade destaca: "se a classe dominante perde o consenso, ou seja, não é mais "dirigente", mas unicamente "dominante", detentora de pura força coercitiva, isto significa exatamente que as grandes massas se destacaram das ideologias tradicionais, não acreditam mais no que acreditavam, etc. A crise consiste justamente no fato de que o velho morre e o novo não pode nascer: neste interregno, verificam-se os fenômenos patológicos dos mais variados" (Gramsci, 2002a, Vol. 3, p. 184).

3. 3 - A TRANSIÇÃO COMO REVOLUÇÃO PERMANENTE

Marx acentua a importância do aproveitamento das circunstâncias históricas para desencadear a revolução, como momento definidor do movimento de transição até a tomada do poder, porque acredita que a revolução é a forma intrínseca do movimento para a autoemancipação dos trabalhadores. Mas o processo revolucionário não se encerra com a tomada do poder. É nesse sentido que a revolução deve se configurar como um movimento permanente na transição para que a sociedade alcance o modo de produção comunista.

Para além das circunstâncias, condições e perspectivas para a transição, no que tange o movimento da revolução permanente, para desencadeá-la e fazê-la seguir em frente, consideramos que há na teoria social de Marx, em relação à transição socialista, três aspectos decisórios que são: ruptura, simultaneidade e continuação da revolução.

3.3.1 - As rupturas das relações estruturais e das ideias

Para Marx, diferentemente da burguesia que, para afirmar-se e estruturar o modo de produção capitalista, precisou impor pela força as relações de produção anti-feudais, o proletariado, na transição para o socialismo, terá duas incumbências históricas ainda mais radicais a cumprir; consistem elas na provocação de duas rupturas: a primeira com as relações tradicionais de propriedade e, a segunda, com as ideias que obscurecem a visão do processo e impedem de assentar a revolução em outras bases. Essa proposição encontra-se primeiramente no *Manifesto do Partido Comunista de janeiro* de 1848 quando dizem os autores:

> A revolução comunista define-se como a mais radical ruptura com as relações tradicionais de propriedade; consequentemente não é de se estranhar que venha a romper também de forma radical com as ideias tradicionais, na medida em que avança seu desenvolvimento. (MARX/ENGELS, 1986, p. 35).

Compreendemos com isso, que o conceito de ruptura em Marx, vai muito além da apropriação e socialização dos meios de produção. As mudanças econômicas não são suficientes para emancipar os trabalhadores. Há diversos rompimentos que precisam ser combinados, principalmente aqueles que se referem às formas de poder, relacionadas com o Estado[109] e que influenciam as condutas individualistas apreendidas nas relações capitalistas.

---

[109] Nicos Poulantzas destaca que: “o Estado tem um papel constitutivo na existência e reprodução dos poderes de classe, e em especial na luta de classes, o que explica a sua presença nas relações de produção” (1980, p. 44).

E, a ruptura com as ideias tradicionais, não pode ser um esforço voltado apenas para o pensamento da classe dominante, o Estado e a Igreja que influenciam no comportamento jurídico e moral, mas também, das diversas visões controvertidas sobre o socialismo. Isto nos permite acentuar que os processos de transformação não se efetivam se não houver rupturas combinadas nas diferentes dimensões das relações econômicas, políticas, sociais e culturais, bem como, na superação das ideias mal situadas sobre o entendimento da realidade a ser transformada.

Engels, ao fazer a retrospectiva histórica, esboça uma definição do que significa a "ruptura física" em relação à "ruptura das ideias", quando considera que, "todas as revoluções até hoje resultaram no desalojamento de uma determinada dominação de classe por outra; todavia, todas as classes que até agora dominaram eram pequenas minorias face à massa da população" (ENGELS, 2008, p. 43). No caso, a implantação da república, na revolução de 1848 na França, não desalojou, mas concentrou a dominação nas mãos da grande burguesia, que agrupara em torno do proletariado todas as outras classes da sociedade, camponeses e pequeno-burgueses. Diante disso, pergunta o autor: "não estariam então dadas todas as perspectivas para a transformação da revolução da minoria na revolução da maioria? E responde que: "a nós e a todos quantos pensávamos de modo semelhante, a história não deu razão" (2008, p. 45). Perceber que a história "não deu razão", é admitir que as ideias falharam e por isso precisavam ser modificadas para explicar, porque não se fazem rupturas estruturais a qualquer momento.

Mas, por que a história não lhes dera razão se os esforços eram revolucionários e as forças estavam reunidas? Porque, o desenvolvimento econômico não estava amadurecido para a superação das formas de produção capitalistas. Ou seja, embora houvesse o envolvimento do proletariado e das massas populares, as possibilidades de apropriarem-se dos meios de produção, assim como, a condição de dirigirem a revolução, não lhes pertenciam; a vez era da burguesia que vinha se preparando para, com a ajuda das demais forças, assumir o seu lugar na história, mesmo sendo minoria enquanto classe.

A relação existente entre as forças produtivas e as relações sociais de produção, estabelece as bases de funcionamento do modo de produção, no entanto essas relações em si mesmas não alteram a natureza de uma sociedade se não houver a intervenção organizada da força humana que, conscientemente busca romper as barreiras que impedem o vir a ser do outro modo de existir da sociedade. Por si só, ou por força apenas das contradições tecnológicas, a transição socialista não se efetiva, isto porque, o capitalismo sempre encontrará saídas para ludibriar os trabalhadores. Para que, de fato, a transição aconteça, é necessária a presença humana por meio da rebeldia, indignação e criatividade revolucionária.

A burguesia, ao surgir, tornou-se a primeira classe verdadeiramente revolucionária, porque vinha fazendo sucessivas rupturas, seja, pelo desenvolvimento das novas forças produtivas combinadas com novas relações sociais de produção de mercadorias, baseadas na compra da força de trabalho, seja, pela contestação das ideias dominantes representadas e reunidas no Direito natural. Por essas razões, Marx, no prefácio do texto *Para a crítica da economia política* de 1859, deixa claro porque a burguesia e não o proletariado deveria ser a força dirigente das revoluções liberais, ocorridas na Europa no final da década de 1840.

> As relações burguesas de produção constituem a última forma antagônica do processo social de produção, antagônicas não em um sentido individual, mas de um antagonismo nascente das condições sociais de vida dos indivíduos; contudo, as forças produtivas que se encontram em desenvolvimento no seio da sociedade burguesa criam ao mesmo tempo as condições materiais para a solução desse antagonismo. Daí que com essa formação social se encerra a pré-história da sociedade humana (1982, p.26).

Era disso que se tratava. A formação social capitalista não podia perecer antes de afirmar a última forma antagônica de produção, e estava buscando, pela revolução, a afirmação enquanto novo modo de produção com novas forças produtivas e novas relações de produção. Nesse sentido, mesmo que houvesse, em meio às forças operárias, a divulgação das ideias socialistas e comunistas, o modo de produção, expresso nessas ideias, não poderia surgir, antes que o amadurecimento daquelas relações entrasse em profundas contradições e contribuíssem elas mesmas para a ruptura. Ou seja, se no seio do feudalismo se formaram as relações capitalistas, é convincente imaginar que o modo de produção seguinte teria que surgir das relações formadas e com suas próprias características. Logo, não seria possível passar do modo de produção feudal para o modo de produção comunista, se as relações predominantes não continham ainda essa identificação e preparação.

Engels aponta como elementos importantes para as rupturas, a organização do proletariado e a superação da espontaneidade. Movida pela força econômica da industrialização, ao mesmo tempo, que se acentuava a miséria, deixava os trabalhadores separados em distintas localidades e nacionalidades, ligados apenas pelo sofrimento comum e sem organização de classe, nesse sentido, a espontaneidade[110] deveria ser superada; e afirma:

> Mas o fato de que mesmo esse poderoso exército do proletariado não tenha ainda alcançado o objetivo, esteja ainda longe de alcançar a vitória com um único golpe, se veja obrigado a progredir lentamente de posição a posição numa luta dura e tenaz, demonstra de uma vez para sempre, como em 1848 era impossível conseguir-se a transformação social por meio de um simples ataque de surpresa (2008, p. 46).

---

[110] Sobre esse aspecto, Lenin atribuía ao elemento espontâneo o papel de ser "a forma embrionária do consciente" (1986, p, 24).

A ruptura também, segundo Engels, deveria se dar com a desorganização do proletariado que era bastante acentuada, tendo em vista o baixo nível das ideias e o acúmulo de experiência organizativa local. Por outro lado, a elevada perseguição política que sofriam por parte dos governos e dos patrões, que enxotavam para fora dos países da Europa, as lideranças operárias, impedia que eles formassem uma concepção verdadeiramente revolucionária.

Os instrumentos políticos e organizativos que dispunham os trabalhadores eram bastante incipientes; com a ajuda de Marx e Engels passaram a se formar embriões partidários tendo como base teórica, os Comitês de Correspondência, formados a partir de 1846 e, como forma organizativa, a Liga dos Comunistas, a partir de 1847, embora esta já vinha sendo organizada desde a década de 1830, com o nome de *Liga dos Justos*, mas sem nenhum programa consistente.[111]

Ademais, a ruptura deveria se dar também com as seitas e posições controvertidas expressas por diferentes grupos, principalmente o que era liderado pelo russo Mikhail Bakunin. Marx defendeu claramente essa posição em carta enviada em 1871, ao alemão, membro diretor da *Associação Internacional dos Trabalhadores*, Friedrich Bolte, expondo que a Internacional havia sido criada para superar as seitas socialistas e contra elas havia travado duros enfrentamentos; no entanto, percebia que elas haviam se instalado e sobreviviam com outras formas no seio da Associação.[112]

A mesma preocupação é expressa por Engels em carta a Teodor Cuno em 1872, precisando qual era a posição de Bakunin no interior da Associação Internacional:

> Deve-se destacar que a base do seu prodhounismo é a ideia de que o pior dos males, que é necessário liquidar, não é o capital, não é portanto, o antagonismo de classe que o desenvolvimento social cria entre os capitalistas e os operários assalariados – é o Estado (MARX/ENGELS, s/d, t. 3, p.267).

---

[111] Para Sartori, com Voltaire, que escreveu na *encyclopédie*, o termo "partido" entrou em uso para se diferenciar da denominação depreciativa de facção. A transição de uma denominação para outra se deu de forma lenta e durante o século XVIII, os partidos ainda eram considerados com grande desconfiança, não só por estarem conceitualmente misturados com facções, como também porque era impossível distingui-los na prática concreta. "Foi no século XIX que essa distinção se afirmou com clareza, e os partidos passaram a ser geralmente aceitos como instrumentos legítimos e necessários do governo livre" (1982, p. 87).

[112] Marx destaca na carta a Bolte, três referências oriundas de três países que, dentro da Associação Internacional dos Trabalhadores, tiveram evolução. A primeira, oriunda da França, representada pelos proudhonistas, que evoluiu para grupos coletivistas e positivistas. Na Alemanha, destaca "a camarilha de Lassale", uma organização sectária e hostil e, a partir de 1868, liderada pelo russo Mikhail Bakunin que, ao entrar na Associação internacional pretendia fundar outra organização chamada de "Aliança Democrática Socialista", articulando forças em diferentes países da Europa. http://www.revistacritica.com.ar/36/36cartabolte.html/acesso em 10/09/2015.

Segundo Engels, a posição defendida dentro da *Associação Internacional dos Trabalhadores,* o Estado era apenas uma organização adotada pelas classes dominantes para proteger seus privilégios; Bakunin defendia que o Estado era o criador do capital e o capitalista o possuía graças à existência do Estado, por isso, sendo ele o mal principal, era preciso destruí-lo, que o capital naufragaria. A diferença entre as duas posições era marcante, porque, enquanto uma tratava da abolição do Estado sem uma revolução social prévia, a outra defendia que a abolição do capital devia ocorrer pela revolução social que implicava numa transformação de todo o modo de produção.

A ruptura, de acordo com a segunda posição, deveria se dar não somente pela superação do modo de produção, mas também com a tradição nos seus diferentes aspectos. Engels, no prefácio para a publicação na Inglaterra do texto *Do socialismo utópico ao socialismo científico,* de 1882, aponta a necessidade de rupturas com a tradição em três sentidos: o primeiro, diz respeito à influência religiosa; o segundo, o rompimento com a crença no bi-partidarismo que, no caso da Inglaterra, os operários acreditavam na possibilidade de se valerem do Partido Liberal, como instrumento de organização e, o terceiro rompimento, deveria ser com a tradição sectária, herdada dos primeiros ensaios de atuação independente que levava os sindicatos a criarem os próprios fura-greves.

3.3.2 - A simultaneidade das revoluções

As interpretações reducionistas da teoria da revolução em Marx podem ser facilmente refutadas com seus próprios argumentos expostos em diversos momentos de sua vida. A revolução em Marx sempre foi vista como um processo conduzido pela força humana que toma a historia a seu favor, portanto não se trata de um mero enfrentamento entre estruturas mecânicas, burocráticas e administrativas e, muito menos, um assalto ao poder por meio de um golpe de Estado.

Uma importante demonstração da posição de que a revolução é um processo social e político, encontramos na carta escrita por Marx a Joseph Weydemeyer em 5 de março de 1852, quando trata da relação entre a existência das classes, as lutas e a ditadura do proletariado. Então diz Marx:

> O que eu trouxe de novo foi: 1) demonstrar que a existência das classes está ligada somente a determinadas fases de desenvolvimento da produção; 2) que a luta de classes conduz, necessariamente, à ditadura do proletariado; 3) que essa própria ditadura nada mais é que a transição à abolição de todas as classes e a uma sociedade sem classes... (MARX/ENGELS, S/d, t. 3, p.253 e 254).

Mais do que apresentar soluções universais, Marx empenha-se em demonstrar a existência de processos que dependeriam das circunstâncias materiais e políticas, e que, acima de tudo, dar-se-iam pela luta entre as classes sociais, em cada local e em cada época, segundo as condições apresentadas pelo modo de produção. A luta de classes além de organizar e conscientizar os trabalhadores tem a função de desvendar essas condições para se estabelecer a forma de governo, denominada por Marx, como "ditadura do proletariado". A ditadura representa a forma política proletária durante o período crítico da transição para a sociedade vindoura, quando as classes já não estarão mais presentes.[113] Por se tratar de um modo de produção, o poder político adquirindo o formato de "ditadura do proletariado", entendemos que a transição dar-se-á de forma particular e universal de maneia combinada.

Engels já havia exposto sua opinião sobre a combinação do "princípio da universalidade revolucionária", ao contestar a pergunta de número dezenove do texto, *Os princípios do comunismo* de 1847, quando fora encarregado de elaborar o programa político da Liga dos Justos e que se transmutou em seguida, o texto base do *Manifesto do Partido Comunista* elaborado em companhia de Marx, para *Liga dos Comunistas*. Indagava se "uma revolução como esta é possível de ocorrer em um único país"? Diz ele:

> Não. A grande indústria, criando o mercado mundial, vinculou tão estreitamente os povos do globo, especialmente os mais civilizados, que o que acontece com um repercute sobre o outro. Além disso, ela nivelou, nos países civilizados, a tal ponto o desenvolvimento social que, em todos eles, a burguesia e o proletariado tornaram duas classes decisivas da sociedade, com a sua luta convertendo-se no principal combate de nossos dias. Consequentemente, a revolução comunista não será uma revolução puramente nacional: produzir-se-á simultaneamente em todos os países civilizados, ou seja, pelo menos na Inglaterra, na América, na França e na Alemanha. Em cada um desses países, a revolução se desenrolará mais ou menos rapidamente, de acordo com o próprio desenvolvimento industrial, a acumulação de riquezas e a quantidade de forças produtivas; por isso será mais lenta e difícil na Alemanha e mais rápida e fácil na Inglaterra. Por outro lado, ela exercerá um considerável impacto nos outros países do mundo, alterando radicalmente o curso do desenvolvimento que têm seguido até agora. Trata-se de uma revolução universal e, por isso, terá um âmbito também universal (1981, p.94)

Esta longa citação de Engels, embora seja um texto inicial, está em sintonia com o pensamento posterior de Marx, no que diz respeito ao desenvolvimento das forças produtivas para que ocorra a transição de um modo de produção para outro. A simultaneidade da revolução nos diversos países não se deve a um movimento que inicia em um ponto e se estende sobre outros territórios, mas por se tratar da vinculação de todos os povos do globo,

---

[113] Em *A Ideologia Alemã*, escritos de 1845, Marx e Engels destacam que: "As diferentes fases de desenvolvimento da divisão do trabalho significam outras tantas formas diferentes da propriedade; quer dizer, cada nova fase da divisão do trabalho determina também as relações dos indivíduos uns com os outros no que diz respeito ao material, ao instrumento e ao produto do trabalho" (2009, p. 89).

através da universalização do mesmo modo de produção e, principalmente porque, em todos os países a burguesia e o proletariado tornavam-se duas classes decisivas, produziam contradições diversas e antagônicas ao mesmo tempo.

O fato de haver um vínculo estabelecido pelo capitalismo entre os países e seus povos, diferenciando-os apenas no aspecto do maior ou menor desenvolvimento industrial, a acumulação de riquezas e a quantidade de forças produtivas que atuavam como forças determinantes, serviam para apressar ou retardar o movimento da revolução em cada um deles. Engels, não exclui os locais menos desenvolvidos, nem desconsidera a luta de classes, apenas indica que, neles, como a Alemanha da época, a revolução seria mais difícil.

Engels não estava se referindo a qualquer revolução, mas à revolução comunista, portanto, aquela que haveria de implantar o novo modo de produção, por isso ela não poderia ser de caráter nacional apenas. Por outro lado, também não estava defendendo que após a revolução, todos os países se equipararíam no mesmo grau de desenvolvimento das forças produtivas e que o aspecto nacional seria ultrapassado pela universalidade do modo de produção. Teria então se equivocado o autor, ao pensar que os países modernizados puxariam a frente na implantação do modo de produção socialista e posteriormente comunista?[114]

De certo modo, o fator do desenvolvimento das forças produtivas, dá a substância principal para a revolução, mas, na visão de Marx e Engels, ele nunca foi um dogma, tanto assim que pelos destaques já feitos, vemos que há, em certas épocas, situações que combinam outros fatores e impulsionam as transformações de forma inesperada. Ou mesmo, locais em que se formam condições específicas diferenciadas das estudadas e previstas. Sobre isto, podemos retomar o diálogo de Marx, com a russa, Vera Zassulitch quando ele responde através da carta datada de 8 de março de 1881, e procura contemplar a inquietação apresentada por ela, porque ele, no livro *O capital* não havia tratado da Rússia e de sua questão agrária? Ao que Marx responde:

> Desse modo, a análise apresentada n´O capital não oferece, portanto, razões nem a favor, nem contra a vitalidade da comuna rural, mas o estudo especial que fiz dessa questão, para o qual busquei os materiais em suas fontes originais, convenceu-me de que essa comuna é a alavanca [*point d´appui*] da regeneração social da Rússia; mas, que, para que ela possa funcionar como tal, seria necessário, primeiramente, eliminar

[114] Lenin, no texto *Sobre a palavra de ordem dos Estados Unidos da Europa*, dá uma explicação convincente sobre a possibilidade da realização da revolução socialista em países também atrasados. Após expor que o capital tornou-se internacional e monopolista, diz: "A desigualdade do desenvolvimento econômico e político é uma lei absoluta do capitalismo. Daí decorre que é possível a vitória do socialismo primeiramente em poucos países ou mesmo num só país tomado em separado. O proletariado vitorioso deste país, depois de expropriar os capitalistas e de organizar a produção socialista no seu país, erguer-se-ia contra o resto do mundo capitalista, atraindo para o seu lado as classes oprimidas de outros países, levantando neles a insurreição contra os capitalistas, empregando, em caso de necessidade, mesmo a força das armas contra as classes exploradas e os seus Estados. (1986, p. 571).

> as influências deletérias que a assaltam de todos os lados e então assegurar-lhes as condições normais de um desenvolvimento espontâneo (MARX, 2013, p.115).

De outra forma, Engels responde através de carta à mesma senhora russa, V. I. Zassulitch, enviada em abril de 1885, com o título: *Um punhado de gente pode fazer a revolução?*[115] Dizendo que desconhecia a realidade Russa, e que um pequeno grupo em um centro como São Petersburgo, poderia pôr fogo na pólvora e deveria provocar a explosão que se estenderia a nível nacional. Importante era dar o empurrão; e complementa Engels:

> Aí onde a situação esteja tensa, onde os elementos revolucionários tenham se reunido em tal grau, onde a situação econômica se torne, dia após dia, cada vez mais impossível à grande massa da população, onde todas as fases do desenvolvimento humano estejam representadas, da comunidade primitiva até a grande indústria moderna e a alta finança e onde todas essas contradições estejam mantidas juntas à força através de um despotismo sem igual, um nepotismo que se torne sempre mais insuportável para uma juventude que reúna em si a inteligência e a virtude nacionais – uma vez que lá tenha começado o 1789, 1793 não há de se deixar esperar (MARX/ENGELS 1984, p. 474).

A nosso ver, esse é o entendimento da revolução que se realiza através do processo contínuo, que Marx e Engels partilham e defendem. Trata-se de mirar as condições locais pela totalidade da realidade universal e, ao identificar as contradições, agir através delas para alastrar e levar adiante o movimento que dará cabo à dominação burguesa estabelecida por todo o globo.

Vladimir Ilitch Lenin, com a genialidade política que lhe era própria, intuiu, no princípio do século XX, devido à situação de exploração e pobreza da população, que as reações espontâneas das massas populares e a crise econômica, agravadas pela Primeira Guerra Mundial, possibilitavam a luta revolucionária. Formulou então a teoria da revolução na Rússia e, sob a condução do *Partido Operário Social Democrata da Rússia* (POSDR), após quase duas décadas de combates, tomaram o poder em outubro de 1917, que sob a ditadura do proletariado, a partir de 1921, implantou a *Nova Economia Política,* considerando as diferentes formas de produção, algumas, em vistas da necessidade e do atraso do desenvolvimento das forças produtivas, de natureza puramente capitalista.[116]

---

[115] Nessa carta, Engels busca responder a pergunta formulada pela senhora russa, sobre o livro de Plekanov: *Nossas diferenças*. Engels se anima com a notícia de que na Rússia, um grupo de jovens se dedicava a estudar as ideias de Marx e isso era fundamental tendo em vista que, com o estudo da teoria aplicada sobre as condições econômicas e políticas, encontrariam a melhor tática para a revolução.

[116] Lenin apresentou em 1918 no texto*, A cerca do infantilismo, "de esquerda" e do espírito pequeno-burguês*, o significado da palavra transição. Após considerar que todos admitiam que na Rússia havia, "pedaços tanto do capitalismo como do socialismo" enumera em cinco pontos os aspectos da realidade econômica: "1) economia camponesa, patriarcal, isto é natural em graus significativos; 2) pequena produção mercantil (isto inclui a maioria dos camponeses que vendem cereais); 3) capitalismo privado; 4) capitalismo de estado e 5) socialismo"

É importante reforçar aqui o entendimento de que a transição é parte constitutiva da história de cada país. Trotski ao relatar *A História da revolução russa*, atribui às disparidades de ritmos na transição entre os países à "lei mais geral do *processus* histórico". Desta lei universal das desigualdades de ritmos, "decorre outra lei que, segundo ele, "por falta de denominação apropriada, chamaremos de desenvolvimento combinado,[117] que significa a aproximação das diversas etapas, combinação das fases diferenciadas, amálgamas das formas arcaicas com as mais modernas" (1978, v. 1. p. 25).

De acordo com a solução estabelecida pelas propostas de Lenin, as condições para dar continuidade à revolução precisavam ser completadas após a tomada do poder. A simultaneidade interna e externa da revolução, enquanto entendimento, aparece no discurso de abertura, realizado em *Petrogrado* por ocasião do *Primeiro Congresso da Internacional Comunista*, entre os dias 2 a 6 de Março de 1919, quando destaca Lenin: "Camaradas, creo que, después de los sucesos de Rusia y después de la lucha de enero en Alemania, es de singular importancia señalar que también en otros países se abre camino a la vida y adquiere dominio la novísima forma del movimiento del proletariado" (1986, T. 37, p. 508).

A preocupação com a revolução em outros países fica evidente, com a própria fundação, em 1919, da *Internacional Comunista,*[118] vista como um instrumento de articulação e solução dos problemas colocados pelos trabalhadores do mundo inteiro; o que não veio a ocorrer, tendo em vista as contradições estruturais universais e também pelos equívocos cometidos em relação às análises e o desenvolvimento dos processos locais.[119]

(Lenin, Obras escolhidas, t. 2. 1986, p. 599 e 600). Seu entendimento era que predominava o elemento pequeno burguês, devido à quantidade enorme de camponeses e não o capitalismo de Estado.

[117] Trotski explica o que é a "lei do desenvolvimento combinado", quando aplica o conceito na realização da revolução russa. "A revolução de 1917 tinha ainda como fim imediato derrubar a monarquia burocrática. Diferenciava-se, entretanto, das antigas revoluções burguesas, pelo fato de o elemento decisivo que se manifestava agora ser uma nova classe constituída sobre a base de uma indústria concentrada, possuidora de nova organização e novos métodos de luta. A lei do desenvolvimento combinado se revela agora em sua expressão mais alta: começando por derrubar o edifício medieval apodrecido, a Revolução eleva ao poder em poucos meses, o proletariado, encabeçado pelo Partido Comunista" (TROTSKI, 1978, V.1, p. 32).

[118] A Terceira Associação Internacional foi proposta por Lenin em seu texto conhecido como "Teses de Abril" em 1917.

[119] O processo da não evolução para a verdadeira ditadura do proletariado desde 1917, culminou com A Perestroika, ou reestruturação, conhecida no mundo todo a partir de 1987, quando Mikhail Gorbachev, publicou o livro *Perestroika: Novas ideias para o meu país e o mundo*, e apresentou um conjunto de reformas que pretendiam modernizar a economia soviética. Interessante é observar que, ao contrário do que previa o líder soviético, que a não implantação da *Perestroika* poderia provocar uma catástrofe social, pois diz ele, "qualquer demora para implantar a *Perestroika* poderia levar, num futuro próximo, a uma situação interna exacerbada que, em termos claros, constituiria um terreno fértil para uma grave crise social, econômica e política" (2000, p. 15); foi justamente o que ocorreu implantando as reformas, não somente na União Soviética, como também nos diversos países do Leste da Europa com ela alinhados desde a Segunda Guerra Mundial.

3.3.3 - A revolução permanente

Com os ensinamentos extraídos do processo das lutas na França de 1848, Marx e Engels se voltam para a Alemanha e empenham-se em elaborar os princípios táticos da luta dos trabalhadores para, naquele momento, ajudarem na implantação da democracia pequeno-burguesa. Através da *Mensagem ao Comitê Central à Liga de março de 1850*, propõem eles que os trabalhadores alemães deveriam aproveitar as condições e impulsionar o movimento da revolução para frente até a completa transformação. Nesse texto aparece o conceito de *Revolução Permanente*.[120]

Embora não haja um aprofundamento do que significa o conceito de *Revolução Permanente*, ele aparece em dois momentos da mensagem acima citada; a primeira como tarefa e a segunda como "grito de guerra do proletariado". Compreendemos que esse conceito quer identificar o processo que evolui segundo as condições concretas de cada época histórica e em cada lugar. No caso da Alemanha, cujo processo se iniciara com a revolução democrática, o esforço do proletariado seria o de pressionar as demais forças para avançarem a revolução socialista que, por sua vez, deveria passar pela disputa do poder político. O principal esforço, portanto, no primeiro momento era não se satisfazer com o atendimento das insuficientes reinvindicações, para evoluir na direção da eliminação do domínio das classes possuidoras e conquistar o poder. Cada uma das fases construiria a fase seguinte. Dessa forma defendem os autores:

> Enquanto os pequeno-burgueses democratas querem concluir a revolução o mais rapidamente possível, depois de terem obtido o máximo as exigência acima mencionadas, o nosso interesse e a nossa tarefa consistem em tornar a revolução permanente até que seja eliminado o domínio das classes mais ou menos possuidoras, até que o proletariado conquiste o poder do estado, até que a associação do proletariado se desenvolva, não só em um país, mas em todos os países do mundo em proporções tais que tenha cessado a concorrência entre os proletários desses países e até que pelo menos as forças produtivas decisivas estejam concentradas nas mãos do proletariado (1984, p. 224 e 225).

Para dar conteúdo à definição do que significa a *Revolução Permanente*, dois elementos aparecem como fundamentais: o primeiro refere-se ao desenvolvimento no âmbito nacional da associação dos trabalhadores, cuja função se atém a auto direção do proletariado. O segundo visa a associação mundial dos trabalhadores, no intuito de fazer cessar a concorrência e controlar as forças produtivas pelo proletariado.

---

[120]Marx já havia utilizado o conceito de *Revolução Permanente*, no texto *Para a questão judaica* (1843) e no livro *A sagrada família* (1844). No entanto, quem explicita mais detalhadamente o conceito da Revolução Permanente, é Leon Trotski a partir de 1905, na Rússia.

Por essa visão, para evitar a asfixia e o isolamento, o movimento da revolução não pode se prender apenas às fronteiras de um país,[121] mas universalizar-se para fazer com que desapareça o poder do domínio das classes possuidoras, tirando-lhes o controle sobre as forças produtivas, fazendo-as passar para as mãos do proletariado. Sendo assim, o destino de uma revolução local, além de ter que progredir internamente, depende do avanço da revolução nos demais países, principalmente nos mais desenvolvidos economicamente. Para isso, os trabalhadores alemães que estavam em condições de avançar para a vitória final, deveriam, em primeiro lugar, tomar consciência dos interesses de classe, assumir a posição de partido autônomo e, não perder, por nenhum momento, a confiança na organização do partido proletário. Como elemento de agitação, o grito de guerra, que deveria ecoar era o da *"Revolução Permanente"*.

Leon Trotski, na introdução à sua obra, *A revolução permanente* de 30 de novembro de 1930, destaca que o texto se refere principalmente à história das três revoluções russas. O conceito de revolução permanente reconhece o autor, na concepção de Marx, significa uma revolução que não transige com nenhuma forma de dominação de classe, não se detém no estágio democrático, mas passa para as medidas socialistas e a guerra contra a reação exterior, "uma revolução na qual cada etapa está contida em germe na etapa precedente, e só termina com a liquidação total da sociedade de classes" (TROTSKI, 2007, p. 62).

No entanto, devido as controvérsias internas surgidas após a revolução russa, Trotski se propôs a dissipar a confusão criada sobre à teoria da revolução permanente, conceituada e defendida por ele, explicitando três categorias de ideias que se fundem nela. Em primeiro lugar, trata do problema da passagem da revolução democrática à revolução socialista. O segundo aspecto dessa categoria caracteriza a própria revolução socialista, quando todas as relações sociais se transformam no transcurso de uma luta contínua e a explosões de guerra civil e das guerras externas, se alternam com períodos de reformas pacíficas e, por fim, o terceiro aspecto diz respeito, essa teoria, ao caráter internacional da revolução socialista. "O internacionalismo não é um princípio abstrato: ele não é senão o reflexo político e teórico do caráter mundial da economia, do desenvolvimento mundial das forças produtivas e do ímpeto mundial da luta de classes" (TROTSKI, 2007, p. 65). Nesse sentido, a revolução socialista começa no âmbito nacional, mas não pode nele se deter.

---

[121] Esse entendimento faz com que Marx, inicialmente mantenha algumas restrições em relação ao levante da Comuna de Paris, conforme deixa claro na segunda mensagem ao Conselho Geral da Associação Internacional do dia 9 de setembro de 1870. "...saudamos o advento da República na França, mas ao mesmo tempo, experimentamos apreensões que, esperamos, se mostrarão sem fundamento. Esta República não subverteu o trono, apenas tomou o seu lugar deixado vago. Foi proclamada não como uma conquista social, mas como uma medida nacional de defesa" (2008, p. 372).

A compreensão de que a revolução deve ser permanente, não se trata de um determinismo estratégico, imposto pelos formuladores do conceito, mas de um movimento ascendente vinculado à necessidade histórica da transição para o socialismo e de sua continuidade. Segundo esse entendimento, embora os trabalhadores tivessem participado de todas as revoluções liberais, o que havia se modificado era que, não haveria de surgir uma nova classe como ocorreu no interior do feudalismo, para fazer a revolução; a própria burguesia já havia criado a força que a derrotaria. O "grito de guerra" tinha a função de manter em estado de alerta o proletariado para que não se descuidasse e caísse em desvios nacionalistas.

Sendo assim, Marx e Engels compreendem que o processo seguiria em frente em luta permanente, por duas perspectivas: a primeira, porque o proletariado persistindo em sua luta cresceria em quantidade e integraria em suas fileiras mais indivíduos vindos da classe média baixa, pequenos industriais, pequenos comerciantes, artesãos, camponeses etc., que deixariam os seus ofícios autônomos, pois, sem condições de competir, passariam a vender a força de trabalho aos burgueses, donos dos meios de produção. O proletariado passaria por diferentes fases de organização e, a luta que inicialmente era assumida por operários isolados, avançaria para o contingente de uma mesma fábrica, depois de uma mesma localidade, contra o burguês explorador direto e se ampliaria sempre mais. Por isso, a ideia concebida ainda no Manifesto Comunista, tornava-se uma convicção de que, "entre todas as classes, só o proletariado pode ser considerado classe realmente revolucionária frente à burguesia. As outras vão se dissolvendo e desaparecendo com a evolução do processo industrial, enquanto o proletariado surge como seu mais legítimo produto" (1986, p. 27).

A segunda perspectiva está embasada na mesma análise de 1848, porém elaborada em 1893, quando Engels escreve o prefácio para a edição italiana do *Manifesto do Partido Comunista* e declara que, embora dirigidas por outras forças, todas as revoluções em todas as partes haviam sido obra dos trabalhadores e, certamente haveria de continuar sendo, devendo para isso, superar os limites da falta de um programa estratégico. Então declara Engels:

> A revolução foi em todas as partes obra das classes trabalhadoras: foram os operários que levantaram as barricadas e deram suas vidas lutando pela causa. Contudo, somente os operários de Paris, depois de derrubar o governo, tinham a firme e decidida intenção de derrubar, juntamente com o Governo, todo regime burguês. Mas, ainda que tivessem uma consciência muito clara do antagonismo irredutível que se erguia entre sua própria classe e a burguesia, o desenvolvimento econômico do país e o desenvolvimento intelectual das massas operárias francesas não haviam alcançado, todavia, o nível necessário para que uma revolução socialista pudesse triunfar (1977, p. 80 e 81).

Os impedimentos que se somam aos elementos já postos sobre as condições para pôr a revolução em marcha, como um movimento de superações permanentes, tratam-se em primeiro plano do desenvolvimento econômico adequado e, em segundo, do desenvolvimento intelectual, pois não se pode apenas querer as mudanças, mas de saber como conduzi-las para um objetivo claramente estabelecido.

Conscientes de que na Alemanha ainda não havia condições suficientes para o triunfo da revolução comunista, como tática, o esforço dos trabalhadores deveria ser o de levar ao extremo as propostas reformistas dos democratas. "Se os pequeno-burgueses propuserem a compra das ferrovias e fábricas, os trabalhadores deveriam exigir que essas ferrovias e essas fábricas, enquanto propriedades de reacionários fossem simplesmente confiscadas pelo Estado, sem indenizações" (MARX/ENGELS, 1984, p. 230).

A combinação entre o binômio que explica a transição: ruptura e superação deve se dar através do veículo da Revolução Permanente que, ainda segundo Trotski, se estrutura a partir do programa mínimo e de transição que "defende incansavelmente os direitos democráticos dos operários e suas conquistas sociais. Mas orienta este trabalho de todos os dias no sentido de uma perspectiva correta, real, isto é, revolucionária"(2003, p.26).

Ao considerar as condições reais apresentadas pela evolução histórica das forças produtivas e demais relações sociais, políticas, jurídicas etc., agregadas às perspectivas futuras, apontando para um novo conteúdo, Marx dirá que a revolução do presente não poderia tirar a sua poesia do passado, mas do futuro que certamente deveria inspirar a elaboração do programa de transição. Assim destaca Marx:

> A revolução do século dezenove não pode tirar sua poesia do passado, e sim do futuro. Não pode iniciar sua tarefa enquanto não se despojar de toda veneração supersticiosa do passado. As revoluções anteriores tiveram que lançar mão de recordações da história antiga para se iludirem quanto ao próprio conteúdo. A fim de alcançar seu próprio conteúdo, a revolução do século dezenove deve deixar que os mortos enterrem seus mortos. Antes a frase ia além do conteúdo; agora é o conteúdo que vai além da frase (1978, p.20).

A revolução do século XIX, a que se refere Marx, é a revolução proletária que, conscientemente se despe de todas as superstições para não repetir o que foram as revoluções burguesas que, embora obtendo sucesso rápido, tiveram vida curta, pois, logo que atingiram o auge, voltaram à acomodação da sociedade. Mas as revoluções proletárias se criticam,

interrompem seu curso e voltam continuamente àquilo que parece estar resolvido para recomeçar; assim, seguem até criar uma situação que dificulta qualquer retrocesso.[122]

A revolução proletária permanente deve ser entendida como um processo contínuo e consciente. Ela se desenvolve pela capacidade de organização dos trabalhadores que, apesar dos conflitos sangrentos devem realizá-la, evitando, segundo Marx, a embriaguez do triunfo e o entusiasmo provocado pela nova situação depois de cada luta vitoriosa, em busca de tornar realidade o controle total do poder da velha sociedade, para fazê-lo ressurgir em outro formato e em novas bases.

O esforço para criar a *Associação Internacional dos Trabalhadores* em 28 de setembro de 1864, além do objetivo de substituir as seitas socialistas ou semi-socialistas segundo Marx, pela organização de luta da classe operária e, conforme os estatutos[123] adotados em 1871, na conferência realizada em Londres, o objetivo era ampliar os horizontes e as perspectivas da revolução, conforme declara Marx: "esta Associação é fundada no intuito de estabelecer um centro de comunicação e de cooperação entre as Sociedades Operárias existentes em diferentes países e voltadas para o mesmo objetivo, ou seja, a proteção, o progresso e a completa emancipação da classe operária" (MARX/ENGELS, s/d, t. 1, p. 322).

Embora a Revolução Permanente ocupe, enquanto conceito, espaço limitado na teoria social de Marx, o que foi dito é suficiente para perceber que a revolução é um processo

---

[122] Claus Germer (2009, p. 75-95) faz uma síntese dos momentos que compõem a transição de um modo de produção para outro: "1) o desenvolvimento de embriões de novas forças produtivas e de correspondentes novas relações materiais de produção, permanecendo inalterada a forma jurídica da propriedade dos meios de produção, imobilizada na forma correspondente à natureza das forças produtivas originais desse modo de produção; 2) as novas relações reais entre os indivíduos na produção representam as novas formas materiais de apropriação dos meios de produção e, consequentemente, expressam-se nos embriões de novas classes proprietária e trabalhadora, ambas não contempladas pela forma jurídica de propriedade vigente, o que condiciona o surgimento e crescimento da oposição entre as novas e as antigas classes, dando início a um período histórico de lutas de classes que constitui o processo da revolução social; 3) a crescente contradição de interesses entre as classes novas e antigas, derivada da progressão das forças produtivas, abre um período de intensificação das lutas de classes que desemboca na revolução política, que consiste na passagem do poder de Estado e da propriedade dos meios de produção à nova classe proprietária, abolindo-se a forma jurídica vigente da propriedade e instituindo-se os fundamentos da nova forma; 4) segue-se um período no qual a nova classe proprietária luta para consolidar seu poder e a nova estrutura jurídica, com a progressiva criação das instituições correspondentes às necessidades do novo modo de produção. Esse processo é essencialmente criativo e original, mas instável, pois o novo se anuncia com fisionomia nem sempre clara, por vezes enganadora, brotando literalmente das mãos dos trabalhadores manuais e intelectuais na atividade cotidiana da produção, e devendo ser convertida em ações permanentes mediante tentativas nem sempre bem-sucedidas e consequentes retrocessos por vezes dramáticos; 5) à medida que o novo poder vai se consolidando e as novas instituições se fortalecem, as inovações científicas e técnicas também vão gradualmente encontrando linhas mais seguras de evolução, acabando por desembocar, em um momento indeterminável, no que será conhecido como o grau de desenvolvimento maduro das forças produtivas próprias do novo modo de produção, às quais corresponderá o regime jurídico adequado."

[123] Os estatutos adotados na Conferência de Londres de 1871 basearam-se nos Estatutos Provisórios, elaborados por Marx em 1864 quando foi fundada a Primeira Associação Internacional dos Trabalhadores. No texto aparece por diversas vezes a palavra "emancipação", demonstrando que o objetivo da Associação era de longo alcance, sem deixar de lado os objetivos parciais vistos como passos impulsionadores das mudanças maiores.

contínuo e não um ponto de chegada de desarmamento e interrupção do movimento ascendente que chega ao poder. Ela deve ser contínua para fazer da transição uma passagem e não um Estado absolutista reprodutor de coerções e perseguições.

Confirmamos pela teoria social de Marx, que a transição é um movimento ascendente que se ancora nas circunstâncias, nas condições concretas e nas próprias perspectivas que o movimento aponta e, apesar dos revezes que as forças proletárias sofrem, o processo tende a tomar a forma de *Revolução Permanente*, cujo esforço e simultaneidade ocorrem em diferentes países ao mesmo tempo. A conclusão a que chega Marx, tendo em vista os fundamentos da transição expostos, é que a superação das formas sociais se dá pela organização e a ação dos trabalhadores em permanente movimento em busca da garantia dos direitos, como objetivos imediatos e, da emancipação social como objetivo estratégico.

O poder, na transição, é o marco separador colocado entre a velha e a nova sociedade. Mas será que ele principia com o triunfo da insurreição e com a posse do Estado pelas forças revolucionárias que o transformam em ditadura do proletariado aplicando um novo programa? Não seria também o poder, ao invés de uma fórmula, um movimento contínuo em constante transformação e superação de si mesmo, em permanente tensão com a organização social e a consciência política e moral dos sujeitos que fazem a própria sociedade?

CAPÍTULO IV

O PODER DO ESTADO COMO FINALIDADE TRANSITÓRIA

O Estado, o poder e as classes sociais, fazem parte das discussões de toda a tradição marxista, chegando, devido às discordâncias, a ser motivo de rupturas políticas no movimento socialista mundial. Diante das intensas divergências, surgiram questões, como às que visam saber se na critica ao modo de produção capitalista, Marx teria deixado em aberto lacunas teóricas como é o caso dos fundamentos para a organização de um Estado socialista?

As principais polêmicas fundamentam-se, tendo como referência a teoria da crítica da economia política, na qual Marx desvenda as leis econômicas e suas diferentes formas de manifestação no sistema de produção, circulação, troca e consumo das mercadorias. No entanto, na política não ocorre o mesmo, ou quando ocorre, nem de longe se parece com os clássicos do iluminismo que produziram a base teórica para a forma política estatal de poder centralizado. Estranham os críticos de Marx, não ter ele, em companhia de Engels, proposto um sistema mais fundamentado que delineie o formato e o funcionamento de um Estado socialista.[124] Buscamos aqui, fazer algumas ponderações à suposta ausência de uma proposta de estrutura de poder que, a nosso ver, tem seu fundamento na própria transitoriedade do Estado para a forma de ditadura do proletariado.

Marx, além de ser um intelectual dedicado aos estudos foi também um destacado militante político. O seu envolvimento com o movimento operário nas revoluções burguesas de 1848 na Europa, que colocou o proletariado, principalmente da França, como força expressiva e independente e, a iniciativa de organizar a *Associação Internacional dos Trabalhadores*,[125] em 1864, para além da articulação das lutas operárias nos diversos países, em função da transição socialista, deve-se à necessidade premente de combater com a organização política da classe operária,[126] o sectarismo e as diferentes seitas existentes nos países da Europa.

---

[124] Encontramos em diversos lugares, nas obras de Norberto Bobbio, por exemplo, essa insistência de confrontar Marx e os marxistas com os não marxistas no que diz respeito à produção teórica sobre o Estado. "Sabemos tudo ou quase tudo sobre os sistemas eleitorais ou sobre o modo como funcionam os parlamentos capitalistas. Nada ou quase nada sobre os sistemas eleitorais ou sobre o funcionamento dos órgãos máximos de decisão dos estados socialistas" (1983, p.23).

[125] A *Associação Internacional dos Trabalhadores* foi criada na noite de 28 de setembro de 1864. Apesar das dificuldades para manter a unidade com os bakuninistas desde o Congresso de Haia de setembro de 1872, a Associação foi encerrada na Conferência da Filadélfia em 15 de julho de 1876.

[126] Em carta escrita a Bolte, em 23 de novembro de 1871, Marx expõe claramente sobre o objetivo de combater as seitas e o sectarismo nos países da Europa e da América e, reafirma que, "o movimento político da classe

Os desentendimentos entre as organizações operárias eram imensos e continuaram. Provinham das análises elaboradas que levavam ao uso equivocado das táticas porque desconsideravam essencialmente a relação entre a luta econômica e seus aspectos políticos, e acabavam por isso, descaracterizando o verdadeiro movimento operário. Para Marx, todo movimento desenvolvido pela classe operária, contra a classe dominante, que procure impor a vontade dos trabalhadores em geral, pressiona os proprietários particulares e pode se converter em luta política. A pressão dos operários por meio de greves para obrigar os capitalistas isolados a reduzirem a jornada de trabalho, em determinada fábrica ou ramo da indústria, a seu ver, tratava-se de um movimento puramente econômico; mas, "ao contrário, o movimento que imponha como lei a jornada de oito horas, etc., é um movimento político" (MARX/ENGELS s/d, t. 3, p. 266).

O entendimento de Marx evidencia que a luta localizada visa melhorias econômicas, mas por si só, é portadora de limites; necessita da pressão externa, do conjunto da classe operária sobre a classe dos patrões, para tornar-se luta política. No entanto, nem todas as lutas políticas partem das reinvindicações econômicas, há outros motivos que obrigam a classe operária a desencadear outras formas de luta e entrar diretamente no campo da política para colocar o Estado como instrumento de poder transitório sob seu controle.[127] Marx, através das polêmicas estabelecidas contra seus opositores, no intuito de responder aos ataques, no conteúdo das respostas, apresenta elementos que compõem a teoria da transição para o socialismo, reproduzindo na política, de forma menos organizada, o mesmo esforço crítico que fizera com a economia política. Reunimos aqui, em quatro aspectos, aquilo que julgamos ser a centralidade da critica à forma política estatal e sua função como passagem obrigatória para a transferência do poder para outras mãos e levar a transição à frente.

---

operária tem como objetivo final a conquista do poder político para a classe operária; é necessária, naturalmente, para alcançar esse objetivo uma organização prévia da classe operária, surgida de sua própria luta econômica e que tenha alcançado certo nível de desenvolvimento" (MARX/ENGELS, s/d, t. 3, p.266).

[127] A luta pelo poder que mais envolveu e chamou a atenção do operariado internacional, no período em que vigorou a articulação da Associação Internacional dos Trabalhadores, foi a Comuna de Paris. Aquela tentativa de tomar o poder marcou profundamente a história da luta política voltada diretamente para a tomada do Estado. Marx expôs em sua obra, *A guerra civil na França* de 1871, as características fundamentais da relação existente entre a luta de classes e a tomada do poder, como a experiência mais aguerrida da transição para o socialismo. A Associação, por sua vez, como articulação política internacional, cumpriu com a função de elevar o nível de pressão sobre o governo de Napoleão III, fragilizado pela guerra contra a Prússia, iniciada em julho de 1870, mas considerada por Marx, como "uma loucura criminosa". No entanto, aquela loucura, criou as circunstâncias fundamentais para a reação política da população de Paris.

4.1 - A SUPERAÇÃO DA FORMA POLÍTICA ESTATAL

Na tradição literária marxista, podemos encontrar intensas polêmicas sobre a maneira de se conceber o poder, principalmente no que diz respeito à sua derivação, se ele advém da conciliação ou do confronto entre as classes, isto porque, os entendimentos oscilam entre saber se o poder é condição, lugar, estrutura ou conjunto de relações que se transformam.[128]

É de Antonio Gramsci a ideia do fetichismo cultural e político. Para ele, nos *Cadernos do cárcere*, um organismo coletivo é constituído de indivíduos que, depois de constituído passa a aceitar uma hierarquia e uma direção determinada. Na medida em que cada componente pensa o organismo coletivo como uma entidade estranha a si mesmo, é evidente que ela não existe mais de fato, mas se transformou em um fantasma do intelecto, um fetiche em resumo.

Pondera Gramsci que é preciso observar se esse modo de pensar origina-se na transcendência católica como também dos velhos regimes paternalistas. O fato é que ele é comum a uma série de organismos do Estado, dos partidos políticos etc., e, no caso da Igreja se deu pela tentativa histórica do Vaticano de anular qualquer traço de democracia interna. "O que espanta, e é característico, é que o fetichismo desta espécie se reproduza em organismos "voluntários", de tipo não "público" ou estatal, como os partidos e os sindicatos" (GRAMSCI, 2002, v. 3 p. 332). Se por um lado, o indivíduo espera que o organismo realize sem a sua participação, por outro lado, os governantes buscam o consentimento para se apresentarem como os representantes dos governados.

O recorrido histórico feito por Engels sobre o Estado, nos mostra desde os primórdios, que há uma relação íntima, entre classe, Estado, território e modo de pensar tendo vista a transição ou a perda de controle da maioria sobre a instituição. Ou seja, o Estado é uma formação social instituída nos limites de um espaço físico onde se forma a nação como um "agrupamento dos seus súditos de acordo com uma divisão territorial". Sendo assim, cada território, institui "uma força pública"[129] que, ao contrário da população, tem a autorização de

---

[128] Para Poulantzas, o poder de uma classe significa, de início, um lugar objetivo nas relações econômicas, políticas e ideológicas, lugar que recobre as práticas das classes em luta. "O lugar de cada classe, portanto seu poder é delimitado, ou seja, ao mesmo tempo designado e delimitado, pelo lugar das outras classes. O poder não é portanto uma qualidade imanente à uma classe em si no sentido de uma reunião de agentes, mas depende e provém de um sistema relacional de lugares materiais ocupados por tais ou quais agentes" (1980, p. 168). No caso especificamente do poder político, sem que o referencial é o Estado, Poulantzas defende que, o poder político de uma classe depende não apenas do lugar, mas também de sua posição, organização e estratégia, perante as outras classes.

[129] Engels cita como exemplo o Estado ateniense, dizendo que os cidadãos de Atenas eram em número de 90 mil enquanto que os escravos, que não eram cidadãos, somavam 365.000. "O exército popular da democracia ateniense era uma força pública aristocrática contra os escravos, que mantinham submissos; todavia, para manter a ordem entre os cidadãos, foi preciso organizar uma força de polícia..." (ENGELS, 2000, p. 192).

portar armas que garantem a ela, enquanto minoria, o poder de coação e repressão sobre a maioria. Para sustentar essa força pública dominante e os demais funcionários, "que se colocam acima da sociedade", são exigidas diversas contribuições dos cidadãos, dentre elas, os impostos.[130] "Este poder, nascido da sociedade, mas posto por cima dela, distanciando-se cada vez mais, é o Estado" (ENGELS, 2000, p. 191).

Em 1884, ao retomar o assunto, Engels considera que o Estado nasceu em meio aos conflitos de classe e por isso, em cada época ele pertence à classe economicamente dominante que, por essa condição, torna-se também a classe politicamente dominante. Compreende ele que, assim ocorreu com o Estado antigo, o Estado dos senhores dos escravos, o Estado feudal, do qual se valeu a nobreza e, "o moderno Estado representativo é o instrumento de que se serve o capital para explorar o trabalho assalariado" (2000, p. 194).

Podemos observar nas ideias de Engels, um processo evolutivo em que o Estado aparece sustentado pela mesma essência. É essa estrutura que concentra o poder que, embora seja uma criação social, apresenta-se, misteriosamente, como uma força colocada acima da própria sociedade, com a função de amortecer o choque entre as classes, objetivando mantê-los dentro dos limites da "ordem"; no entanto, o fetiche, que deve ser superado na transição para o socialismo, demanda da intervenção consciente dos trabalhadores sobre as diversas instituições que abrigam esse poder político.

Marx, na *Critica ao programa de Gotha*, feita em 1875, apresenta contestações a diversas teses presentes no *Programa do Partido Operário Alemão*, dentre elas, o abuso das expressões: "Estado atual", "sociedade atual" e, mais ainda, a confusão que o partido fazia quando dirigia as suas reinvindicações ao Estado, deixando evidenciadas as ilusões com a forma política estatal estabelecida.

Para Marx, a "sociedade atual" é a sociedade capitalista que existe em todos os países civilizados, mas que sustentam características próprias, forjadas pela evolução histórica particular de cada país; por essa razão, o "Estado atual", não é único, muda conforme as fronteiras. Por isso, segundo Marx, se diferencia o Império prussiano-alemão, da Suíça, da Inglaterra e dos Estados Unidos. Nesse sentido, considerar o "Estado atual", como padrão universal do jeito que fazia o programa do Partido Operário Alemão, era uma ficção, isto porque, não há "um Estado", mas diferentes formas de Estados. Embora possuam todos eles algo em comum. "O fato de que se assentam no terreno da sociedade burguesa moderna, mais

[130] Éric Hobsbawm destaca que o conceito de Estado, como predomínio de classe, foi sendo aperfeiçoado, isto porque, os regimes que se sucederam a partir de 1848, como o de Napoleão III, não podiam ser definidos simplesmente como governos da burguesia; havendo com isso uma certa autonomia do Estado em relação à " sua classe" (1979, t. 1, p.306).

ou menos desenvolvida do ponto de vista capitalista. Isso faz com que certos caracteres lhe sejam comuns" (MARX, 2004, p.147). O equívoco aqui se reproduz sobre o entendimento de que há uma forma universal de Estado apenas.

Marx entende que o Estado e o poder mudam na forma política de ser de um lugar para outro; embora haja interdependência, vínculos e coerções mútuas, gozam de certa autonomia dentro das próprias fronteiras e se afirmam pelo grau de desenvolvimento capitalista, constituído pelas formas produtivas, com diferenciações locais. Não se trata, portanto, de um conceito com diversas definições, mas de estruturas e superestruturas que, apesar de terem em comum a identificação da sociedade burguesa, cada qual se move pelo vigor das próprias contradições.[131]

Segundo esse entendimento é de fácil compreensão a impossibilidade de se "exportar" modelos políticos e revoluções como ações externas produtoras de rupturas para a transição socialista. A revolução, principalmente, não pode ser vista como uma fórmula que se adapta a qualquer Estado ou a qualquer território, pois, em cada um deles há situações e movimentos diferenciados pelas contradições,[132]por isso, embora haja a necessidade da articulação universal das forças locais, as revoluções são sempre nacionais com irradiação internacional. Em cada uma delas as forças revolucionárias tomam a história a seu favor e intensificam os esforços para que os resultados lhes sejam favoráveis.

Dessa forma, assim como não se exportam as revoluções, não se faz uma revolução sem o convencimento e a participação da população local. Engels analisa, em 1885, a iniciativa surgida em Paris, no período de 1848 a 1852, para criar grupos de revolucionários exilados com o objetivo de irem libertar as suas pátrias incluindo também a Alemanha. "Nós nos opusemos, com a maior das energias, a essa tentativa de brincar de revolução. Em meio a efervescência reinante na Alemanha, uma incursão dentro do país, visando importar a revolução de fora à força, equivaleria a minar a revolução alemã..."(MARX/ENGELS s/d. t. 3, p. 162).

Na medida em que a força política não se propõe a lutar contra o Estado, mas busca nele saídas de sustentação financeira para realizar as suas ações, tal qual o fazia o Partido Operário Alemão que, no intuito de chegar ao poder, adotara a posição de substituir a luta de

---

[131] Para Poulantzas (1980), ao tratar do território diz que, por qualquer ângulo que se aborde, observa-se que existe, segundo os diferentes modos de produção, matrizes diferenciais do espaço, pressupostas exatamente pelas formas de apropriação e de consumação histórico-social do espaço.

[132] Sobre este aspecto, sintetiza Poulantzas, "só pode haver apenas transição nacional para o socialismo, não apenas no sentido de um modelo universal adaptado às singularidades nacionais, mas no sentido de uma pluralidade de vias originais para o socialismo, cujos princípios gerais tirados da teoria e da experiência do movimento operário mundial não passam de painéis indicadores" (1980, p. 136).

classes pela relação amistosa e colaborativa com o governo e, por isso, sofreu duras críticas de Marx, como essa em que diz: "acreditar que se pode construir uma sociedade nova por intermédio de subvenções do Estado tão facilmente como se constrói um novo caminho de ferro, eis uma coisa bem digna da imaginação de Lassale" (2004, p. 144). E acrescenta Marx:

> Substitui-se a luta de classes existente por uma fórmula oca de jornalista: a "questão social", para cuja "solução" se "prepara o caminho". Em vez de resultar do processo de transformação revolucionária da sociedade, "a organização socialista do conjunto do trabalho" "resulta" da "ajuda do Estado, a "ajuda que o Estado" fornece às cooperativas de produção que ele próprio (e não o trabalhador) "criou" (2004, p. 144).

Sobre a questão do auxílio e das subvenções do Estado, Marx contesta de imediato, no próprio documento da *Crítica ao Programa de Gotha,* dizendo que, com esse entendimento, as reinvindicações do partido não continham "nada mais que a velha ladainha democrática conhecida de todos: sufrágio universal, legislação direta, direito do povo, milícia popular etc. Eram reinvindicações que representavam o eco do Partido Popular Burguês, da Liga da Paz e da Liberdade" (2004, p. 148). O Partido Operário Alemão, com suas reinvindicações, representava ser o eco do que os dominantes expressavam, e o futuro seria não a transformação, mas a submissão à ordem burguesa pela manutenção do próprio Estado.

Esses "ecos" persistem na atualidade e são de fácil identificação nos processos desenvolvimentistas empreendidos por forças políticas que chegam a conquistar o governo ou mesmo aquelas posições que negam a importância da tomada do poder da forma política Estatal para transformá-la. Ou seja, de um lado, temos aqueles que acentuam a centralidade do desenvolvimento das forças produtivas na esperança de que elas criem as condições de se chegar ao poder pela via do progresso econômico e, de outro, indivíduos e grupos, seguros de que devemos "mudar o mundo sem tomar o poder" ou que a função das forças sociais, consiste em "fissurar" e "parar de produzir o capitalismo".[133]Essas teses suscitam uma série de

[133] As duas ideias são expostas pelo irlandês radicado no México John Hollway: em dois de seus livros de conteúdo complementar: "Mudar o mundo se tomar o poder" (2003) e "Fissurar o capitalismo" (2013). O primeiro inicia com o grito "não" de rejeição ao capitalismo e termina com a ideia de que "o grito continua". Do segundo, o autor apela para a "construção de um novo mundo". No entanto, suas teses são um tanto controversas, na medida em que "desconsidera" a necessidade de tomar o poder vigente, principalmente do Estado e, conclui que os que tentaram falharam porque, "o que falhou é a ideia de que a revolução significa tomar o poder para abolir o poder. O que agora devemos tratar é da ideia muito mais exigente de uma superação direta das relações de poder" (2003, p. 37), mas que não aponta, nesta obra, qual é essa ideia nem a forma de superação, apenas indica que o novo desfio é esse de, "mudar o mundo sem tomar o poder" e atribui tal tese aos Zapatistas que, segundo ele, é de "salvar a revolução do colapso da ilusão do Estado e do colapso da ilusão do poder". O "grito" então, se constitui em pensar o mundo na perspectiva de libertar o poder-fazer do poder-sobre. Mas o que significa isso? No segundo, livro a resposta a essa questão também é vaga. O autor defende a construção de um "novo mundo" mudando a ênfase da transformação do mundo existente: "ao invés de centrar o foco de nossa atenção na destruição do capitalismo, nos concentramos em construir alguma outra coisa" (2013, p. 50). Confunde, portanto, a superação do capitalismo com "destruição" e chama de "coisa" o novo mundo imaginário. Aponta por fim, alguns chamamentos questionáveis como este: "paremos de produzir o capitalismo",

ponderações. Em primeiro lugar, porque não se "muda o mundo" em sua generalidade de uma só vez, como se fosse a substituição da toalha que cobre a mesa, nem se "para de produzir o capitalismo" como se fosse uma construção que pode ser interrompida e abandonada. Mudam-se as relações históricas de poder nos territórios, de acordo com as condições econômicas, sociais, políticas, culturais etc. Em segundo lugar, por mais que se universalize o modo de produção, com todas as suas relações condizentes, não haverá homogeneidade econômica entre os países, seja no desenvolvimento das forças produtivas, na produtividade do trabalho, na elevação da consciência ou no nível de participação popular etc. Em terceiro lugar, a nosso ver, equivoca-se a tese de "mudar o mundo sem tomar o poder", por defender que se pode fazê-lo sem considerar que qualquer ação que venha a ser feita com esse objetivo, não se constitua em uma outra forma de poder que virá a ser dominante. Por isso, a questão que fica sem resposta nessa tese e que incorre em um novo tipo de fetichismo, é o que significa de fato o poder e como se estrutura o poder que muda o mundo?[134]

Conforme afirma Rosa Luxemburgo: "desde que existem sociedades de classe e que a luta de classes constitui o conteúdo essencial da história delas, a conquista do poder político foi sempre a finalidade de todas as classes ascendentes, como também o ponto de partida e o coroamento de todas as épocas" (1999, p. 95). É, portanto, o poder, na visão da autora, o ponto de partida e de chegada da luta de classes.

Quando falamos em "tomar o poder", verificamos que não se trata apenas de invadir um lugar na estrutura do Estado, destituindo os seus ocupantes, mas também de impedir a continuidade da presença no território da classe dominante enquanto classe. O Estado, na sua estrutura jurídica, política e militar, é o referencial a ser tomado, para evitar que ele sirva de instrumento para a classe dominante impor a sua ordem. Isto porque, conforme vemos no *Manifesto do Partido Comunista de 1848*, Marx e Engels, ao dizerem que, "quando a luta de classes atinge seu ponto crucial, o processo de dissolução da classe dominante, ou melhor, de toda a velha sociedade, assume formas tão violentas que uma parcela desta classe se desmembra para associar-se à classe revolucionária e de futuro" (1986, p. 27); significa dizer,

---

e a pergunta como? Responde: "Não sabemos". Daí a justificativa de que "não existe uma resposta certa, apenas milhões de experimentos" (2013, p.246). Ideias semelhantes podemos encontrar na filosofia dos "fóruns" como o Fórum Social Mundial que, na tentativa de superar a forma burocrática de articulação mundial, com o lema: "Um outro mundo é possível" investiu desde 2001 na espontaneidade e nas expressões voluntaristas, principalmente dos "movimentos sociais" talhados para as reações de protestos, mas sem nenhuma consequência estratégica; o resultado vem sendo a própria diluição dessa substância política gelatinosa.

[134] Encontramos no Dicionário básico de filosofia de Japiassú e Marcondes, a definição de que poder é a "capacidade, faculdade de realizar algo, derivada de um elemento físico ou natural, ou conferida por uma autoridade institucional. Ex.: poder criador, poder do fogo derreter a cerca, poder de nomear e demitir etc." (Na mesma linha para Michael Foucault: "o poder é o poder concreto que cada indivíduo detém e que cederia, total ou parcialmente, para constituir um poder político, uma soberania... a constituição do poder político se faz segundo o modelo de uma operação jurídica que seria da ordem da troca contratual (2000, p. 174).

que uma parte da burguesia não se rende, ao contrário, torna-se ainda mais violenta, obrigando as forças revolucionárias a agirem de forma semelhante para tomar-lhes o que lhe resta do poder. Daí se justifica a tese de tomar e construir o poder proletário, sendo ele mais do que o acesso aos cargos oferecidos pelo governo vigente, onde o poder é estrutural e burocrático, mas impor uma derrota à classe dominante, subtraindo-lhe todas as mediações que possibilitam a sua existência enquanto classe dominante.

A visão fetichizada da forma política Estatal, tal qual ocorre com a forma mercadoria, aparece na visão ilusória de sua contribuição para a revolução e nas relações das trocas institucionais, reproduzindo-se nas consciências de indivíduos de alguns setores organizados da classe trabalhadora, como reflexo invertido de que o poder reside nas instâncias governamentais e não na força da classe.[135] O fetiche das trocas e dos negócios institucionais, se queremos um exemplo brasileiro, ocupou nas últimas décadas, o reduto das mentes dirigentes do setor que no passado se denominava de "proletariado", levando a crer que o poder se alcança pela competência e o respeito às normas democráticas, sob as quais se pode construir a democracia para todos. Caberia, portanto, apenas envolver-se nas disputas constantes da agenda institucional, em favor da manutenção da ordem estabelecida e atrair a maioria das forças partidárias para o mesmo lado. Assim procedem, porque sabem que, unificando os partidos não sobra para a população, outra alternativa, a não ser envolver-se na escolha eleitoral dos candidatos oferecidos como produtos no mercado. Daí o fetiche partidário (que não podem revelar os seus estrategistas), que a presença de representantes oriundos das forças populares e proletárias nos governos, juntamente com as forças possuídas pelo capital, não reduz a intensidade da exploração, apenas fetichiza as relações com os eleitores, fortalecendo o mistério de que apenas os candidatos eleitos podem alcançar o reino da liberdade.[136]

---

[135] A relação fetichizada que fazemos entre a mercadoria e a estrutura de poder, é que, aos olhos do comprador o valor tem origem na mercadoria e não na força de trabalho; assim como ocorre na política, quando se observa que o poder está na forma política e não nos cidadãos que são as forças que delegam o poder político. Daí vem a ilusão da classe ou movimento social, que pregam a importância de ter "representantes dos trabalhadores no parlamento", como se esses, manejando a estrutura pudessem implementar as mudanças pretendidas contra a classe dominante.

[136] Sobre o aspecto da via institucional de transformação social, Ernesto Che Guevara declara: "E quando se fala de poder pela via eleitoral, a nossa pergunta é sempre a mesma: se um governo popular ocupa um governo de um país por ampla votação popular e resolve, consequentemente, iniciar as grandes transformações sociais que constituem o programa com que triunfou, não entraria imediatamente em conflito com as classes reacionárias desse país? Não foi sempre o exército o instrumento de opressão dessa classe? Se assim é, é lógico pensar que esse exército tomará partido pela sua classe e entrará em conflito com o governo constituído. Esse governo pode ser derrubado mediante um golpe de estado mais ou menos sangrento e torna a começar um jogo que nunca mais acaba; pode, por sua vez, derrotar-se o exército opressor mediante a ação popular armada em apoio do seu governo; o que nos parece difícil é que as forças armadas aceitem de bom grado reformas sociais profundas e se resignem mansamente à sua liquidação como casta" (1986, p. 39).

Para Marx, o problema parece não estar no paradoxo, se o proletariado toma ou não o Estado, porque essa é uma passagem necessária para a transição; mas qual é a função que terá ele após tê-lo sob o controle do proletariado?[137]

Nesse sentido, entendemos que a tese de "tomar o poder", não pode ocorrer pela conciliação entre as classes, mas pelo confronto que leva a superação daquele poder. Trata-se de usufruir do direito ao poder em dois sentidos: o primeiro diz respeito ao processo de exercer o direito de tomar posse do "poder" para desalojar a classe dominante e destituí-la enquanto classe proprietária, reduzindo as diferenças sociais entre as pessoas, pela apropriação coletiva da propriedade privada e dos meios de produção, por intermédio da revolução. Refere-se ao direito humanitário de aproveitar as condições objetivas para tomar posse do posto de comando para dirigir a transição do modo de produção. Começa-se, portanto, pelo desmonte do fetiche do poder político e econômico, quando, de uma só vez, a burguesia deixa de governar e de explorar os trabalhadores.[138]

O segundo sentido advém desse mesmo processo e que é também fazer uso do poder possuído;[139] entendido conforme defendem Marx e Engels, que a burguesia ao evoluir criou a própria força de sua extinção. Por isso, o proletariado por ter sido criado, também criou-se enquanto classe e, está, na medida em que se organiza, "possuído" ou investido de poder, oriundo do próprio processo histórico da formação do capitalismo que, por ordem da organização política se eleva enquanto força capaz de orientar o rumo da transição, sendo assim, é a vez dos explorados assumirem o seu papel enquanto força em ascensão.[140]

---

[137] Robert Kurz, quando trata da estupidez dos vencedores destaca que: "talvez seja verdade que o poder torna as pessoas estúpidas e que muito poder as deixa estupidíssimas. Os mais estúpidos seriam, então, provavelmente, os grandes vencedores, logo que triunfaram absolutamente e que sua inteligência já não pode estimular-se em um pólo oposto. Quem quer permanecer inteligente, mesmo como vencedor, teria que reconhecer, portanto, a verdade do ex-adversário, modificá-la e, por assim dizer, absolvê-la, para não acabar sendo seu próprio inimigo e destruir-se a si mesmo" (1997, p. 119).

[138] Trotski relata em A história da revolução russa, que a revolução de 1917 tinha como fim imediato derrubar a monarquia burocrática. Nesse sentido, a revolução era antes de tudo democrática. "Colocava, porém, sob novo aspecto, o problema da democracia política" (1971, t.1, p,32).

[139] Conforme o Dicionário Aurélio, possuir é ter ou reter em seu poder; ter a posse de; deter...

[140] A ideia de Marx e Engels exposta no Manifesto do Partido Comunista de que o proletariado deve destruir "as condições de antagonismos de classes e as próprias classes em geral..." não significa dizer que não hajam divergências antes e depois da revolução. Se assim não for, deveríamos concordar que no comunismo a sociedade será movida sem contradições e que os indivíduos serão dotados de elevada consciência, ao ponto de controlarem todos os desvios de caráter e que a vida social será orientada pela livre escolha, como já haviam destacado utopicamente os mesmos autores na ideologia alemã: "... na sociedade comunista, onde cada um não tem um campo de atividade exclusivo, mas pode aperfeiçoar-se em todos os ramos que lhe agradam, a sociedade regula a produção geral e me confere assim, a possibilidade de hoje fazer isto, amanhã aquilo, de caçar pela manhã, pescar à tarde, à noite dedicar-me à criação de gado, criar após o jantar, exatamente de acordo com a minha vontade, sem que eu jamais me torne caçador, pescador, pastor ou crítico" (MARX/ ENGELS, 2009, p. 38). Esse otimismo poético e metafórico ignora que, enquanto as forças produtivas evoluem ao ponto de garantirem a livre escolha do que fazer durante o dia e a noite, os bens da natureza, no capitalismo, decrescem em sentido proporcionalmente inverso ao consumo, ao ponto de serem exauridos, levando o pescador do futuro a ter que antes do ócio, trabalhar para reinventar o rio, as florestas e os pastos extintos pela desertificação. Para isto, as populações deveriam, enquanto há tempo, deixar em massa as metrópoles e migrarem para os campos. A

O sentido de possuir o poder traz à tona a conjugação do verbo nos três tempos: pretérito, presente e futuro. Ou seja, não se chega a desalojar a classe dominante de seu posto se não houver um poder enraizado maior que o seu, que venha sendo estruturado, construído e coletivizado em tempos anteriores que, em meio às sucessivas negações, chegou à síntese de todos os confrontos, destrancando, com eles, as portas do reino da liberdade, onde não deverá haver mais determinações estruturais fetichizadas *a priori*.

Marx defende no livro III de *O capital*, que o reino da liberdade começa onde o trabalho deixa de ser determinado por necessidade e por utilidade exteriormente imposta; logo, não é no ato da tomada do Estado, que a transição se transforma em poder real do proletariado, mas na apropriação da base produtiva que deixa de ter o controle sobre os homens associados. Assim diz o autor:

> A liberdade nesse domínio só pode consistir nisso: o homem social, os produtores associados regulam racionalmente o intercâmbio material com a natureza, controlam-no coletivamente, sem deixar que ele seja a força cega que os domina; efetuam-no com o menor dispêndio de energias e nas condições mais adequadas e mais condignas com a natureza humana (1991a, p. 942).

Sendo assim, o poder se legitima pelo controle do fetiche que domina o intercâmbio material. Ao controlar esse intercâmbio controla-se a força para que ela não seja mais capaz de cegar os homens associados conduzindo coletivamente a obra iniciada. As relações de produção estabelecidas servirão de escola para alcançar o reino da liberdade. Aqui, a nosso ver, reside um aspecto determinante da teoria da transição socialista em Marx. Ou seja, embora tendo controlado o poder da classe dominante, os trabalhadores terão ainda um longo aprendizado para levar adiante a transição socialista na construção das novas formas de poder.

4.2 - AS NOVAS FORÇAS EM NOVAS MÃOS

Para Marx e Engels, a interdependência dos Estados e a capacidade de expansão capitalista tiraram do isolamento aquilo que anteriormente era denominado de autossuficiência nacional e, desencadeou um processo que abarcou a produção, tanto material, quanto intelectual em cada território. Então, dizem os autores do *Manifesto Comunista*, “a produção intelectual de um país tornou-se propriedade comum a todos os outros, já não é mais possível ater-se aos limites únicos e exclusivos de cada país; a literatura universal emerge

---

continuar a exploração capitalista, deverão fazê-lo, não porque buscarão o ócio, mas porque as grandes cidades tornar-se-ão insuportáveis, seja pela elevação da violência, falta de postos de trabalho e, principalmente, pela falta de água para beber. As condições interioranas que encontrarão é uma incógnita.

assim da confluência das inúmeras literaturas nacionais e locais" (1986, p. 22); o que não significa dizer que todos os países se desenvolveram no mesmo ritmo e atingiram, em particular, o mesmo nível de avanço das forças produtivas, mas que, de alguma forma confluíam para três impulsos:

4.2.1 – A universalização do conhecimento

O processo de universalização do mercado contribuiu para que as mercadorias e o capital se expandissem e garantissem a realização dos interesses das classes dominantes, que sempre encontraram formas de se estabelecerem em cada lugar; mas o processo de expansão também ajudou os trabalhadores a terem acesso à literatura burguesa, a produzir e a compartilharem as próprias produções literárias[141] extraídas das relações e das contradições locais e universais.[142] É verdade que sempre pesa sobre a redução territorial o aspecto das divisões constantes, isto porque, "o proletariado organizado em classe e, portanto, em partido político é constantemente abalado pela competição entre os próprios operários" (1986, p. 26); mas, as próprias forças opostas, por meio da repressão e dos confrontos, ensinam o caminho da unificação dos trabalhadores, a nível local, nacional e internacional.

Se a situação da organização operária em 1848 era ainda incipiente e oferecia poucos elementos para a internacionalização dos conhecimentos, a fundação da *Associação Internacional dos Trabalhadores*, em 28 de setembro de 1864, comprova a preocupação de Marx com o internacionalismo proletário, por dois motivos: o primeiro, pela imigração forçada dos trabalhadores expulsos[143] de seus países pela repressão das forças locais do Estado e do capital e, segundo, pela solidariedade entre os próprios exilados que se reuniam em

---

[141] Leandro Konder após expor sobre a dificuldade da literatura marxista chegar ao Brasil, tendo em vista que quando o Manifesto Comunista fora publicado na Europa, estávamos nós nos primeiros anos do Segundo Império, no entanto quando estourou a Comuna de Paris em 1871, "a imprensa passou a falar da Associação Internacional dos Trabalhadores... e exagerou o papel que ela teria desempenhado no levante dos trabalhadores parisienses. Os políticos e os jornais conservadores difundiam informações a respeito de crimes e atrocidades praticados pelos amotinados"(2003, p. 30).

[142]Sobre este aspecto, é importante considerar o que destacou Michael Foucault, em seus estudos, na década de 1970, que mesmo com a universalização do conhecimento, no final do século XX, a crítica local consegue efetuar o retorno ao saber local dominado. Por saber dominado entende o autor: por um lado, serem os conteúdos históricos que foram sepultados, mascarados em coerências funcionais ou em sistematizações formais. Por outro lado, uma série de saberes que foram desqualificados como não competentes e insuficientemente elaborados, tidos como ingênuos, inferiores, abaixo do nível da cientificidade (2000, p. 170).

[143] "El 28 de septiembre de 1864 trabajadores ingleses, franceses, polacos, italianos y suizos nombraban un Comitê, encargándole que redactara los Estatutos de la Asociación y un Manifiesto a todos los obreros del mundo, y también que convocara para un Congreso Universal en que se diese cima a la empresa." (MORATO, 1976, p. 13 e 14).

banquetes[144] para encontrarem alternativas para o ascenso e a continuidade da luta em cada país, tendo em mente que, para realizarem tais ofensivas era necessário a coalizão das forças políticas e enfrentar o poder político dos exploradores.

As estruturas de transporte principalmente marítimo, facilitou para que não apenas produtos e tecnologias fossem transportados como também, as pessoas, militantes experientes das lutas europeias, trabalhadores imigrantes que se deslocavam em busca de melhores condições de vida e que não evitaram o surgimento de formas diversas de organização. Podemos perceber que o poder não é algo dado ou que nasce naturalmente da condição profissional do cidadão. Ele é produto do aprendizado organizativo local e universal.

O controle da forma política do poder Estatal como finalidade transitória, passa então, no entendimento de Marx, por um aprendizado de permanentes superações de contradições específicas até chegar ao ponto da completa transformação, em sintonia com as mudanças universais. Portanto, não deve ser visto como o momento de tomar para si a posse da estrutura do Estado, como uma propriedade adquirida, mas como um movimento em construção, desenvolvido pelas forças sociais locais que contestam outras forças já inseridas na estrutura política e jurídica do Estado. Os longos períodos de preparação não são de espera, mas de busca de alternativas criadas, experimentadas e avaliadas cotidianamente; dessa maneira se produz e universaliza o conhecimento, principalmente no que diz respeito ao domínio das leis de estruturação do modo de produção capitalista e os fundamentos da perspectiva socialista.

4.2.2 – A organização partidária autônoma

Sobre o aspecto do longo período de preparação e das diferentes formas de luta para tomar o poder, as divergências eram intensas entre os fundadores da *Associação Internacional dos Trabalhadores*. Lassale, por exemplo, acreditava que o caminho da emancipação do proletariado passava pela conquista do sufrágio universal combinada com a criação de associações de produção com a ajuda do Estado e os proudhonistas defendiam o cooperativismo como forma revolucionária. As divergências fundamentais daquela época, portanto, e que perduram até os nossos dias, concentram-se no aspecto da relação entre a luta econômica e a luta política, ou propriamente, entre a importância dos sindicados e do partido político.

---

[144]Juan José Morato, destaca que "nació la idea de crear esta Asociación en cierto banquete celebrado en Londres el 5 de agosto de 1862 por obreros de diversas naciones que acudieran a la Exposición Universal; un banquete de fraternidad y para demonstrar gratitud a los obreros londrinenses por su noble hospitalidad (1976, p.13).

No informe pronunciado em junho de 1865, no *Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores,* Marx analisa as dificuldades dos sindicatos em fazer o enfrentamento com o capital. Assim destaca ele:

> Os sindicatos trabalham bem como centros de resistência contra as usurpações do capital. Falham em alguns casos, por usar pouco inteligentemente a sua força. Mas, são deficientes, de modo geral, por se limitarem a uma luta de guerrilhas contra os efeitos do sistema existente, em lugar de ao mesmo tempo se esforçarem para mudá-lo, em lugar de empregarem suas forças organizadas como alavanca para a emancipação final da classe operária, isto é para a abolição definitiva do sistema de trabalho assalariado (MARX/ENGELS, s/d t. 1, p. 378).

O limite da organização sindical da época devia-se, por um lado, à crença de que a luta localizada podia render resultados satisfatórios e, segundo, a falta da organização política deixava um enorme vazio na capacidade de análise e compreensão das contradições existentes no mundo do trabalho. A *Associação Internacional dos Trabalhadores* tentou contribuir com a superação de tais deficiências, garantindo, em seus estatutos, que todos os sindicatos fossem integrados às fileiras da Associação, mas, mesmo assim, os limites da articulação internacional persistiram.

Engels, em 21 de setembro de 1871, buscou responder àqueles que defendiam a supremacia sindical e a posição abstencionista da ação política da classe operária, afirmando que, "a abstenção absoluta em matéria de política não existe". Naquele momento, logo após a derrota da Comuna de Paris, apesar de todas as dificuldades, a organização partidária operária já era uma realidade em alguns países da Europa. Sendo que, o objetivo político da *Associação Internacional* era a defesa da abolição das classes, o que restava descobrir era o meio para se alcançar tal objetivo. Contra as posições abstencionistas na política, destaca Engels, na Assembleia:[145] "a revolução é a suprema ação política: quem a deseja deve desejar o que a viabiliza, a ação política que a prepara, que propicia aos operários a educação revolucionária, sem a qual, no dia seguinte ao da luta, eles serão enganados pelos Favre e pelos Pyat" (1981, p.101).[146]

---

[145] A Assembleia da *Associação Internacional dos Trabalhadores* foi realizada entre 17 a 23 de setembro de 1871 em Londres. Devido à intensa repressão contra os seus membros, apenas 32 delegados fizeram parte da reunião. Os debates se detiveram sobre o tema da "ação política da classe operária", cujas decisões foram, no ano seguinte, incluídas nos Estatutos Gerais no Congresso realizado em Haia, quando os dirigentes anarquistas foram expulsos da Associação. "As resoluções do Congresso de Haia lançaram as bases da criação de partidos políticos da classe operária, independentes, em vários países.
(https://www.marxists.org/portugues/dicionário/verbetes/c/congresso_haia.htm. Acesso em 17/03/2015.

[146] Jules Favre (1809-1880), advogado e líder político francês, foi ministro de Relações Exteriores, em 1870-1871; negociou a rendição da França às forças prussianas e ajudou a combater a Comuna de Paris. F. Pyat (1818, 1889) também francês, pequeno burguês que participou da Revolução de 1848, mas, posteriormente afirmou-se como um crítico ferrenho do marxismo.

De que meio e de que política se trata? Primeiramente que o partido operário em cada país deveria ser constituído de forma autônoma sem se colocar na traseira dos partidos burgueses e, em segundo lugar, defender as conquistas ameaçadas como, a liberdade política, o direito de reunião, de associação e a liberdade de expressão. A ação política desencadeada pela Comuna de Paris havia demonstrado que a abstenção política significaria abrir mão da possibilidade de se opor de forma mais qualificada à dominação burguesa. O objetivo principal do proletariado, segundo Engels, é chegar à abolição das classes sociais e isto não será alcançado apenas com a reinvindicação de melhorias salariais. Mas qual seria a verdadeira política? A política da classe operária. Para isso, o partido operário não poderia constituir-se como um apêndice de um partido burguês.

Marx reconhece a importância da articulação sindical mundial, mas não concorda com os anarquistas, de delegar aos sindicatos a articulação política da classe operária, nem colocá-los como forma superior de organização. A razão evidente para se opor à tese anarquista era o próprio comportamento dos governos em relação à perseguição política aos operários.

A discordância fundamental que Marx e Engels tinham com Bakunin, defensor do anarquismo, era que ele se propunha a eliminar apenas o Estado como forma de superar o antagonismo entre as classes, isto porque, segundo Bakunin, conforme vimos, o Estado havia criado o capital e o capitalista detinha o capital graças à existência do Estado. Extinto o mal maior, o capital se extinguiria por si mesmo. Marx e Engels defendiam que o Estado era apenas a organização com a qual as classes dominantes articulavam os seus interesses e mantinham os seus privilégios. Por isso, o processo era outro, para suprimir o Estado havia que suprimir o capital e a concentração dos meios de produção. Assim destaca Engels:

> A supressão do capital é precisamente uma revolução social e implica numa transformação total da produção. Mas como, para Bakunin, o Estado é o mal primeiro, é necessário não fazer nada que possa manter o Estado, e não importa qual: monarquia, república, etc. É preciso, pois, abster-se completamente da política. Executar uma ação política e, sobretudo, participar de uma eleição qualquer, é trair este princípio. Deve-se fazer propaganda, denegrir o Estado, organizar-se; quando se tiver o apoio de todos os operários e, consequentemente da maioria, fechar-se-ão todas as administrações e suprimir-se-á o Estado para substituí-lo pela organização da Internacional. Este grande ato pelo qual se inaugurará a era da felicidade tem um nome: *a liquidação social* (1981, p. 227 e 228).

A posição de que o proletariado deveria organizar-se politicamente em vistas de chegar ao poder e dirigir a transição para o socialismo, Marx e Engels já haviam defendido *no Manifesto do Partido Comunista,* no entanto, com a organização da *Associação Internacional dos Trabalhadores*, embora os horizontes houvessem sido ampliados, as contradições também se haviam multiplicado tanto que, em certos momentos eram de difícil administração,

principalmente no que diz respeito à função dos sindicatos e do partido político. Para Marx, os sindicatos não estavam em condições de desempenhar o papel de dirigente político do proletariado, por isso o papel de ser educador político cabia ao partido político.[147]

4.2.3 – A educação política do homem novo

Se a organização da ação política do proletariado era ainda uma intenção embrionária, tendo em vista que a organização política era incipiente, mais ainda a educação política sofria de limitações, pois a teoria da organização, além de não ser consenso entre as forças, não havia sido desenvolvida com profundidade. O que predominava na formação da Associação Internacional dos Trabalhadores, como forma organizativa, era a força dos trabalhadores vinculados aos sindicatos; os partidos, na prática, ainda eram uma promessa e apenas o Partido Operário Alemão era filiado a ela.

O esforço empreendido por Marx na década de 1860, para elevar a compreensão sobre a necessidade da ação política em vistas da elevação da capacidade de luta para a transição, se deu em torno dos aspectos organizativos através do empenho da estruturação da Associação Internacional dos Trabalhadores e da elaboração teórica da crítica ao capitalismo, no intuito de compreendê-lo enquanto modo de produção e, no sentido de buscar explicações para a sua superação. De modo que, a formulação da teoria da transição socialista em Marx, não se dá de maneira isolada do conhecimento do capitalismo, da organização política, da construção do poder e da formação da consciência da classe proletária.

Os conceitos de classe social, poder, organização política e consciência, aparecem na teoria social de Marx, como um complexo todo articulado, embora que, em específico pode-se incorrer no erro de achar que o autor não tenha aprofundado a contento cada tema, como é o caso do conceito de classe social que aparece interrompido em *O capital*, no final do livro terceiro. No entanto, por diversas vezes Marx trata do assunto das classes e da relação dessas com o poder político no decorrer de sua obra. Uma passagem, por exemplo, de profundo significado, aparece na elaboração do *18 Brumário* de 1852, quando diz: “e, não obstante, o poder estatal não está suspenso no ar. Bonaparte representa uma classe, e justamente a classe

---

[147] Engels explica, em 1890, no prefácio da publicação em alemão do *Manifesto do Partido Comunista*, que, após a derrota do proletariado europeu nas revoluções burguesas anteriores, ao reunirem forças suficientes para tentar novo assalto contra o poder das classes dominantes, surgiu a Associação Internacional dos Trabalhadores, que se propunha arregimentar num poderoso exército, as forças combativas da classe operária da Europa e da América, mas já não podia tomar por base o Manifesto, tendo em vista a composição da Associação, seu programa deveria ser aberto para possibilitar a adesão dos sindicatos ingleses, dos proudhonistas franceses, belgas, italianos, espanhóis ou dos lassalianos alemães (1986, p.13-18).

mais numerosa da sociedade francesa, os pequenos (*Parzellen*) camponeses" (1978, p. 115). Ou seja, quem chegou ao poder foi o indivíduo, mas quem o sustentava era a classe que ele representava, embora essa classe nem sempre conseguia compreender-se e representar-se a si própria.[148] No entanto é a postura de Napoleão, sustentado pelos contingentes dos pequenos camponeses que, apenas na aparência demonstra ser o Estado um instrumento de poder totalmente desvinculado das classes dominantes.

O que importa aqui, não é relacionar o movimento de transição à relação de Napoleão com os camponeses na vitoriosa aliança política estabelecida entre eles, mas considerar a importância da presença insubstituível da classe social como fator determinante para que as relações de poder se estabeleçam e garantam a existência do Estado. Marx vê que o proletariado, como sujeito consciente e organizado, possui essa potencialidade de representar-se a si próprio, tomar o poder do Estado e conduzir a transição para o socialismo. É agindo como sujeito que o proletariado supera a relação individual da liderança com a classe, como havia sido com Napoleão e os camponeses; a organização partidária substitui a liderança do chefe transformando os grandes contingentes em classe participativa.[149]

O que permeia o pensamento de Marx, em relação à construção do novo poder do novo proletariado, é que ele não se dá por conta própria ou apenas no campo da política, senão também na forma das relações econômicas que, do ponto de vista da revolução, as forças produtivas se somam também ao espectro das forças revolucionárias.

Em discurso pronunciado em 1856, na festa de aniversário do periódico *"People´s Paper",* Marx, faz um apanhado elucidativo das "chamadas revoluções de 1848", dizendo que, apesar da importância, elas não passaram de pequenos fatos episódicos ou pequenas fraturas na dura crosta da sociedade europeia, mas serviram para revelar os verdadeiros oceanos escondidos sob tal superfície. "É bem verdade que essa revolução social não foi nenhuma novidade inventada em 1848. O vapor, a eletricidade e o tear mecânico eram

---

[148] Em relação ao conceito de classe social aplicado aos camponeses franceses, Marx, encontra, pela adversidade da situação, uma forma de classificação bastante peculiar e que se manifesta na esfera da representação política, isto porque, na medida em que não havia ligação local alguma, nem tampouco similitude entre seus interesses, não poderia existir organização política e, por essas razões os camponeses não constituíam uma classe. No entanto, "na medida em que milhões de famílias camponesas vivem em condições econômicas que as separam umas das outras, e, opõem o seu modo de vida, os seus interesses e sua cultura aos das classes da sociedade, estes milhões constituem uma classe" (1978, p. 115 e 116). Nesse caso, a classe se constitui pelas características culturais opostas às da classe dominante e pela reunião, não das pessoas, mas dos interesses, sob o comando de uma liderança política que passa ser a sua consciência coletiva e que promete representá-los; o grande contingente de massas, mesmo que lhes falte os requisitos da organização e da consciência "para si", forma uma classe submissa, mas com força suficiente para alçar e manter no poder, um ditador como fora Louis Napoleón Bonaparte.

[149] Antonio Gramsci, nas notas sobre Maquiavel, destaca que o moderno príncipe não pode ser uma pessoa real, um indivíduo concreto, só pode ser um organismo; um elemento complexo da sociedade no qual já tenha se iniciado a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e fundamentada parcialmente na ação. "Este organismo já é determinado pelo desenvolvimento histórico, é o partido político: a primeira célula na qual se aglomeram germes de vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais" (GRAMSCI, 1991, p. 6).

revolucionários muito mais perigosos do que os cidadãos, Barbés, Raspail e Blanqui”[150] (MARX/ENGELS s/d v. 1, p. 298). Disso se deduz que as condições para o desencadeamento das revoluções e o controle do poder político alcançado pela burguesia, não se deram *a priori* no interior do Estado, mas, fundamentalmente, na revolução que vinha sendo processada pelo desenvolvimento das forças produtivas. Essas forças não apenas organizavam, mas educavam as forças revolucionárias. A burguesia enquanto classe, não foi apenas formada pelo desenvolvimento das forças produtivas como também educada por elas, fazendo com que, a força de trabalho do servo submisso ao senhor feudal, se tornasse uma preciosa mercadoria, vendida livremente no mercado.

Para Marx, o processo das revoluções de 1848, havia despertado antes das forças políticas, as forças industriais e científicas que, em épocas históricas anteriores não poderiam suspeitar que surgissem. Esses avanços somados com os sintomas de decadência da nobreza, enquanto classe dominante, serviram para criar o ambiente das revoluções.

No entanto, as máquinas que serviram para despertar as revoluções, estavam incumbidas de provocar outras contradições, pois, ao mesmo tempo em que eram dotadas da propriedade de tornar mais frutífero o trabalho humano, provocavam a fome e o esgotamento dos trabalhadores e, ao mesmo tempo em que elevavam o domínio do homem sobre a natureza, o transformavam em escravo de outros homens. Diante das lamentações e das tentações de desfazer-se dos progressos ou querer livrar-se dos conflitos, Marx reafirma: “Sabemos que, para fazer trabalhar bem as novas forças da sociedade, basta tão-somente que estas passem às mãos dos homens novos; sabemos que tais homens novos são os operários” (MARX/ENGELS, s/d, t.1, p. 299).

De pronto, percebemos duas inovações argumentativas: a primeira é que as forças produtivas, tidas como criadoras de contradições e portadoras de um estranho malefício, deveriam se converter, nas mãos dos operários, em novas forças da sociedade, logo, decerto, redimensionadas e controladas. A segunda inovação, diz respeito às forças novas que deveriam ser entregues também a “homens novos”. Ou seja, há uma relação direta entre o poder material das forças produtivas e o poder político do controle de tais forças que

[150] Os nomes citados por Marx representam: Armand Barbés (1809-1870), pequeno-burguês revolucionário francês, condenado a prisão perpétua (mas anistiado em 1854) por ter em 15 de maio de 1848, com uma mobilização popular, adentrado na sala onde se realizavam as sessões da Assembleia Constituinte, declará-la dissolvida e nomeado um governo revolucionário, mas dissolvido logo em seguida. Fancis-Vincent Raspail (1794-1878) médico e político republicano participante do processo revolucionário francês desde 1830. Fundou por conta própria o jornal Amigo do Povo. Condenado a seis anos de prisão exila-se na Bélgica. Louis Blanqui (1805-1881) teórico e revolucionário socialista francês, defensor da luta de classes e da ditadura do proletariado, preso e condenado à morte durante a Comuna de Paris, mas perdoado posteriormente.

deveriam, em contato umas com as outras, produzir inovações educativas e mudanças nas relações sociais. Temos com isso a formação do tripé de sustentação do processo de transição socialista, a saber: o controle do capital e das forças produtivas; o controle do Estado e de todas as estruturas do poder político e, as mudanças das relações entre as pessoas, produzidas pelo grau das responsabilidades assumidas e pela elevação da consciência social e política.

O conceito de "homem novo"[151] para Marx, a princípio se atém ao surgimento dos operários, dentre eles, o operariado inglês que foi o primogênito surgido no mesmo país em que despertou o progresso científico e tecnológico da produção. Mas, de outra forma, podemos compreender que as novas forças ao passarem para as novas mãos, produziriam efeitos que se manifestariam nas novas relações, isto porque, se a revolução obriga a ir de encontro ao desaparecimento das classes, as relações de domínio de um homem sobre o outro, tendem a desaparecer juntamente com a exploração da força de trabalho. Surge dessas relações, não mais o homem egoísta, mas sim o homem solidário que se institui por sua própria ordem, como diz Marx: "se a história é o juiz; o agente que executa a sentença é o proletariado" (MARX/ENGELS, s/d, t. 1 p. 299).[152]

Esse mesmo proletariado, educado para as mudanças, para Marx, deverá conduzir a transição para o socialismo, tendo em vista que o capitalismo elevou à condição dos trabalhadores que produzem a riqueza de forma coletivizada, mas que vêem, a todo instante, os resultados da produção ser individualizados e apropriados pelo dono dos meios de produção.

A presença da organização proletária para levar em frente o processo da transição socialista na teoria social de Marx é primordial. Há destaque para as forças produtivas, mas estas, a nosso ver, constituem o veículo que transporta as forças em luta pela superação do modo de produção, a direção desse veículo somente pode ser assumida pela capacidade humana que controla as forças produtivas e as coloca a serviço da transição socialista.

---

[151]A aplicação do conceito do "homem novo" na transição para o socialismo se deve a Ernesto Che Guevara, na sua participação efetiva da revolução cubana. Destaca ele: "neste período de construção do socialismo, podemos ver o homem novo que vai nascendo. A sua imagem não está, contudo, acabada; não poderia estar nunca, já que o processo avança paralelamente ao desenvolvimento de novas formas econômicas. Descontando aqueles cuja falta de educação os faz tender para o caminho solitário, para a autossatisfação das suas ambições, aqueles que ainda estão dentro deste panorama de avanço coletivo têm tendência a caminhar isolados das massas a que pertencem. O que importa é que os homens vão adquirindo cada dia maior consciência da necessidade da sua incorporação na sociedade e, ao mesmo tempo, de sua importância como motores da mesma" (1986, p. 95).

[152] Essa visão otimista de Marx em relação ao avanço das forças produtivas e do necessário controle das mesmas pelas "novas mãos", reflete uma realidade positiva do desenvolvimento do capitalismo que, através das forças industriais processava os avanços necessários, tendo apenas com aspecto negativo, que aquelas forças não estavam sob o controle dos trabalhadores. Hoje vivemos uma fase em que o capital, em diversos aspectos, tornou-se uma força destrutiva e por isso não basta colocá-lo em "novas mãos", é preciso controlá-lo e impedir que continue exaurindo a natureza e comprometendo a própria vida da das espécies.

4.3 – A LUTA PELO PODER

O fio condutor que perpassa a obra de Marx, no que diz respeito à transição, é a luta de classes que ocorre de diferentes formas, executada pelo proletariado contra os patrões, o capital e o Estado. Nesse sentido, as lutas podem ocorrer pela redução da jornada de trabalho, pelo aumento de salário ou pela insurreição para chegar ao poder e à emancipação social.
As relações antagônicas entre as duas partes surgem, primeiramente, da condição e do lugar que cada classe ocupa no processo de produção. Marx expõe a diferença entre as partes quando esclarece sobre *A jornada de trabalho*. "O capitalista compra a força de trabalho pelo valor diário. Seu valor-de-uso lhe pertence durante a jornada de trabalho. Obtém, portanto, direito de fazer o trabalhador trabalhar para ele durante um dia de trabalho" (1996, p. 262).

Para romper essa dominação, ao longo de sua obra, Marx nos indica pelo menos três características que estão presentes e acompanham a luta pelo poder. Essas características permeiam o movimento de superação da forma política estatal na transição e exigem o empenho atento por parte dos trabalhadores para, interpretá-las corretamente e transformá-las como uma obra de arte delineada pela história.

4.3.1 – Processo longo e indefinido

A ideia de que os processos, nas condições da época, seriam longos, Marx expõe quando analisa *A guerra civil na França* de 1871. Assim destaca ele:

> A classe operária não esperou por milagres da Comuna. Ela não tem utopias prontas a introduzir *par décret du peuple*. Sabe que para realizar a sua própria emancipação – e com ela essa forma superior para a qual tende irresistivelmente a sociedade presente pela sua própria atividade econômica – terá de passar por longas lutas, por uma série de processos históricos que transformam circunstâncias e homens (2008. p. 408).

A longevidade das lutas, em termos de perspectivas, faz parte da sustentação dos argumentos de Marx sobre a importância de considerar o avanço das forças produtivas e as relações sociais de produção, juntamente com outros aspectos circunstâncias que envolvem toda a sociedade. Trata-se da emancipação da classe proletária nos diversos processos históricos ainda indefinidos,[153] justamente porque, a classe operária não tem utopias prontas, cabe explorar as contradições e os limites da dominação burguesa em cada época.

---

[153] Para Arcary, uma situação revolucionária pode se manter em aberto por vários anos, quando nenhuma das classes consegue oferecer uma saída para a crise. Por isso em seu interior podem ocorrer várias mudanças de conjuntura. A questão do poder está posta, mas pode permanecer sem solução e ser adiada, enquanto a crise

Se as revoluções de 1848 na Europa, com o encerramento na Alemanha, em 1852, ensinaram que a burguesia, como também a pequena-burguesia, não são confiáveis para dar sequência à revolução, pois podem interrompê-la a qualquer momento quando sentirem que seus objetivos foram alcançados**;** por sua vez, o espectro do morticínio na Comuna de Paris, se apossou das consciências lúcidas e as fez compreender que, a contrarrevolução burguesa não é em nada tolerante e, por isso, não se deve menosprezá-la, isto porque, ela não renova permanentemente apenas as formas e os meios de produção, como também renova, a ideologia, os armamentos e os métodos de repressão. Sendo assim, os trabalhadores, de acordo com as condições concretas, devem também buscar reformular as suas formas de pensar e de lutar.

Por sua vez, Marx trata das formas de ação como sendo todas elas de caráter revolucionário. Em carta a Kugelmann, em 9 de outubro de 1866, após o primeiro Congresso da *Associação Internacional dos Trabalhadores*, relata a posição dos delegados franceses que: "desprezam toda ação revolucionária, isto é, a ação que decorre da própria luta de classes, todo movimento social concentrado é portanto todo aquele que pode ser conduzido por meios políticos, por exemplo, a limitação legal da jornada de trabalho" (1978, p.180). Para Marx, na luta contra os donos do capital, o proletariado deveria utilizar todo meio real e todas as armas disponíveis para a ação.

Sobre isso, Engels demonstra em 1892, ter consciência suficiente para, com toda a humildade que lhe era própria, reconhecer que as análises políticas do passado, quando retomadas no futuro, sofrem, pela transformação da própria realidade, certas superações. Decerto, compreendia ele que em matéria de política, assim como não se diz a coisa certa toda de uma só vez, muitas coisas ditas, são certas enquanto perduram as circunstâncias sobre as quais foram produzidas.

Ao escrever o novo prefácio de seu livro, *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* (1844), para a edição alemã de 1892, Engels é enfático ao reconhecer que "o estado de coisas descrito nesse livro – pelo menos no que se refere à Inglaterra – pertence hoje, em grande parte, ao passado" (2010, p. 345).

As mudanças identificadas por Engels, haviam se dado em vários sentidos, principalmente nas relações entre o industrial e seus operários. Se no passado, os grandes industriais eram os instigadores da luta contra a classe operária, passaram a ser os primeiros a exortar a paz e a harmonia. Por sua vez, os operários também tinham dado um passo à frente.

---

revolucionária não se precipitar ou a contrarrevolução não conseguir derrotá-la. "Foi o que aconteceu na Alemanha sob a república de Weimar – entre 1918-1923 e depois entre 1929-1932 – e na Espanha nos anos de 1930, depois da derrocada da monarquia, com a permanência de uma situação revolucionária em aberto por vários anos, apesar de inúmeras mudanças de conjuntura" (ARCARY, 2004, p. 58).

Refere-se Engels às disputas eleitorais que até então eram lideradas pelo Partido Liberal, mas, devido à decisão de utilizar o direito do voto, o Partido Operário[154] passou a ser mais uma força política presente nas disputas, deixando claro que, no longo processo para chegar ao poder e construir a transição para o socialismo, os trabalhadores deveriam utilizar, nos seus enfrentamentos, diferentes formas de luta.

A compreensão da luta pelo socialismo ser de longa persistência, será também a posição de Rosa Luxemburgo, quando, em 1899 nas disputas acirradas entre os membros do Partido Socialdemocrata na Alemanha, defendeu ela que "a transformação socialista pressupõe uma luta demorada e persistente, sendo de todo provável que, no seu curso, se veja o proletariado mais uma vez rechaçado..." (1999, p. 104). As lutas começam e recomeçam conforme as condições conjunturais. As formas e o conteúdo das mesmas acompanham as necessidades que as contradições do próprio processo apresentam.

4.3.2- A diversidade nas formas de luta

Marx, quando se refere ao uso do fogo, durante a Comuna de Paris considera que essa medida extrema fez parte dos meios de defesa. "Usou-o para barrar as tropas de Versalhes...; usou-o para cobrir a sua retirada, da mesma maneira que os versalheses, no seu avanço usaram as bombas, que destruíram pelo menos tantos edifícios quanto o fogo da Comuna." (2008, p. 428). Compreendemos que, tanto na visão de Engels, quanto na de Marx, o processo de transição, de acordo com as circunstâncias e o processo histórico, combina as formas de luta, defensivas e ofensivas, elas podem variar desde as mais violentas às mais pacíficas, basta que, na combinação das mesmas, não se perca de vista os objetivos estratégicos a serem alcançados.[155]

A posição de Engels, no aspecto do uso das diferentes táticas para a transição, que possivelmente gera mais polêmica, encontra-se em um de seus últimos textos, preparado para a publicação da 3ª edição alemã, do livro de Marx, *As lutas de classes na França* (1850), em

---

[154] O Partido Socialdemocrata Alemão (SPD) foi fundado em 1875 com a participação de Engels. Três anos após a sua fundação, o Partido foi colocado na ilegalidade, mas, ao voltar à legalidade em 1890, assustara a classe dominante pela sua capacidade de crescimento rápido. Sua posição foi a de adotar a tática da estreita ligação com o movimento sindical e participar intensamente das disputas eleitorais.

[155] Quem melhor tratou, a nosso ver, do aspecto das formas de luta na história das evoluções socialistas foi Mao Tse-tung na revolução chinesa vitoriosa em 1949. "A defesa ativa é também conhecida por defesa ofensiva ou defesa por meio de choques decisivos. Pode-se também qualificar a defesa passiva de defesa puramente defensiva ou defesa pura. Efetivamente, a defesa passiva não é mais do que uma pseudo defesa. Só a defesa ativa constitui uma verdadeira defesa, defesa com o fim de contra-atacar e passar à ofensiva" (1975, p.344). Ou seja, a validade das formas de luta se mede pelo teor de sua capacidade ofensiva.

maio de 1895, o qual aponta para o uso de determinadas táticas na legalidade da ordem, como as disputas eleitorais.

Engels considera que a Comuna de Paris, embora tenha demonstrado a fragilidade da falta de comando e direção, por parte dos dois partidos que a dirigiram, os blanquistas e os proudhonistas, encerrara um período das revoluções anteriores e, conforme previra Marx, a guerra de 1870-1871 e a derrota da Comuna, deslocaram o centro de gravidade do movimento operário dos países da França e da Alemanha. Do primeiro, pelo violento massacre dos operários; do segundo, pelo rápido desenvolvimento econômico do país.

Diante do crescimento vertiginoso da indústria, os operários alemães que já haviam conquistado o direito de voto em 1866,[156] encontraram na via eleitoral, o espaço para crescerem em organização e em consciência. Apesar da lei "antissocialista" publicada em 21 de outubro de 1878,[157] o Partido Operário continuou crescendo em popularidade e em quantidade de votos.

Engels fez um recorrido e percebeu que, na França, o direito de voto havia sido desacreditado; na Espanha, a abstenção era a regra para todos os partidos; na Suíça, a tática eleitoral não era nada encorajadora e, nos países latinos, "o sufrágio eleitoral era uma ratoeira, um instrumento de logro utilizado pelo governo." (2008, p. 50). No entanto, na Alemanha, votar passou de meio de logro, a instrumento de emancipação e, "tanto a burguesia quanto o governo vieram a ter mais medo da ação legal do que da ação ilegal do partido operário, a recear mais os êxitos eleitorais do que os da rebelião" (2008, p. 52).

A evidente crença depositada na ação eleitoral, defendida por Engels, na continuação do mesmo texto (2008) se deve à alteração estrutural da realidade que modificara também as condições de luta. Segundo ele, já não cabia mais o velho estilo de luta de rua com barricadas como havia sido em 1848, porque: a) a natureza das revoluções havia passado da sublevação das minorias para a insurreição das maiorias e isso impunha maiores dificuldades de arregimentação das massas, elevação do nível de consciência e condução das mesmas; b) a revolução em tais circunstâncias de avanço das forças produtivas e das formas de repressão, exigia do proletariado maior preparo e expansão da base de apoio para enfrentar massivamente a classe dominante em amplitude territorial mais ampla do que havia sido durante a Comuna; c) a indicação de que os processos de transformação seriam mais lentos e

[156] O direito de voto para os operários homens foi oficializado por Bismark em 1866.

[157] De acordo com o conteúdo dessa lei, apesar da manutenção do Partido Operário na legalidade, ficaram proibidas todas as organizações operárias de massas, qualquer tipo de publicação, além da perseguição policial e o confisco de qualquer literatura socialista. Diante da pressão operária, após mais de uma década de vigência, essa lei foi abolida em 1º de outubro de 1890.

difíceis obrigava o proletariado a aproveitar todas as possibilidades para estruturar a sua força pela auto-organização, inclusive através da luta eleitoral; d) e, a luta para chegar ao poder continuava necessitando dos momentos de crises, por isso as contradições revelariam que, mesmo sendo um processo legal, a burguesia não suportaria a pressão e teria ela mesma que rompê-la para impedir que os trabalhadores seguissem acumulando forças, pela mobilização, organização e formação da consciência.

Engels insiste na ideia da alteração das condições que tornaram inviável a tática das barricadas e mostra que houvera mudanças no formato das cidades, mesmo os bairros passavam a ter largas avenidas; como também houvera mudanças no aumento dos contingentes de militares; no melhoramento dos armamentos e a elevação da qualidade das munições. De outra parte, a dificuldade do proletariado de reunir ao redor de si outras forças para realizar ações mais radicais a qualquer hora e, a superação do tempo em que uma pequena minoria consciente, diante de uma massa inconsciente, desenvolvia ataques de surpresa, já não se justificava.

Ocorria na Alemanha uma ironia da história, criada pelas condições locais. Para Engels, a ironia trazia uma facilitação metodológica. "Nós os "revolucionários", os "subversivos", prosperamos muito melhor com os meios legais do que com os ilegais e a subversão. Os partidos da ordem, como eles se intitulam, afundam-se com a legalidade que eles próprios criaram" (2008, p. 60).

O que fez Engels foi tentar convencer de que as formas espontâneas de reação das massas, sem a organização e a elevação da consciência, já não contribuíam na luta pelo poder e que, o processo eleitoral, ao lado da luta sindical[158] abria espaço para o uso de outros métodos que não somente envolvia mais as massas, mas que, pela forma de convocação e participação, carecia de um longo período de conscientização que se daria através de um intenso trabalho de propaganda. A conquista do poder já não passava por uma só luta.

4.3.3 – As alianças e o caráter de classe

Se as transformações estruturais na Alemanha, apontadas por Engels, de acordo com a ironia histórica estavam corretas, assim como o aproveitamento de todas as formas de luta

[158]Em um artigo publicado no *Labour Standard* em 4 de abril de 1881, Engels destaca: "existem, portanto, dois pontos que os sindicatos fariam bem em considerar: primeiro, que não está distante a hora em que a classe operária desse país reivindicará, num tom que não deixará dúvidas, sua plena representação no Parlamento; segundo, que se aproxima a hora em que a classe operária, tendo compreendido que a luta por melhores salários e encurtamento da jornada de trabalho, assim como o conjunto das ações atuais dos sindicatos, não é um fim em si, mas um meio necessário e eficaz, mas somente um entre muitos outros para atingir um objetivo mais elevado: a abolição do próprio trabalho assalariado" (1978, p. 19 e 20).

fora válido por um determinado período, passada a euforia, a burguesia passou a "falar sério", e os enfrentamentos reais levaram ao desfecho trágico da revolução de 1919. Naquele momento o Partido Social-Democrata, quando devia intensificar os combates para romper com a ordem, acostumado, pela legalidade, ao diálogo e ao entendimento com a classe oposta, se entrega a ela definitivamente e, em termos de resultados, com o mesmo terror e sangue, tem o mesmo fim da Comuna de Paris.

Devemos considerar que o processo alemão buscou diferenciar-se das demais organizações que compunham a Associação Internacional dos Trabalhadores. Desde quando foi fundado o Partido Social-Democrata em 1869 e pela via eleitoral foi fortalecido pela Confederação Geral Operária, composta por poderosos sindicatos, ascendeu tanto que em 1912 passou a ser o partido mais forte na Câmara dos Deputados (*Reichstag*). O rápido desenvolvimento capitalista na Alemanha, a partir de 1890, favoreceu o crescimento de pelo menos de três aspectos controversos: a organização partidária, a organização sindical e a contestação aos princípios da teoria social marxista.[159]

A demonstração imperativa da inflexão ao reformismo se deu no período do advento da *Primeira Guerra Mundial*, quando, desrespeitando as diversas convocações da *Segunda Associação Internacional dos Trabalhadores* para aproveitar a crise mundial do capitalismo e avançar nos objetivos revolucionários, o *Partido da Social-Democracia Alemã*, em nome dos princípios nacionalistas, passou a defender a participação da Alemanha na guerra.[160]

As vozes destoantes de Karl Liebknecht e Rosa Luxemburgo marcaram presença como oposição de esquerda. Reunidos no dia 18 de setembro de 1914, convocaram uma greve geral que, embora com fraco resultado, marcou o início da reação das forças minoritárias no partido. No entanto, fortalecidos pela crise social e política nos primeiros meses de 1917, os operários pararam as indústrias por conta própria e são seguidos por outras categorias, mas duramente criticados pelos dirigentes do Partido Social-Democrata e pelos militares.

A continuação da guerra agravou a situação de vida da população, os soldados da infantaria se negaram a reprimir as mobilizações de operários e, em novembro de 1918, teve início à insurreição nos grandes centros urbanos da Alemanha. No dia 9 de novembro, irrompeu a insurreição em Berlim, mas as forças sociais democratas que controlavam o partido e os sindicatos, não convocaram a greve geral. Houve ocupações dos quartéis nos quais os soldados prenderam oficiais que reprimiram e mataram alguns operários, mas a

---

[159] Destaca Juarez A. Guimarães que, para Bernstein o sistema capitalista em suas possibilidades de crescimento, ofereceria oportunidades para que cada operário tivesse acesso à condição de burguês (1987, p. 11).

[160] A as forças militares da Alemanha invadem a Bélgica no dia 4 de agosto de 1914 e logo em seguida declaram guerra à Rússia. "O sentimento anti-russo estava muito arraigado nas fileiras do partido e o exército alemão, se converteu para elas, contraditoriamente, na força destinada a libertar o povo das garras do tzarismo" (Guimarães, 1987., p. 12).

população tomou as ruas. Ocorreu com isso, a abdicação de Guilherme II e o poder passou para as mãos do sindicalista social-democrata, Friedrich Ebert que, de imediato convocou a população a voltar para casa e pôr fim à insurreição.

O grupo denominado de "*Espartaquistas*" organizado desde 1915 e liderado por Rosa Luxemburgo e Karl Libknecht, que já vinham intensificando as mobilizações e exigindo "todo poder aos conselhos", foram duramente reprimidos pelo novo governo, e em 29 de Dezembro de 1918 fundaram o Partido Comunista e se colocaram contra a convocação da Assembléia Constituinte, pregando a continuação da insurreição. Diante do agravamento da situação, o governo de Ebert passou a reprimir generalizadamente as mobilizações, que ganharam cada vez mais força. Frente isso, o social-democrata Gustav Noske, Ministro da guerra, organizou as tropas de repressão nos subúrbios de Berlim e intensificou a repressão e a perseguição aos líderes comunistas. Com o rápido enfraquecimento da insurreição, no dia 15 de janeiro de 1919, Rosa Luxemburgo e Karl Libknecht, foram presos e assassinados logo em seguida. Seis dias depois, foi instituída, na cidade de Weimar, a República de Weimar que vigorou até 1933, quando teve início o que se passou a conhecer como, "Alemanha Nazista".

Se as consequências da derrota alemã de 1919 não podem ser atribuídas às formas de lutas adotadas, deve-se então atribuí-las ao lento processo de conversão à conciliação, que fez a revolução perder a perspectiva da transição socialista e transformar-se em culto à legalidade burguesa, cujo processo iniciou a ser produzido ainda na década de 1870. A ironia então mudou de lado e passou a sorrir com a boca da classe burguesa, que anulou de uma só vez os supostos avanços eleitorais acumulados por décadas. A crença na mansidão da classe dominante que oferece o ombro a quem queira repousar a cabeça, é uma verdadeira falta de Fé na insurreição popular. O ombro amigo que finge sustentar a cabeça inimiga, não é para fazê-la repousar, mas para trazer mais próximo aquele que deve ser golpeado pelas costas. O fato é que, na sequência histórica, após a morte de Engels, as mobilizações de massas organizadas paralelamente com as disputas eleitorais, transformadas em insurreição, não somente amedrontavam a classe dominante na Alemanha, como também o Partido Operário que as conduzia, mas que havia se desviado do verdadeiro processo de transição.[161]

---

[161] Não aparece nos escritos de Engels a preocupação com as concessões que o partido deveria fazer em vista de atingir outros setores e classes para ampliar o número de parlamentares, nem tampouco, a possibilidade de haver recuo nas ideias, como ocorreu posteriormente com Bernstein que conduziu o partido para o abandono da revolução, inserindo-o na linha da defesa das reformas. Toda essa polêmica é explicitada por Rosa Luxemburgo em um conjunto de textos publicados em 1900, com o nome: reforma ou revolução? Rosa foi assassinada em 15 de janeiro de 1919, pelo governo alemão que tinha em sua formação membros do Partido Operário Socialdemocrata que ajuda a reprimir e a desmobilizar as greves e os conselhos operários que preparavam o desfecho da insurreição. Conclusão: sem comando revolucionário, não há triunfo revolucionário.

Na verdade, o processo pela força das massas chegou, em janeiro de 1919, ao estágio da ruptura com a ordem burguesa, pronto para tornar-se uma insurreição proletária; no entanto, próximo ao desfecho final, o partido que já não defendia a revolução e acreditava que poderia chegar ao socialismo através das reformas graduais do capitalismo, investindo em cooperativas de produção e consumo, tendo como pilares de sustentação do projeto, a organização sindical e a presença massiva no parlamento, levou-o a estabelecer alianças que traíram a classe operária alemã pela segunda vez, repetindo o que já havia ocorrido em 1852 quando a burguesia e a pequena-burguesia resolveram interromper a revolução.

Esse perigo já o haviam apontado Marx e Engels em carta endereçada aos dirigentes do partido em 1879, alertando-os sobre a tendência conciliadora e o medo de querer ir "longe demais", e oferecem para a correção dos desvios, a tese extraída do grito de guerra da *Associação Internacional dos Trabalhadores* que, "a emancipação da classe operária é obra da própria classe operária" (1978, p. 30). Marx e Engels, não negavam as alianças com as outras forças, mas tinham claro que, quando os combates deixavam de ser conduzidos com um caráter de classe, a unidade com elas devia ser rompida ou jamais se chegaria ao poder.

4.4 - A INSURREIÇÃO COMO MOMENTO DECISIVO DA TRANSIÇÃO.

Se do ponto de vista prático, a revolução rebenta como um trovão, como destaca Marx: "na madrugada de 18 de março, Paris acordou com o rebentamento do trovão de *"Vive La Commune!"*(2008, p. 398); do ponto de vista teórico, a experiência confirma que a insurreição é um caminho sem volta; é preciso, depois de iniciada, ir até o fim. Engels havia exposto sobre o tema, já em 1852, em Londres, quando escreveu o texto, *Revolução e contrarrevolução na Alemanha;* e destacou, no capítulo da *Insurreição,* que ela é uma arte sujeita a certas regras de procedimento. Segundo o autor, tais procedimentos consistem:

> Em primeiro lugar, nunca provocar uma insurreição a não ser que esteja completamente preparado para encarar as suas consequências. A insurreição é um cálculo com grandezas muito indefinidas, cujo valor pode mudar todos os dias; as forças adversárias têm toda a vantagem da organização, da disciplina e do hábito da autoridade; a menos que contra elas se tragam fortes probabilidades, somos derrotados e arruinados. Em segundo lugar, uma vez iniciado o movimento insurrecional, agir com a maior determinação e na ofensiva. A defensiva é a morte de todo o levantamento armado; está perdido antes de ele próprio se medir com os inimigos. Surpreender os antagonistas enquanto as suas forças estão dispersas, preparar novos êxitos, ainda que pequenos, mas diários; manter o moral ascendente que o primeiro levantamento vitorioso forneceu; reunir, desse modo, do nosso lado, aqueles elementos vacilantes que sempre seguem o impulso mais forte e que sempre procuram o lado mais seguro; obrigar os inimigos a se retirarem antes de poderem reunir as suas forças contra nós; das palavras de Danton, o maior mestre da política revolucionária até hoje conhecido: *de l´audace, de l´audace, encore de l´audace! (*2008, p. 286).

As circunstâncias que levaram Engels a considerar essas proposições, devem-se à posição vacilante da Assembleia Nacional de Frankfurt que, ao invés de acirrar a reação contra o governo e depor imediatamente "o regente imperial alemão", ela fez o contrário, decidiu impedir o andamento de todas as insurreições nas várias regiões.[162]

Conforme Trotski, a palavra "momento" não deve ser tomada ao pé da letra, como um dia ou uma hora, assim como ocorre com os nascimentos. Esses períodos podem ser medidos por semanas e meses em que a insurreição pode realizar-se com maiores ou menores chances de sucesso. "Discernir esse período relativamente curto e, em seguida, escolher um momento determinado, no sentido preciso do dia e da hora, para assestar o último golpe é, para a direção revolucionária a tarefa mais cheia de responsabilidade" (1977, t.3, p. 847).

Sendo a insurreição o momento decisivo para a tomada do poder em vistas da entrada do período mais critico do processo da transição socialista, ela recebe um tratamento especial na elaboração teórica de Marx e Engels, que a vêem situada em meio às condições favoráveis e os limites da superação das crises. Nesse sentido a insurreição obedece a um conjunto de fatores que se articulam em dois pólos interligados, que são as condições e os acasos para as revoltas.

4.4.1 – As condições para a insurreição

A insurreição não surge de uma vontade, parte das circunstâncias e se transforma em ofensiva política crescente e cotidiana, para atingir o ponto da passagem da situação imediata para o avanço da transição no sentido estratégico da construção do socialismo. O crescimento se deve à capacidade de conquistar "setores vacilantes" e, a continuidade depende da audácia de avançar de vitória em vitória, sobre a desordem e a confusão das forças inimigas.

Lenin, ao estudar as definições de Marx e de Engels, no intuito de aperfeiçoar a compreensão sobre a insurreição, expressa:

> La insurrección para poder triunfar, no debe apoyarse en una conjura, en un partido, sino en la clase de vanguardia. Esto, en primer lugar. En segundo lugar, debe apoyarse *en el entusiasmo revolucionario del pueblo*. Y, en tercer lugar, debe

[162] A Assembleia Nacional, reunida em Frankfurt aprovou em março de 1849 uma constituição imperial e elegeu o rei da Prússia, Frederico Guilherme, Imperador da Alemanha, mas este, por julgá-la ser revolucionária demais, não aceitou a constituição escrita e convocou um congresso dos príncipes alemães para maio de 1849. Diante disso, a burguesia democrática que compunha a Assembleia, não convocou a insurreição contra os príncipes e ignorou as diversas reações pela defesa da constituição. Diante disso, Marx se convence de que o radicalismo da burguesia servia a ela mesma, mas jamais para fazer triunfar a revolução.

> apoyarse en *el momento crítico* de la historia de la creciente revolución en que sea mayor la atividad de la vanguardia del pueblo, en que sean *mayores las vacilaciones* en las filas de los enemigos *y en las filas de los amigos débiles, inconsecuentes e indecisos de la revolución*... (1985, t. 34, p. 250).

A insurreição é uma arte no sentido de que ela não se apóia em uma palavra mágica, nem em um partido, mas em uma classe, a qual, Lenin denomina de vanguarda, ou seja, aquela que incentiva as demais forças a darem um passo à frente em suas posições. Segundo Trotski, "a insurreição é uma arte e, como qualquer arte, tem suas leis" (1977, t.3, p.844). Há, por sua vez, uma segunda condição identificada por Marx, na *Guerra Civil na França*, que é o entusiasmo revolucionário das massas, no sentido da motivação espontânea que, mesmo tendo os dirigentes presos, o movimento se avolumou em direção ao poder. Mas o que deve servir de referência para o momento crítico da história, sobre o qual a força motivadora amplia com maior facilidade o seu trabalho de vanguarda, é justamente o entusiasmo das massas que querem ultrapassar os limites e as imposições da velha sociedade.

O momento, portanto, do "rebentamento do trovão" sobre a ordem dominante, pelo qual, as vontades individuais se misturam em um mesmo movimento de forças que surge da reação das classes, em meio às circunstâncias favoráveis, segue combinando diferentes elementos para tomar o poder político e daí prosseguir para a realização de outros objetivos. Os motivos para o envolvimento das diversas forças são múltiplos e, mesmo com diferentes posições, a direção que as múltiplas ações apontam, é a mesma. No caso de Paris, o perigo iminente da invasão prussiana,[163]unificou os sentimentos e despertou a agitação popular que, mesmo sem os seus principais dirigentes, as massas, movidas pelo espírito patriótico, insurgiram-se em nome da defesa nacional.

Lenin, quando analisa as condições para a insurreição, destaca que, um marxista não deve ter dúvidas de que a revolução é impossível sem uma situação revolucionária, apesar de que, nem toda situação revolucionária desemboca na revolução. Quais são os sintomas que permitem observar se estamos ou não em uma situação revolucionária ou de crise total da sociedade capitalista? Destaca então o autor:

> 1) La imposibilidad para las clases dominantes de mantener inmutable su dominación; tal o cual crisis de las "alturas", una crisis en la política de la clase dominante que abre una grieta por la que irrumpe el descontento y la indignación de las clases oprimidas.

[163] Para além dos aspectos conflitantes da conjuntura, como a ameaça da invasão prussiana, os problemas sociais agravavam a situação da França e de sua população, tendo em vista que a guerra franco-prussiana havia endividado o país; um terço do território estava ameaçado a ficar na mão do inimigo, a capital isolada das províncias; às dificuldades de comunicação somava-se com a situação de insegurança, exploração e miséria da população.

> Para que estalle la revolución no suele bastar con que "los de bajo no quieran", sino que hace falta, además, que "los de arriba no puedan" seguir viviendo como hasta entonces. 2) Una agravación, fuera de lo común, de la miseria y de los sufrimientos de las clases oprimidas. 3) Una intensificación considerable, por estas causas, de la actividad de las masas, que en tiempos de "paz" se dejan expoliar tranquilamente, pero que en épocas turbulentas son empujadas, tanto por toda la situación de crisis, como por los mismos "de arriba" a una acción histórica indepiendente"(1984, t. 26, p. 228 e 229).

Fica evidente que, para haver o agravamento das contradições, é necessário que haja a combinação de diversos fatores, envolvendo não apenas a situação de vida e de trabalho dos mais pobres, mas, também a impossibilidade dos mais ricos para manterem a dominação e o controle da ordem. Na medida em que as forças contrárias não aproveitam os momentos de aguçadas contradições para intensificarem as revoltas, se colocam como tapadores da "greta" pela qual deveria irromper a luz do descontentamento contra a classe dominante.

Seria então o agravamento da miserabilidade o fator fundamental para o desencadeamento da insurreição, contrariando com isso a tese fundamental de Marx e Engels, que é o proletariado a classe em ascensão?

Não é essa a interpretação de Lenin. Conforme visto acima, embora toda a população sinta o agravamento das crises, mais sentem aqueles que, em tempos de paz se deixam espoliar tranquilamente, ou seja, são as classes que sabem o que estão perdendo e não necessariamente as massas que tudo já perderam ao longo do tempo, desorganizaram-se e foram levadas ao acomodamento, satisfazendo-se com as medidas paliativas despendidas pelo Estado. Essas forças somam-se ao movimento insurrecional como parte da reação, mas, jamais poderão ocupar o lugar de força dirigente.[164]

Às forças e classes envolvidas no processo insurrecional, somam-se os indivíduos e as demais forças que Marx denominou de "mal inevitável". São sobreviventes de revoluções passadas, sem o discernimento do movimento presente, mas conservam a influência popular pela sua honestidade e coragem; estorvam a classe operária, mas, com o tempo são superados e deixados para trás.

---

[164] V.I. Lenin, como dirigente do Partido Operário Social Democrata da Rússia (POSDR), apresenta em diferentes textos, uma inovação importante em relação à análise e compreensão das classes e das forças envolvidas na revolução. Uma primeira categoria exposta no texto, *A propósito de la revolución en toda la nación de 1907* (1983, t. 15 p. 292-296), Lenin, apresenta o conceito de "correlación de clases", demonstrando como as classes se aproximam e se separam de acordo com os interesses que cada uma defende. No mesmo ano de 1907, no artigo *El problema agrário y las fuerzas de la revolución* (t. 15. 1983, p. 216-220), o autor conceitua o que são forças sociais em vista da revolução e, ao interrogar se "pode o proletariado socialista realizar independentemente e como força dirigente a revolução burguesa?", apresenta o conceito de "força dirigente" na pergunta, e o conceito de "forças motrizes", na resposta, destaca que elas podem ser o operariado e o campesinato. No *Informe sobre la atitud hacia los partidos burgueses* para o V Congresso do POSDR, em abril de 1907, Lenin apresenta outro conceito denominado de "Força fundamental", sendo aquela sem a qual a revolução não iria adiante. Foi com esse entendimento que, sem se distanciar do conceito de classe social, a revolução russa, de 1917, pôde reunir em uma aliança, um conjunto de forças representadas pelos operários, camponeses, soldados e as massas em geral.

Por outro lado, tendo em vista a evolução do movimento cooperativista, aparentemente, para parte dos dirigentes da *Associação Internacional dos Trabalhadores*, o futuro reservava uma vitória ainda maior sobre os proprietários. No entanto, alerta Marx, que o valor dessas grandes experiências sociais, não poderia ser superestimado, acreditando que a produção em larga escala poderia ser realizada sem a existência de uma classe de patrões, isto porque, "mantido dentro do círculo estreito dos esforços casuais de operários isolados, jamais conseguirá deter o monopólio, libertar as massas, ou sequer aliviar de maneira perceptível o peso da miséria" (MARX/ENGELS, s/d. t. 1, p.319). Supõe então o autor que, por essa razão, os próprios porta-vozes da burguesia passavam a elogiar o sistema cooperativista, isto porque, por si só, não ameaçava em nada o poder da classe dominante.

4.4.2 - O acaso e os motivos das revoltas

Mas o que de fato leva a classe operária e as massas populares a se rebelarem contra o sistema capitalista são os momentos de melhorias econômicas ou as situações de crises? Qual é o sentido existente na polêmica criada pela intelectualidade burguesa e tangenciada pelos sociais democratas, do princípio situacional do "quanto pior melhor"? Estaria correta a tese contraposta pelos legalistas, incluindo os da atualidade, em se tratando da transição socialista, quando dizem que "quanto melhor, melhor"? Revoltar-se-iam os trabalhadores contra o capital e o Estado se estes lhes dessem corriqueiramente alguns benefícios?[165]

Marx destaca em *O capital*, volume 1, que, "se os trabalhadores pudessem viver do ar, não se poderia comprá-los por nenhum preço" (1996, p. 697), melhor dizendo, não se poderia comprar a sua força de trabalho; mas, como não vivem de ar, continuam tendo de vendê-la a qualquer preço. Como o capital não obtém os mesmos resultados em todos os lugares, há momentos em que alguns setores operários se destacam e passam a receber um preço mais elevado pela mercadoria força de trabalhado, mas isso não ocorre para toda a população explorada de um país.[166] Logo, o melhor é o melhor para quem, senão para uma parte da classe que se elitiza? Diante disso, tais melhoras levam a que tipo de comportamento em se tratando da transição socialista?

---

[165] Essa Ideia defendida por Maquiavel que orienta o Príncipe a fazer as ofensas todas de uma só vez, a fim de que, pouco degustadas, ofendam menos, ao passo que os benefícios devem ser feitos aos poucos, para que sejam melhor apreciados (MAQUIAVEL, 1986, p. 53).

[166] Gorender destaca que apesar da relação salarial ter se generalizado, o fez de maneira a suscitar condições heterogêneas para os assalariados de segmentos diferenciados na hierarquia empresarial e social e, mesmo considerando somente aqueles que vivem do trabalho, ainda assim a heterogeneidade é muito grande (1999, p. 161).

A compreensão da transição como movimento que busca superações constantes das próprias contradições, não deixa dúvidas de que a piora nas condições de vida econômica, social e política da população, que sente que começa a perder, é um fator importante para que surjam os descontentamentos e as insatisfações com o sistema de dominação. Neste sentido, as distorções ideológicas e as acusações das forças retrogradas atestam que, os comunistas desejam sempre o pior, por isso não se esforçam para buscar melhorias econômicas dentro da ordem vigente.

Em primeiro lugar, devemos ressaltar que as crises estruturais do capitalismo não são criadas pela vontade dos trabalhadores e nem tampouco, a responsabilidade de resolvê-las, para os capitalistas, recai sobre os ombros das forças revolucionárias. Em segundo lugar, é certo que o fato de aumentar a miséria, não eleva proporcionalmente, nem o grau de organização, nem o nível de consciência das massas, mas a assistência aos famélicos desprendida pelo Estado e a melhoria das condições de vida para uma parcela da população, proporcionada pelo avanço das forças produtivas provocariam por conta própria as reações que levariam em frente a transição socialista?

Vemos que tudo não passam de polêmicas que buscam obscurecer o verdadeiro sentido da luta pela insurreição. Se, por um lado, não são os comunistas ou as forças revolucionárias que produzem as condições piores de vida da população, por outro lado, elas são parte constitutiva do sistema capitalista. Então, as forças que buscam a transição para o socialismo, apenas aproveitam as crises a seu favor, como elementos positivos para a realização da revolução; sabem que as possibilidades de superarem a miséria aparecem com a convicção de que é preciso empenhar todas as forças físicas e intelectuais para superar o modo de produção capitalista.

Por sua vez, quando certas forças partidárias e governantes buscam defender “o quanto melhor, melhor”, em conformidade com a ordem vigente, melhor seria também para a revolução? Esse é outro equívoco apontado por Marx na *Crítica ao programa de Gotha*, quando revela que os dirigentes do Partido Operário Alemão confiavam nas subvenções do Estado para fortalecerem a organização cooperativista e, na atualidade, podemos equiparar todas as forças políticas, sindicais e populares, envolvidas, no mais alto grau, com as reformas secundárias, política e tributária, as disputas parlamentares etc., confiando que seja o governo o pilar responsável para processar as melhorias e não a luta de classes. Se o capitalismo pudesse ser justo com todas as classes, o ordenamento jurídico garantiria a igualdade social.

Dentre outras condições, o elemento que não pode deixar de constar, para a insurreição, segundo Marx, é o “acaso”. Marx faz essa observação na carta enviada a Kugelmann em 17 de abril de 1871, portanto, em meio à brava resistência dos operários na

Comuna de Paris. Após dizer que seria muito fácil, fazer a história universal se as lutas sempre fossem vitoriosas, no entanto, "a história passaria a ter um caráter muito místico se os "acasos" não desempenhassem nenhum papel" (MARX/ENGELS, sd, t. 3. p. 264).

O que entende Marx por "acasos", seria a Fortuna conforme defendeu Maquiavel?[167] Seu entendimento é que, os *acasos* fazem parte do processo geral e são compensados por outros *acasos*. "Mas a aceleração ou o retardamento do desenvolvimento dependem, em grau considerável, desses acasos, entre os quais figura o "acaso" relativo ao caráter dos homens que dirigem o movimento em sua fase inicial" (MARX/ENGELS, s/d. t.3, p. 264).

Mais do que o fator sorte, o acaso é formado pelo produto que aparece acumulado pelo tempo, ou seja, as possibilidades de avanços ou retardamento da insurreição dependem também da qualidade da consciência e do caráter daqueles que se colocam à frente do processo.[168] Compreende-se que há momentos na história em que se formam as condições propícias para o avanço da revolução, mas o grau de maturidade e o caráter daqueles que se apresentam para conduzir o processo, não está no nível necessário e, pela incompreensão das possibilidades ou pelos desvios de destino, colocam tudo a perder. Não era o caso da Comuna, porque, segundo Marx, em carta anterior enviada a Kugelmann, em caso de derrota, a culpa que cabia ao comando da Comuna era o de ter "um bom coração", ou seja, além de lidar com as adversidades e com poucas habilidades, era dominado pela força da natureza humana.

O "acaso" desfavorável para a Comuna, segundo Marx, não eram as condições gerais da sociedade francesa, mas a presença dos prussianos na França. Ou seja, por acaso, naquele momento ao qual o proletariado francês esperava por décadas para chegar ao poder, para constituir o primeiro exemplo de sociedade comunista, no caminho, havia as forças militares prussianas que, devido à Guerra entre os dois países, a Prússia levava vantagem e queria ir até

---

[167] Niccoló Machiavelli Di Bernardo, em seu livro, *O príncipe*, defende a fortuna não como riqueza, mas como o imprevisível a boa ou a má sorte. O governante então deveria antecipar-se às adversidades vindas da natureza ou das atividades humanas. "Aqueles que somente por fortuna se tornam de privados a príncipes, com pouca fadiga, assim se transformam, mas só com muito esforço assim se mantêm: não encontram nenhuma dificuldade pelo caminho porque atingem o posto a vôo; mas toda sorte de dificuldades nasce depois que aí estão" (1986, p. 39).

[168] Várias revoluções foram derrotadas no auge para o triunfo ou logo em seguida à tomada do poder. Podemos citar a própria Alemanha que, em consequência da I Guerra Mundial, desencadearam-se greves por todo o País e os soldados se juntaram aos operários. Em novembro de 1918 a revolução estava prestes a ser vitoriosa em Berlin, mas o Partido Socialdemocrata (PSD) ao invés de convocar a greve geral, orientou os sindicatos a fazerem acordos com os patrões e convocaram uma Assembleia Constituinte para redigir a nova Constituição. Em Portugal a Revolução dos Cravos, vitoriosa em 25 de abril de 1974, comandada pelo Movimento das Forças Armadas (MFA) e pelo Partido Comunista Português (PCP) sobre a longa ditadura do regime salazarista. As contradições ideológicas e a diversidade de interesses não permitiram que a revolução avançasse para o socialismo e, em 1986, Portugal entrou para Comunidade Econômica Europeia e para a ordem continental do sistema capitalista.

o fim, como na realidade foi. Visto pelo lado oposto, é provável que, daquela forma, a Comuna não tivesse existido sem a provocação da guerra franco-prussiana.

O “acaso” se prepara, não porque o fator sorte apresenta, em certo momento, pelo movimento das contradições, todas as condições a favor daqueles que desejam as mudanças e, por isso, com o mínimo esforço podem fazer o processo seguir em frente até a vitória; mas, porque a capacidade humana antecipa os planos e prepara as forças para que, quando se apresentarem as circunstâncias favoráveis, “por acaso”, naquele período, elas se depararam com a capacidade organizativa, intelectual e moral das forças que preparavam a insurreição.

A insurreição é a passagem final obrigatória para o proletariado chegar ao poder, é preciso considerá-la como algo, necessário e possível. O que muda em cada país, segundo Marx, são as formas de ação ou as táticas, mas não há como passar naturalmente de um modo de produção para outro sem realizar a ruptura com a ordem vigente. A ruptura pode ser mais ou menos violenta, mas é sempre a desarrumação de uma ordem, em função da organização de outra ordem imediata, que Marx denominou de “Ditadura do Proletariado”.

CAPÍTULO V

A TRANSIÇÃO E AS NOVAS FORMAS DE PODER SOCIAL

Em relação à questão condutora de nosso estudo, no percurso feito até aqui, já demonstramos indicativos de respostas à desestruturação do poder da riqueza burguesa juntamente com a superação da forma política estatal pelo uso das diferentes formas de luta e da insurreição, como início do processo de intensificação da revolução permanente. Agora, buscamos, através da teoria social de Marx, desvendar, como no seu entendimento, se desenvolve a construção da sociedade socialista quando o poder passa para "as novas mãos", ou seja, quais são as superações necessárias concebidas e como as novas formas sociais de poder se apresentam nesse modo de produção transitório.

5.1 – A TRANSIÇÃO COMO SOCIALISMO CIENTÍFICO

Na medida em que Marx aprofunda e desenvolve a teoria social,[169] compreende, na essência, as formas e as leis que estruturam o sistema econômico do modo de produção capitalista,[170] cuja sustentação histórico-social não se reduz à eficiência da classe dos donos dos meios de produção, mas, situa-se na exploração dos donos da força de trabalho que, por sua vez, organizados, também são os sujeitos da revolução para a transição socialista.

Dessa forma, desde os primeiros escritos de Marx, o elemento do antagonismo das classes sociais está presente e o proletariado constitui o referencial de sujeito[171] responsável pela transição socialista, agora não mais pela intuição utópica, mas, essencialmente, pelas leis

---

[169] José Paulo Netto expõe que, as condições para converter a possibilidade da teoria social em realidade, situam-se em duas ordens: lógico-racional que, pelo instrumental analítico e crítico penetra e desvenda as modalidades do ser social e, de outro lado, o desenvolvimento de um sujeito histórico-social capaz de negar as relações sociais dadas e ultrapassá-las. Estas condições, segundo o autor, Marx as encontra no padrão societário instaurado pelo capitalismo industrial na Europa Ocidental; "a primeira nomeadamente no que Kautsky e Lenin coincidiram em denominar (mas não identificar) "as três fontes" – o instrumental lógico-racional embrionário e/ou desenvolvido na economia política clássica burguesa (Smith, Ricardo) e na filosofia clássica alemã (Hegel, Feuerbach), bem como, na elaboração crítica do "socialismo utópico" – e a segunda, no proletariado urbano" (1990, p. 63).

[170] O conceito de modo de produção, conforme Mauro Castelo Branco de Moura encerra profunda ambiguidade e pode levar a uma compreensão reducionista de considerar apenas o aspecto da produção. Segundo o autor, "não faz sentido a busca de conceitos de "modo de produção" que dêem conta sem mediações das formações sociais concretas" (2011, p. 165).

[171] István Mészáros defende que em Marx, o sujeito da emancipação é o proletariado porque ele é forçado pela maturação das contradições antagônicas do sistema do capital, a subverter a ordem social dominante. (2015 p. 121).

e condições advindas do próprio modo de produção capitalista, que, permitem chegar ao conceito de transição denominado de socialismo científico[172].

No entanto, aquilo que aparentemente é utópico, na visão limitada dos pensadores socialistas, como, Robert Owen, Fourier, Saint-Simon etc., embora venha a ter fundamentação científica e se configure na elaboração teórica de Marx como perspectiva extraída do real concreto capitalista, em parte, o socialismo não deixará de existir enquanto projeto de futuro,[173] ou enquanto pensamento a ser efetivado. Consideramos que, em se tratando de uma transição, o formato de funcionamento da produção econômica, gestão política e jurídica, bem como será o funcionamento da democracia socialista, não podem ser totalmente previstas.

No cuidadoso texto escrito por Engels em 1875, *Do socialismo utópico ao socialismo científico*, aparecem algumas teses fundamentais que suplantam as ideias ingênuas da transição proposta pela tradição filosófica francesa. Esse escrito especifica os referenciais teóricos que justificam a condição do proletariado como sujeito histórico, em consonância com a existência das leis fundamentais que regem o modo de produção capitalista e a sua própria superação.

Por que se pode considerar em Marx, que o socialismo, embora sendo uma transição para o comunismo, tem um teor científico?[174].

Na quarta parte do livro 1 d`*O capital*, Marx expõe com precisão o processo de formação do modo de produção capitalista que envolve o processo histórico de cooperação, manufatura e a grande indústria e diz:

> A atuação simultânea de um grande número de trabalhadores, no mesmo local, ou, se se quiser, no mesmo campo de atividade, para produzir a mesma espécie de mercadoria sob o comando do mesmo capitalista constitui, historicamente e logicamente, o ponto de partida da produção capitalista (1996, p. 370).

O capitalista beneficia-se com a cooperação e com ela supera as formas produtivas anteriores. No capitalismo, a utilização da forma cooperada da produção, favorece para que se

---

[172] Sem deixar de ser a continuada forma teórica dos princípios proclamados pelos grandes pensadores do século XVIII, diz Engels: "como toda teoria nova, o socialismo, embora tivesse as suas raízes nos fatos materiais econômicos, teve de ligar-se ao nascer, às ideias existentes" (1985, p. 28).

[173]Michel Löwy ao retomar o pensamento de Walter Benjamin, destaca que a visão do mesmo era de que não se tratava de substituir Marx pelo socialismo utópico: "suas inúmeras referências ao materialismo histórico o demonstram suficientemente. Mas a questão é enriquecer a cultura revolucionária com todos os aspectos do passado portadores da esperança utópica. O marxismo não tem sentido se não for também o herdeiro e o executante testamentário de vários séculos de lutas e de sonhos de emancipação" (2007, p. 57).

[174] Marx, em *O capital,* atribui um caráter científico às suas formulações. Diz já no prefácio da primeira edição que: "todo começo é difícil em qualquer ciência. Por isso, o capítulo primeiro é o que oferece maior dificuldade à compreensão, notadamente a seção que contém a análise da mercadoria" (1996, p. 4).

dê um salto qualitativo no que diz respeito às formas de trabalho; ou seja, muitos trabalhadores passam a trabalhar juntos no mesmo processo de produção[175], sob o comando de um capitalista, tão necessário como um general no campo de batalha. A passagem para a manufatura torna mais complexa a divisão social do trabalho, levando os trabalhadores de ofícios diversos ou um mesmo ofício, reunirem-se em uma mesma oficina para produzirem.

Sendo assim, os resultados a que chegou Marx sobre os fundamentos científicos da transição socialista,[176] são frutos das pesquisas históricas das transições anteriores, da compreensão da realidade do modo de produção capitalista e das confrontações teóricas de seu tempo.[177] Ao apropriar-se do que de melhor a humanidade criara até então, em termos teóricos, presentes na filosofia alemã, na economia política inglesa e no socialismo francês, apresenta as razões do desenvolvimento social que produzem as condições para surgir outras formas sociais mais elevadas no processo da transição socialista para o comunismo.

Engels confirma os fundamentos científicos da transição, que decorrem desde o feudalismo, quando a burguesia, enquanto classe ascendente, aproveitando as condições econômicas, sociais e políticas, erigiu o novo modo de produção capitalista. "A burguesia lançou por terra a ordem feudal e levantou sobre as suas ruínas o regime da sociedade burguesa, o império da livre concorrência, da liberdade de domicílio, da igualdade de direitos dos possuidores de mercadorias, e tantas outras maravilhas burguesas" (1985, p. 55). No entanto, os mesmos fundamentos que fizeram surgir o capitalismo, ao evoluírem e desenvolverem as novas forças produtivas, juntamente com as novas relações de produção, irão naturalmente entrar em contradição, forçando o surgimento de novas superações para atender as próprias descobertas que as formas econômicas e políticas forçam a se revelarem.

Marx, em seus estudos, descobriu o papel histórico do modo de produção capitalista que consiste em: concentrar os meios de produção, transformando-os em meios sociais manejados coletivamente pelos trabalhadores agrupados; controlar os trabalhadores pela divisão social do trabalho cada vez mais complexa e, implantar em cada fábrica, a produção social planificada e integrada pelo controle privado dos meios de produção.

---

[175] Para Marx, com a cooperação de muitos assalariados, o domínio do capital torna-se uma exigência para a execução do próprio processo de trabalho, uma condição necessária da produção. O comando do capitalista no campo da produção torna-se então tão necessário quanto o comando de um general no campo de batalha (1996, p. 379)

[176] A diferença entre as visões, socialista utópica e científica é que, a primeira, embora criticasse o modo de produção capitalista pelas suas consequências, não conseguia explicá-lo e, por isso, não poderia superá-lo. Por sua vez, a concepção materialista da história, para além de expor as conexões históricas do modo de produção capitalista, defendia a necessidade de sua existência para uma determinada época antes de prever o seu desaparecimento.

[177] "A pesquisa científica livre – diz Marx, no prefácio da 1ª edição do livro 1 d´*O capital* -, no domínio da economia política, não enfrenta apenas adversários da natureza daqueles que se encontram também em outros domínios. A natureza peculiar da matéria que versa levanta contra ela as mais violentas, as mais mesquinhas e as mais odiosas paixões, as fúrias do interesse privado" (1996, p. 6).

Com a centralização dos meios de produção, o trabalho produtivo passou a se desenvolver, tendo como regra, a apropriação dos resultados pelo proprietário dos meios de produção. Diz Engels: “deste modo, os produtos, criados agora socialmente, não vinham a ser propriedade daqueles que haviam posto realmente em marcha os meios de produção e eram realmente os seus criadores, mas do capitalista” (1985, p. 58 e 59). Essa inversão do sistema de apropriação levará ao longo do tempo, inevitavelmente pela reação dos trabalhadores, à incompatibilidade entre a produção social e a apropriação individual.

Mas uma questão pode ser ainda colocada: se o socialismo é científico por que então não se pode estabelecer com antecedência o momento da revolução?

A princípio, a resposta a esta pergunta pode ser dada de forma simples e em dois sentidos: em primeiro lugar, porque não são apenas as contradições materiais que impulsionam a revolução e, em segundo, porque na luta de classes, as alianças entre as forças, e a motivação das massas, não seguem critérios científicos, mas políticos, filosóficos, éticos, culturais, etc., e, por essas razões, é que muitos equívocos ocorreram na história durante as tentativas de superação do capitalismo pelas revoluções nos últimos cem anos. Nesse sentido, nos interessa diferenciar, na teoria social de Marx, o que são leis e o que são medidas políticas da transição socialista na teoria social de Marx.

5.2 – LEIS E MEDIDAS POLÍTICAS DA TRANSIÇÃO

Marx situa a transição socialista nas leis do desenvolvimento capitalista; conforme destaca no prefácio da primeira edição do livro, *O capital*, quando diz que a questão não é saber sobre o maior ou o menor grau do desenvolvimento dos antagonismos sociais oriundos das leis naturais da produção capitalista, “mas estas leis naturais, estas tendências que operam e se impõe com férrea necessidade.[178] O país mais desenvolvido não faz mais do que representar a imagem futura do menos desenvolvido” (MARX, 1996, p. 5). Ou seja, não há outro caminho, mesmo que mudem as aparências dos fenômenos, as leis que os produzem, continuam sendo as mesmas, determinando sempre o ritmo frenético da expansão capitalista; o que mudam são as medidas políticas a serem formuladas e adotadas pelas forças revolucionárias em cada época e situação.

O assento da argumentação de Marx recai sobre a lei econômica da produção capitalista de sua época, que tinha a Inglaterra como a referência mais desenvolvida da

[178] Lenin destaca em seu texto, *O imperialismo, fase superior do capitalismo* de 1917, que quando Marx escreveu O capital, a livre concorrência , era para a maior parte dos economistas, uma “lei natural” (LENIN, 1986, p. 590).

produção industrializada, mesmo que lá não estivessem expressos os conflitos sociais mais avançados pelo confronto entre as classes; sobre este aspecto, seus olhos se voltavam para a França que cultivava a tradição socialista desde os séculos anteriores.

As leis econômicas situadas sobre as formas de reprodução, reunidas e desenvolvidas, são compreendidas por Marx como ciência, devido à função que desempenham a produção, a circulação, a troca e consumo dos produtos, tendo como base de asseguração, as formas jurídicas, políticas e ideológicas. No entanto, do ponto de vista da superação do capitalismo pela tomada do poder, que leva ao estabelecimento da ditadura do proletariado como forma de governo, por se tratarem de ações diferenciadas, as proposições feitas nas formas políticas e programáticas, não são receitas, apenas propostas de medidas políticas e como tal devem ser compreendidas.

Por sua vez, a mais-valia, como lei econômica, ocupa o lugar central na teoria de Marx. Dela advém a compreensão das demais relações econômicas e sociais no capitalismo. Sendo assim, o aspecto científico dessa lei que mede a exploração da mercadoria força de trabalho revela como funciona o modo de produção, as correspondentes relações de produção e circulação e, indica claramente como deve ser superado na transição socialista, quando serão eliminadas as classes sociais representadas pelo conjunto dos exploradores e dos explorados.

Na medida em que a mercadoria força de trabalho é convertida em mais-valia e esta em capital, Marx não apenas decifra o mistério existente entre trabalho concreto e abstrato, como também demonstra como se forma o valor em cada mercadoria. O capital, portanto, oriundo da exploração do trabalho assalariado, cujo excedente é reinvestido, explica como evolui o movimento de acumulação e centralização que, apesar de sua tendência expansionista, nunca se distancia do ponto de origem, cujo objetivo é a extração da mais-valia na produção. Por outro lado, vale à pena insistir que, segundo Marx, quanto mais cresce a acumulação, mais crescem também, a anarquia e as possibilidades de surgirem crises que colocam em risco a própria existência do modo de produção capitalista. Aí é que entram as medidas políticas formuladas pelos sujeitos da revolução, que acirram as contradições em vista de afirmar o processo de transição.

Sobre as mesmas leis econômicas que regem o sistema capitalista, desenvolvem-se as ações revolucionárias para transformá-las, dando-lhes forma inversa, após a revolução. O socialismo científico, assim compreendido, eleva o proletariado à condição de força dirigente, em busca da democracia, conforme indica o *Manifesto do Partido Comunista* de 1848: “desse modo, o proletariado se valerá de sua supremacia para, procurando centralizar os instrumentos de produção nas mãos do Estado, isto é, do proletariado organizado em classe dominante a fim de aumentar rapidamente, o total das forças produtivas” (1986, p. 35).

As razões que fundamentam, portanto, os aspectos estruturadores do socialismo científico na transição para o comunismo, não residem nas suposições utópicas, nem tampouco no aumento da miséria ou no grau de organização dos conflitos, mas, concretamente, nas leis que sustentam produtivamente o modo de produção capitalista, pelas quais se formam as condições para a sua própria superação e evolução para o novo sistema de produção e de organização social.

Quanto mais o modo de produção capitalista se desenvolve, mais evidente fica a incompatibilidade entre a produção social e a apropriação individual do capitalista. "A contradição entre a produção social e a apropriação capitalista reveste a forma de antagonismo entre o proletariado e a burguesia" (ENGELS, 1985, p. 60). Na medida em que se inverte a situação da apropriação individual para a apropriação coletiva daqueles que produzem, e se avança da anarquia para o planejamento controlado, teremos as principais evidências de que a sociedade capitalista estará sendo superada.

Outro aspecto importante destacado na citação acima do Manifesto, que funciona como lei da revolução social, é a eliminação do antagonismo entre as classes sociais e, sem a existência da classe burguesa, proprietária dos meios de produção, deixa de existir a base de exploração capitalista. Engels, em outro momento, tomado pelo espírito do movimento ascendente das lutas operárias, dirá que, no mesmo ato de tomar o poder e converter os meios de produção em propriedade do Estado, o proletariado destrói-se a si próprio como proletariado, ou seja, deixa de existir enquanto classe explorada pelos donos dos meios de produção privados que, no mesmo ato, também eles, enquanto proprietários desaparecerão.

A previsão de Marx é que, mesmo na transição, o processo será lento, porque, apesar de haver o desaparecimento da figura do trabalhador explorado, ainda se mantém as diferenças entre os operários que se elevam sobre o direito da propriedade privada dos meios de produção, mas, entre eles permanecem as diferenças, devido às habilidades e o empenho na produtividade do trabalho. Nesse sentido é que, as medidas a serem aplicadas em cada país, não são em seu conjunto todas científicas, mas, em grande parte, decisões políticas e metodológicas, formuladas e aplicadas em cada contexto.[179]

---

[179]A título de indicação geral, Marx e Engels no Manifesto de 1848 expõem 10 medidas que supostamente poderiam ser aplicadas nos países mais avançados, sendo elas: 1) Extinção da propriedade latifundiária com a transferência da renda da terra para o Estado; 2) Imposto gradativo com taxas altas; 3) Abolição dos direitos à herança; 4) Confiscação da propriedade dos emigrantes e dos contra-revolucionários; 5) Controle centralizado do crédito pelo Estado através de um banco nacional com capital do Estado e com monopólio exclusivo; 6) Controle completo pelo Estado de todo o sistema de transporte; 7) Disseminação por toda parte de fábricas e instrumentos de produção de propriedade do estado, aproveitamento das terra não cultivadas e melhoramento das terras já cultivadas, dentro de um planejamento geral; 9) Harmonização do trabalho agrícola com o industrial, através de medidas que eliminem gradativamente a distinção entre cidade e campo; 10) Educação pública gratuita para todas as crianças, abolição do trabalho das crianças nas fábricas, como existe hoje. Adequação do sistema educativo ao processo de produção material etc.

Em se tratando das táticas utilizadas em cada processo localizado, as medidas políticas e administrativas não são leis e não podem ser consideradas científicas, muito menos, dogmas. Primeiro porque elas podem não ser repetidas em outros meios e, segundo, pela razão de que as situações dos estados em cada local, não são as mesmas. Por sua vez, se observarmos as medidas sugeridas por Marx e Engels no *Manifesto do Partido Comunista*, por exemplo, veremos que elas, além de não serem leis, são limitadas e incompletas, mesmo para a situação da época, pois não consta desse "programa mínimo", as soluções que constituem os paradoxos nunca resolvidos totalmente nas tentativas de implantação do socialismo, como: a) a superação do Estado capitalista e a manutenção de uma superestrutura de poder, da mesma forma centralizada; b) a superação da propriedade privada e a manutenção da propriedade estatal; c) a tomada do poder local, quando o modo de produção é universal, tendo de avançar sobre todos os estados, organizados em diferentes formas, onde predominem as relações capitalistas; d) a organização da produção e a continuidade do mercado para a circulação e o consumo dos produtos; e) a estruturação do poder proletário e a manutenção dos cargos públicos, com a figura da autoridade personificada no mesmo formato do Estado capitalista; bem como, os aspectos jurídicos e a existência da força policial etc.; levando-nos a crer que, se por um lado, a formalização pré-estabelecida de todos os aspectos, burocratizariam e asfixiariam *a priori* a criatividade revolucionária, impedindo de se estabelecer as medidas adequadas em cada realidade, por outro, as supostas lacunas teóricas deixadas por Marx, não se tratam de deficiências, mas da impossibilidade de quem quer que seja, de prever as circunstâncias vindouras no processo de transição a ser desenvolvido em cada local e em cada época. O que não muda, e que em todos os lugares terão que ser atacadas, são as leis estruturais da produção, circulação, troca e consumo; a natureza das classes sociais, da propriedade privada e do Estado.

No intuito de estabelecermos a diferença e ao mesmo tempo a combinação entre leis e medidas políticas, podemos tomar como exemplo, a organização da transição socialista na Rússia, quando Lenin, em 1918, escreveu sobre a situação em que se encontrava a economia do país e propôs diferentes formas de organizar a produção e a circulação dos produtos, tecendo o seguinte raciocínio:

> O que significa a palavra transição? Não significará, aplicada à economia, que no regime atual existem elementos, partículas, pedaços de capitalismo e de socialismo? Todos reconhecem que sim. Mas nem todos, ao reconhecerem isto, refletem sobre precisamente que elementos das diferentes estruturas econômicas e sociais existem na Rússia e nisto está a essência da questão (1986, Obras escolhidas, t. 3. p. 493).[180]

[180] Ao ter compreendido a situação em que viviam e a responsabilidade que tinham após a tomada do poder na Rússia, Lenin, apontou cinco formas de organização da economia para dar conta do envolvimento de todos os

Diversos membros do partido, embora defendessem o socialismo, não reconheciam as condições existentes na Rússia e, portanto, não sabiam que medidas deveriam tomar para estruturar a economia na vigência da ditadura do proletariado. E não a tinham porque havia apenas modelos utópicos propostos, como a República de Platão, a Utopia de Tomás Morus, as proposições de Rousseau, Saint-Simon e outros, tampouco havia um modelo completo proposto por Marx, nem por qualquer defensor do socialismo científico. Ao contrário, deveriam extraí-lo do próprio processo que, por estar em andamento, não havia ainda uma experiência que abarcasse todos os aspectos da transição.

Neste sentido, o "socialismo científico" denominado por Engels, trata primeiramente das leis oferecidas pelo capitalismo que dão conta de sua superação, mas não estabelece *a priori* todas as medidas políticas a serem tomadas no período de transição socialista em cada local, considerando inclusive que podem variar em cada Estado a composição das forças revolucionária e o sujeito dirigente da revolução.[181]

5.3 – A DEMOCRACIA SOCIALISTA

São recorrentes as afirmações dos autores que escrevem sobre Marx, que ele não produziu nenhuma obra sobre o Estado e, por essa razão, há em sua teoria social uma lacuna preenchida pelos marxistas cada qual segundo o seu próprio entendimento. Dentre esses autores destacamos Norberto Bobbio que nos diz:

> Para reconstruir o pensamento de Marx sobre o Estado é preciso, portanto, recorrer às indicações esparsas com que nos deparamos, nas obras econômicas, históricas e políticas: ainda que, depois da obra de juventude de crítica à filosofia do direito de Hegel, não exista nenhuma obra de Marx que trate especificamente do problema do Estado, também não existe obra sua de que não se possam extrair, sobre esse mesmo problema, passagens relevantes e esclarecedoras (2006, p. 151).

---

setores, fundamentalmente a situação e os interesses dos camponeses, sendo elas: 1) economia camponesa, patriarcal; 2) pequena produção mercantil, incluindo a maioria dos pequenos camponeses que vendem cereais; 3) Capitalismo privado; 4) Capitalismo de Estado e, 5) Socialismo. As razões que levaram Lenin a propor tais medidas, devem-se à sua visão de que predominava no país o elemento pequeno-burguês formado por camponeses produtores de mercadorias. Com isso ele creditava ao capitalismo monopolista de Estado a preparação das bases materiais para chegar o socialismo. Como poderiam fazer funcionar a "ditadura do proletariado" sem levar em conta que as forças produtoras de alimentos eram essencialmente camponesas? Neste aspecto, embora os argumentos de Lenin pareçam convincentes, não respondem ao dilema futuro da função do capital e do mercado no socialismo.

[181] Éric Hobsbawm destaca em seu texto: *Propostas para uma sociedade boa* de 1987, que existem duas razões pelas quais a esquerda deveria repensar o socialismo a sério: a primeira que o socialismo em países desenvolvido é indispensável e, a segunda é que a maior parte dos conceitos e da experiência a respeito da prática socialista está desatualizada (1991, p. 235).

Concordamos que o pensamento de Marx sobre o Estado encontra-se fragmentado e disperso em suas obras e, assim como a forma de governo da transição, denominada de *ditadura do proletariado,* aparece como um conceito pouco explicitado, recaindo sobre a obra de Lenin: *O Estado e a revolução* de 1916, a responsabilidade da sistematização mais completa sobre o que fora dito também por Engels sobre o assunto. No entanto, se levarmos em consideração os aspectos já descritos neste trabalho, que as respostas para o poder na transição, devem ser buscadas primeiramente nas leis que sustentam e dinamizam a base econômica, mais do que no funcionamento das instituições políticas e jurídicas, veremos que o problema histórico para os marxistas, não reside no suposto estado fragmentário das ideias sobre a formação da superestrutura socialista, mas no acerto das táticas ou das medidas políticas, para chegar ao poder e assumir a transmutação da forma política estatal capitalista, em ditadura do proletariado, sem que essa forma de poder se torne, ao invés de uma democracia socialista, um poder absolutista e permanente de "desemancipação".[182]

Para Marx, o socialismo não é um modelo, mas uma transição movida pelas contradições locais e universais; no entanto, a visão condicionada de que Marx e os marxistas deveriam ter formulado uma "teoria do Estado", acreditamos basear-se na tradição política/ jurídica liberal, extraída dos clássicos, desde Hobbes, Locke, Rousseau e Montesquieu, que se preocuparam em apresentar formas, estruturas e instituições que correspondessem ao modo de produção capitalista em desenvolvimento, o que não é o caso da transição socialista e do comunismo que, segundo as formulações feitas, apontam para a superação do Estado capitalista e a não estruturação de outro Estado, mas de associações públicas e de produtores.

Considerando as polêmicas sobre a forma política, não podemos esquecer duas coisas importantes em destaque na teoria social de Marx: a primeira demonstra que, quem pôs em crise a forma política feudal, não foi apenas a ascensão da burguesia enquanto uma nova classe mais dinâmica e capaz que os senhores feudais, governados pelos reis, mas, principalmente, o próprio avanço das forças produtivas que exigiu uma nova estrutura política e jurídica para garantir o direito à propriedade e a liberdade do mercado e da reprodução do capital. A segunda nos mostra que, para chegar ao esboço final da proposta da forma política estatal centralizada e que foi denominada de Estado Moderno, precisou de alguns séculos de exercício da economia mercantil e a constituição de relações de produção capitalistas ainda

[182] O conceito de desemancipação é defendido pelo filósofo italiano, Domenico Losurdo que, após citar vários exemplos de avanços e retrocessos, como foi o caso da revolução de outubro de 1917 e a queda do muro de Berlim em 1989, bem como ocorreu com a luta anticolonial na Líbia a partir da década de 1970, em que as mulheres adquiriram importantes direitos, mas com a guerra neocolonial de agora, assistimos a reintrodução da poligamia e da escravidão doméstica da mulher, então diz o autor: "A história não caminha de um progresso a outro. De jeito nenhum. O que passa na realidade é que há uma luta entre emancipação e desemancipação, e essa luta se chama luta de classes. Ela pode assumir formas diferentes e, por vezes, é a desemancipação que ganha a batalha..." (2014, p. 18).

dentro do feudalismo. Sendo assim, é necessário pensar que as estruturas de poder socialistas e comunistas, serão apresentadas pelo próprio avanço da ordem econômica e social em transição. Foram as leis econômicas,[183] na visão de Marx, produzidas socialmente, juntamente com as leis jurídicas nelas referendadas, que presidiram a ascensão da sociedade moderna e forçaram a transformação política do Estado feudal para o Estado capitalista.[184]

Inicialmente é da estrutura de produção que advém a base do poder dos capitalistas, em conformidade com o poder político do Estado adequado, e não o contrário;[185] sendo assim, a classe dominante, pelo controle da base econômica, passa a ser também a classe dirigente. Sobre este aspecto, Engels faz uma extensa explicação no Anti-Dühring de 1878:

> Em primeiro lugar, a força política se baseia, sempre desde as suas origens, numa função econômica, social, e ela se intensifica na medida em que, com a dissolução da primitiva comunidade, os indivíduos se convertem em produtores privados, aprofundando-se mais ainda a sua separação dos que dirigem as funções sociais coletivas. Em segundo lugar, assim que a força política adquire existência própria em relação à sociedade, convertendo-se os seus detentores de servidores em seus donos, pode essa força passar a atuar em dois sentidos diferentes. Às vezes atua no sentido e com a orientação das leis que regem o desenvolvimento econômico. Neste caso, não há nenhuma discrepância entre dois fatores e a violência nada mais faz que acelerar o processo econômico. Outras vezes, entretanto, a força política atua em sentido contrário e, nestes casos, acaba sempre por sucumbir, com raras exceções, frente ao vigor da evolução econômica. (ENGELS, 1979, p. 160).

Marx não tinha qualquer ilusão com o Estado capitalista, nem mesmo como instrumento de uso temporário, por isso o transforma desde o início da transição, em "Ditadura do Proletariado",[186] mas, por ser esta também transitória, não lhe deu um formato.

---

[183] O papel preponderante da base produtiva na evolução da sociedade, tendo as forças produtivas como protagonistas no movimento ascendente da sociedade moderna, leva Marx a direcionar o seu projeto de estudo para a Inglaterra onde a industrialização estava mais avançada. "Nesta obra o que tenho de pesquisar é o modo de produção capitalista e as correspondentes relações de produção e circulação. Até agora, a Inglaterra é o campo clássico dessa produção (MARX, 1996, p. 4 e 5).

[184] Esse suposto "descaso" de Marx em não propor uma teoria do Estado, que leva intelectuais, como Norberto Bobbio e outros a afirmarem que: "uma ciência política é substancialmente falha... O que falta é uma teoria do Estado socialista ou de democracia socialista como alternativa à teoria, ou melhor, às teorias, do estado burguês, da democracia burguesa" (BOBBIO, 1983, p. 21); se fundamenta na própria dúvida do que é o socialismo estampada no título do livro de Bobbio de 1983 quando pergunta: "Qual socialismo?"

[185] Engels é enfático ao dizer no Anti-Dühring que também a violência depende do poder econômico quando diz: "compreende-se com toda a clareza, do que ficou dito acima, qual o papel desempenhado pela violência, na História, com relação ao desenvolvimento econômico. (Engels, 1979, p. 160).

[186] Sobre o conceito da "Ditadura do proletariado", Hobsbawm explica que, as ideias de Marx sobre a revolução, tiveram como ponto de partida a época da Revolução Francesa de 1789, tida como o laboratório mais importante na formulação de táticas e estratégias revolucionárias e, através de Engels relacionou a experiência jacobina francesa com o movimento proletário inglês. A experiência jacobina, comparada com 1848, ajudou a esclarecer a questão do Estado revolucionário de transição e o conceito controverso da "ditadura do proletariado". "O termo aparece pela primeira vez na análise marxiana – é irrelevante se originário ou não de Blanqui – logo após a derrota de 1848-49. "Todavia, já que nem Marx nem Engels pensaram em construir um modelo universalmente aplicável de forma da ditadura do proletariado, nem se propuseram prever os vários tipos de situação em que essa pudesse impor-se, a única conclusão que podemos tirar de suas observações é que cabe à ditadura do proletariado a tarefa de conciliar com a transformação democrática da vida política das massas as medidas necessárias a impedir uma contra-revolução da classe dominante derrotada" (HOBSBAWM, 1979, p. 312).

Enfatiza ele na *Crítica ao Programa de Gotha* de 1875, o que seria o Estado após a revolução, e o faz de maneira interrogativa, perguntando que transformação sofrerá o Estado numa sociedade comunista? Ou, que funções sociais análogas às atuais funções do Estado subsistirão? E, acrescenta de imediato: "só a ciência pode responder a esta pergunta; e não é juntando de mil maneiras a palavra "povo" com a palavra "Estado" que se fará com que o problema avance um passo que seja" (MARX, 2004, p. 147).

Compreendemos que Marx não se preocupou em formular uma "teoria do Estado socialista" como forma política, semelhante a do Estado capitalista, por duas razões coerentes com o seu próprio pensamento: a primeira, pela obviedade de que o Estado capitalista deve ser extinto como superestrutura e, a ditadura do proletariado surgirá como a indicação da forma de poder transitório, para uma sociedade também em transição. A segunda razão, porque, para além das leis econômicas, há o aspecto de que, na transição, devido ao grau de desenvolvimento das forças produtivas desiguais, cada Estado terá o seu próprio processo de superação, devendo perdurar a sua permanência por maior ou menor tempo, levando em conta os enfrentamentos entre os interesses antagônicos ainda em vigor. O que Marx tinha como certo, era que, o Estado, conforme o conhecia, não serviria para organizar as novas relações produtivas e sociais, por isso, deveria ser superado pela reorganização da própria sociedade, conforme podemos confirmar nas palavras de Engels, em 1875:

> Estamos agora nos aproximando com rapidez, de uma fase de desenvolvimento da produção em que a existência dessas classes não apenas deixou de ser uma necessidade, mas até se converteu num obstáculo à produção mesma. As classes vão desaparecer, e de maneira tão inevitável como no passado surgiram. Com o desaparecimento das classes, desaparecerá inevitavelmente o Estado. A sociedade, reorganizando de uma forma nova a produção, na base de uma associação livre de produtores iguais, mandará toda a máquina do Estado para o lugar que lhe há de corresponder: o museu de antiguidades, ao lado da roca de fiar e do machado de bronze (2000, p. 195 e 196).

Um aspecto intrigante, no entanto, surge na perspectiva transitória descrita por Engels: se as classes vão desaparecer e a reorganização da sociedade dar-se-á pela reorganização produtiva na forma associativa, sobre quem se estabelecerá a "ditadura do proletariado" em substituição ao Estado capitalista?

Marx dá um indicativo de resposta a esta questão, quando afirma no mesmo documento da *Crítica ao Programa de Gotha* no mesmo ano de 1875 que: "entre a sociedade capitalista e a sociedade comunista situa-se o período de transformação revolucionária de uma na outra, a que corresponde um período de transição política em que o Estado não poderá ser outra coisa que não a ditadura do proletariado" (MARX, 2004, p. 147).

A resposta de Marx é aparentemente insuficiente. Não apresenta um formato de "Estado" no referido texto e frustra os caçadores de fórmulas prontas para serem aplicadas. No entanto, com o mínimo de esforço de leitura iremos encontrar, pelo menos em duas situações, anteriores, os elementos que confirmam a necessidade da formação e uma estrutura própria, para possibilitar a intervenção mais dura do proletariado no poder. A primeira está expressa no terceiro texto sobre *As lutas de classes na França de 1848 a 1850*, quando trata das *Consequências do 13 de junho de 1849*, e explica porque o proletariado agrupa-se cada vez mais em torno do socialismo revolucionário. Diz então:

> Esse socialismo é a declaração da permanência da revolução, a ditadura da classe do proletariado como ponto de trânsito necessário para a abolição das diferenças de classes em geral, para a abolição de todas as relações de produção em que aquelas se apóiam, para a abolição de todas as relações sociais que correspondem a essas relações de produção, para a revolução de todas as ideias que decorrem dessas relações (2008, p 171 e 172).

Embora transitória, a ditadura do proletariado, na continuidade da revolução, constituí-se na forma política capaz de abolir as diferenças entre as classes e todas as relações de produção, circulação, troca e consumo dos produtos do trabalho, assim como deverão ser abolidas também as relações sociais culturalmente delas decorrentes e as ideias que explicitam e justificam todas as relações opressoras. Embora que, na transição socialista ainda permaneçam certas desigualdades locais, o proletariado, visto por Marx, como sujeito da revolução, apresenta-se com a responsabilidade, não só de desalojar a classe burguesa do poder, subtraindo-lhe todos os meios de produção, sejam eles econômicos ou de informação, como também, todas as formas de estruturas jurídicas e de poder político anterior.[187]

A segunda posição, está presente no texto *A guerra civil na França* de 1871, quando Marx revela como a permanência da classe burguesa, em algum lugar, pode reagir contra o poder do proletariado da seguinte forma: "a conspiração da classe dominante para derrubar a revolução por uma guerra civil prosseguida sob o patrocínio do invasor estrangeiro... culminou na carnificina de Paris" (MARX, 2008, p. 430). Portanto, é sobre os resquícios de poder e da prevenção contra o retorno da burguesia ao poder, que se estrutura a ditadura do proletariado.

A experiência organizativa da forma política vivida por Marx, com a "ditadura do proletariado" aplicada, de maneira efêmera, foi a Comuna de Paris, a qual demonstrou na prática como deveria ser a estrutura democrática do poder proletário e comprovou que a

---

[187] Mészáros afirma que: "os marcos reais dizem respeito à modalidade de tomada de decisão como tal, que não deve ser confundida – com tendenciosidade em proveito próprio – com os órgãos e processos de tomada de decisão necessariamente autolegitimatórios do próprio Estado" (2015, p. 21).

tolerância com a classe dominante retirada do poder, é inaceitável. Com a carnificina de Paris, Marx compreendeu ao final, pela reação da burguesia que havia se retirado para Versalhes, que a "ditadura" nada mais deveria ser que a instalação de um governo capaz de extinguir a propriedade privada dos meios de produção, enfrentar a anarquia da produção, organizando-a, iniciar um processo educativo para a superação do comportamento burguês entre os operários e estabelecer um sistema de vigilância e de defesa da própria revolução.

Lenin, como dirigente revolucionário, na Rússia, teve condições de estruturar o governo, adaptar a teoria e reformular o conteúdo dos conceitos. Assim defendeu ele: "a ditadura do proletariado é a direção da política por parte do proletariado" (1986, Obras Escolhidas, t. 3. p. 501). Essa expressão produzida diante da situação em que se encontrava a Rússia em 1918 propõe a solução urgente de investir no campesinato,[188] elevando a qualidade de suas forças produtivas para que, melhorando as suas condições, pudesse melhorar também as condições de vida do proletariado. Logo, a "ditadura" nesse caso, não era imposta contra, mas a favor dos camponeses, dirigindo-os na direção do desenvolvimento das forças produtivas.

No discurso ao III Congresso dos operários do transporte marítimo e fluvial de toda a Rússia, de 15 de março de 1920, Lenin defende uma segunda característica da ditadura do proletariado, que não se trata de apenas usar a violência e a coerção, mas de realizar ações decisivas de convencimento das pessoas contra a ignorância e o atraso tecnológico para colocarem-se a serviço da revolução. Assim afirma Lenin:

> Las revoluciones anteriores fracassaron precisamente porque los obreros no pudieron sostenerse com una dictadura fuerte ni compreenderon que sólo con la dictadura, sólo con la violencia con la coerción, no se pueden sustener; se pueden sustener únicamente tomando toda la experiência del capitalismo culto, técnico e adelantado, tomando a todas esas personas a nuestro servício (1986, p. 227, t. 40).

Se, por um lado, a ditadura se apresenta como mediação para manter o proletariado no poder, este somente poderá evoluir se souber aproveitar os conhecimentos e conquistar os sujeitos conhecedores, detentores do saber técnico avançado, presentes no capitalismo. Trata-se de perceber a totalidade dos elementos que constituem o modo de produção, que não estão apenas na base econômica; há que tomar também o patrimônio cultural composto pelo

[188] Essa posição já constava do Programa Agrário da Social Democracia Russa, escrito por Lenin em dezembro de 1907, quando defendeu que, em um país burguês, o regime de servidão pode ser abolido por dois caminhos: pela lenta transformação (modelo prussiano) com o uso da violência contra a massa e contra o proletariado. "El outro camino lo hemos denominado de norteamericano de desarrollo del capitalismo, a diferencia del primero, del prussiano. (Lenin, 1983, t. 16, p. 431).

conhecimento científico, tecnológico, físico, biológico, estético, filosófico etc., e valorizar a força de trabalho que os produziu, convencendo a cada cientista a se somar ao esforço coletivo da transição socialista. Todavia, a burguesia, enquanto força econômica e política derrotada, manterá ainda por certo tempo, através do dinheiro que não poderá ser suprimido de imediato, os conhecimentos dos segredos administrativos que ainda dominam a instrução elevada e a experiência na arte militar.

A ditadura do proletariado é então, a combinação da rigidez no controle social com a maleabilidade da valorização cultural voltada para dentro e, tendo em vista que as forças em cada país reagirão de forma desigual e que as revoluções ocorrem em tempos e velocidades diferenciadas, haverá possibilidades para que a classe dominante de um país se evada para outro e, de lá, abrigada sob a força do capital internacional e pelos laços entre os burgueses, mantenha a contra-ofensiva.

Temos, pela visão de Marx, que a ditadura do proletariado é a teoria que aponta para a forma imediata do poder político na transição socialista, pois ela não trata da transferência do poder econômico e político da burguesia para o proletariado apenas, mas, abre espaço para criar as condições para evoluir para um novo processo de prática política, em que a própria ditadura do proletariado, o poder político e a política, no sentido das disputas entre as forças, sejam superados. O governado submisso do passado, aos poucos e coletivamente, torna-se sujeito e governante do presente. O que de fato não há respostas nem previsão de como será, devido ao compasso diferenciado das revoluções, é sobre o tempo de duração desta “ditadura” e se ela, pela centralização do poder nas mãos de um grupo de representantes, não voltaria a criar uma nova elite dominante, sustentando-se no poder representativo que impediria de se alcançar a completa emancipação humana e social, ficando na garantia apenas de alguns direitos, sem extinguir totalmente a exploração no trabalho e a valorização do valor.

5.4 - A SUPERAÇÃO DAS FORMAS DE PODER CAPITALISTA

As razões que separam e também unem a política e a economia, devemos buscá-las no próprio funcionamento do capitalismo, nas formas de produção e demais formas sociais de organização, compreendendo também o Estado. O Estado por ser em sua forma moderna um instrumento da reprodução capitalista, assegura os contratos e garante o funcionamento da ordem através da coerção. O Estado como forma política centralizada, deriva da própria reprodução capitalista, pois a sua função é oferecer garantias para a produção e circulação das mercadorias, do capital e do dinheiro, ao mesmo tempo em que confirma e legitima a

formação social expressa nas mais diversas formas organizativas, desde a família, às associações sindicais, partidárias, empresas, Bancos e as suas próprias instituições públicas.

O dinamismo da sociedade capitalista que acelera as próprias formulações jurídicas está diretamente associado ao dinamismo do capitalismo e do controle segundo os interesses dos capitalistas. Marx ao tomar a riqueza como resultado da imensa acumulação de mercadorias no capitalismo, oriundas das relações entre as forças produtivas pelas quais se dá a exploração do trabalho humano, detecta, no aspecto produtivo, um significado estratégico do progresso econômico que, por exaurir as forças da natureza[189] cria contradições e os seus limites contribuem para ir em direção à transição socialista, da mesma forma o faz quando analisa o Estado e percebe um significado estratégico também para a política.

Temos então, na teoria social de Marx, a formação de dois planos superpostos, sustentados pelo mesmo fundamento da produção da riqueza na sociedade capitalista, onde, a mercadoria, como expressão elementar da riqueza cumpre a função de revelar as leis da reprodução e da unificação das formas econômicas que, junto com as formas jurídica e política, dinamizam as relações históricas e sociais entre os homens. Por essa razão é que, o poder político não decorre apenas do manejo das instituições estatais,[190] mas da combinação do poder que a riqueza, onde rege a produção capitalista, mantém com todas elas a nível particular e universal, fazendo com que o capital e o Estado se ancorem um no outro.

Para Marx, a política se liberta do poder econômico, jurídico e político quando as transformações forem muito além da emancipação política e, conjuntamente, essas formas forem superadas. Diante disso, em 1847, na critica feita a Proudhon no livro, *Miséria da Filosofia*, proporá ele a necessidade de pôr fim ao poder político que subsiste como antagonismo entre as classes. Então diz Marx; "Uma classe oprimida é a condição vital de qualquer sociedade fundada no antagonismo das classes. A libertação da classe oprimida implica, pois, necessariamente, a criação de uma sociedade nova" (1990, p. 191). A superação

---

[189] Marx, no capítulo XIII, do livro 1, d´*O capital*, quando trata da Manufatura e a Indústria Moderna, demonstra preocupação com o avanço das forças produtivas, dizendo que seu aumento e a maior mobilização do trabalho obtinha-se com a devastação e a ruína física da força de trabalho. "A produção capitalista, portanto, só desenvolve a técnica e a combinação do processo social de produção, exaurindo as fontes originais de toda a riqueza: a terra e o trabalhador" (1996, p. 579)

[190] Segundo Mészáros, "o que costumava funcionar no âmbito mais limitado dos Estados-nação no passado revela-se extremamente desejável em um mundo em que as estruturas materiais fundamentais do metabolismo social do capital estão dispostas na direção de sua *integração global* sem o seu equivalente viável no plano político legitimador do Estado" (2015, p. 16). O autor não faz menção ao imperialismo naquilo que poderíamos considerar o seu aspecto da intervenção político militar, fazendo a "integração" acontecer pela coação, mas apresenta "a lei do mais forte" como referência de submissão dos Estados dispersos. "O mais forte" necessariamente aquele que mais capital tem acumulado.

da antiga sociedade civil pela nova sociedade, sem antagonismos de classe, sem Estado e sem poder político, converter-se-ia em uma associação de produtores.[191]

É esse poder que na transição socialista deverá ser restituído à sociedade, quando serão superados o conjunto das relações e as desigualdades vigentes da sociedade anterior. A transição socialista deverá ser capaz de eliminar, gradativamente, todas as mediações que impedem a livre associação humana pelo qual as pessoas associadas não dependerão mais do poder político estatal representativo, para sentirem-se protegidas, restituindo a elas os poderes usurpados. [192]

Se no capitalismo, o Estado precisa estar à altura e em condições para garantir as necessidades da reprodução do capital, representando o poder político da classe dominante, na transição socialista e no desenvolvimento posterior, o processo é semelhante. Uma diferença, no entanto, ganha fundamental importância, o Estado já não é o instrumento a ser utilizado pelos trabalhadores; em seu lugar surge uma nova forma, a qual Marx denomina de *ditadura do proletariado*, sustentada por outras formas de produção e organizações associativas, estruturadas para dar conta do processo produtivo e político, pondo ordem na anarquia da produção burguesa e ordem também na direção da transição, sem ser mais uma superestrutura de poder político posto acima da sociedade.

Para que isto aconteça, na visão de Marx, é necessário que o proletariado transforme, em primeiro lugar, a propriedade privada dos meios de produção em propriedade social e, em seguida, extinga as classes sociais e o Estado e passe a funcionar através da ditadura do proletariado tendo por base as associações. No entanto, a resposta a essa questão permanece em aberto na teoria de Marx, principalmente no que diz respeito ao aspecto do associativismo local e sua relação universal, bem como os fundamentos jurídicos que regularão e orientarão o funcionamento da sociedade.

Engels, em 1891, na *Crítica do projeto de programa social-democrata* dá um indicativo para a forma política do "associativismo", que assumiria a forma de "*República democrática*" e, segundo Lenin (1916), Engels não faz mais do que repetir com maior relevo a ideia fundamental de todas as obras de Marx; "ou seja, a República democrática é a etapa que conduz diretamente à ditadura do proletariado" (1986a, p. 87). Na verdade Marx queria um pouco mais. Quando trata sobre *A guerra civil na França*, deixa claro que: "se a Comuna era, assim, o verdadeiro representante de todos os elementos sãos da sociedade francesa e,

[191] Essa posição, embora presente nos textos de juventude, não se perde, e é retomada nos textos da Guerra Civil na França de 1871 e na Crítica ao Programa de Gotha de 1875. No aspecto político, a forma associativa se confirma, na fundação da Associação Internacional dos Trabalhadores de 1864.

[192] Mészáros descreve que o núcleo da concepção política de Marx vai do substitucionismo à restituição com a qual deve se preocupar a política socialista, em todos os passos, mesmo os menores, com a responsabilidade de restituir ao corpo social os poderes usurpados (2015, p. 127).

portanto, o verdadeiro governo nacional, ela era ao mesmo tempo, como governo de operários, como campeã intrépida da emancipação do trabalho expressivamente internacional" (MARX, 2008, p. 412). Na perspectiva da "emancipação do trabalho", a nível internacional se justificava todo o empenho da Comuna, na disputa do poder político nos redutos de Paris, pois, a superação do mesmo, viria pelo alcance da universalidade da proposta que alcançaria mais do que o poder político, mas a emancipação social e humana, livrando-se de todas as mediações anteriores.

Essa ideia foi limitadamente absorvida pelas transições socialistas do século XX. Pelas circunstâncias do lento movimento das transformações universais, levou a formar contradições em três sentidos: o primeiro, no uso e preservação do próprio Estado como órgão opressor e controlador da sociedade; o segundo, na manutenção da ditadura proletária como forma de governo definitivo e, em um terceiro sentido, a burocratização do partido político, cuja representação da parte consciente se colocou sobre o todo e impediu que a forma associativa, em todas as frentes, se tornasse a forma social e organizativa da transição socialista.

A superação do poder político que deve ocorrer ao longo do tempo em que ocorre a extinção das classes e que, sem a existência das mesmas, deixa de ser necessária a presença de um Estado como órgão de dominação e exploração, a forma associativa, apesar de não especificada por Marx, como seria em seu formato orgânico, mostra que deixará de existir a dicotomia entre produção, reprodução e política.

O conceito de associativismo em Marx é de fundamental importância compreendê-lo, isto porque, se no capitalismo para fazer valer os interesses coletivos, os trabalhadores necessitam organizarem-se enquanto classe, na transição socialista inicia-se o processo da própria superação das classes, surgindo em seu lugar, não a dispersão e o retorno ao individualismo, próprio do "homem egoísta", criado pelo capitalismo, mas a associação que eleva a qualidade da cultura e, pela convivência, forma-se a consciência social emancipadora. Marx deixa isso evidente no *18 Brumário,* de 1852, quando trata dos camponeses, dizendo que eles constituem uma imensa massa, mas sem estabelecerem relações multiformes entre si; "Seu modo de produção os isola uns dos outros, em vez de criar entre eles um intercâmbio mútuo" (1978, p. 115). Esse intercâmbio, embora com baixo desenvolvimento das forças produtivas, já era realidade na Rússia, desde 1861, tendo em vista o reconhecimento da propriedade comum da terra e a eliminação da servidão naquele país.[193]

---

[193] Em meados do século XIX, a economia russa era essencialmente agrícola, mantida em regime de servidão. Em 1858, o recenseamento revelou que havia 40 milhões de servos no país e, pelo menos, a metade pertencia ao Estado. Com a derrota na guerra da Criméia contra a Turquia, o Imperador Alexandre II sob a ameaça de uma

Há por isso uma transição também no aspecto do poder político, na passagem do poder do Estado capitalista, para a ditadura do proletariado e dessa para as formas democráticas de associações políticas.[194] Engels deixa claro como seria essa passagem, que dar-se-á como um salto, do reino da necessidade para o reino da liberdade. Para ele, a sociedade, ao apossar-se dos meios de produção, encerra o processo da produção de mercadorias e, com isso, o domínio dos produtos sobre os produtores. Cessam a anarquia na produção e a luta pelos interesses individuais e o homem se eleva à condição verdadeiramente humana, de dono e senhor de suas próprias relações. As leis que regulavam as atividades sociais e se erguiam diante dele com poderes estranhos, passam a ser aplicadas sob seu controle consciente. Os poderes objetivos e estranhos que imperavam na história, colocam-se sob o seu poder. "Só então ele começa a traçar a sua história com plena consciência do que faz. E só daí em diante as causas sociais postas em ação por ele começam a produzir predominantemente, e em maior medida os efeitos desejados. (ENGELS, 1985, p. 77).

A perspectiva apontada por Marx é a de que, da mesma forma que o movimento da produção socializada rompe com a apropriação privada dos resultados do trabalho social, a revolução social rompe com o poder político centralizado no Estado Moderno, superando-o pela ditadura do proletariado, gerida pelos sujeitos associados, tal qual se dá no processo produtivo onde cada um se representa a si próprio pela presença física e obrigatória no trabalho, mandando para o museu da história, não somente o Estado junto com a máquina de fiar, como também as figuras do patrão e do político profissional. Compreende-se que a política na transição socialista se confunde com as demais relações sociais e de produção sem que exista uma superestrutura estatal para fazê-la funcionar. A consciência social governará a sociedade, pois já não existirão os interesses privados nem os antagonismos entre as classes para serem administrados.

---

insurreição, aboliu a servidão com a seguinte conclusão: "mais vale abolir o direito à servidão a partir de cima do que esperar que a abolição venha de baixo, sem a nossa participação" (SALOMONI, 1995, p. 5). Em 1861 os servos são transformados em cidadãos tendo direito à propriedade comum da terra.

[194] Lenin em 1919 ao explicar o paradoxo "Democracia e ditadura", diz que, será a substituição da ditadura efetiva da burguesia pela ditadura do proletariado; a substituição da democracia dos ricos, pela democracia dos pobres; a substituição da liberdade de reunião e de imprensa para a minoria de exploradores pela liberdade de reunião e de imprensa para a maioria da população, para os trabalhadores. "Será una ampliación, gigantesca, de importância histórica mundial, de la democracia, su conversión de mentira en verdad, la liberación de la humanidad de las cadenas del capital, que deforma y merma toda la democracia burguesa, incluso la más "democrática" y republicana. Será la sustitución del Estado burguês por el Estado proletário, sustitución que es el único camino hacia la extinción absoluta del Estado." LENIN, 1986, tomo 37, p. 405 e 406

5.5 – A TRANSIÇÃO DO DIREITO PARA A EMANCIPAÇÃO

Marx compreende que no sistema produtivo, se desenvolvem as relações de produção, como também, criam-se as resistências e as lutas dos trabalhadores voltadas para a conquista dos direitos, como por exemplo, para reduzir a jornada de trabalho,[195] garantir o aumento de salário ou para aprovar leis que estabeleçam algumas garantias no trabalho e na educação, ou quando, "os operários das minas reivindicam lei que torne o ensino obrigatório para as crianças, como nas fábricas" (MARX, 1996, p. 568).

Mas a conquista dos direitos sociais, políticos, trabalhistas, culturais etc., embora seja um passo necessário da luta no capitalismo é o pouco que o Estado pode garantir aos trabalhadores, pois, por mais benefícios que conceda, jamais poderá impedir que a exploração e a dominação do capital continuem existindo, isto porque, o Estado é a forma de poder político do capitalismo. Os avanços políticos e jurídicos, por maiores que sejam, sem distribuir a riqueza, o poder, o saber, o lazer etc., não garantem a igualdade entre os membros de uma sociedade constituída por classes antagônicas.[196]

No sistema de produção capitalista então, impera o totalitarismo das leis econômicas[197] que determinam hierarquicamente a função de cada indivíduo pela divisão social do trabalho e, a liberdade de cada indivíduo termina no momento em que transforma a sua força de trabalho em mercadoria. No entanto, como pode sair após cumprir com a jornada de trabalho e fazer com o seu salário as trocas na aquisição dos gêneros de primeira necessidade, tem a sensação de que vive em uma sociedade democrática.

Na política, a ilusão democrática, leva a crer que a liberdade, devido às garantias da "igualdade jurídica" é mais intensa, principalmente porque os direitos de ir e vir, expressar ideias, reivindicar, protestar, votar nos períodos eleitorais etc., dão a impressão de que há equivalência de poder entre as classes. Todos os direitos constitucionais, que obrigam o Estado a prestar os serviços adequados e o atendimento aos cidadãos, são reais, mas as supostas garantias, não diminuem as distâncias de condições entre os trabalhadores e a classe dominante. Esses pequenos avanços, embora significativos para os explorados, por si só, não

---

[195] Marx expõe no longo capítulo XIII do livro 1 de *O capital*, sobre a maquinaria e a indústria moderna, toda a história da super exploração do trabalho humano, contendo aí o trabalho das mulheres e das crianças.

[196] A título de ilustração podemos tomar como exemplo o artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, no seu enunciado introdutório diz: "Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade e à propriedade..."

[197] De acordo com o filósofo russo Pasukanis (Pachukanis), o próprio conceito de justiça é extraído da relação de troca, e não tem sentido fora dela. "Onde a função da coerção não está organizada e não possui um aparelho particular, situado acima das partes, ela surge sob a forma da, assim chamada, "reciprocidade..." (PASUKANIS, 1989, p. 179).

abalam o poder econômico e político da classe dominante, porque, segundo Marx, apenas eleva ao grau de cidadãos aqueles que antes estavam fora do círculo de acesso aos direitos básicos.[198]

Apesar de que o tema da emancipação apareça conceitualmente nos escritos de juventude, está presente em toda a obra de Marx, isto porque, ele não trata a emancipação como um conceito isolado, mas como a essência do próprio movimento de transição que, sem renegar a necessidade de lutar e garantir os direitos democráticos republicanos, o objetivo maior é alcançar a verdadeira emancipação social, como evidencia, por exemplo, no texto *A guerra civil na França,* quando destaca que a Comuna era uma forma inteiramente expansiva e "e era essencialmente um governo da classe operária, o produto da luta de classe produtora contra a apropriadora, a forma política, finalmente descoberta, com a qual se realiza a emancipação econômica do trabalho" (2008, p.406).

Podemos, portanto, comprovar a existência de uma teoria da emancipação a partir de três fundamentos, que articulam ao redor de si, vários outros e, demonstram como a emancipação é o conteúdo mais profundo da transição socialista, que se faz presente: na eliminação do sistema da extração da mais-valia; na superação estranhamento e do valor, como também na elevação das formas de consciência, confirmando, por outro ângulo de visão, que há uma teoria da transição, da superação do Estado e do poder político em Marx. Vejamos em específico como isso se apresenta.

5.5.1 – A eliminação da mais-valia

Segundo Marx, a produção da mais-valia ou a exploração do trabalho constitui o conteúdo e o objetivo principal da produção capitalista que subordina o trabalho ao capital, isto porque, o trabalhador independente, livre e legalmente capaz, contrata com o capitalista a mercadoria força de trabalho e a entrega durante a jornada estabelecida.

---

[198] A ilusória visão de que o modo de produção capitalista funciona com duas ordens, uma para a economia, comandada pelos empresários e a outra para a política e as questões jurídicas, comandadas pelo governo e pelo poder judiciário, leva a crer que há uma dissociação entre o poder econômico e o poder político ou que, o público e o privado podem estar em contradição, e que, nos espaços deixados abertos pela democracia restrita, na institucionalidade, pode-se avançar na inserção de indivíduos de posições progressistas nos cargos governamentais para fazer as mudanças sonhadas. Há uma relativa autonomia entre as formas, mas, em relação a forma política, "tal autonomia se exerce numa cadeia de relações sociais específicas, capitalista. Assim, sua forma é capitalista e sua posição existencial e estrutural depende dessa contínua reprodução (MASCARO, 2013, p. 44)

Apesar da forma mercadoria, constituir a forma elementar da riqueza, a realização da mais-valia só ocorre quando a mercadoria é posta em circulação e trocada no mercado. Por isso, não basta produzir, é preciso trocar a mercadoria para que o proprietário se aposse da mais-valia e, mesmo assim, não ficará com todo o excedente produzido, terá ele que ceder uma parte, como juros bancários, se por ventura investiu na produção através de créditos; outra parte com os comerciantes que praticarão a circulação, considerada lucro comercial. Com a parte que lhe sobra, o capitalista terá de reinvesti-la para manter-se na condição de capitalista, tornando-se assim, membro servidor e submisso à reprodução do capital, que não se dá sem a resistência e a luta dos trabalhadores, para garantirem cada vez mais os seus direitos, em busca de reduzir a taxa da mais-valia, melhorar as condições de vida e avançar para a emancipação social.

Marx compreende que, a emancipação depende da superação dos aspectos particulares, mas deve ir além e combinar a condição particular com a universalidade dos esforços. Para exemplificar a pressão dos trabalhadores sobre os capitalistas com a luta pela redução da jornada de trabalho, no intuito de diminuírem a exploração do capital sobre o trabalho, destaca a decisão do *Congresso Internacional dos Trabalhadores em Genebra* de 1866, o qual, em suas conclusões defende que: “consideramos a limitação do dia de trabalho uma *condição preliminar* sem a qual fracassarão necessariamente todos os outros esforços de emancipação...” (MARX, 1996, p. 343).

Sublinhamos do enunciado acima, o aspecto da *condição preliminar*, que vem a ser fundamental para se pensar os demais aspectos da emancipação, no sentido da extinção total do sistema de extração da mais-valia na transição socialista. Naquelas condições, reduzindo a jornada de trabalho, avançava-se na conquista dos direitos trabalhistas, mas ainda era insuficiente, necessitavam inverter a ordem de funcionamento do sistema e pôr sob o domínio dos trabalhadores, as relações entre as coisas, transformando-as em relações entre os homens. Para tanto, além de eliminar a condição de proprietários individuais de mercadorias, dever-se-ia também extinguir o sistema de troca como mediação e estrutura de mercado. A liberdade do trabalhador deixaria de estar centrada na possibilidade da troca, pois ele já não dependeria mais dela para sobreviver.

No entanto, na transição socialista, apesar de deixar de ser explorado, não significava que ele receberia o resultado de seu trabalho sem descontos. Se no livro, *O capital*, Marx, após caracterizar que a forma mercadoria, portadora dos atributos, valor-de-uso e valor, uma vez no mercado, iguala os produtores como proprietários privados, é evidente que o primeiro aspecto da emancipação humana, está voltado para a consciência, no sentido da compreensão

do processo de produção da mercadoria até chegar ao mercado. Dela advém a taxa da mais-valia, extraída do trabalho não pago.

A explicação mais contundente sobre o direito como elemento a ser garantido pela participação no processo produtivo, na transição socialista, é dada em 1875, na *Crítica ao programa de Gotha*, quando a condição do trabalhador deve ser alterada, pois não se trata apenas de emancipar o trabalho, mas acima de tudo o trabalhador.[199]

Nessa crítica ao programa do *Partido Socialdemocrata da Alemanha*, inicialmente, Marx quer saber o que quer dizer a expressão "produto do trabalho"; seria o objeto criado pelo trabalho ou o seu valor? E, nesse último, se seria o valor total do produto ou apenas a fração de valor que o trabalho acrescentou ao valor dos meios de produção consumidos?

Faz sentido essa preocupação, tendo em vista que o trabalho, sendo social, se cada um recebesse a sua parte em objetos criados, tornar-se-iam produtores e comerciantes dos próprios produtos ou, no caso de ser a totalidade do valor, ficariam insustentáveis as outras necessidades sociais. Por isso, polemiza Marx, também sobre a ideia da "repartição equitativa", se ela diz respeito a todos os membros da sociedade, incluindo os que não trabalham ou apenas os que estão ligados à produção?

Os produtores não poderiam tomar o "produto do trabalho" como totalidade do produto social, porque antes teriam que deduzir a parte correspondente para substituir os meios de produção; outra fração para ser reinvestida na produção e, mais uma parte para criar um fundo de reserva contra acidentes ou fatalidades. Essas deduções ainda não seriam suficientes; haveria que cobrir os gastos com a administração; arcar com os custos para a satisfação das necessidades sociais como escola, saneamento básico etc., e formar um fundo para ajudar os incapacitados para o trabalho. Destaca Marx: "o produto integral do trabalho já se transformou, imperceptivelmente em "produto parcial", ainda que o produtor, na qualidade de membro da sociedade, receba direta ou indiretamente o que lhe é retirado enquanto indivíduo" (2004, p. 132).

Tendo em vista que, em uma ordem social comunitária, os produtores não trocam os seus produtos, porque eles não pertencem individualmente a cada um, e o trabalho não aparecerá mais como valor, isto porque, segundo Marx, os trabalhos individuais tornam-se parte integrante do trabalho da comunidade de forma direta; em se tratando de uma sociedade que acaba de sair do capitalismo, que ainda apresenta em todos os aspectos, os estigmas da

---

[199] O ponto de partida adotado por Marx está na análise da formulação feita e aprovada pelo Congresso de Gotha, assim apresentada: "A emancipação do trabalho exige que os instrumentos de trabalho se elevem à condição de patrimônio comum da sociedade e que seja regulamentado pela comunidade com a repartição equitativa do seu produto" (MARX, 2004, p. 129 e 130).

antiga sociedade, nela, o produtor recebe, após terem sido feitas as deduções, o equivalente do que ele deu à sociedade, ou seja, o seu trabalho. “A mesma cota-parte de trabalho que deu à sociedade sob uma forma, recebe-a de volta sob outra forma” (MARX, 2004, p. 133).

O que defende Marx é que, “o direito igual” ao esforço empregado, apesar do progresso, ainda continuará existindo, isto porque, o direito do produtor é proporcional ao trabalho que forneceu, pois é o trabalho a unidade de medida comum e não mais o dinheiro. Mas a medida comum, não significa resultados iguais. O direito igual será um direito desigual para um trabalho desigual, isto porque, embora não existam mais classes, as habilidades individuais imprimem diferentes resultados como rendimentos, logo, o direito se baseia na desigualdade, mas não pode deixar de ser direito, pois, supostamente ainda não leva em consideração a condição de cada trabalhador se é casado ou solteiro etc. Esses defeitos, segundo Marx, são inevitáveis na primeira fase da sociedade comunista, ou seja, na transição socialista.

Temos então que, apesar de todo o esforço empregado e as diversas superações realizadas, na transição socialista, a verdadeira emancipação ainda não se sobrepôs totalmente ao nível do direito conforme conclui Marx:

> Numa fase superior da sociedade comunista, quando tiver desaparecido a escravizante subordinação dos indivíduos à divisão social do trabalho e, com ela, a oposição entre o trabalho intelectual e o trabalho manual; quando o trabalho não for apenas um meio de viver, mas se tornar ele próprio a primeira necessidade vital; quando, com o desenvolvimento múltiplo dos indivíduos, as forças produtivas tiveram também aumentado e todas as fontes da riqueza coletiva brotarem com abundância, só então o limitado horizonte do direito burguês poderá ser definitivamente ultrapassado, e a sociedade poderá escrever nas suas bandeiras: “De cada um segundo as suas capacidades, a cada um segundo as suas necessidades!” (MARX, 2004, p. 135 e 136).

Sendo assim, a emancipação humana é um longo processo que começa nas transformações das relações na base econômica, onde ocorre a produção da mercadoria. Extinto o sistema de extração da mais-valia, extingue-se a possibilidade do reinvestimento na forma privada do excedente. Paralelamente ao acerto produtivo, com menor aceleração, a emancipação ocorrerá no desfazimento da superestrutura da sociedade.[200]

---

[200] Marx pergunta no texto, *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel* (Introdução): “onde se encontra, então, a possibilidade *positiva* de emancipação alemã?”, e responde da seguinte forma: “na formação de uma classe com *grilhões radicais*, de uma classe da sociedade civil que não seja uma classe da sociedade civil, de um estamento que seja a dissolução de todos os elementos, de uma esfera que possua um caráter universal mediante seus sofrimentos universais e que não reivindique nenhum *direito particular* porque contra ela não se comete uma *injustiça particular*, mas a injustiça por excelência, que já não possa exigir um título histórico, mas apenas o título humano, que não se encontre numa oposição unilateral às consequências, mas numa oposição abrangente aos pressupostos do sistema político alemão; uma esfera, por fim, que não pode se emancipar sem se emancipar de todas as outras esferas da sociedade e, com isso, sem emancipar todas essas esferas – uma esfera que é, numa

Ao controlar o sistema da exploração do trabalho, ataca-se diretamente a base da formação da riqueza burguesa, dissolvendo com sua natureza também o seu poder, fazendo com que se extingam de uma só vez, as classes, a possibilidade do lucro e o imposto que sustenta a burocracia do Estado capitalista. Em suma, destituindo a propriedade privada dos meios de produção, impede-se que possa existir a mercadoria força de trabalho, pela ausência dos compradores; com isso fica impedida a possibilidade de haver a exploração e, consequentemente, a geração da mais-valia que gera o excedente e deixa de ser reinvestido na forma de capital. O capital por sua vez, ao ser aniquilado na produção, por não poder mais alimentar-se da mais-valia, também não terá como permanecer na forma comercial, pois, já não existirá a parte cedida da mais-valia produtiva que sustentava o comerciante. Poderia permanecer e reproduzir-se como capital especulativo, sem investimentos concretos, mas seria controlado por medidas especiais tomadas pelo poder proletário.

5.5.2 – A superação do estranhamento e do valor

Compreendemos ser possível verificar em Marx, quando aprofunda o lugar do trabalho no processo de produção social, um duplo estranhamento que se inicia na medida em que o trabalhador desce ao nível da mercadoria e oferece a sua força para a venda no mercado. Enquanto a força de trabalho, após ter sido contratada, se transforma em produto, com valor de uso e valor, e a mercadoria como representação da riqueza, o trabalhador, quanto mais mercadorias produz, mais faz aumentar também o estado de exploração pelo distanciamento e a impossibilidade de acesso que terá do produto final. Envolvido pelo processo de trabalho, o trabalhador, embora perceba e conheça aquilo que produz, deixa de perceber que quanto mais produz menos objetos pode adquirir, por isso é que, o produto do trabalho aparece para ele como um objeto estranho e de difícil acesso.

Se a primeira forma de estranhamento decorre do processo de produção, sem substituí-la, evolui para uma segunda forma, quando o trabalho vendido ao capitalista é incorporado à mercadoria e deixa de pertencer ao trabalhador; passa a existir fora dele como valor de troca, no caso, como um poder autônomo que o domina.

Segundo o próprio Marx, o trabalho abstrato e a mais-valia, ocupam lugar central em sua teoria social. No entanto, se a mais-valia se dá na produção, pela exploração da força de

---

palavra, a *perda total* da humanidade e que, portanto, só pode ganhar a si mesma por um reganho total do homem. Tal dissolução da sociedade como um estamento particular, é o próprio proletariado (MARX, 2013, p. 162).

trabalho e se realiza na troca, o trabalho abstrato somente aparece e se efetiva com a troca, isto porque, o trabalho abstrato, expressa a forma histórica e social na igualação dos diferentes trabalhos encarnados nas mercadorias.[201] Sendo assim, através da exploração do trabalho produz-se o objeto e nele está contida a mais-valia; pelo trabalho abstrato, revela-se o valor no mesmo objeto. Isto porque, "a força humana de trabalho em ação ou o trabalho humano, cria valor, mas não é valor. Vem a ser valor, torna-se valor, quando se cristaliza na forma de um objeto" (MARX, 1996, p. 59). Daí, depreendemos que, o duplo estranhamento se dá em primeiro sentido, na produção, quando, pela exploração da força de trabalho, o trabalhador perde o controle sobre o produto produzido e, em outro plano, quando a mais-valia se realiza através das trocas.

Temos então, o trabalho concreto como criador de valor de uso como indispensável à reprodução humana e que deverá ser mantido na transição socialista; diz Marx, que ele, "é a necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza, e, portanto, de manter a vida humana" (1996, p. 50); e o trabalho abstrato, que deixa de existir como valor. Sendo assim, desfeitas as condições que sustentam a existência do trabalho abstrato, não existe mais estranhamento, tendo em vista que o trabalhador produzirá para suprir as suas necessidades e a distribuição não será regida pelo valor de troca, mas baseada na utilidade social dos produtos.

Com a superação da forma mercadoria, o trabalho concreto e abstrato que apareciam simultaneamente no mesmo produto para o vendedor e para o comparador, ao desfazer-se o atributo do valor, pela eliminação do equivalente geral, o produto do trabalho concreto emancipa-se da forma mercadoria, dando importância ao valor de uso que, na divisão social do trabalho, elevará a qualidade das relações entre produtores e consumidores, eliminando também o estranhamento na produção.

Se a transição socialista não elimina a divisão social do trabalho, nem tampouco impede que os indivíduos tenham acesso aos produtos, há de ter uma alternativa inovadora para o acesso aos produtos do trabalho. Marx, na *Crítica ao programa de Gotha*, aponta um caminho para esse dilema quando diz:

> No seio de uma ordem social comunitária, baseada na propriedade comum dos meios de produção, os produtores não trocam os seus produtos; do mesmo modo, o trabalho incorporado aos produtos não aparece aqui como valor desses produtos,

[201] Rubin pondera que para compreender o conceito de trabalho abstrato em Marx não basta estudar a parte exposta em *O capital*, mas é preciso tomar também a parte que fala do fetichismo da mercadoria e em particular, o texto, *Para a contribuição da critica da economia política*, onde o tema aparece de forma mais completa. (1987, p. 150).

> como uma qualidade real possuída por eles, pois, em vez do que ocorre na sociedade capitalista, os trabalhos do indivíduo tornam-se parte integrante do trabalho da comunidade de forma direta (2004, p. 133).

Na medida em que não há preocupação com a troca, o trabalho incorporado em cada produto deixa de ser visto como valor. No entanto, ainda permanece a desigualdade entre os trabalhos, não mais pelo valor, mas pela comparação da produtividade individual que dá a cada um o direito a participar no fundo de participação social de consumo, com tratamento diferenciado, considerando o seu empenho e desenvoltura no processo produtivo.

Embora Marx admita que persistam na transição socialista "defeitos inevitáveis", considera que a distribuição é uma característica do próprio modo de produção. No capitalismo, as condições materiais de produção pertencem aos capitalistas, na forma de propriedade privada e, os trabalhadores possuem apenas a força de trabalho. Diante de tal estruturação, a repartição da produção se dá de forma natural, orientada pelas normas estabelecidas. Na medida em que os meios de produção passam a ser propriedade coletiva dos trabalhadores, dela também resultará a forma de distribuição coletiva.

Quando a força de trabalho deixa de ser mercadoria, deixa também de ser regida pela lei do valor e, portanto, o trabalhador já não recebe mais salário como expressão monetária e, por essa razão, a própria força de trabalho não sendo mais mercadoria, não terá mais valor de troca. Sem a mercadoria força de trabalho, não haverá mais exploração nem poder de um homem sobre o outro e, aqui, pela superação do estranhamento e do valor, reside mais uma prova de que há uma teoria da transição socialista em Marx.

5.5.3 - A elevação da consciência

Marx e Engels, ainda em *A ideologia alemã,* se dão conta de que a consciência é, naturalmente, antes de qualquer coisa, consciência do meio sensível mais imediato e consciência do vínculo limitado entre indivíduo, pessoas e coisas. Compreendem os autores que, a consciência é, ao mesmo tempo, consciência da natureza, que inicialmente se apresenta aos homens como um poder totalmente estranho e que os homens se relacionam de um modo puramente animal. Desse modo, "uma consciência puramente animal da natureza (religião natural) – e, por outro lado, consciência da necessidade de firmar relações com os indivíduos que o cercam constitui o começo da consciência de que o homem definitivamente vive numa sociedade" (2009 p. 35).

Se no início de tudo é tão natural, seja no modo de vida ou na consciência do homem, no qual ela ocupa o lugar do instinto presente no animal, alguns fatores contribuem para que

se constituam as bases de um longo processo de evolução que começa com a divisão social do trabalho material e do trabalho espiritual, executado pelos ideólogos e sacerdotes. A partir dessas responsabilizações, a consciência, através da práxis, está em condições de emancipar-se do mundo e lançar-se à construção da teoria, da teologia, da filosofia, da moral etc. Então destacam Marx e Engels:

> Mas mesmo que essa teoria, essa teologia, essa filosofia, essa moral etc. entrem em contradição com as relações existentes, isto só pode se dar porque as relações sociais existentes estão em contradição com as forças de produção existentes – o que, aliás, pode se dar também num determinado circulo nacional de relações, uma vez que a contradição se instala não nesse âmbito nacional, mas entre essa consciência nacional e a práxis de outras nações, quer dizer, entre a consciência nacional e a consciência universal de uma nação... (2009, p. 36).

Este pensamento ganha maior consistência no texto, *Miséria da filosofia,* escrito por Marx em 1847, quando o autor destaca que o contato do "meio sensível" acontece direta e encarnadamente com a dominação do capital, que cria uma situação comum e influencia para que as massas passem a ter interesses comuns. "Assim, esta massa é já uma classe em presença do capital, mas não ainda para si mesma. Na luta, de que assinalamos algumas fases, esta massa reúne-se, constitui-se em classe para si mesma" (1990, p.190). Vemos então que a elevação da compreensão e qualificação da consciência ancora-se nos interesses de classe que se formam e organizam pelas contradições entre as relações sociais e as força de produção.

Na medida em que a classe em si, articula-se através dos interesses imediatos, a consciência vigorará em torno do ambiente sensível e por isso será apenas consciência em si. De outra forma, na medida em que uma classe desperta para os interesses de outras classes, com a universalização dos mesmos, constitui também uma consciência para si. É nesse sentido que passa a vigorar o entendimento de classe na transição em Marx, cuja função é não mais ser uma classe na presença do capital, mas uma classe que luta para superar o capital e os antagonismos entre as classes.

No prefácio à introdução da *Contribuição à crítica da economia política,* de Janeiro de 1859, Marx, vai além, quando explicita que, "o modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência" (1982, p. 25).

A inversão do pensamento hegeliano o qual dá primazia às ideias, aparentemente, faz de Marx um "determinista pragmático", como se o ser social e a consciência social não se interrrelacionassem. No entanto, o meio sensível mais próximo, no caso do modo de produção capitalista, condiciona o comportamento do ser social que, pela qualidade das relações que

estabelece, oferece elementos para a *práxis* que deixa como finalidade alcançada, a produção material e a formação da consciência do ser consciente e da classe consciente que, em presença do capital, passa de classe em si mesma, à classe para si mesma, em vistas de assegurar as lutas pelas transformações estruturais e universais.

Nesse sentido é que Lenin e Rosa Luxemburgo transformam e combinam a luta espontânea e sindical, em organização e luta política partidária. Diz Lenin: "se para o social-democrata a ideia de "luta econômica contra os patrões e o governo" identifica-se à luta política, é natural que a ideia de "organização de operários" identifique-se entre eles, mais ou menos à ideia de "organização de revolucionários" (LÊNIN, 1986, p. 86). Não era o caso da Rússia, isto porque, os enfrentamentos para as transformações políticas exigiam uma organização política capaz de conduzir a revolução adiante.

Para Rosa Luxemburgo, a relação entre reinvindicações econômicas e lutas política é bem mais simplificada, e, a consciência para ela, eleva-se a partir da própria evolução do processo revolucionário. "Na mobilização revolucionária de massas, as lutas política e a econômica se fundem em uma só e a separação artificial entre sindicalismo e socialdemocracia, como duas formas de organização do movimento operário independentes entre si, é varrida do mapa" (2005, p. 321)

Em sua teoria social em vistas da transição, Marx prevê que não basta referendar o direito, equivalente à luta imediata, mas é preciso empenhar-se por transformar toda a base econômica e a superestrutura. Então declara:

> Assim como não se julga o que um indivíduo é a partir do julgamento que ele se faz de si mesmo, da mesma maneira não se pode julgar uma época de transformação a partir de sua própria consciência; ao contrário, é preciso explicar essa consciência a partir das contradições da vida material, a partir do conflito existente entre as forças produtivas sociais e as relações de produção (1982, p. 25 e 26).

O aspecto da explicação da consciência pelas contradições materiais da vida compõe o núcleo central, em meio à totalidade da realidade social a ser compreendida e transformada. Ou seja, o que propõe Marx é a ultrapassagem da visão parcial e intuitiva que se apega ao movimento dos próprios interesses para ir além e procurar explicar as contradições a partir das relações conflituosas entre as forças produtivas e as relações de produção. Para ele, as relações sociais se dão a partir das contradições da vida material, por isso, prepara o salto que dará em *O capital*, quando, do ponto de vista produtivo, estabelece uma tríplice relação composta da seguinte forma: mais-valia, mercado e capital. Se o ponto de partida para a compreensão da sociedade é a sua base econômica, de onde surge a mercadoria que articula através da produção da mais-valia a acumulação do capital, nem ela se realiza, nem ele se

desenvolve, se diante deles não houver a estrutura do mercado que buscará ir a todos os lugares da terra. Perceber esse movimento, entre mais-valia, mercado e capital é deixar de julgar a si mesmo pela própria consciência e explicar o desenvolvimento da consciência pelo que as contradições sociais são e não simplesmente por aquilo que aparentam ser.

Em termos práticos, o real aumento dos salários, a cada vez reivindicado, teria que avançar e cortar uma fatia do lucro das empresas, tendo em vista a possibilidade de diminuir a distância entre a acumulação de capital e a valorização do trabalho. Mas a diminuição dessa distância, para ser justa, teria que ser progressiva até sumir totalmente. Isto não é possível, tendo em vista que o capital só pode existir se continuar extraindo a mais-valia da força de trabalho. Não vendo dessa forma, a luta por direitos particulares, por parte dos trabalhadores, dá à consciência uma forma conservadora e moralista, que não alcança perceber a necessidade de vir a controlar a base produtiva nem modificar na essência as relações de produção. O que fazem os trabalhadores, mesmo se mobilizando, é mantê-las e reproduzi-las. Assim ocorre com os trabalhadores que vendem a força de trabalho para as empresas, como também com os funcionários públicos que, por mais que lutem, não querem destituir o dono dos meios de produção da condição de patrão, nem enfraquecer o Estado, mas preservá-los para que progridam e paguem os seus salários.

No caso da inserção de frações da classe trabalhadora no espaço da institucionalidade para governar, temos as mesmas limitações. Tendo em vista que não há força nem determinação de transformar a base econômica pela expropriação dos meios de produção, a governabilidade dar-se-á através das leis de responsabilidade administrativa e, nesse sentido, mesmo havendo a inversão de algumas prioridades que beneficiam, em alguns aspectos a população antes desatendida, no final, tanto o capital quanto o Estado, continuarão em vigor.

Por essa visão, se tomarmos também como referência, a organização da produção em cooperativas que buscam, da mesma forma, no capitalismo, produzir mercadorias, teremos não um homem, mas um coletivo de homens submissos às mercadorias, que retiram de si próprios, excedentes para serem reinvestidos no mesmo negócio, após venderem eles mesmos os produtos do trabalho. O trabalho cooperativo no capitalismo, não elimina a existência do capital, que se multiplica pela retenção de excedentes da produção.

Marx compreende que é a ação concreta que cria a socialidade, por isso, a emancipação é a capacidade dos seres humanos de fazerem e assumirem a própria história, quando conscientes do papel de planejar e executar. A emancipação, portanto, inverte a situação humana, tirando o indivíduo da condição de sujeito passivo, controlado pelas mediações do capital, da propriedade, do mercado, da religião etc., tornando-o sujeito ativo, livre das mediações. É quando a consciência, em suas diferentes formas, também se emancipa

das ilusões, mitos e alienações, pois já não existirá a classe dominante que necessita das mediações ideológicas para se manter enquanto força dominante.

Depois da *Guerra civil na França*, Marx já não faz mais menção à república nem ao parlamentarismo, apenas põe a *ditadura do proletariado* como força política legítima e, da mesma forma transitória, para alcançar o patamar do formato associativo, seja na divisão social do trabalho, quando o homem da mercadoria se liberta dela e, o homem da política se liberta do poder político, libertando-se do Estado. Mas isso não se dá sem a liquidação das mediações de dominação coercitivas, ao mesmo tempo em que se estabelecem novas formas de participação que verdadeiramente tornam livres os indivíduos em suas coletividades, quando se extingue também a existência da relação entre governantes e governados.

Há em Marx então, uma teoria da transição socialista, sem a presença do Estado, que eleva a supremacia da emancipação sobre a estrutura econômica, adequando-a as exigências da sociedade, que são medidas pelas necessidades que ela própria apresenta. O controle socializado das forças produtivas, que emancipa a estrutura econômica do domínio privado, tornando com isso produção, circulação e consumo, patrimônio social; em uma sociedade sem classes, que passa a estimular a participação e a criatividade em bases sociais novas.

Para que haja igualdade, ainda que não completa, entre os membros da sociedade no processo de transição, os trabalhadores terão de passar do estágio da conquista dos direitos para a verdadeira emancipação, quando não haverá mais como dissimular a realidade, pois as mediações que impediam que ela fosse corretamente interpretada pela consciência, foram extintas.

CONCLUSÃO

Karl Marx, em sua época, no aprofundamento e elaboração da teoria social, realizou duas constatações que permitiram fundamentar a transição para o socialismo e se tornaram evidentes no decorrer deste trabalho.

A primeira constatação está presente na forma econômica que dá conta de explicar o funcionamento do capitalismo que, com suas leis, oferece condições para o desenvolvimento das forças produtivas e as devidas interações com as relações sociais de produção, tendo como finalidade, a produção e a reprodução da riqueza nas sociedades onde rege o modo de produção capitalista e que formam as condições para a transição socialista. A segunda constatação, diz respeito à interpretação dos limites das diferentes concepções teóricas, utópicas, cooperativistas e anarquistas, que impediam a organização e a articulação dos trabalhadores, principalmente na Europa. Essas concepções, formuladas em meio à repressão e perseguição política por parte dos governos locais, dificultavam a unidade da luta pelo poder, por meio da revolução, tendo como base a insurreição, a ditadura do proletariado e a associação dos produtores, na perspectiva de superar definitivamente a exploração capitalista.

Engels, dedicado colaborador, ao analisar o percurso seguido por Marx, no que diz respeito à elaboração da teoria social, apontou dois momentos cruciais nos quais ele se posicionou decisivamente a favor da transição para o socialismo. O primeiro[202]momento, refere-se à passagem da concepção ideológica da filosofia alemã para a concepção materialista da história. Podemos encontrá-la em *A ideologia alemã*, mais propriamente nas *Teses sobre Feuerbach* (*Ad Feuerbach*) colocadas como apêndice nos escritos de 1945/46, as quais aparecem como "notas redigidas às pressas, que de forma alguma se destinavam à publicação, mas cujo valor é inapreciável por constituírem o primeiro documento em que se fixou o germe genial da nova concepção do mundo" (MARX/ENGELS s/d p. 170).

A nova concepção de mundo deixa de ser utópica e não se apresenta mais como um modelo de sociedade futura sem parâmetros. Ela aponta, através das leis econômicas, criadas no processo de estruturação do capitalismo, para as formas e as medidas a serem tomadas conscientemente, em vista da transição para o socialismo, entendido a partir dali, como um processo em construção e não previamente determinado. Demonstrou claramente Engels, ao destacar a terceira, dentre as onze teses sobre Feuerbach, o entendimento de Marx, sobre a importância da presença do proletariado como sujeito da *práxis*, no sentido de fazer coincidir a alteração das circunstâncias com a atividade humana, podendo somente "ser apreendida e

[202] O texto, *Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã*, foi escrito por Engels com o objetivo de ser publicado na forma de folheto, em Stuttgart, em 21 de fevereiro 1888.

racionalmente entendida como prática revolucionária" (MARX/ENGELS, 2009, p. 538). Ou seja, a compreensão real das circunstâncias indicaria quais deveriam ser as atitudes a serem tomadas para que a intervenção humana, no mundo, fosse de fato uma prática que revolucionasse as estruturas e desse origem ao novo mundo, no caso, o socialismo e posteriormente o comunismo. Portanto, sem a ação revolucionária do sujeito da revolução, o novo mundo não surgiria.

Nesse sentido, fica evidente que, o material sobre o qual opera o sujeito da transição socialista, de acordo com as circunstâncias que se formam na história, é a própria realidade capitalista. A ação humana organizada e dirigida por meio de táticas e estratégias conscientes interage com as leis e os princípios que estruturam o modo de produção capitalista para superá-lo. Daí que, o sujeito da transição socialista, tal qual ocorre com o sujeito do processo de trabalho, que transforma a natureza juntamente com a sua própria natureza, precisa transformar a sociedade, a sua consciência, as formas e os valores políticos praticados em cada local. Por essa razão, a princípio, Marx diferenciou os países entre os mais avançados dos mais atrasados economicamente e os Estados mais desenvolvidos dos menos desenvolvidos politicamente.

Nesse percurso, os limites do conhecimento da história econômica e a compreensão das leis fundamentais do capitalismo começaram a ser resolvidos quando Marx se debruçou sobre o livro, *A filosofia da Miséria* e contrapôs com o seu texto, *Miséria da filosofia: resposta da filosofia da miséria do Sr. Proudhon,*[203]o que se constituíam para ele, em desvios de entendimento. Nesse texto apareceram as primeiras formulações sobre as relações históricas que formaram a burguesia, pela estruturação das formas de produção e a constituição da transição para a forma estatal de poder centralizado. Nesse sentido, Marx percebera que a classe economicamente exploradora, com o auxílio das instituições estatais, seria também a classe politicamente dominante nas revoluções que viriam logo a seguir

Naquela época, a grande indústria, em alguns países da Europa, já havia reunido em um mesmo local, uma multidão de trabalhadores que não se conheciam e que, inicialmente até se dividiam entre si pela concorrência; mas eram obrigados também a se unirem para defenderem os seus salários. Daí, ao mesmo tempo em que descobriu a função das estruturas de dominação econômica, Marx compreendeu a importância da organização sindical e partidária, para fazer cessar a concorrência e fortalecer a associação entre todos os trabalhadores, revelando assim, um segundo aspecto do "germe genial", não só pela identificação do sujeito coletivo da transformação, mas constituído por uma classe social, a

[203] Segundo José Paulo Netto: "o que surge na *Miséria da filosofia* é o primeiro desenho do projeto teórico a que Marx dedicará o essencial de sua vida: *a análise de conjunto do modo de produção capitalista*" (2009, p. 31).

classe do proletariado que se utilizaria da sua condição de maioria organizada, para efetivar as mudanças em favor dessa maioria.

A compreensão dos fundamentos econômicos da sociedade capitalista, relacionados com a exploração da classe dos trabalhadores, reaparece no final de 1847 e início de 1848, no documento escrito por Marx e Engels intitulado: *Manifesto do partido comunista*, no qual destacaram os autores que, "o atual sistema de propriedade, a propriedade burguesa, é a expressão mais acabada do modo de produção e de apropriação, com base no antagonismo de classe, na exploração da maioria pela minoria" (1986, p. 30). Esse antagonismo entre as classes deveria desaparecer, com a chegada ao poder, pela ação comum do proletariado, como "uma das primeiras condições para a sua emancipação" (1986, p.34).

No entanto, o momento definidor em que Marx afirmou a concepção da transição socialista com maior clareza, segundo Engels, se deu quando, ao analisar *As lutas de classes na França de1848 a 1850*,[204] ele pôde evidenciar que o socialismo moderno se distinguia das diferentes posições confusas e utópicas em vigor.

Nesse texto, ao analisar o primeiro projeto de Constituição apresentado à *Assembleia Nacional* em 19 de junho de 1848 na França, Marx percebeu que, por exigência dos trabalhadores figurava o direito ao trabalho e considerou como sendo "a primeira fórmula canhestra" em que se condensavam as exigências revolucionárias do proletariado, mas que, após as jornadas de junho transformara-se em "direito à assistência pública".

O sentido "canhestro" da fórmula, feita às avessas, estava em o proletariado exigir que o "direito ao trabalho" fosse garantido constitucionalmente. Percebendo o alcance estratégico, de tal direito, a burguesia o considerou perigoso e o transformou em "direito à assistência pública"; que se resumia, na obrigação do Estado alimentar os pobres. Então destacou Marx:

> No sentido burguês, o direito ao trabalho é um contrassenso, um desejo piedoso, miserável, mas por detrás do direito ao trabalho está o poder sobre o capital, por detrás do poder sobre o capital, a apropriação dos meios de produção, a sua submissão à classe operária associada, portanto, a abolição do trabalho assalariado do capital e de sua relação recíproca (2008, p. 106 e 107).

A questão astuciosa para Marx, não estava no conteúdo do princípio constitucional, mas na perspectiva que ele apontava, pois, atacava a concorrência entre os trabalhadores empregados e os não empregados que, pelo alto nível de desemprego constituíam o "exército de reserva" da produção. A exigência da garantia do "direito ao trabalho" representava uma severa critica à forma de propriedade dos meios de produção capitalista e a todo o processo de

[204] Engels em 6 de março de 1895, escreveu uma introdução ao texto de Marx: As lutas de classes na França de 1848 a 1850 com o objetivo de publicá-lo com cortes, na revista *Die Neue Zeit*, Bd.2. Ns 27 e 28 de 1894-1895, e no livro de Karl Marx *Die Klassenkämpfe in Frankereich*, 1848 bis 1850, Berlin, 1895.

exploração que somente seriam superados pela sociedade socialista. Nesse mesmo texto, Marx, ao aprofundar os estudos econômicos do processo anterior, passou a ter clareza sobre o que havia sido a crise do comércio mundial de 1847, e que ela havia sido a verdadeira mãe das revoluções ocorridas. Daí a conclusão de que uma nova revolução só seria possível, na sequência de uma nova crise. Então concluiu Engels em 1895 que:

> Eis aqui, portanto – pela primeira vez – formulado o princípio por meio do qual o socialismo operário moderno se distingue claramente tanto de todos os diversos matizes do socialismo feudal, burguês, pequeno burguês etc., quanto também da confusa comunidade de bens do comunismo utópico e do comunismo operário espontâneo (2008, p.41).

Foi nesse contexto que a nova concepção se afirmou sobre as demais concepções de socialismo e apareceu na teoria social de Marx, não como suposição utópica, mas como fruto da evolução histórica do capitalismo que se formou através de todas as contradições, tendo-as como causas do próprio desenvolvimento e superação permanente.

O que temos, portanto, nas formulações iniciais da teoria social de Marx, é a apreensão dos fundamentos do socialismo, extraídos cientificamente da realidade capitalista, que exigiam a organização e a ação revolucionárias rumo à forma de poder da "ditadura do proletariado". Entendemos que o que virá depois das revoluções de 1848 na Europa, nas elaborações teóricas, como é o caso, por exemplo, da *Introdução à crítica da Economia Política* de 1857, na qual Marx relaciona as categorias econômicas com as categorias políticas e evidencia que: "se é certo, portanto, que as categorias da Economia burguesa possuem [o caráter de] verdade para todas as demais formas de sociedade, não se deve tomar isso senão *cum grano de salis*" (1982, p. 17), devido às outras categorias a serem também contempladas. É um "*grano de salis*" de suma importância, mas tende a continuar como está se não houver a intervenção organizada da classe proletária para impulsionar as transformações.

Marx retomou e reforçou ainda mais esse entendimento, no prefácio do mesmo texto de 1959, quando disse que: "com a transformação da base econômica, toda a enorme superestrutura se transforma com maior ou menor rapidez" (1982, p. 25). Neste caso, as condições para a transformação da base econômica são geradas pelo próprio avanço das forças produtivas, feito, não naturalmente, mas pelo trabalho humano. O que se transforma com a intervenção organizada do proletariado, não é a natureza das forças produtivas; as máquinas continuam sendo máquinas, mas as formas sociais, econômicas, políticas, jurídicas e organizativas desse mesmo proletariado para assumi-las e relacionarem-se com elas.

Engels, no combate ao Sr Dühring em 1875, na parte que tratou *Do socialismo utópico ao socialismo científico,* aprofundou o possível processo de tomada do Estado para

efetivar a passagem do poder para as mãos do proletariado na transição socialista. Segundo ele, no primeiro momento, o proletariado forçará a conversão dos grandes meios de produção como propriedade privada, convertendo-os em propriedade do "Estado" que, enquanto forma de poder, estará nas mãos do proletariado. Nesse sentido, apresentou duas inovações que caracterizam a transição: a primeira é a extinção dos proprietários individuais pela conversão dos meios de produção em propriedade coletiva e, a segunda, diz respeito à extinção do antagonismo de classes pela extinção do Estado. Diz ele: "a sociedade, que se movera até então entre antagonismos de classe precisou do Estado... quando o Estado se converte, finalmente, em representante efetivo de toda a sociedade, tornar-se-á por si mesmo supérfluo" (ENGELS, 1985, p.72). É nesse processo que o proletariado compreenderá como o capitalismo converte cada vez mais em proletários explorados a maioria dos indivíduos de cada país; e, por isso, essa força convertida em força de trabalho assalariada, se não quiser perecer, terá que fazer a revolução.

De outra forma, a principal descoberta de Marx, entrelaçada com a tentativa da articulação proletária internacional, veio através da crítica à economia política, que permitiu dar consistência ao conceito de "socialismo científico", cuja fundamentação advém da compreensão das leis econômicas que estão todas expressas em sua obra, *O capital*. Para ele, a resposta à questão: "como é possível vender constantemente mais caro do que se comprou, mesmo supondo que se trocam sempre valores iguais por valores iguais?", foi um acontecimento que marcou uma época. Segundo Engels, "ela veio iluminar domínios econômicos que até aqui não só os socialistas como os economistas burgueses tateavam no meio das trevas mais espessas. Data dessa época, e em torno dela se agrupa, o socialismo científico" (1990, p. 180).

De posse do conhecimento das leis de funcionamento do capitalismo, o proletariado como sujeito da revolução, toma o poder da minoria, convertendo-o em poder da maioria, e o primeiro ato em que o Estado se manifesta efetivamente como representante de toda a sociedade, tomando posse dos meios de produção é, ao mesmo tempo, o seu último ato independente como Estado. Daí é que "o governo sobre as pessoas é substituído pela administração das coisas e pela direção dos processos de produção. O Estado não será "abolido", extingue-se" (ENGELS, 1985, p. 73). Esta, a nosso ver, é a tese conclusiva da teoria de Marx e Engels em relação à transição, e se há alguma razão pela qual não foram muito além na elaboração de uma "teoria do Estado socialista", foi por considerar que as formas associativas dos produtores passariam a ser implementadas segundo as condições de cada sociedade e no ritmo adequado para cada processo.

O caminho da emancipação

Poderíamos, com a revisão feita, dar-nos por satisfeitos, com as proposições estruturantes da transição produzidas no século XIX e repeti-las sem qualquer inovação, como se o movimento das contradições do modo de produção capitalista nada tivesse acrescentado até aqui, mas aí retrocederíamos ao utopismo[205] mais antigo, ou ao burocratismo mais recente.

Colocada a transição socialista como perspectiva a ser construída, de acordo com as condições e as circunstâncias vistas, cabe a nós e às gerações de cada época formularmos as táticas e as estratégias que permitam ir à frente com a marcha da superação do capitalismo. Nosso esforço aqui, tendo como base o conteúdo deste estudo, é apontar para alguns aspectos que indicam a continuidade dos estudos e que revelaram no decorrer desse trabalho, ainda mais a carência de conteúdo para muitas das proposições colocadas.

Consideramos que as leis e as formas sociais estruturadoras da economia e do Estado, constituem a base do modo de produção capitalista desde antes de Marx, mas, em termos de transmutações capitalistas, como destaca Mészáros, houveram muitas modificações, "especialmente porque, sob as condições do controle sociometabólico do capital, neste estágio presente de desenvolvimento, todo *potencial produtivo* é também simultaneamente *potencial destrutivo* ameaçador" (2007, p. 235).[206] Portanto, não se trata de querer ou não, de ser a favor ou contra o socialismo, torna-se urgente a busca de alternativas políticas para enfrentar os desafios colocados por essa ordem do capital.

Primeiramente, devemos ver com preocupação e vigor revolucionário, que o capitalismo, no estágio atual, enquanto modo de produção, em grande parte do mundo, alterou profundamente as forças produtivas e a qualidade das relações sociais de produção, tornando mais complexa ainda a divisão social do trabalho[207] e limitou o acesso ao mesmo. Trouxe também, esse desenvolvimento, o questionamento de alguns referenciais que não podem mais ser utilizados como únicos para caracterizar o "sujeito da revolução", como por exemplo, o critério do trabalho transformador da natureza, por envolver cada vez menos trabalhadores

---

[205] A utopia vista como um projeto irrealizável, segundo Adolfo Sánchez Vásquez, possibilita compreendermos a crítica de Marx ao socialismo utópico, e o porquê de não ter se empenhado em fazer descrições da sociedade futura. "A crítica do utopismo e seu consequente esclarecimento constituem condições necessárias para a construção fundada e efetiva de uma sociedade". (VÁSQUEZ, 2010, p.100).

[206] Se quisermos traduzir o que Mészáros compreende por "sociometabólico do capital" devemos compreender como um corpo com capacidade regenerativa ou de irrupção na própria pele com o aparecimento de inovações que evoluem como parte do próprio corpo.

[207] Embora, as profissões em permanente reprodução não representem as formas de divisão social do trabalho, isto porque, várias delas podem estar em um mesmo ramo de produção ou da prestação de serviços, mas, em termos de organização por categorias de trabalhadores, representam a complexidade atual de se compreender o que se denomina "o mundo do trabalho". O Ministério do Trabalho, através da CBO – Classificação Brasileira de Ocupações, considera que existem no Brasil 2.258 profissões.www.mtcbo.gov/br/ acesso em 06/06/2016.

nesse ramo, dificultando a organização sindical.[208] Pelo potencial destrutivo do capitalismo, em termos de sobrevivência social, não apenas o proletariado, como também a ampla maioria da população de cada país, começa a sentir que há um mundo inteiro a perder; isto porque, conforme já sentenciara Rosa Luxemburgo, ao resgatar de Engels a preocupante citação, de que: "La sociedad capitalista se halla ante un dilema: avance al socialismo o regresión a la barbárie"(1979, p. 84).[209] Regredir à barbárie é perder tudo; é acentuar a "desemancipação" do pouco já emancipado, alcançado pela luta dos trabalhadores. Por outro lado, a possibilidade de uma guerra nuclear de grandes proporções, desencadeada pelas grandes potências capitalistas, torna imprevisível o futuro da humanidade.

O que parece então, que o trabalho produtor de mais-valia, não é mais isoladamente, defendido por certas posições, o critério para a formação das condições revolucionárias. Por essa razão, torna-se evidente que o "sujeito da revolução", embora fundamental, nos países desenvolvidos, não é mais e apenas aquela parcela dos trabalhadores que transformam a natureza em mercadorias, isto porque, o acesso aos meios de produção a serem confiscados dos capitalistas, em termos numéricos, abriga cada vez menos trabalhadores e, a transição socialista é uma obra para a maioria da população, independentemente do lugar que ocupa ou que venha a ocupar cada indivíduo na divisão social do trabalho ou fora dele.

A revolução que conduz à transição socialista, conforme visto, não foi e não é uma obra particular de uma classe, nem o socialismo pode ser visto puramente como uma "associação de produtores", transformadores da natureza somente. As particularidades produtivas ou não, conforme Lenin, antes da revolução, se convertem em forças e cada uma ocupa o lugar e as funções nas tarefas que a própria revolução cria no plano coletivo, tanto assim que, os Sovietes dos soldados,[210] cumpriram um papel fundamental na Revolução russa de 1917; e, depois da revolução, vale a função social de cada indivíduo, conforme destacou Ernesto Che Guevara que, "é o conjunto de todos os homens e mulheres que, em todos os

---

[208] Embora o argumento contrário afirme que, para a extração da mais-valia relativa o patronato cada vez mais investe em tecnologia diminuindo o número de trabalhadores contratados, em termos do processo revolucionário, o número é fundamental. Nesse sentido, na atualidade, na maior parte dos países industrializados vivemos situações inversas das condições enfrentadas por Marx: a dispersão da classe operária é um fenômeno real.

[209] De acordo com o filósofo Marildo Menegat, "na estruturação da barbárie contemporânea, este medo se transfere tanto para o poder da economia em desorganizar a vida dos países inteiros – da abertura ao fechamento de um pregão da bolsa de valores, produzindo devastações tão grandes que lembram a ocorrência de todos os fenômenos catastróficos da natureza num único dia -, como para a violência, os desajustes e conflitos resultantes dos pontos de tangência e intersecção entre a estrutura de valorização do capital e aquela outra estrutura, excluída deste fim, mas dele resultante, que é o seu corpo contorcido pelo caos da lógica da produção pela produção" (2003, p. 245).

[210] Conforme relata John Reed, sobre a fala de Krilenco, representante dos soldados presente no desfecho da revolução russa de 1917. "O que devo dizer-vos é que o Partido Bolchevique, triunfante na Revolução dos operários e Soldados graças à vossa ajuda e à de todos os outros corajosos camaradas que derrubaram para sempre o poder da burguesia sedenta de sangue, prometeu oferecer a paz a todos os povos, e que isso já foi feito... hoje!" (1977. p.165)

postos de trabalho do país, lutam consequentemente para obter um fim comum" (1986, p. 66). Esses homens e mulheres organizados e ocupados de acordo com as condições de cada país constituem o "sujeito coletivo da revolução".[211]

Sobre esse aspecto do sujeito da revolução em cada país, podemos buscar uma explicação límpida de preconceitos, nos *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*, elaborados por José Carlos Mariátegui quando destacou que: "a solução do problema do índio tem que ser uma solução social. Seus realizadores devem ser os próprios índios" (2008, p.65). O "homem" aqui, não era em 1928 o proletariado, mas os indígenas peruanos que representavam, na época, três quartos da população. Nesse sentido, entendemos que a revolução deve ter a "natureza socialista", isto porque, a sua essência não será apenas de subtrair a propriedade privada dos meios de produção da burguesia, mas tornar todos os bens acessíveis, extinguir e controlar o capital, modificar as relações sociais e com a natureza, extirpar os preconceitos e todos os tipos de desigualdades, etc.

De acordo ainda, com o pensamento de Marx e Engels, quando trataram da possibilidade da realização da revolução na Rússia, demonstraram eles que a revolução poderia obter êxito, mesmo que a nível local, a força principal fosse de base camponesa organizada em comunas. Diante disso, talvez, o correto seja pensarmos "em centralidades" ou simplesmente adotarmos o referencial, posto com destaque neste trabalho, de "condições favoráveis" e motivações diversas, para as forças revolucionárias em cada contexto reagirem. Assim alertou Engels em 1894, quando, em carta respondeu a Heinz Starkenburg[212] que: "os próprios homens fazem a história, mas até agora não a têm feito conforme uma vontade coletiva ou segundo um plano coletivo, e nem dentro de uma sociedade dada perfeitamente definida e organizada" (1977, p. 47). Quem são esses homens e como se organizam? É a pergunta que deve ser respondida em cada tempo histórico, sem deixar de considerar que é na própria estrutura econômica, social e política do capitalismo, que se encontram as possibilidades para que os trabalhadores, em geral, possam efetivar o socialismo.

Nesse caso, o binômio partido/sindicato, tido no transcorrer da história como formas de organização de base operária, por não vivermos mais hegemonicamente sob as contradições entre capital e trabalho, e vermos esgotadas pela inépcia das disputas eleitorais,

---

[211] Podemos encontrar na tese sobre a espontaneidade das massas, defendida por Rosa Luxemburgo quando discutiu a *Greve de massas, partido e sindicatos*, em 1906, o envolvimento de diferentes sujeitos: "qualquer ação política de massas, após alcançar seu ponto político máximo, multiplica-se em uma grande quantidade de lutas econômicas. E isso não só se aplica a cada uma das grandes greves de massas, mas também à revolução em seu conjunto" (2005, p. 287). Segundo ela, as vitórias políticas e econômicas ampliam e incentiva a organização de outras lutas e estas certamente dar-se-ão por diferentes motivações

[212] Starkenburg havia perguntado a Engels em que medida atuam casualmente as condições econômicas? E que papel desempenham o elemento racial e o personagem histórico na concepção de Marx e Engels? À segunda questão, Engels, pouco ou nada respondeu.

um amplo leque de disputas étnicas, antirracistas, antinazistas, ecológicas, ambientais, lutas por terra, moradia, transporte, educação, reconhecimento e igualdade de gênero, etc., e, pela intensa urbanização periférica e social, as formas de organização, ortodoxas e restritas, já não abrangem as iniciativas vigentes. Mais do que as formas estruturais, as lutas devem assumir a natureza partidária, agrupadas em frentes, associações, movimentos e também em partidos, que consigam reunir em si, a parte consciente de cada sociedade e da humanidade para suplantar o modo de produção capitalista.

Formar-se-á a partir dessa visão, o que Antônio Gramsci denominou de movimento hegemônico. Diz ele: "o fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que sejam levados em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, que se forme um certo equilíbrio de compromisso..." (2002, vol. 3 p.48). Essa busca de equilíbrio é fundamental para que, o voluntarismo, em tempos de crise econômica e dispersão organizativa, não triunfem conduzidos por indivíduos carismáticos e oportunistas sobre a população.

Apesar de termos considerado exaustivamente neste trabalho que o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção são referências importantes no pensamento de Marx, é certo que sem a perspectiva socialista colocada pelo sujeito coletivo da revolução, não haverá transição socialista. A revolução não foi e não será um evento com data marcada no calendário da história que chegará por ordem do tempo, mas um processo que se constrói conscientemente, observadas as condições e as circunstâncias de cada período de luta.

Ao mesmo tempo em que as lutas se desenvolvem, as forças em movimento empreendem esforços na formulação de medidas a serem tomadas a cada nova posição conquistada na direção da transição socialista. Compreendemos então que a transição socialista é uma perspectiva de futuro, que se realiza a partir das atitudes coerentes no tempo presente. Para isso, as forças em luta devem ter consciência que, o esforço para chegar ao poder não será maior do que o esforço para formular e implementar medidas a serem tomadas quando a ditadura do proletariado for instalada.

Em termos gerais, ficou evidente na teoria social de Marx e Engels que, logo após a tomada do poder, os meios de produção passarão para as mãos dos produtores e terão eles de geri-los através da forma associativa. Essa forma de organização da produção, para eles, será também a estrutura para sustentar as demais responsabilidades sociais. A nível local, este procedimento parece suprir com naturalidade a ausência do antigo Estado, inclusive na planificação da produção e na contribuição "tributária", conforme previsto na *Crítica ao Programa de Gotha* de 1875, em que o resultado do trabalho do produtor, dividir-se-á em várias partes para suprir as necessidades sociais. Mas, a nível universal, não tendo mais o

mercado que regule a distribuição e, considerando que o desenvolvimento econômico não é equiparado em todos os lugares, como seriam equilibrados os índices de desenvolvimento social em um país? Sobre este aspecto, é difícil antecipar como serão equiparadas e supridas as diferenças, pois a descentralização do poder estabelecido pela ditadura do proletariado, depende, por um lado, do avanço do desenvolvimento econômico e político universal e, segundo, da própria capacidade organizativa local.

Marx quando tratou da fórmula trinitária no livro III de *O capital*, nos disse que os produtores associados regulam racionalmente o intercâmbio material com a natureza, controlam-no coletivamente sem dispersar energias, considerando as condições mais adequadas e mais condignas com a natureza humana em vistas de atender as necessidades sociais. "Além dele começa o desenvolvimento das forças humanas como um fim em si mesmo, o reino genuíno da liberdade, o qual só pode florescer tendo por base o reino da necessidade" (1991b, p. 942).

Se o reino da liberdade, conforme destacou Marx, se refere ao desenvolvimento humano e à redução da jornada de trabalho, não indica como se medirá a necessidade de cada indivíduo e nem se todas as jornadas ou apenas as da produção, seriam reduzidas. O reino da liberdade aparece como uma construção sem contradições nascido sob certo desejo de igualdade e admitido segundo os critérios de avaliação individual. Seria suficiente o princípio de "cada um segundo às suas necessidades", para pôr limites ao desejo de consumo particular? Como seria orientada a liberdade criativa em relação à ciência e a técnica?[213]

Esses dilemas, não equacionados por Marx, constituíram pontos de divergências nas polêmicas enfrentadas por Engels após a morte do amigo, conforme revelou ele em carta em 1890 a Konrad Smith, quando discutiu o método de distribuição, dizendo que, esse não poderia ser fixo e deveria mudar de acordo com o desenvolvimento da produção, isto porque, o método dependia do quanto haveria para distribuir. "Entretanto, tudo o que pode ser razoavelmente feito é: 1) tratar de descobrir o método de distribuição a ser empregado desde o começo e, 2) tratar de encontrar a tendência geral do desenvolvimento posterior. Mas sobre isso não encontro uma única palavra em todo o debate" (1977, p. 32).

Comprova a explicação exposta por Engels, que é errônea qualquer fórmula de antecipar todas as medidas para um processo que ainda irá ser construído, sem se conhecer realmente quais seriam as contradições vindouras e como serão resolvidas.

Há, por certo, uma intervenção a ser feita imediatamente, e a ditadura do proletariado

---

[213] Adorno e Horkheimer trazem à tona a preocupação com a autonomia tecnológica. "O aumento da produtividade econômica, que por um lado produz as condições para o mundo mais justo, confere por outro lado ao aparelho técnico e aos grupos sociais que os controlam uma superioridade imensa sobre o resto da população" (1985, p. 14)

deverá efetivá-la, que se refere à extinção da anarquia da produção, própria do capitalismo, devendo ser controlada pela planificação socialista. Entendemos que o controle sobre o que e como será produzido, será conscientemente planejado, isto porque, uma das definições em que Marx formula algo sobre o trabalho, em *O Capital* diz que ele é "um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza" (1996, p. 202). No capitalismo a ação descontrolada e de domínio total sobre a natureza, motivada pela produção cada vez mais crescente de mercadorias, levou à atual crise ecológica. O planejamento socialista deverá voltar-se não somente para avaliar o que e como será produzido, mas também para a compreensão do que representa o consumo. Cabe à forma associativa então, não apenas organizar e gerir a produção,[214] mas com medidas persuasivas, reeducar o sujeito da produção e do consumo que adquira consciência e redefina os seus hábitos. Sendo assim, a planificação não será apenas um estabelecimento de metas que atendam às necessidades sociais, mas também a previsão das consequências causadas pelos atos produtivos, contrapostas com a reeducação cultural.[215]

De acordo com as primeiras medidas organizativas indicadas por Marx, a serem tomadas pela forma política da ditadura do proletariado, que terá como base a associação dos produtores e as Assembleias de delegados ou conselheiros, criadas já nos primeiros dias da instalação da Comuna de Paris e tendo em mente o alerta de que, "a Comuna havia de ser não um corpo parlamentar, mas operante, executivo e legislativo ao mesmo tempo" (2008, p. 402), resta-nos ainda descobrir quais serão as melhores formas para tomar as decisões políticas.

Marx nos deu indicativos que apontam para além da municipalidade, quando acentua que a Comuna deveria servir de modelo a todos os grandes centros industriais da França, quando se estabelecesse nas províncias pelo autogoverno dos produtores e que a Comuna havia de ser a forma política mesmo dos menores povoados e distritos rurais, conforme texto:

---

[214] Como exemplo de planificação socialista, na Rússia houveram duas maneiras de estabelecê-la após a revolução de outubro de 1917. A primeira, defendida e implantada por Lenin, denominou-se de Nova Economia Política – NEP – que procurou contemplar as diferentes formas de economia existe. A segunda iniciada 1928 por Stalin foi chamado de "Plano Quinquenal". "Stalin força a coletivização no campo para alimentar as cidades, sendo então obrigado a submeter os trabalhadores da cidade a um ritmo de trabalho insano para prover de máquinas o campo. A coletivização de 60% das terras, os milhões de deportados para a Sibéria, os fuzilamentos em massa, a destruição dos rebanhos, tudo isso acontecendo entre meados de 1929 e começo de 1930" (ARRABAL e ESTEVÃO, 1986, p. 76).

[215] Neste sentido, a *Dialética do esclarecimento* exposta por Adorno e Horkheimer é um pilar a ser reafirmado para que se tenha, desde logo, a preocupação com o controle sobre a ciência e da técnica isto porque dizem eles: "no trajeto para a ciência moderna, os homens renunciaram ao sentido e substituíram o conceito pela fórmula, a causa pela regra e pela probabilidade" (1985, p. 14).

> As comunas rurais de todos os distritos administrariam os seus assuntos comuns por uma assembleia de delegados na capital de distrito e essas assembleias distritais, por sua vez, enviariam deputados à Delegação Nacional de Paris, sendo cada delegado revogável em qualquer momento e vinculado pelo mandato imperativo dos seus eleitores. (2008, p. 404).

Esse formato, no entanto, depende de um rigoroso controle sobre a administração pública e o combate à burocratização. De imediato os concursos seriam substituídos pela aprovação em assembleia dos funcionários, podendo a indicação ser revogada a qualquer tempo. Os salários comparados aos dos operários e desapareceriam os subsídios de representação. E mais, "as funções públicas deixam de ser propriedade privada dos testas-de-ferro do governo central" (MARX, 2008, p. 402 e 403). Para além disso, no lugar do exército anterior separado do povo, surgiriam as milícias populares armadas, compostas por trabalhadores que poderiam ser substituídos a qualquer momento, para garantir a segurança e a defesa.

Destaca então Marx, que uma vez livre do exército e da polícia como elementos da força física do antigo governo, a Comuna investiria contra a força espiritual de repressão, contra "o poder dos curas", pelo desmantelamento e expropriação de todas as igrejas e suas propriedades. Os padres seriam remetidos à vida privada e as instituições de educação abertas ao povo gratuitamente. "Assim, não apenas a educação foi aberta a todos, mas também a própria ciência liberta dos grilhões que os preconceitos de classe e a força governamental lhe tinham imposto" (MARX, 2008, p. 403).

A princípio, tem-se como entendimento, que na transição socialista conforme os passos dados pela Comuna, que se ocupou do desmonte geral das estruturas em todas as áreas econômicas, estatais, culturais, religiosas etc., as forças revolucionárias, senhoras do poder político, quebrarão o velho aparelho burocrático, demolindo-o de alto a baixo, não deixando pedra sobre pedra, substituindo o velho por um novo aparelho; no entanto, segundo Lenin, isso não se fará tudo de uma só vez, isto porque, "o Estado burguês não "morre"; é aniquilado" pelo proletariado na revolução. O que morre depois dessa revolução é o Estado proletário ou semi-Estado" (LENIN, 1986, p. 22). É na estrutura do semi-Estado que se localiza o perigo do Estado enquanto forma política centralizada de poder, resistir, pelo corpo de funcionários, para não se deixar matar. Esse perigo porém, não há como evitá-lo e nem tampouco depende de um decreto para extingui-lo, isto porque, a transição não ocorrerá de uma só vez em todo o mundo, por isso, para enfrentar a resistência dos redutos capitalistas, não há como fazê-lo sem uma força militar qualificada e o ataque a todas as formas de concorrência; isto exige a permanência sem data determinada da burocracia estatal.

Na medida em que forem extintas as formas e leis universais da produção capitalista, onde vigoram a extração da mais-valia e a lei do valor, desaparecem das relações sociais, as mercadorias, o capital, o dinheiro, os conflitos entre as classes etc., pela própria extinção das classes antagônicas juntamente com o Estado e todas as instituições, leis e poderes garantidores das desigualdades. As relações sociais e de produção voltar-se-ão para a satisfação das necessidades dos seres humanos e o valor de uso catalisará o interesse de participação dos indivíduos nas decisões coletivas. Trata-se, na nova sociedade, da participação para decidir sobre o uso comum dos insumos indivisíveis e que somente pela presença nas assembleias, sem direito à representação, pode ser garantido o acesso. A isso corresponde também a superação da cultura da desigualdade arraigada nas consciências. Diz Mészáros: "não é uma questão de "tamanho pequeno ou grande", pois mesmo a "menor comunidade" de duas pessoas em uma disputa irreconciliável é "demasiado grande" para ser realmente sustentável" (2007, p. 232).

Sobre esse dilema da participação e das decisões democráticas que deverão substituir o formato parlamentar de representação, para além da forma dos "produtores associados", temos o avanço cada vez maior no sistema de comunicação direta ou via satélite, que permite o acesso em tempo real à informação com possíveis inovações em termos de discussões, consultas e decisões coletivas, sem ter que deixar o ambiente cotidiano e tampouco repassar a um representante as responsabilidades das decisões. Nesse sentido, o sistema financeiro adiantou-se e, cotidianamente faz com que cada indivíduo acesse a sua conta bancária, por que não seria possível suplantar o sistema eleitoral vigente e o próprio poder legislativo, substituindo-os pela participação direta dos cidadãos? É nesse sentido que entendemos o pensamento de Marx, da superação do Estado e do poder político, sem desfazer-se da política.

Por fim, continua para nós, como era para Marx, a marcante preocupação com a questão da emancipação da humanidade. Conforme colocado, com a expropriação da propriedade privada dos meios de produção, extingue-se o sistema da produção da mais-valia, o valor e o próprio mercado. Da mesma forma que extinguindo-se o Estado, desaparecerá a forma de poder político centralizada, o burocratismo representativo, possibilitando a cada indivíduo representar-se a si próprio. Cabe ainda verificarmos na transição socialista, como suplantar e inverter a lógica da "igualdade jurídica", implantada pelo modo de produção capitalista, sem restringir nos indivíduos a liberdade e a autonomia da criatividade? As experiências socialistas desenvolvidas no século XX demonstraram ser um equívoco o Estado assumir na totalidade o papel de agente investidor com o objetivo dele mesmo extrair e se apropriar dos resultados da produção. Será que o direito de acesso a certos meios de produção, de uso familiar, combinados com a prestação de serviços, também particulares, constituiriam

delitos contra os princípios revolucionários e socialistas?

A nosso ver, não se pode culpar o trabalho individual ou a posse de bens de uso, como os responsáveis pela formação da consciência individualista que alimenta os princípios conservadores e contrarrevolucionários. Nesse sentido, a forma associativa dos produtores, defendida por Marx, pode, na transição socialista, estender-se para outros setores e cumprir com as responsabilidades não produtivas, mas de fortalecimento da cultura coletiva. Entendemos que não basta discutir a forma de produção social sem pensar na função social de cada ser social.

As novas respostas serão dadas às novas questões quando estas aparecerem. Na medida em que evoluirmos no entendimento de que a transição socialista não se ancora apenas sobre o objetivo da transformação das relações de produção, mas sobre todas as relações locais e universais. Por sua vez, conforme Guevara, as soluções estão na capacidade criativa, principalmente da juventude: "uma juventude que não cria é, realmente, uma anomalia" (1986, p. 53).

A certeza de que a transição será verdadeiramente socialista, nos deve vir da combinação das formas produtivas e das formas extraprodutivas ou "extraeconômicas"[216] que possuem igual importância, tanto para a dominação, quanto para a revolução, pois, representam travas ou possibilidades para alcançarmos a verdadeira emancipação social e humana. Não poderá haver luta pelo socialismo, se ele não se tornar uma alternativa possível para todos os problemas que afetam as condições de vida e aponte para a emancipação do indivíduo, da classe e da sociedade, em todas as suas relações; sejam elas de exploração produtiva, dominação política, de classe, de gênero, étnico e das ameaças contra a vida, contra o ambiente e contra o retrocesso ao estado de barbárie.

É no espectro das possibilidades de se chegar ao socialismo que as forças sociais em luta se valem das mediações, entre as quais figuram as formas de organização adequadas para as intervenções nos conflitos; a formação da consciência para a assimilação do conteúdo da emancipação e a prática dos valores socialistas, que sustentarão, com a nova ética, as novas relações sociais.

---

[216] Para a escritora Hellen M. Wood, se por um lado, já não se admite, sem discussão, que a batalha decisiva da emancipação humana se dará no campo econômico, também não se pode admitir que a ênfase se transferiu para os bens "extraeconômicos", como a emancipação de gênero, igualdade racial, paz, saúde, ecologia, cidadania democrática. Defende a autora que certos desses bens "extraeconômicos", não são incompatíveis com o desenvolvimento do capitalismo, isto porque, há formas de opressão que o capitalismo exige e formas de emancipação que ele tolera. Assim diz ela: "Antirracismo e antisexismo têm identidades sociais específicas e geram forças sociais vigorosas. Mas não é tão evidente que a igualdade racial e de gêneros sejam antagônicas ao capitalismo, nem que o capitalismo seja incapaz de tolerá-las, assim como é incapaz de garantir a paz mundial ou de respeitar o ambiente. Ou seja, cada um desses bens extraeconômicos tem uma relação específica com o capitalismo" (2011, p. 229).

Este estudo preocupou-se em salientar que, devemos imaginar o processo de transição movido pelos choques e conflitos entre as forças produtivas com as relações sociais de produção, tendo, no entanto, as lutas sociais e políticas contra todas as formas de exploração, discriminação e opressão, como imprescindíveis e inseparáveis umas das outras. Nesse sentido, mesmo que haja cada vez mais controle e coerção por parte do sistema produtivo, com a ingerência do capital e do Estado na vida social, há, também, em diferentes sentidos, organizativos, culturais, produtivos, educacionais, religiosos etc., possibilidades de reação que vão além do velho "chão de fábrica" e são espaços "não totalmente controlados", que podem significar, mesmo sem a presença da organização e da direção partidária, lugares que somam e servem como oposição espontânea à classe dominante.

Por outro lado, as evidências de que o capitalismo funciona mesmo com contradições entre classes antagônicas, permite compreender que, na transição socialista, não existirá sem conflitos e que os interesses contrários continuarão provocando choques, mas o papel da ditadura do proletariado é dirigir a transição e educar os sujeitos sociais; não significa tolher a liberdade e impedir a capacidade criativa dos indivíduos que se organizam para implementar, por outras formas, os mesmos objetivos.

Entendemos ainda, que a ditadura do proletariado defendida por Marx, não é um sistema totalitário contra os próprios trabalhadores, mas um sistema democrático, integrador, educador e, acima de tudo, criador de condições para que os indivíduos, em particular e coletivamente, se emancipem de todas as formas de dominação.

A importância, mais uma vez, das mediações no movimento dialético de destruição e de afirmação das mesmas, como por exemplo, a necessidade da organização das forças para chegar ao estágio da ditadura do proletariado, no sentido que já consideramos ser, "a parte consciente" da sociedade que se organiza em diferentes formatos e não apenas na forma de órgãos burocráticos e hierarquizados de poder da minoria, sobre a maioria social, é fundamental. A junção das diferentes formas constituirá a forma "superior" de organização para a transição.

Traduzimos aqui, como ato conclusivo, o sentimento esperançoso de Rosa Luxemburgo, expresso no *Folheto Junius* quando disse: "Somos como os judeus que Moisés levou pelo deserto. Porém não estamos perdidos e a vitória será nossa se não tivermos esquecido como se aprende. E se os dirigentes modernos do proletariado não sabem como se aprende, cairão para "deixar lugar para os que são mais capazes de enfrentar os problemas do mundo novo" (1979, p.85). Ou como disseram aos camponeses, os operários que lideravam a Comuna de Paris: "a nossa vitória é a nossa única esperança" (MARX, 2008, p. 410).

Que assim seja!

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor. **Indústria cultural e sociedade**. São Paulo: Paz e terra, 2002.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado.** 3 ed. Lisboa: Editorial Presença. 1980.

ANTUNES, Ricardo. **A dialética do trabalho: Escritos de Marx e Engels**. Vol 1. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

ARRABAL, José e ESTEVÃO, José Carlos. **Stalin**. São Paulo: Editora Moderna, 1986.

ARCARY, Valério. **As esquinas perigosas da história**. São Paulo: Xamã, 2004.

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 1012.

ARISTÓTELES. **A ética a Nicômaco**. São Paulo: Matin Claret, 2001.

BENTHAM, Jeremy. **Uma introdução aos princípios da moral e da legislação**. In. Os pensadores. São Paulo: Abril cultural, 1974.

BENSAÏD, Daniel. **Marx, manual de instruções**. São Paulo: Boitempo, 2013.

BOBBIO, Norberto. **Nem com Marx, nem contra Marx**. São Paulo: UNESP, 2006.

_____ **Qual socialismo?: Debate sobre uma alternativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____ **Estado, governo, sociedade: Por uma teoria geral da política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

CARCANHOLO, Reinaldo (org). **Capital: essência e aparência.** Vol. 1. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

CERVANTES, Miguel. **Dom Quixote de La Mancha**. Porto Alegre: L&PM, 2013.

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado**. São Paulo: Cosac Naity Portátil, 2013.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre idéias e formas.** Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo: Comentários sobre a sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: 1997.

DREIFUSS, René. **A internacional capitalista: Estratégia e táticas do empresariado transnacional (1918 – 1986)**. Rio de Janeiro: Editora Espaço e Tempo, 1986.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 15 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

_____ **Prefácio à edição italiana**. In MARX. Karl & ENGELS, Friedrich. Cartas filosóficas e outros escritos. São Paulo: Grijalbo, 1977.

_____**Sobre a ação política da classe operária.** In. NETTO, José Paulo. Friedrich Engels: política. São Paulo: Ática: 1981.

_____ **Da correspondência – Fragmentos.** In. NETTO, José Paulo. Friedrich Engels: política. São Paulo: Ática: 1981.

_____ **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. 7 ed. São Paulo: Global editora, 1985.

_____ **Revolução e contra-revolução na Alemanha.** In. A revolução antes da revolução. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____ **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____ **Carta de Engels a Cuno**. In MARX/ENGELS. T. 3. São Paulo: Alfa Omega, s/d.

_____ **Artigo de Friedrich Engels publicado no Labour Standart**. In. A questão do partido. São Paulo: Kairós, 1978.

ENGELS, Friedrich e KAUTSKI, Karl. **O socialismo jurídico**. São Paulo: Editora Ensaio, 1991.

FOUCAULT, Michael. **Vigiar e punir**. 30 ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____ **Microfísica do poder**. 15. Ed. São Paulo: Graal, 2000.

GALVÃO, Luís Alfredo. **Marx & Marx: a teoria e a prática do marxismo no tempo da Revolução alemã de 1848.** São Paulo: Ática, 1977.

GERMER. Claus. **Marx e o papel determinante das forças produtivas na evolução social**, Critica marxista No 29 p. 75-95, 2009.

GORBACHEV, Mikhail. **Perestroika: Novas ideias para o meu país e o mundo**. 11ed. São Paulo: Editora Best Seller, 2000.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere,** volume 2. Ed. (trad.) COUTINHO, Carlos Nelson. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004a.

_____ **Cadernos do cárcere,** volume 3. Trad.) COUTINHO, Carlos Nelson. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____ **Escritos políticos**. (Trad.) COUTINHO, Carlos Nelson. Rio de Janeiro; Civilização Brasileira, 2004b.

_____ **Maquiavel, a política e o Estado.** 8 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

GRUPPI, Luciano. **Tudo começou com Maquiavel. As concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci.** 16 ed. Porto Alegre L&PM, 2001.

GUEVARA, Ernesto Che. **Obras de Che Guevara: textos revolucionários**. 3 ed. São Paulo: Global Editora, 1986.

_____ **Obras de Che Guevara: textos políticos**. 3 ed. São Paulo: Global Editora, 1986.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere.** 2 ed. Vol 3. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2004a.

_____**Antonio Gramsci: escritos políticos**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004b.

_____ **Maquiavel, a política e o Estado Moderno**. 8 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

GORENDER, Jacob. **Marxismo sem utopia**. São Paulo: Ática, 1999.

GUIMARÃES, Juarez R. **Rosa, a vermelha**. São Paulo: Busca Vida, 1987.

HABERMAS Jörgen. **Direito e democracia: Entre a facticidade e validade**. Vol. II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2011.

_____ **Pensamento pós-metafísico: Estudos filosóficos**. 2 ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002.

_____**Técnica e ciência como "ideologia".** Lisboa: Edições 70, 1987.

HINKELAMMERT, Franz. **As armas ideológicas da morte**. São Paulo: Paulinas, 1983.

HIRSCH, Joachim. **Teoria materialista do Estado: Processos de transformação do sistema capitalista de Estado.** Rio de Janeiro: Revan, 2010.

HOBSBAWM, Éric. J. **A era das revoluções**. 10 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____ **História do marxismo. O marxismo no tempo de Marx.** t. 1, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HOBBES, Thomas. **Leviatã.** São Paulo: Nova Cultura, 1999.

HOLLOWAY, John. **Mudar o mundo sem tomar o poder**. São Paulo: Viramundo, 2003.

_____**Fissurar o capitalismo.** São Paulo: Publisher Brasil, 2013.

HUMBERMAN, Léo. **História da riqueza do homem**. 19 ed. Rio de Janeiro, 1983.

LA BOÉTIE, Étiene de. **Discurso da servidão voluntária**. São Paulo: Martin Claret, 2009.

LAPIDUS e OSTROVITIANOV. **O capital: conceitos fundamentais.** São Paulo: Global editora, 1978.

LEFEBREV, Henri. **O marxismo.** 4 ed. São Paulo: Difusão européia do Livro, 1974.

_____ **Linguagem e sociedade**. Lisboa: Editora Ulisseia, 1966.

LENIN.V.I. **Que fazer?** São Paulo: Hucitec, 1986.

_____ **O Estado e a revolução**. São Paulo: Hucitec, 1986a.

_____ **Sobre a palavra de ordem dos Estados Unidos da Europa**. In. Obras escolhidas. 3 ed. V.1. São Paulo: Editora Alfa e Omega, 1986.

LENIN.V.I. **Jornadas revolucionárias**. In. Lenin, Obras completas, tomo 9 Moscú: Editorial Progreso, 1982.

_____ **A propósito de la revolución en toda la nación de 1907.** Obras completas, tomo 15, Moscú: Editorial Progreso, 1983.

_____ **La concepción liberal y la concepción marxista de la lucha de clases**. In. Obras completas, tomo 23, Moscú: Editorial Progreso, 1984.

_____ **La bancarrota de la II Internacional**. In. Obras completas, tomo 26. Moscú: Editorial Progreso, 1984.

_____ **El marxismo y la insurrección**. In. Obras completas, tomo 34. Moscú: Editorial Progreso, 1985.

_____ **"Democracia" y dictadura**. Obras completas, tomo 37. Moscú: Progreso, 1986.

_____ **Discurso de apertura del congreso 2 de marzo**. In Obras completas, tomo 37. Moscú: Progreso, 1986.

_____ **Discurso ao III Congresso dos operários do transporte marítimo e fluvial de toda a Rússia.** In. Obras completas, tomo 40. Moscú: Editorial Progreso, 1986.

_____ **Tesis para el II congreso de La Internacional Comunista. Esbozo inicial de las tesis sobre los problemas nacional y colonial.** In Obras completas, tomo 41. Moscú: Editorial Progreso, 1986.

GRUPPI, Luciano. **Tudo começou com Maquiavel**. Porto Alegre; L&PM, 2001.

JAPIASSÚ, Hilton e MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de filosofia.** 3 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

LISSAGARAY, Hippolyte Prosper Olivier**. História da Comuna de 1871**. São Paulo: Ensaio, 1995.

LOCKE, John. **Da sociedade política ou civil.** In WEFFFORT, Francisco. Os clássicos da política. Vol.1. 13 ed. São Paulo: 1983.

LÖWY, Michael. **A teoria da revolução no jovem Marx.** Petrópolis: Vozes, 2012.

_____ **Walter Benjamin: aviso de incêndio**. São Paulo Boitempo, 2007.

LOSURDO, Domenico. **Entrevista.** In. Novos Temas: Revista de debate e cultura marxista No 11. São Paulo: ICP, 2º semestre de 2014. (p. 15-41)

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou revolução?** São Paulo: Expressão Popular, 1999.

_____ **Greve de massas, partido e sindicatos**. In. BOGO, Ademar. Teoria da organização política. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. São Paulo: Discurso editorial: Bacarolla, 2009.

KONDER, Leandro. **História das ideias socialistas no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

_____ **A derrota da dialética: A recepção das ideias de Marx no Brasil, até o começo dos anos 30**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

KURZ, Robert. **Os últimos combates.** Petrópolis: Vozes, 1997.

_____ **O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial.** 4 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MACHIAVELLI, Niccoló Di Bernardo Dei. **O príncipe.** São Paulo: Bertrand Brasil, 1986.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, Karl**. Crítica da filosofia do Direito de Hegel.** São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. Extracto dos comentaios ao Livro de Bakúnine "Estabilidade e Anarquia". **Revista Letopisi marksrisma,** nº11, 1926**.** Disponivel em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1874/bakunin.htm> Acesso em 09/02/2010.

_____. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **Crítica ao programa de Gotha**. In. ANTUNES, Ricardo. A dialética do trabalho (Org). São Paulo: Expressão Popular, 2004.

_____ . **Carta de Marx a Vera Zassulicht**. In. MALAGOD. Edgar. Raízes. Campina Grande, vol. 22, nº 02, p. 10–14, jul./dez. 2003. http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo_233.pdf/ Acesso em 11/09/2015.

_____. **O capital**: **Crítica da economia política.** 15ª Ed. T. I. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

_____.**O capital**: **Crítica da economia política.** 6ª Ed. Livro 2 . Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1991a.

_____ **O capital: Crítica da economia política.** 6ª Ed. Livro 3. Rio de Janeiro Bertrand Brasil, 1991b.

_____ **As lutas de classes na França de 1848 a 1850**. In. A revolução antes da revolução. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____ **A guerra civil na França. In. A revolução antes da revolução**. São Paulo: Expressão popular, 2008.

_____ **Manuscritos econômicos e filosóficos**. Lisboa: Edições 70, 1974.

_____ **Para a questão judaica**. São Paulo: Expressão popular, 2009.

_____ **Miséria da filosofia.** São Paulo: edições Mandacaru, 1990**.**

_____ **Para a crítica da economia política; salário preço e lucro; o rendimento e suas fontes a economia vulgar.** São Paulo: Abril Cultural, 1982.

_____ **O 18 brumário e cartas e Kugelmann**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____ Marx-Engels – Werke, tomo 13 Ed. Dietz, Berlin, 1961.

_____ Marx-Engels – Werke, tomo 23, Ed. Dietz, Berlin, 1962.

http://www.revistacritica.com.ar/36/36cartabolte.html/acesso em 10/09/2015.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Lutas de classes na Rússia**. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____**Obras escolhidas** T.1. 2 e 3. São Paulo: Alfa ômega, s/d.

_____ **Lutas de classes na Rússia**. São Paulo: Boitempo, 2015.

_____ **Cultura arte e literatura**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____ **Contribuição à história da Liga dos Comunistas**. In. Obras escolhidas T.3. São Paulo: Alfa ômega, s/d.

_____ **Marx a Bolte**. In. Obras escolhidas tomo, 3. São Paulo: Alfa ômega, s/d.

_____ **A ideologia alemã.** São Paulo: Boitempo, 2009.

_____**Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Global Editora, 1986.

_____**Carta de Marx e Engels dirigida a seus companheiros alemães, Bebel, Liebknechet, Brackle e outros**. In. NETO, José Castilho Marques e tal. A questão do partido. São Paulo: Kairós, 1978.

_____ **Cartas filosóficas e outros escritos.** São Paulo: Grijalbo, 1977.

_____**Mensagem do comitê central à liga de março de 1850.** In. FERNANDES, Florestan (org) História. São Paulo: Ática, 1984.

_____ **Para a crítica da economia política; salário preço e lucro; o rendimento e suas fontes: a economia vulgar**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **Sete ensaios de interpretação da realidade peruana**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MASCARO, Alysson Leandro. **Prefácio à terceira edição.** MARX, Karl. Crítica da filosofia do direito de Hegel. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____ **Estado e forma política.** São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, István. **A montanha que devemos conquistar**. São Paulo: Boitempo, 2015.

_____ **Atualidade histórica da ofensiva socialista**. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____ **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____ **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MORATO, Juan Jose. **El partido socialista obrero**. Madrid: Editorial Ayuso, 1976.

MOURA, Mauro Castelo Branco de. **A panacéia tecnológica e a perspectiva do valor de uso**. In Cadernos cemarx, No. 2. 2005.

_____ **Os mercadores do templo e a filosofia: Marx e a religiosidade**. Porto Alegre: Edipucrs, 2004.

_____ **Usos e abusos no emprego do conceito de "modo de produção"**. In. SILVA, Genildo Ferreira (Org). Salvado: EDUFBA, 2011.

NETTO, José Paulo. Democracia e transição socialista: Escritos de teoria política. Belo Horizonte: Oficina de Livros Ltda, 1990.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado o poder e o socialismo**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

_____ **O Estado em crise**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977.

ROSDOLSKY, Roman. **Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2002.

ROUSSEAU, Jean-Jaques. **Os pensadores: Rousseau vol. 1**. São Paulo: Nova cultural, 1997.

RUBIN, Isaak Ilich. **Teoria marxista do valor**. São Paulo: Polis, 1987.

SALOMONI, Antonella. **Lenin e a revolução russa**. São Paulo: Ática, 1995.

SARTORI, Giovani. **Partidos e sistemas partidários**. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

SWEEZY, Paul. **Uma crítica**. In A transição do feudalismo para o capitalismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

SOUZA, José Crisóstomo de. **Ascensão e queda do sujeito no movimento jovem-hegeliano**. Salvador: Centro editorial e didático da UFBA, 1992.

TSE-TUNG, Mao. **Sobre a tática na luta contra o imperialismo Japonês**. In. Obras escolhidas. V. 1. Pequim: Edições Línguas Estrangeiras, 1975.

TROTSKI, León. **La revolución permanente**. Barcelona: Ediciones Jugar, 1978.

_____ **A História da Revolução Russa.** 3 ed. V. 1. São Paulo: Paz e Terra, 1978.

_____ **A História da Revolução Russa**. 2.ed. V. 3. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

THOMPSON. E P. **A formação da classe operária inglesa.** 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____ **Miséria da teoria.** São Paulo: Zahar, 1981.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico.** São Paulo: Boitempo, 2011.